

**PAULA ÁVILA NUNES**

**A PRÁTICA TRADUTÓRIA EM CONTEXTO DE ENSINO  
(RE)VISTA PELA ÓTICA ENUNCIATIVA**

PORTO ALEGRE

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
ESPECIALIDADE: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS  
LINHA DE PESQUISA: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO**

**A PRÁTICA TRADUTÓRIA EM CONTEXTO DE ENSINO  
(RE)VISTA PELA ÓTICA ENUNCIATIVA**

**PAULA ÁVILA NUNES**

**ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES  
CO-ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR. PATRÍCIA C. RAMOS REUILLARD**

Tese de Doutorado em Análises textuais e discursivas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE  
2012**

### CIP - Catalogação na Publicação

Nunes, Paula Ávila

A prática tradutória em contexto de ensino  
(re)vista pela ótica enunciativa / Paula Ávila Nunes.  
-- 2012.  
237 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.  
Coorientadora: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-  
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Teoria da Enunciação. 2. Tradução. 3. Ensino. 4.  
Formação de tradutores. I. Flores, Valdir do  
Nascimento, orient. II. Reuillard, Patrícia Chittoni  
Ramos, coorient. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

As formalidades que envolvem a realização de uma tese exigem que apenas um nome seja apontado na autoria do trabalho. No entanto, este que ora apresento é resultado e reflexo da interlocução mantida com muitas pessoas, às quais manifesto meus agradecimentos:

Ao professor Dr. Valdir do Nascimento Flores, cuja orientação competente e qualificada sustentou a realização deste audacioso empreendimento. Agradeço, especialmente, por ter sido um verdadeiro exemplo de *mestre*. Já me faltam palavras para manifestar verbalmente, depois de tê-lo feito tantas vezes ao longo desses anos como orientanda, minha gratidão e apreciação por esse professor que, muito mais do que orientador, tornou-se referência também de amizade, companheirismo e parceria. Não as manifesto mais em palavras, Valdir. Ao contrário, será na prática, de agora em diante, que agradecerei ao mestre. Em cada aula que eu der, tu estarás, de certa forma, sempre comigo. Que eu possa ser para meus alunos ao menos um pouco do que tu significaste e significa pra mim.

À professora Dr. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, primeiramente por ter aberto as portas de sua sala de aula para que este estudo pudesse se realizar, acolhendo-me de forma tão afetuosa e solidária. Agradeço também por ter aceitado nosso convite para co-orientar este trabalho com a mesma presteza e motivação que demonstrou ao longo de todo o período de orientação. Teu olhar atento e tua vontade de compartilhar conhecimento certamente tornaram este trabalho o melhor que poderia ter sido, Patrícia.

Às professoras Dr. Rosalia Angelita Neumann Garcia e Dr. Leci Borges Barbisan, que tão gentilmente aceitaram não só o convite de qualificação de tese, como também o de compor a banca final de avaliação deste trabalho. Agradeço as palavras de incentivo e a leitura tão generosa que realizaram e estendo minha gratidão também ao professor Dr. Sergio Romanelli, que prontamente aceitou o convite para integrar a banca final, mesmo sob as pressões dos prazos que a vida acadêmica impõe.

Ao grupo do Programa de Apoio à Graduação (PAG) Português: André, Carolina, Cláudia, Gabriela, Lia, Luana, Maria Eduarda e Verônica, e, muito especialmente, à professora Dr. Carmem Luci da Costa Silva, coordenadora do projeto, pela oportunidade de

trabalho oferecida junto a um grupo tão competente e o qual conduz com maestria. A todos do grupo, meu muito obrigado pela troca que a atividade docente nos proporcionou ao longo do tempo em que trabalhamos juntos e pelos inúmeros momentos de descontração, tão necessários a quem se propõe a escrever uma tese.

Ao grupo de pesquisa em distúrbios da linguagem, do qual faço parte desde 2006, composto por Elisabete, Fabiana, Fábio, Jefferson, João, Luiza e Tanara, coordenados pelo professor Valdir. Foram as discussões promovidas por esse grupo que me tornaram mais sensível às sutilezas da linguagem e levaram-me a iniciar meu caminho como pesquisadora. E, graças ao apoio de vocês, posso dizer que me tornei uma.

Não menos importante, um agradecimento às pessoas que, mesmo fora do âmbito acadêmico, foram fundamentais para que eu pudesse levar adiante este projeto: aos meus pais, Itamira e Paulo, pelo apoio que sei que, mesmo de forma por vezes oblíqua, sempre demonstraram e por me darem condições de chegar tão cedo a uma pós-graduação; e ao Maurício, porque ninguém mais poderia permanecer tão carinhoso e suportar tão bem esse período em que, muitas vezes, o trabalho obteve mais atenção do que a vida pessoal.

Por fim, aos professores do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo ensino de excelência, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), por me conceder não só uma bolsa de estudos, mas, sobretudo, por me dar oportunidade de permanecer presente no lugar de que mais gosto, como aluna da UFRGS e como professora no PAG: a sala de aula.

*Nenhuma “teoria” do traduzir seria necessária se  
algo não devesse mudar na prática da tradução.*  
Antoine Berman

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a abordagem da produção tradutória em contexto de ensino e de formação de tradutores por meio da teoria enunciativa atribuída a Émile Benveniste. Tal abordagem apoia-se na interpretação de alguns dos textos dos *Problemas de Linguística Geral I* (1995) e *II* (1989), que formam o conjunto de textos considerados basilares para o entendimento da teoria da Enunciação benvenistiana. Dado que tal escopo teórico destina-se à análise da subjetividade na linguagem, a tese toma como objeto de estudo o erro em contexto tradutório cometido por aprendizes em aulas de uma disciplina de tradução. Tal objeto é eleito por sua relação com a hipótese em que se baseia este trabalho, a saber: se a tradução, por ser um ato linguístico, é fundada pela subjetividade, o erro de tradução é o lugar em que tal subjetividade se torna mais facilmente observável. Isso porque o erro condensa em si os dois movimentos essenciais para a prática tradutória: a leitura de uma escrita (leitura do original) e a escrita de uma leitura (escrita da tradução). Tendo isso em vista, o trabalho analisa propostas de tradução, realizadas por alunas do curso de Bacharelado em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio da coleta dos rascunhos que geraram as traduções finais. Tais textos são também apresentados juntamente com as transcrições em áudio das aulas em que estiveram em pauta para discussão, no intuito de preservar, tanto quanto possível, os aspectos implicados no processo de tradução. Ambas as modalidades de dados são analisadas com base na metodologia enunciativa de análise de fatos de linguagem. As análises permitem comprovar a hipótese de que o erro de tradução carrega vestígios do processo de leitura e de escrita que esteiam o processo tradutório. Além disso, o resultado das análises induz à conclusão de que, no contexto específico de sala de aula, o erro se torna o pivô do ensino, adquirindo um estatuto positivo, uma vez que é a partir dele que o professor busca aperfeiçoar as habilidades que compõem a competência tradutória de seus alunos. Isso se dá, contudo, apenas quando o professor toma consciência do erro como aspecto indicial do processo tradutório e passa a promover eventos de letramento em suas aulas, assim considerados em virtude da centralidade do texto e da necessidade de discussão acerca dele. Por fim, chega-se ao entendimento de que o erro de tradução tem um valor singular nesse contexto, tendo implicações, inclusive, na própria metodologia de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino de tradução. Enunciação. Erro.

## ABSTRACT

This work has the objective of approaching translation production in the context of its teaching and of translator preparation through the theory attributed to Émile Benveniste. Such approach is based on the interpretation of some of the texts present in *Problems in General Linguistics I* (1995) and *II* (1989), which compose the group of texts considered to be key to the understanding of Benveniste's enunciative theory. Given that the theoretical scope is destined to the analysis of subjectivity in language, the object of study of this thesis is the error in the context of translation made by learners in classes of a discipline on translation practice. Such object is elected for its relation to the hypothesis on which this study is based: if translation, being a linguistic act, is funded by subjectivity, a translation error is the place in which this subjectivity can be more easily observed. This is due to the fact that the error condenses in itself the two movements which are essential to the practice of translation: the reading of a writing (reading of the original) and the writing of a reading (writing of the translation). Bearing this in mind, the work analyzes translations proposed by undergraduate students of the Course on Translation of the Federal University of Rio Grande do Sul, through the collection of the drafts that generated the final translations. These texts are presented along with the audio transcriptions of the classes in which they have been the center of discussion, aiming at preserving the aspects implicated in the translation process as much as possible. Both modalities of data are analyzed based on the enunciative methodology for the analysis of language facts. The analyses allow the probation of the hypothesis that the translation error carries traces of the process of reading and writing that underpin the translation process. Furthermore, the results of the analyses point to the conclusion that, in the specific context of teaching, errors become pivotal, acquiring a positive status, once it is through them that the teacher seeks to enhance the abilities that compose his students' translational competence. However, this happens only when the teacher is aware of the error as an index of the process of translation, promoting literacy events in his classes, thus considered due to the centrality of the text and the need for discussion about it. Finally, we are driven to the understanding that the translation error has a unique value in this context, having implications in the teaching methodology itself.

**Keywords:** Translation teaching. Enunciative studies. error.



## ABREVIACÕES E REFERÊNCIAS

Dado que as obras de Émile Benveniste são amplamente citadas ao longo deste trabalho, e observadas as condições particulares em que ocorreu a compilação das obras, conforme explicitado no segundo capítulo desta tese, é utilizada a notação a seguir como forma de referência aos textos citados:

*PLGI* – *Problemas de linguística geral I*;

*PLGII* – *Problemas de linguística geral II*;

*Estrutura das relações* – *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946 – *PLG I*);

*Tendências* – *Tendências recentes em linguística geral* (1954 – *PLG I*);

*A natureza* – *A natureza dos pronomes* (1956 – *PLG I*);

*Da subjetividade* – *Da subjetividade na linguagem* (1958 – *PLG I*);

*As relações de tempo* – *As relações de tempo no verbo francês* (1959 – *PLG I*);

*A filosofia* – *A filosofia analítica e a linguagem* (1963 – *PLG I*);

*Os níveis* – *Os níveis da análise linguística* (1964 – *PLG I*);

*A linguagem* – *A linguagem e a experiência humana* (1965 – *PLG II*);

*A forma* – *A forma e o sentido na linguagem* (1966 – *PLG II*);

*Estruturalismo* – *Estruturalismo e linguística* (1968 – *PLG II*);

*Semiologia* – *Semiologia da língua* (1969 – *PLG II*);

*O aparelho* – *O aparelho formal da enunciação* (1970 – *PLG II*).

Dessa forma, as citações diretas obedecerão a seguinte formatação:

“Citação” (*Título abreviado do texto* [data de publicação do texto], volume do livro, página do livro na versão brasileira/página do livro na versão francesa).

Exemplo: (*Da subjetividade* [1958], *PLG I*, p. 285/259).

Cabe ainda a observação de que este texto foi formatado de acordo com as normas vigentes do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujas diretrizes podem ser acessadas no site do Programa. As questões que não são contempladas nesse documento seguem as normas da ABNT, sobretudo no que tange às citações diretas. Assim, as citações que tenham sido retiradas da mesma página de determinada obra, quando apresentadas em sequência neste trabalho, apresentam referência apenas na primeira vez que são apresentadas. As citações que seguem, quando ausente outra

referência, permanecem sendo relativas ao mesmo autor e à mesma obra e página indicada na citação imediatamente anterior.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – DOS ESTUDOS DE TRADUTOLOGIA À VIABILIDADE DE UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA TRADUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 A relação da Linguística com a Tradutologia e com os Estudos de Tradução .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 A viabilidade de um estudo enunciativo da tradução .....</b>	<b>29</b>
1.2.1 A crítica à linguística estruturalista.....	30
1.2.2 A divisão língua-linguagem, sujeito-objeto.....	31
1.2.3 Características de um estudo enunciativo da tradução .....	32
1.2.3.1 A Linguística da Enunciação aborda a linguagem em seu funcionamento .....	34
1.2.3.2 A Linguística da Enunciação não separa sujeito e objeto .....	34
1.2.3.3 A Linguística da Enunciação contempla a presença do tradutor na tradução .....	35
1.2.3.4 A Linguística da Enunciação não pressupõe sentidos estáveis e únicos .....	36
1.2.4 Considerações preliminares.....	37
<b>1.3 Por uma abordagem enunciativa do erro de tradução .....</b>	<b>38</b>
1.3.1 Definindo o objeto de estudo: o estatuto do erro de tradução.....	39
1.3.1.1 Definindo o erro .....	43
1.3.1.2 Erros binários e não-binários.....	48
1.3.1.3 A singularidade na escrita tradutora .....	52
<b>1.4 A necessidade de um estudo enunciativo do erro de tradução .....</b>	<b>55</b>
<b>CAPÍTULO 2 – UMA MIRÍADE DE TEORIAS: A ESCOLHA POR UMA TEORIA ENUNCIATIVA PARA A CONTEMPLAÇÃO DO FENÔMENO TRADUTÓRIO ...</b>	<b>61</b>
<b>2.1 As particularidades da teoria benvenistiana.....</b>	<b>66</b>
<b>2.2 Conceitos da teoria benvenistiana que interessam a uma abordagem da tradução..</b>	<b>75</b>
2.2.1 A subjetividade na linguagem .....	76
2.2.2 A forma e o sentido na linguagem.....	91
2.2.3 A dupla significância: os universos semiótico e semântico de significação.....	97
<b>2.3 Relações da Teoria da Enunciação benvenistiana com a tradução .....</b>	<b>103</b>
2.3.1 Da subjetividade na linguagem do tradutor.....	104
2.3.2 A forma e o sentido na linguagem do tradutor.....	105
2.3.3 A dupla significância: os universos semiótico e semântico de significação na tradução .....	110
<b>CAPÍTULO 3 – DA CONCEPÇÃO ENUNCIATIVA DE <i>CORPUS</i> A UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE FATOS DE LÍNGUA: CONSIDERAÇÕES PARA A ABORDAGEM DO ERRO DE TRADUÇÃO .....</b>	<b>117</b>
<b>3.1 Aspectos gerais da composição de um <i>corpus</i> para um estudo enunciativo.....</b>	<b>118</b>
<b>3.2 Características gerais: o <i>corpus</i> como uma forma complexa do discurso.....</b>	<b>129</b>
3.2.1 O trabalho com manuscritos .....	132
3.2.2 Gravações em áudio como subsídio para o entendimento do processo tradutório .....	137
<b>3.3 Coleta do <i>corpus</i>.....</b>	<b>139</b>
<b>3.4 Apresentação do <i>corpus</i> .....</b>	<b>142</b>
<b>3.5 Seleção dos <i>fat</i>os enunciativos analisados.....</b>	<b>143</b>

3.6 Procedimentos de análise.....	146
<b>CAPÍTULO 4 – ANÁLISES: A ESPECIFICIDADE DO ERRO DE TRADUÇÃO EM CONTEXTO DE ENSINO .....</b>	<b>149</b>
4.1 A leitura de uma escrita: a singularidade no “erro coletivo”.....	150
4.2 A escrita de uma leitura: a especificidade da enunciação escrita .....	161
<b>CAPÍTULO 5 - IMPLICAÇÕES PARA A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E PARA A DIDÁTICA DA TRADUÇÃO .....</b>	<b>170</b>
5.1 Considerações sobre as análises a partir da ótica enunciativa.....	172
5.1.1 A leitura de uma escrita .....	175
5.1.2 A escrita de uma leitura .....	183
5.2 Implicações para a Teoria da Enunciação benvenistiana.....	186
5.3 Implicações para a Didática da tradução .....	187
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>	<b>203</b>
<b>ANEXO A – Texto proposto para tradução: excerto de <i>Les mots pour le dire</i> (Marie Cardinale).....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO B – Texto proposto para tradução: excerto de <i>Les tribulations d’une jeune divorcée</i> (Agnès Abécassis).....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO C – Proposta de tradução (Trad1/A1).....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO D – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A1).....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXO E – Proposta de tradução (Trad1/A3) .....</b>	<b>215</b>
<b>ANEXO F – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A3) .....</b>	<b>216</b>
<b>ANEXO G – Proposta de tradução (Trad1/A4).....</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO H – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A4).....</b>	<b>219</b>
<b>ANEXO I – Proposta de tradução (Trad1/A5) .....</b>	<b>221</b>
<b>ANEXO J – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A5).....</b>	<b>223</b>
<b>ANEXO K – Proposta de tradução (Trad1/A6).....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO L – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A6) .....</b>	<b>227</b>
<b>ANEXO M – Proposta de tradução (Trad2/A3).....</b>	<b>230</b>
<b>ANEXO N – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad2/A3).....</b>	<b>232</b>
<b>ANEXO O – Proposta de tradução (Trad2/A5).....</b>	<b>235</b>
<b>ANEXO P – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad2/A5) .....</b>	<b>237</b>

## INTRODUÇÃO

*O erro em tradução pode trazer vestígios do que permanece incontornável na experiência de traduzir, a saber, o inevitável estranhamento de sempre dizer com palavras de outro.*

Pedro de Souza

Dizer com as palavras de outro: tal parece ser o resumo do trabalho do tradutor. Dizer com outras palavras, com palavras que pertencem a outro, mas que, ao mesmo tempo, pertencem ao tradutor. Dizer o mesmo, de forma diferente; mostrar a diferença através do mesmo. Qualquer que seja a perspectiva, há algo no trabalho de tradução que permanece incontornável: o tradutor precisa fazer – e faz – escolhas. O tempo todo. Escolhas que podem ser (e, efetivamente, são) condicionadas por uma “voz original”, mas escolhas que também refletem uma escuta singular dessa mesma voz. Escuta que, por vezes, diverge de outras escutas, incomoda os ouvidos de leitores e de outros tradutores. Escuta por vezes considerada *errada*.

Interessante notar a trivialidade com que esta asserção é encarada: *o tradutor erra*. Mais interessante ainda é observar que o conforto que permite pronunciar tal afirmação não se faz presente quando a asserção vira interrogação: *por que o tradutor erra?* O que é, exatamente, isso que chamamos de “*erro de tradução*”? Se ao erro os teóricos do campo dos estudos de tradução se voltam, dele também se esquivam na hora de lidar com tais questões. O erro, no âmbito da tradução, manifesta-se, pois, como um material *sensível*; sensível na medida em que se faz presente e é notado, muitas vezes *sentido* sem que possa ser explicado e definido de forma clara e objetiva; e sensível na medida em que é preciso ser abordado com cuidado. É por esse caminho, do qual não podemos desviar se quisermos falar sobre tradução, o caminho do erro, que este trabalho envereda.

Esta é uma tese sobre os erros de tradução e sua relação com aquele que erra: o tradutor. Mais do que isso, trata-se de um trabalho que toma o erro em um contexto muito específico, a saber, o da sala de aula de ensino de tradução. Assim, é preciso resguardar a ideia de que estamos tratando de um tradutor muito especial, qual seja, um tradutor em vias de formação e, portanto, ainda não passível de ser considerado profissional. Essa característica estabelece o tom que norteará este trabalho: ao tratar de erros de tradução, não tenciono criticar os

tradutores, apontando aquilo que, teoricamente, falha em seu trabalho. Antes, a trajetória que aqui proponho tem por objetivo principal flexibilizar (sensibilizar, já que falei em *sensível* anteriormente) a noção de erro de tradução quando cometido por alunos aprendizes de tal ofício. Logo, nesse contexto particular, o erro não é tomado como um problema, mas como uma instância incontornável de todo processo de ensino-aprendizagem e que, portanto, segundo a perspectiva que desenvolvo aqui, deve ser encarado de outra forma pelo professor formador de tradutores.

Isso posto, é necessário estipular as restrições e os princípios sobre os quais este trabalho se assenta. A *primeira restrição*: este é um trabalho sobre *tradução*, e não *versão*. Trata-se, portanto, da escrita de um texto na língua materna do tradutor a partir de um texto em uma língua estrangeira, ambas conhecidas por esse mesmo tradutor. A referência à “escrita de um texto” também traz a restrição de abordagem da tradução escrita, em detrimento de tradução oral.

*Segunda restrição*: o que aqui se desenvolve tem por objeto de estudo a tradução de textos informativos e literários, com a expressa exclusão de textos poéticos. Mesmo que o esboçado aqui possa, eventualmente, ser aplicado ao domínio da tradução da poesia, outro trabalho precisaria ser feito para avaliar com precisão a relevância do que aqui se apresenta para esse objeto específico.

*Terceira restrição*: o escopo deste trabalho é o do ensino de tradução, motivo pelo qual, em nenhum momento, erros cometidos por tradutores profissionais estarão sob análise. Mais do que isso, é imperativo deixar claro que a análise do erro de tradução, nos moldes propostos aqui, serve como pivô para analisar não o processo de construção de uma tradução, mas o *processo de ensino e formação de tradutores*. Não se trata, portanto, da análise de um produto final (a tradução propriamente dita), nem dos diferentes modos pelos quais o tradutor chegou à sua proposta de tradução, mas da análise de como o erro tem implicações para o ensino à medida que ele diz algo sobre aquele que erra. As afirmações sobre o caráter do erro de tradução desenvolvidas nesta tese devem, portanto, ser entendidas como unicamente extensíveis ao contexto ora circunscrito.

*Quarta restrição:* ao propor o estudo de erros de tradução, o foco recai exclusivamente sobre aquilo que teóricos como Juliane House (1977), Christiane Nord (1996) e Hatim e Mason (1997) definem, ainda que com nomenclaturas diferentes, de erros *de tradução* (em oposição a erros *de língua*). Isto é, não são discutidos erros no texto de chegada que não têm ligação com o processo tradutório *per se*, tais como erros de conjugação, ortográficos etc. Tal restrição será mais bem exemplificada no capítulo 1.

No que tange aos princípios, o *primeiro* é o de que a tradução é uma competência que pode ser ensinada. Apesar de um tanto óbvio, já que os cursos de bacharelado formam tradutores, esse ponto tem importância central, pois, nos termos expostos por Albir (2005, 2008), o que chamamos de *competência tradutória* não é uma capacidade inata de qualquer falante bilíngue. Prova disso é que nem todo bilíngue consegue realizar traduções. Isso aponta para o fato inegável de que traduzir exige competências específicas que precisam ser ensinadas e desenvolvidas. Logo, traduzir se insere em um processo de ensino e de aprendizagem.

*Segundo princípio:* se traduzir envolve um processo pedagógico, envolve, por consequência, momentos de equívoco, momentos de erro. Contudo, isso não significa que o erro, sempre considerado no contexto de ensino, possa e deva ser tomado sempre como algo a ser repellido nesse processo, o que nos leva ao próximo princípio.

*Terceiro princípio:* do ponto de vista adotado neste trabalho – o da Linguística da Enunciação em sua representação pela teoria benvenistiana – o erro constitui um material de importância inigualável para o professor, pois o mesmo erro que é tão abominado, muitas vezes, por professores e alunos serve para evidenciar uma relação muito particular entre tradutor e língua. Isto é, quando o tradutor erra, ele não erra simplesmente: ele faz uma hipótese sobre o que lê em língua estrangeira e atualiza essa hipótese com os elementos que ele tem disponíveis em sua língua materna. Ou seja, ao executar os dois movimentos inerentes à tradução (a *leitura de uma escrita* e a *escrita de uma leitura*, conforme desenvolvido nos capítulos 2 e 4) o tradutor está sujeito ao erro, mas trata-se de um erro pleno de subjetividade; o erro se torna, ousado dizer, um *indicador de subjetividade* (cf. capítulos 2 e 4), no entendimento que tenho do termo no conjunto da obra benvenistiana. Cabe ao professor, portanto, entender o que levou o aluno a elaborar sua hipótese interpretativa, em princípio

errônea, para poder auxiliá-lo a corrigi-la, se assim se fizer necessário. Não se trata, portanto, de ver o erro como algo a ser sanado, em uma espécie de expurgo da tradução, mas de enxergá-lo como um aspecto *indicial*, isto é, como um elemento que aponta para outra coisa e que, ao fazê-lo, torna-se revelador da relação do tradutor com a língua de origem, a língua de chegada, com o original e com a sua própria proposta de tradução. Tomado dessa forma, o erro se torna a base do ensino, uma vez que é a partir dele que o professor pode realinhar seus objetivos pedagógicos, de forma a contribuir positivamente para a formação do seu aluno.

Tendo tais princípios em mente, um caminho a ser seguido pode ser esboçado. O *primeiro capítulo* funciona como uma espécie de grande justificativa para a produção deste trabalho. Parto, inicialmente, de uma constatação simples, nem por isso menos inquietante: a Linguística, ao tratar da tradução, restringe seus comentários e análises à questão da *equivalência* (cf. RICCARDI, 2002a; MALMKJAER, 2002), pouco atentando para outros aspectos envolvidos no ato de traduzir. Tal constatação resulta, em parte, da observação de que os trabalhos mais influentes no campo dos estudos da tradução não foram realizados por linguistas, mas por teóricos da literatura, filósofos ou pelos próprios tradutores. Há, inclusive, uma crítica declarada à Linguística estruturalista feita por Paulo Ottoni (2005a) com relação à forma como a Linguística tem abordado o fenômeno tradutório. É a partir dessa crítica que é justificada a pertinência de uma abordagem enunciativa da tradução, tendo em vista os “requisitos” que uma teoria precisa ter, na visão do autor, para estar apta a abordar tal objeto.

Em um segundo momento, ainda no primeiro capítulo, busco tratar exclusivamente da questão do erro, partindo do interrogante mais óbvio: *o que é um erro de tradução?* A resposta para essa pergunta leva-nos aos mais diferentes caminhos, por meio dos quais evidenciamos que não há unanimidade sobre esse aspecto entre diferentes teóricos da área dos estudos da tradução, ainda que a noção de erro seja central para se refletir sobre o fenômeno tradutório, sobretudo em contexto de ensino (cf. ALBIR, op. cit.). É em meio a essa diversidade de opiniões e de teorias que proponho observar as tentativas de definição do que constitui um erro de tradução na visão de diferentes autores – entre os quais destaco Anthony Pym e Maria Paula Frota – especialmente no que tange ao estatuto do erro na sala de aula de formação de tradutores. Essa iniciativa é necessária por dois motivos: primeiramente porque a literatura existente sobre erros de tradução é praticamente em sua totalidade destinada à *avaliação* da *qualidade* da tradução (como produto final e realizada por um tradutor



profissional), e não ao *ensino*. Pym e Frota, ao contrário, são alguns dos poucos autores que levam em consideração esse escopo.

Em segundo lugar, a retomada do que já foi produzido nesse âmbito serve também para justificar a escolha do quadro teórico sobre o qual este trabalho repousa: se, de um lado, a questão do erro de tradução tem atraído a atenção de estudiosos de diferentes orientações teóricas, a Linguística da Enunciação muito pouco se pronunciou sobre o fenômeno tradutório, e, menos ainda, sobre o que constitui um erro nesse âmbito ou mesmo no âmbito da linguagem como um todo. Isso nos leva ao próximo capítulo.

No capítulo 2, o foco recai especificamente sobre a teoria que embasa esta tese. Malgrado as críticas reproduzidas no capítulo anterior, este trabalho se baseia na crença de que a Linguística ainda guarda inúmeras contribuições ao estudo da tradução, e elas não se restringem apenas à equivalência. Dessa forma, estabeleço as razões que me levaram à convocação da Linguística da Enunciação, mais especificamente a teoria computada a Émile Benveniste, para nortear este trabalho. Tal escolha se dá por acreditar que essa visada teórica permite uma abordagem que ainda não foi devidamente desenvolvida quanto à tradução, qual seja, uma abordagem que contemple o fenômeno na singularidade da escrita de cada tradutor. Para tanto, após desenvolver reflexão sobre algumas particularidades da teoria benvenistiana, em uma espécie de guia de leitura que norteará toda a revisão bibliográfica, passo a refletir sobre alguns conceitos que preenchem essa função de abordagem da tradução naquilo que ela tem de mais específico: ser produto de um sujeito que mobiliza a língua por sua conta, para usar os termos de Benveniste. O caminho começa, portanto, expondo o conceito de *subjetividade na linguagem* – tal como podemos entendê-lo a partir dos escritos benvenistianos –, pilar para todas as elucubrações constantes nesta tese. Em seguida, o rumo tomado leva a pensar a díade *forma-sentido* e sua relação com os universos *semiótico* e *semântico* de significação. Por fim, as três últimas seções resguardam a tarefa de relacionar os conceitos teóricos ao campo tradutório, constituindo a principal contribuição deste trabalho para a Linguística da Enunciação: a consideração da teoria em um domínio não explorado por Benveniste (o tradutório).

A partir das considerações tecidas nesse capítulo, cumpre salientar que não passo mais a tratar daquilo que chamamos de *a tradução*, mas da *tradução realizada por um determinado*

*tradutor*. Ainda que aparentemente trivial, tal posição implica considerar que toda tradução é a manifestação da subjetividade de um tradutor. O erro, por sua vez, é indicativo de uma relação muito particular entre aquele que erra – o tradutor/aluno – e as línguas das quais traduz e para as quais traduz. Além disso, se o texto traduzido se configura como uma espécie de materialização da subjetividade do tradutor, é preciso, para entender esse resultado, também entender como se deu esse processo de materialização. Assim, torna-se importante não somente observar o produto final, o texto traduzido, como também a *elaboração* desse produto. E é nesse ponto que a Linguística enunciativa se singulariza, à medida que permite observar não apenas o enunciado, o produto final, mas também a enunciação, ou seja, o próprio ato de produzir um enunciado (cf. BENVENISTE, 1995). Dessa forma, acredito que a contemplação da tradução como um processo – em detrimento de sua consideração como um produto – tenha implicação fundamental para o ensino do ofício tradutório. Isso porque, segundo a perspectiva que tento desenvolver mais adiante, há uma diferença radical entre corrigir um erro tomando apenas sua manifestação no produto e corrigir esse mesmo erro levando em consideração o processo que o gerou. Essa diferença será desenvolvida na última parte deste trabalho.

O terceiro capítulo configura-se em uma tentativa de demonstrar, empiricamente, de que forma uma análise enunciativa do erro de tradução permite observar o processo tradutório por um viés diferente daquele já encontrado na literatura. Trata-se, portanto, de um capítulo de exposição das condições em que se deu a geração de dados. Como é devidamente explicitado em momento oportuno, os dados que compõem este trabalho são oriundos de gravações de aulas do curso de bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com ênfase em Língua Francesa<sup>1</sup>. A consideração dos dados permitirá a observação de como a noção de erro pode ser flexibilizada se tomada do ponto de vista enunciativo.

No entanto, algumas ponderações são feitas, previamente, no que tange à própria relação da teoria com os dados, pois, como poderá ser evidenciado na primeira seção que compõe o capítulo, o *corpus* utilizado nesta tese é o que pode ser considerado como uma *forma complexa do discurso*, a qual merece especial atenção metodológica. Na esteira da necessidade dessa atenção diferenciada, apresento alguns parâmetros para o trabalho com

---

<sup>1</sup> Apesar de os dados serem oriundos de aulas de tradução do francês, o que, evidentemente, faz com que sejam apresentadas instâncias em que as particularidades da língua impõem determinadas dificuldades, isso não deve impedir que o esboço aqui possa ser aplicável ao ensino de tradução em qualquer idioma.

manuscritos (uma das modalidades que integram o *corpus*), bem como para suas transcrições. A transcrição também é referida relativamente às gravações em áudio, que compõem a segunda modalidade integrante do *corpus*.

Após relato da constituição, coleta, seleção e procedimentos de análise dos dados a serem utilizados, um novo capítulo é iniciado com a proposta de analisar algumas traduções realizadas por alunas do curso de bacharelado em Letras. Isso é feito atentando para aquilo que elas mesmas apontam como erro em suas produções, a fim de observar como se dão os dois movimentos de tradução aludidos anteriormente – a *leitura de uma escrita* e a *escrita de uma leitura* – e também com o intuito de discutir o papel que o erro de tradução desempenha no contexto de sala de aula, este último alvo da reflexão do primeiro segmento analisado.

O segundo recorte sob análise permite, por seu turno, tecer considerações sobre esse duplo movimento (leitura e escrita), momento em que é então proposta a hipótese do erro como elemento que condensa, de forma mais aparente, esses dois eixos da tradução. O primeiro passo é, pois, pensar o estatuto da leitura sob a ótica enunciativa. O esforço, nesse momento, se faz com vistas a comprovar a hipótese de que o próprio tradutor realiza uma leitura diferenciada do original, à medida que empreende uma análise semiológica do texto a ser traduzido.

Dando prosseguimento, a questão da escrita como forma de uma atualização de leitura também ganha espaço de reflexão, levando à conclusão de que a tradução é essencialmente a conjugação desses dois planos (leitura e escrita), o que nos permite mesmo afirmar que *traduzir é enunciar uma leitura na forma de uma escrita*. Ao produzir sua escrita, o tradutor produz uma metassemântica, ou seja, um comentário, apresentado na forma de texto (a tradução) que repousa sobre uma análise, a que ele mesmo fez do original. É precisamente nessa análise realizada em direção ao original e no seu processamento para a materialidade escrita que o erro pode acontecer. Logo, é fundamental para o professor que forma tradutores entender esse duplo funcionamento, a fim de que possa ajudar seu aluno a compreender suas tomadas de decisão e executá-las com maior propriedade e segurança ao ter consciência sobre a análise que pode ou não ser feita do texto original e sobre a forma de materializá-la em escrita, ou seja, em tradução.

O quinto e último capítulo se encarrega de desenvolver as implicações que uma abordagem enunciativa da tradução tem tanto para o campo dos estudos da tradução – mais especificamente para a didática da tradução – quanto para o campo dos estudos enunciativos. De um lado, a ótica enunciativa permite observar o fenômeno tradutório por um novo prisma, lançando luz sobre o que pode ser considerado erro de tradução e sobre como o professor pode fazer uso dele em prol do ensino; de outro lado, a tradução constitui um fenômeno linguageiro com características muito particulares, que o diferencia de outros usos da linguagem. Portanto, ao mesmo tempo em que reflete sobre as implicações para o ensino da tradução e para o fazer do tradutor, esta tese também chega a seu fim reflexionando sobre como a contemplação da tradução como fenômeno de linguagem pode contribuir para uma teoria enunciativa, dado que, como escreve Meschonnic (1999), a tradução é um lugar privilegiado de contemplação da língua.

## CAPÍTULO 1

### DOS ESTUDOS DE TRADUTOLOGIA À VIABILIDADE DE UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA TRADUÇÃO

*A descrição que a Linguística oferece da língua é como o negativo da linguagem poética. Por certo, o negativo é imprescindível, mas ninguém cola negativos num álbum de fotografia.*

Mário Laranjeira

*Tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da linguística. (...) A linguística se ocupa do fenômeno que constitui a linguagem.*

Émile Benveniste

Uma vista d'olhos – mesmo que apenas nos sumários – de qualquer manual de tradução ou de Tradutologia atesta: tantas são os objetos de pesquisa dentro do amplo processo tradutório quanto os diferentes olhares que se engajaram no estudo desse objeto, que parece sempre escapar a qualquer tentativa de delimitação e de definição precisa. Primeiramente realizada de forma oral, posteriormente de forma escrita, inicialmente não teorizada, hoje tão amplamente discutida, a tradução exigiu ser tratada por novas teorias, pois seu *status* mesmo sofreu alterações: “a língua da Europa é a tradução”, já afirma Umberto Eco. E, se o objeto é visto de forma diferente, justo é que os pesquisadores ajustem também suas lentes, a fim de revelar facetas até então recônditas e não exploradas desse objeto.

É com vistas a observar como a consideração do fenômeno tradutório por intermédio do enfoque linguístico imprimiu mudanças no campo dos estudos da tradução que este capítulo se constrói. Um aviso, porém, se faz necessário: não retomarei aqui as diferentes correntes que abordaram a tradução; não realizarei um inventário de autores que se detêm no estudo e investigação desse objeto. Isso pode ser encontrado em inúmeras obras com uma qualidade muito maior do que se poderia desenvolver aqui. O intuito das linhas que seguem é apenas um: verificar em que medida a tradução permite uma abordagem enunciativa. A problematização que segue deve ser capaz de retirar de tal objetivo o aspecto de trivialidade que possa talvez ter tomado conta de meu leitor, dado que a tradução é, evidentemente, um fenômeno linguístico. Essa constitui a primeira parte do caminho a ser seguido neste capítulo.

A segunda, por seu turno, pressupõe, evidentemente, a primeira, e, aceitando a legitimidade de um estudo linguístico da tradução, desenvolve-se com vistas a acentuar as diferenças que um estudo enunciativo do fenômeno tradutório impõe ao que comumente é observado em estudos linguísticos de outra natureza sobre tradução. Essa diferença pode ser mais bem evidenciada na terceira e última parte, a qual estabelece algumas discussões para a consideração do objeto de estudo desta tese, a saber, o erro de tradução. Para tanto, inicialmente, é realizado um levantamento de como o erro é considerado por tradutores profissionais, para, em um segundo momento, refletir sobre o lugar que o erro ocupa em outro âmbito, o do ensino de tradução que, conforme a introdução, constitui o foco deste trabalho. Por fim, são propostos encaminhamentos iniciais que ratificam a necessidade de um estudo do erro de tradução por meio de um aporte teórico enunciativo.

### **1.1 A relação da Linguística com a Tradutologia e com os Estudos de Tradução**

Há quase 40 anos, Georges Mounin, em seu *Os problemas teóricos da tradução*, dedicou mais de 200 páginas à defesa de que a tradução pode (e deve) ser um dos objetos de estudo da Linguística, realizando uma espécie de tratado sobre a legitimidade de uma abordagem linguística do fenômeno tradutório. Passado quase meio século, a argumentação de Mounin – baseada no fato de que, segundo ele, a Linguística parece se desviar da tradução como objeto de estudo – poderia parecer sem fundamento, se não fossem duas questões intrigantes.

Para entender a primeira, partamos de uma visão de Tradutologia, na acepção que dela faz uso Antoine Berman (2007): trata-se “[d]a articulação consciente da *experiência da tradução, distinta de qualquer saber objetivamente exterior a ela (assim como elaboram a linguística, a literatura comparada, a poética)*” (p. 18 – grifos meus) e que, portanto, se constitui como “reflexão da tradução sobre si mesma a partir da sua natureza de *experiência*” (p. 19 – grifos meus). A isso, acrescenta que a Tradutologia, precisamente por “ser reflexão e experiência, não é uma ‘disciplina’ objetiva, mas sim um pensamento-da-tradução” (p. 20). Os excertos do tradutor e teórico francês deixam claros dois pontos que, poderíamos inclusive pensar, estabelecem entre si uma relação de causa e efeito: (1) a Tradutologia é um saber, uma reflexão que advém da experiência, logo (2) a Linguística, desde esse ponto de vista, passa a

ser exterior à Tradutologia, dado que um linguista que se debruce sobre o fenômeno da tradução não é, necessariamente, tradutor, e, por essa razão, sofre a falta do saber empírico. As teorias linguísticas, portanto, lidariam, na concepção do autor, com um objeto teórico, desvinculado de questões práticas envolvidas no processo tradutório.

No entanto, o mesmo pensamento do teórico, ao apontar a Tradutologia como um pensamento-da-tradução, marca a incompletude dessa “disciplina”, que não parece poder, paradoxalmente, se isolar das disciplinas que lhe são “exteriores”: “a tradução constitui essa tal dimensão. Portadora de um saber próprio, ela não pode ser sujeito desse saber a não ser que se abra a uma tradutologia no sentido esboçado aqui<sup>2</sup>” (id., 1984, p. 290).

Eis aí a primeira questão intrigante: a Tradutologia, ao menos em uma das acepções do termo, mesmo se tratando de um pensamento sobre um fenômeno linguageiro, trata a Linguística como *exterioridade*. Reside, aí, o primeiro motivo para acreditarmos que a argumentação de Mounin é pertinente ainda hoje.

No entanto, se Berman considera a Linguística exterior à Tradutologia, essa é uma opinião que não encontra unanimidade na área. Amparo Hurtado Albir, talvez o nome de maior realce no campo, é mais prudente em sua definição<sup>3</sup>: “Tradutologia é a disciplina que estuda a tradução; trata-se, pois, de um saber *sobre* a prática tradutora. A Tradutologia é uma

<sup>2</sup> O sentido esboçado por Berman é o seguinte:

Mas isso não quer dizer, ao menos em um primeiro lugar, que a tradução passe a ser o objeto de uma “disciplina” específica incidindo sobre uma “região” ou um “domínio” separados, justamente na medida em que ela não é algo separado. De fato, a tradutologia, enquanto forma ou campo de saber, poderia ser primordialmente aproximada dessas formas de “discurso” recentes que são a “arqueologia” de Michel Foucault, a “gramatologia” de Jaques Derrida ou a “poetologia” desenvolvida na Alemanha por Beda Alemann. De fato, mais do que disciplinas “regionais”, trata-se aqui da emergência de tipos de reflexão sobre as dimensões já recortadas por outras disciplinas constituídas, mas recortadas de tal maneira (ou justamente porque há um recorte) que a riqueza imanente de seu conteúdo não pode mais aparecer plenamente. [*Mais cela ne veut pas dire, du moins en premier lieu, que la traduction devienne l’objet d’une “discipline” spécifique portant sur une « région » ou un « domaine » séparés, dans la mesure même où elle n’est justement pas quelque chose séparé. De fait, la traductologie, en tant que forme ou champ de savoir, pourrait être primordiallement rapprochée de ces formes de « discours » récents que sont l’ « archologie » de Michel Foucault, la « grammatologie » de Jacques Derrida ou la « poétologie » développée en Allemagne par Beda Alemann. Car plus que des disciplines « régionales », il s’agit ici de l’émergence de types de réflexion portant sur des dimensions déjà découpées par d’autres discipline constituées, mais découpées de telle manière (ou justement parce qu’il y a eu découpage) que la richesse immanente de leur contenu ne peut plus pleinement apparaître.*]

<sup>3</sup> Todas as citações contidas neste texto, quando não escritas originalmente em português, foram traduzidas por mim. A versão original poderá ser consultada em nota de rodapé.

disciplina científica, que necessita, também, estabelecer relações com outras muitas disciplinas (...)”<sup>4</sup> (2008, p. 25 – grifo da autora). Ou seja, para a autora, a Linguística não é exterior, mas faz parte, junto a outras disciplinas, de um ponto de vista dentro daquilo que se convencionou chamar de Tradutologia por tratar, entre outras coisas, de um objeto comum: a tradução.

Contudo, ainda que a proposta de Albir seja, por assim dizer, mais *integradora*, como a própria autora sugere, do que a de Berman, atestamos, no capítulo sobre as teorias modernas em Tradutologia, que o lugar que a autora confere à Linguística é diferente do proposto aqui. Para ela, os enfoques sobre o objeto-tradução podem ser divididos em cinco grandes grupos, que, apesar de não serem estanques, podem ser classificados em: enfoques *linguísticos, textuais, cognitivos, comunicativos e socioculturais* e, por fim, *filosóficos e hermenêuticos*. Chama a atenção, portanto, que o que ela entende por *enfoque linguístico* se equipara a “estudos que, ao teorizar sobre tradução, o que fazem é, na realidade, descrever e comparar línguas” (p. 126) por meio da “aplicação de determinado modelo procedente da Linguística”, e que incidem sobre “a descrição e comparação de línguas *sem entrar em considerações de caráter textual*”<sup>5</sup> (grifos meus). Em contrapartida, o *enfoque textual* é definido como aquele que remonta aos estudos produzidos a partir dos anos setenta, e que reivindicavam um lugar para tradução “como operação textual (e não centrada no plano da língua)”<sup>6</sup> (p. 127).

Essa delimitação, ainda que, como a própria autora pondera, não possa ser tomada como estanque, merece destaque por separar aquilo que este trabalho tende a unir: uma abordagem linguística que, ao mesmo tempo em que leva em consideração a língua (como sistema), leva também em conta seu caráter textual, em sentido amplo, isto é, como língua em uso, como discurso. Eis porque a consideração sobre o lugar que a Linguística ocupa na Tradutologia exige reflexão: o entendimento da dimensão ocupada pelos estudos linguísticos frente à tradução varia de autor para autor, fazendo com que também não haja consenso sobre a matéria e a tarefa<sup>7</sup> da Tradutologia.

---

<sup>4</sup> No original: “*La Traductología es la disciplina que estudia la traducción; se trata, pues, de un saber sobre la práctica traductora. La Traductología es una disciplina científica, que necesita, además, entablar relaciones con muchas otras disciplinas (...)*”.

<sup>5</sup> Nos originais: “*al teorizar sobre la traducción, lo que hacen en realidad es describir y comparar lenguas*” [por meio da] “*la aplicación de determinado modelo procedente de la Lingüística*” [e que incidem sobre] “*la descripción y comparación de lenguas sin entrar en consideraciones de índole textual*”.

<sup>6</sup> No original: “*como operación textual (y no centrada en el plano de la lengua)*”.

<sup>7</sup> Utilizo o sintagma “matéria e tarefa da Tradutologia” em sentido próximo ao que o *Curso de Linguística Geral* apresenta como matéria e tarefa da Linguística. Diferentemente do objeto, que, no meu entendimento do *Curso*,



Essa é uma das razões que leva James Holmes, no início dos anos 70, a propor a adoção de um novo termo, *Estudos da Tradução* (em inglês, *Translation Studies*), visando a substituir todos os outros termos, especialmente *Tradutologia* ou *Ciência(s) da tradução*, ao menos nos países anglófonos<sup>8</sup>, ao mesmo tempo em que conferia à disciplina um estatuto diferenciado. Com base na proposta de Werner Koller, Holmes aponta que “os estudos da tradução devem ser entendidos como uma designação coletiva e inclusiva para todas as atividades de pesquisa que tomam o fenômeno de traduzir e de tradução como base ou foco”<sup>9</sup> (p. 176). Com a nova terminologia, ficam estabelecidos também dois objetivos para essa disciplina empírica: (1) descrever os fenômenos do traduzir e da tradução e (2) “estabelecer princípios gerais por meio dos quais esses fenômenos podem ser explicados e previstos”. Disso deriva, igualmente, os dois ramos da disciplina: os *estudos descritivos da tradução* (*descriptive translation studies*) e os *estudos teóricos da tradução* (*theoretical translation studies*) (ibid.).

Essa abertura, no entanto, é precisamente o ponto em que vejo se erigir o segundo argumento para sustentar a pertinência da reflexão de Mounin (cf. *supra*), encerrando uma segunda questão intrigante. Grande parte dos trabalhos realizados no campo do que se convencionou chamar de *Estudos da Tradução* é produzida ora por tradutores, na busca de reflexão sobre sua prática profissional, ora por teóricos da literatura, ora por teóricos de outras áreas do conhecimento, mas poucos são os linguistas que a tomam como objeto de estudo, ainda que se trate, evidentemente, de um fenômeno linguístico. Se tal afirmação parece absurda, é só lembrarmos que o rol de pensadores<sup>10</sup> que propuseram reflexões importantes sobre tradução é composto por *filósofos*<sup>11</sup> (desde Cícero, talvez o primeiro pensador sobre

---

é tratado pelo teórico, a matéria é tratada pela teoria. Assim, da mesma forma que Saussure apresenta uma tarefa à Linguística, uma tarefa também deveria ser pensada para a Tradutologia.

<sup>8</sup> A proposta de Holmes, contudo, não foi amplamente aceita pelos diversos teóricos da tradução, uma vez que não se trata apenas de uma questão de nomenclatura, mas do fato de que a variedade de nomes para a ciência que trata da tradução (*Ciência da tradução*, *Linguística aplicada à tradução*, *Translêmica*, *Translatologia*, *Estudos sobre tradução*, *Estudos de Tradução*) reflete, igualmente, diferentes posições sobre o método, o objeto e as relações com outras disciplinas. Sobre isso, ver o capítulo IV, intitulado *Caracterización de la Tradutología*, no livro *Traducción y Traductología*, de Amparo Hurtado Albir.

<sup>9</sup> No original: “*Translation studies is to be understood as a collective and inclusive designation for all research activities taking the phenomena of translating and translation as their basis or focus*”.

<sup>10</sup> Os nomes aqui listados foram selecionados com base em alguns compêndios sobre tradução (BAKER, 2001; GENTZLER, 2009; MILTON, 1998; MUNDAY, 2009; VENUTI, 2004), que os citam por suas contribuições para o campo.

<sup>11</sup> A classificação que proponho aqui é meramente didática, pois, sabemos, vários dos autores citados dedicaram-se a diversas áreas do conhecimento, não sendo apenas escritores, ou críticos literários, por exemplo. Talvez o nome mais emblemático, nesse sentido, seja o de Roman Jakobson, que, mesmo tendo se dedicado ao estudo da tradução, produziu inúmeras outras reflexões (v. capítulo 2).

tradução de que se tem notícia, passando por W. Von Humboldt, Walter Benjamin, Jacques Derrida), por *escritores/poetas* (como Goethe, Friedrich Hölderlin, Friedrich Schlegel), por *críticos literários/teóricos da Literatura* (como John Dryden, Ezra Pound, George Steiner, Gideon Toury, e, mais recentemente, André Lefevère, Susan Bassnett, Rosemary Arrojo) e por *tradutores profissionais* (como Antoine Berman e Lawrence Venuti). Do lado dos linguistas, a lista é bem menos extensa, tendo em Eugene Nida e John Catford os nomes mais importantes, sobretudo com seus trabalhos sobre equivalência<sup>12</sup>.

Esse breve recordatório permite entender porque os *Estudos da Tradução*, sobretudo em suas teorias mais recentes (pós-década de 60) se afastaram de uma abordagem linguística (RICCARDI, 2002a; MUNDAY, 2009), passando a levar em consideração o fenômeno tradutório por outros prismas, tais como o cultural, o antropológico, o literário etc. E tal postura advém do fato de que, para muitos teóricos da tradução, a Linguística é *insuficiente* para abordar esse objeto teórico, dado que as pesquisas orientadas por esse viés parecem possuir uma “obsessão pela ideia de equivalência *per se* e com a equivalência em níveis linguísticos<sup>13</sup>, o que é considerado muito pouco para ser de significância central para os esforços do tradutor” (MALMKJAER, 2002, p.111)<sup>14</sup>. A própria afirmação de que uma abordagem linguística deu lugar a abordagens culturais, antropológicas, literárias etc. é sintomática do pensamento de que a Linguística exclui de sua análise tais variáveis, como se os aspectos culturais, antropológicos e literários não tivessem lugar em análises nesse escopo.

Nessa conjuntura, é perfeitamente justificável que, tal como alguns autores defendem, os Estudos de Tradução reclamem por uma espécie de “emancipação” da Linguística; isto é, se o senso comum poderia nos fazer afirmar que os Estudos da Tradução formam uma subárea da Linguística, os teóricos da tradução a defendem como uma disciplina *autônoma*, ou melhor, uma *interdisciplina*, na medida em que “toma elementos de *disciplinas vizinhas: não apenas a Linguística e a Literatura Comparada, mas também os estudos culturais, a filosofia,*

---

<sup>12</sup> No Brasil, especificamente, o cenário parece um pouco mais balanceado: se, por um lado, alguns de nossos maiores teóricos sobre tradução, como Haroldo e Augusto de Campos e John Milton são escritores e/ou críticos literários, temos, por outro lado, uma sólida abordagem da tradução feita por linguistas como Paulo Ottoni e Francis Aubert. No entanto, em âmbito acadêmico, pesquisas e orientações que têm por tema a tradução ainda são realizadas, majoritariamente, por professores com formação em Literatura, ou, de forma também bastante recorrente, por docentes com mestrado em estudos linguístico e doutorado em estudos literários.

<sup>13</sup> De fato, os únicos dois linguistas citados anteriormente, Nida e Catford, realizam seus trabalhos voltados à noção de equivalência.

<sup>14</sup> No original: “*obsession with the idea of equivalence per se and with equivalence at linguistic levels which are deemed too low to be of central significance to the translator’s endeavors*”.

a antropologia, a psicologia, a etnografia, a sociologia, os estudos comunicacionais, a semiótica e os estudos sobre mídia, para citar os mais proeminentes”<sup>15</sup> (ULRYCH & BOSINELLI, 1999, p.236, citado em RICCARDI, 2002a, p.2 – grifos meus). É o caso, por exemplo, de Antoine Berman (2007, p.18), enfático em seu pensamento de que a

tradução não é nem sublitteratura (como acreditava-se no século XVI), nem uma subcrítica (como acreditava-se no século XIX). Também não é uma linguística ou uma poética aplicadas (como acredita-se no século XX). A tradução é sujeito e objeto de um saber próprio<sup>16</sup>.

Por outro lado, como o mesmo Berman lembra, mesmo esse *saber próprio* pode sofrer influências e até ser transformado por outras experiências, outras práticas e outros saberes. É com relação a esse último ponto que afirma que “é claro que a Linguística, no século XX, pode enriquecer a consciência sobre tradução; o inverso, a propósito, é igualmente verdadeiro” (1984, p. 286). Também é inquestionável que, por se tratar de um *ato de linguagem* (cf. MESCHONNIC, 1999; OTTONI, 2005a), a tradução mereça uma abordagem linguística, uma vez que “a prática generalizada da comunicação interlingual, em particular as atividades de tradução, devem ser objeto de atenção constante da ciência linguística” (JAKOBSON, 2003, p. 66).

É em meio a essa “questão identitária” e epistemológica que qualquer estudo linguístico sobre tradução emerge hoje, e propus retomá-la, pois, para um linguista, parece ter

---

<sup>15</sup> No original: “(...) *drawing on elements from neighboring disciplines: not only linguistics and comparative literature, but also cultural studies, philosophy, anthropology, psychology, ethnography, sociology, communication studies, semiotics and media studies, to name the most prominent*”.

<sup>16</sup> Tal visão já é adotada pelo autor desde a publicação de seu livro *L'épreuve de l'étranger*, datado de 1984. Nele, Berman defende:

(...) deve-se afirmar que a tradução não pode jamais constituir uma simples ramificação da linguística, da filologia, da crítica (como acreditavam os românticos) ou da hermenêutica: ela constitui – quer se trate de filosofia, de religião, de literatura, de poesia, etc. – uma dimensão *sui generis*. E produtora de um certo *saber*. [...] *il faut affirmer que la traduction ne peut jamais constituer une simple branche de la linguistique, de la philologie, de la critique (comme le croyaient les Romantiques) ou l'herméneutique: elle constitue – qu'il s'agisse de philosophie, de religion, de littérature, de poésie, etc. – une dimension sui generis. Et productrice d'un certain savoir.*] (p. 286 – grifos do autor).

Essa informação é interessante, pois os Estudos da Tradução receberam esse nome (em inglês, *Translation Studies*) e se estabeleceram, oficialmente, como disciplina apenas quatro anos depois, em 1988, quando o artigo de Holmes, originalmente datado de 1972, se torna amplamente divulgado (cf. MUNDAY, 2001). É neste mesmo ano que Snell-Hornby, na primeira edição de seu *Translation Studies: an integrated approach*, propõe que a área seja vista como disciplina independente. Berman, no entanto, já defendia tal hipótese antes dos dois autores, o que mostra que o sentimento de independência do campo data de ainda mais tempo.

se tornado necessário justificar seu interesse pela atividade tradutória. No entanto, esse texto não pretende discutir a pertinência ou não dos Estudos da Tradução para a Linguística, ainda que parta dessa discussão, dado que, independentemente da posição adotada, duas constatações são incontestáveis: (1) a tradução é um fenômeno linguístico; (2) a Linguística é a ciência que trata de fenômenos linguísticos. Tendo isso em vista, o objetivo dessa exposição inicial não é apenas o de justificar a legitimidade de uma abordagem linguística da tradução, mas também o de estabelecer uma abertura que nos permita pensar em uma abordagem enunciativa desse fenômeno, escopo teórico adotado neste trabalho.

Conforme tento esclarecer a seguir, a consideração do fenômeno tradutório pelo prisma da Enunciação é não só viável em vários aspectos, como também – e isso é o mais importante –, distingue-se, sob meu ponto de vista, das abordagens linguísticas comumente desenvolvidas por não se ater apenas ao nível linguístico, ainda que não prescindam – e até mesmo partam – dele. Isso porque um estudo enunciativo da tradução não se atém apenas a questões de equivalência (e menos ainda à equivalência no âmbito estritamente linguístico, como tanto criticam os teóricos da tradução), mas desenvolve-se levando em consideração inúmeros outros fatores (tais como *forma*, *sentido*, *instância de discurso* e, principalmente, *subjetividade*), categorias que serão devidamente exploradas no capítulo 2.

Outra razão que confere estatuto diferenciado a uma abordagem enunciativa da tradução diz respeito à possibilidade para que diversos aspectos do fenômeno tradutório possam ser abordados. Observemos, a título de ilustração, como Holmes definiu os campos de estudo sobre tradução em seu artigo (op. cit.):

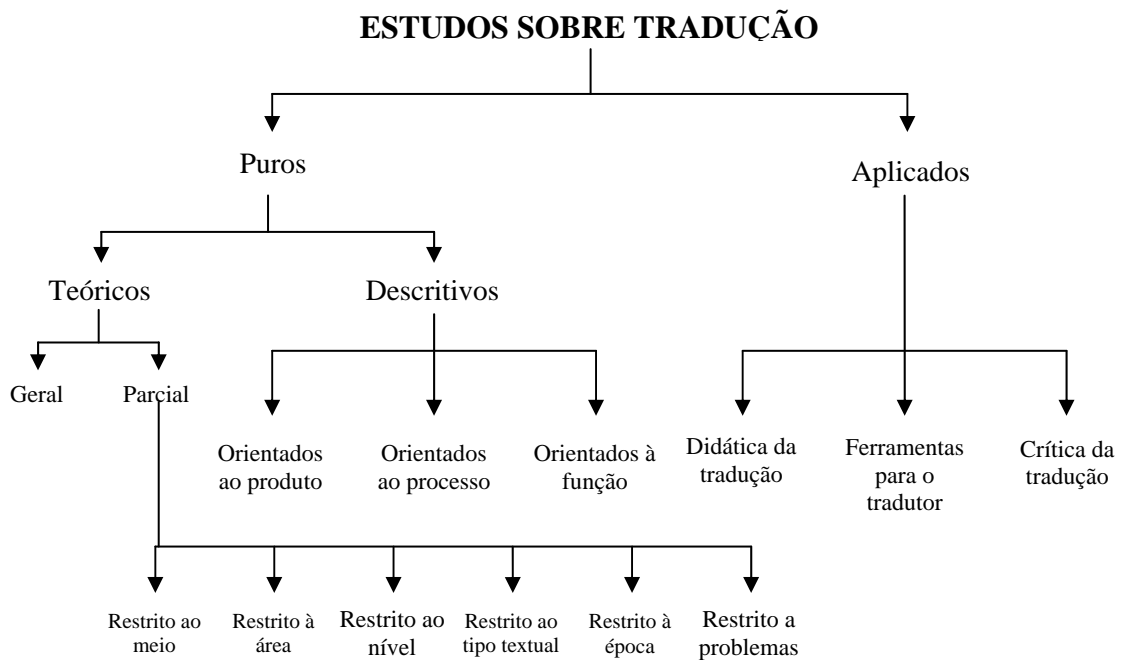


Diagrama 1: âmbito dos estudos em Tradutologia segundo Holmes (1972) – (elaborado por Amparo Hurtado Albir, 2008 - tradução minha)

Do modo como foi organizada, a proposta de Holmes tornaria inviável o empreendimento deste trabalho. Observemos: primeiramente, o esquema não contempla a possibilidade de um estudo parcial poder dialogar com um estudo geral. Por outro lado, do ponto de vista deste trabalho, as considerações propostas para o âmbito específico do erro em contexto de ensino de tradução possibilitam, entre outras coisas, refletir sobre uma prática generalizante a ser incorporada ao ensino da tradução. E eis aí a segunda problemática: no esquema de Holmes, os aspectos teórico, descritivo e aplicado não se comunicam. Como ficaria, portanto, um trabalho, como o proposto aqui, que, ao mesmo tempo em que observa questões estritamente linguísticas, o faz levando em consideração o aspecto discursivo, e, mais ainda, no escopo de sala de aula? Ademais, conquanto a proposta apresente uma divisão tripartida para os estudos descritivos, em observação ao processo, ao produto e à função, como considerar um trabalho que, justamente por ser de base enunciativa, tem como objeto de estudo o *processo*, objeto que não pode ser analisado senão pelo recurso ao *produto* e sem levar em consideração sua *função*?

Essas observações parecem ser suficientes para sustentar que um trabalho enunciativo não só se difere de um trabalho linguístico *stricto sensu*, como também imprime grandes problemas às classificações dos estudos de tradução. Nesse aspecto, considero pertinentes as

contribuições e críticas de Albir (2008) e de Lvóvskaya (1997)<sup>17</sup>, ao apontar, entre outros aspectos, a falta de relação entre os diversos estudos no campo da tradução. E, ao que me concerne, um estudo enunciativo condensa toda essa problemática, motivo pelo qual proponho um novo esquema, que objetiva levar em conta a maior complexidade de relações entre os estudos, possibilitando o enquadramento de um estudo enunciativo.

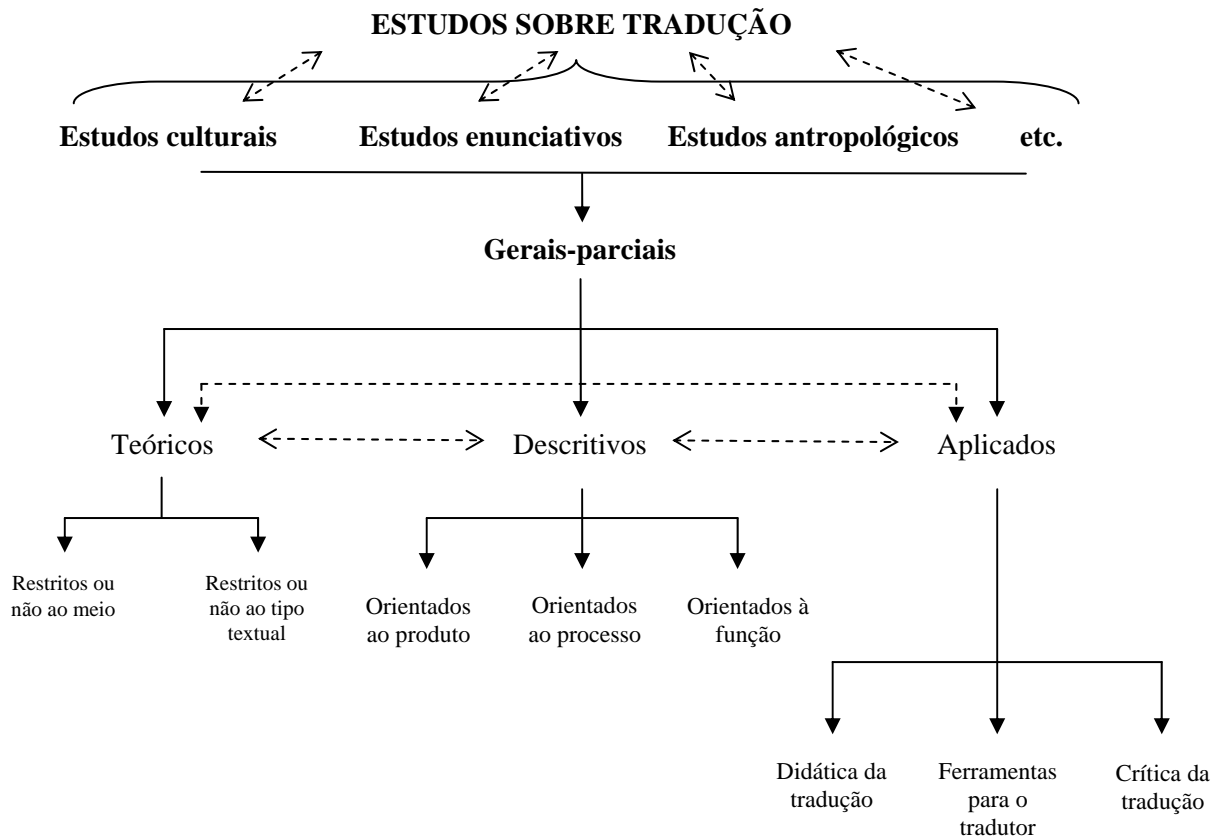


Diagrama 2: âmbito dos estudos sobre tradução e suas relações entre si (produção própria)

A Enunciação, nesse novo esquema, opera justamente nas relações entre os domínios, representados pelas linhas pontilhadas. Acresce-se a isso o fato de que os estudos de tradução e os estudos que a eles se vinculam (literários, antropológicos, linguísticos, culturais, enunciativos etc.) estabelecem entre si uma relação bidirecional. Ou seja, ao mesmo tempo em que contribuem para o avanço dos estudos em tradução, esses estudos também contribuem para o avanço dos campos “subordinados”. Por se tratar de uma relação recíproca, tais considerações também devem permitir a elaboração de colaborações teóricas para os estudos enunciativos da linguagem, uma vez que, como bem lembra Berman (1984) a tradução, por

<sup>17</sup> Obra à qual só tive acesso por meio de Albir (2008) e que, por isso, não consta na bibliografia.

ser uma espécie de modelo da comunicação interlinguística, intercultural e interliterária, permite-nos abordar outros aspectos de natureza linguística pelo universo descortinado pelos estudos sobre tradução. Isso porque

todos os problemas que essa comunicação [interlingual] possa apresentar aparecem claramente (...) na operação de tradução. (...) Podemos dizer que ela ocupa um lugar análogo àquele da linguagem no seio de outros sistemas de signos: como disse Benveniste, a linguagem é, em um sentido, apenas um sistema de signos entre os outros; mas, em um outro sentido, é o sistema dos sistemas, aquele que permite interpretar todos os outros<sup>18</sup>. (p. 291)

Ainda mais um adendo se faz necessário: o hífen em “gerais-parciais” deve ser entendido como traço de união, e não de separação. Isso porque, ao menos do ponto de vista adotado neste trabalho, todo o estudo parcial deve, em maior ou menor medida, contribuir para o aspecto geral de entendimento da tradução, mesmo que não o contemple diretamente em sua forma generalizada. Dessa forma, o que considero como “geral” em tradução é, na verdade, sempre oriundo de um específico, pois, lembrando as palavras de Berman, supracitadas, a tradução “recusa qualquer totalização”. A proposta é, pois, sempre a de eleger um aspecto dentro do amplo e intrincado terreno da tradução e, a partir das considerações que emanarem de sua abordagem, propor algumas generalizações, de caráter preliminar, evidentemente, para o campo dos Estudos da Tradução. É precisamente o que se tentará fazer neste trabalho.

Isso posto, cabe ainda uma última pergunta antes de nos referirmos detidamente ao objeto desta tese: *quais as características da Linguística da Enunciação que viabilizam o estudo da tradução por esse viés teórico?* A próxima seção ensaia respostas para esse interrogante.

## 1.2 A viabilidade de um estudo enunciativo da tradução

O início do percurso que leva a uma possível resposta para a pergunta anterior se inicia pela interrogação sobre a forma pela qual a teoria permite pensar o objeto-teórico

---

<sup>18</sup> No original: “*tous les problèmes que cette communication peut poser apparaissent en clair (...) dans l’opération de la traduction. (...) On peut dire que celle-ci occupe une place analogue à celle du langage au sein des autres système de signes : comme l’a dit Benveniste, le langage n’est en un sens qu’un systèmes de signes parmi d’autres ; mais en un autre sens, c’est le système des systèmes, celui qui permet d’interpréter tous les autres*”.

*tradução*. Tento demonstrar, portanto, nesta seção, que essa abordagem ganha estatuto diferencial, uma vez que a Enunciação não reduz a tradução a um fenômeno de *língua*, mas pensa-a como um fenômeno de *linguagem* (oposição explicada mais adiante), com todas as implicações que isso gera. Para tanto, tomo, como ponto de partida, as considerações de Ottoni (2005a), para quem “a linguística não dá conta da tradução enquanto um acontecimento que emerge do funcionamento da linguagem” (p. 23), reconstituindo a linha de raciocínio que leva o autor a tal afirmação, para, posteriormente, argumentar em favor de uma abordagem enunciativa da tradução que leve em conta esse funcionamento.

### 1.2.1 A crítica à linguística estruturalista

Em seu artigo *O papel da Linguística e a relação teoria e prática no ensino da tradução*<sup>19</sup>, Paulo Ottoni defende a ideia, já antecipada acima, de que o arcabouço teórico da Linguística não é suficiente para abordar a complexidade do fenômeno tradutório. Com relação a isso, é importante lembrar, logo de início, que a Linguística a que se refere o autor é aquela rotulada como Estruturalista, que, em seu artigo, equivale à Linguística desenvolvida a partir do *Curso de Linguística Geral*. Em oposição a ela, seu texto defende que a Linguística que se convencionou chamar de Pós-estruturalista (representada em seu texto pela Teoria da Desconstrução de Jacques Derrida) é a única capaz de abordar a tradução como fenômeno de linguagem (em oposição a um fenômeno de língua, que não considera a fala, ou seja, o uso individual)<sup>20</sup>. Por esta ótica, por ser a Enunciação uma Linguística diretamente ligada ao pensamento saussuriano (cf. FLORES & TEIXEIRA, 2005; FLORES & NUNES, 2007), e, portanto, passível de ser considerada como pertencente ao grupo das “teorias pós-estruturalistas”, parece lícito afirmar que, tanto quanto a Teoria da Desconstrução, a abordagem enunciativa também dispõe de aparato teórico-metodológico para abordar a tradução como fenômeno de linguagem. Antes de defender essa hipótese, porém, é necessário entender os motivos que levam Ottoni a tais considerações.

<sup>19</sup> O artigo é datado de 1996, e integra o livro *Tradução manifesta* (cf. bibliografia).

<sup>20</sup> Não discutirei, neste texto, a posição do autor relativamente ao que ele denomina de Linguística Estruturalista, sobretudo em sua relação com a obra saussuriana. No entanto, cabe a ressalva de que a interpretação proposta em seu artigo vem sendo constantemente discutida pelos estudiosos da obra do linguista genebrino, especialmente levando em consideração a descoberta dos manuscritos do mestre, que ajudam a lançar luz sobre algumas questões discutidas por Ottoni, tais como a díade língua e fala, uso coletivo e uso individual.



### 1.2.2 A divisão língua-linguagem, sujeito-objeto

O autor parte da concepção de que, para fundar a Linguística, Saussure<sup>21</sup> viu-se obrigado a distinguir *língua* e *linguagem*, uma vez que a última, por seu caráter heteróclito e sua falta de unidade interna, não poderia ser objeto de uma ciência<sup>22</sup>. Isso implica que, por ser a *língua* a *linguagem* menos a *fala*, o objeto da Linguística teria excluído a liberdade individual de uso da língua, ou, mais precisamente, teria excluído o *sujeito* de seu escopo<sup>23</sup>. E isso traz uma consequência profunda para o modo de pensamento que se instaura a partir da fundação da Linguística: excluir o sujeito do escopo teórico equivale a endossar a dicotomia *sujeito-objeto* o que, em última análise, implicaria uma cisão entre *teoria* e *prática*:

A crença na dicotomia teoria x prática, sobre a qual tem se baseado todo o arcabouço do conhecimento ocidental, traz pelo menos duas consequências: 1. A possibilidade de uma oposição clara e objetiva entre teoria e prática emerge da crença na possibilidade da oposição entre sujeito e objeto, em que o primeiro pretende não apenas descrever e controlar o segundo, mas também não misturar-se com ele. A possibilidade dessa oposição necessariamente anula a subjetividade do sujeito em relação com o objeto (...) (ARROJO, 2003, p. 108)<sup>24</sup>.

Transportando essa hipótese de cisão entre *sujeito-objeto* para o campo dos estudos da tradução, a implicação é imediata: se a Linguística, para se constituir, precisou abrir mão da figura do sujeito, tomando seu objeto, como diz Arrojo, desprovido de subjetividade, “podemos afirmar que, teoricamente, a tradução é absolutamente possível para a linguística, mas sem a interferência de um tradutor” (p. 28)<sup>25</sup>. Isso porque, ainda segundo a visão de Ottoni, ao tomar a língua como sistema de signos, em que significado e significante estão em

---

<sup>21</sup> Empleo o nome de Saussure, neste caso, por fidelidade ao texto de Ottoni, uma vez que, dadas as descobertas dos manuscritos originais do genebrino e toda a reflexão teórica que deles advêm, é insustentável afirmar que Saussure estabelece uma ou outra coisa. A terminologia apropriada seria que o *Curso de Linguística Geral*, tal como foi concebido, estabelece tais considerações. Este texto não aborda a problemática de que o *CLG* não pode ser visto como resumo do pensamento de Saussure e nem de como as reflexões dos manuscritos poderiam pôr em xeque as ideias de Ottoni, pois, tal como afirma Normand (2007), se outras visões sobre o pensamento de Saussure se tornaram possíveis com a descoberta dos manuscritos, eles não invalidam a leitura do próprio *Curso*. Além disso, a interpretação de Ottoni é exemplar da forma como o livro é frequentemente lido por muitos linguistas, com certas imprecisões não respaldadas por uma leitura atenta do *Curso*. Mesmo assim, seu raciocínio, ainda que parta de uma leitura questionável do *CLG*, propõe algumas considerações que são de interesse para este trabalho, motivo pelo qual recorro às considerações do autor.

<sup>22</sup> Obviamente, toma-se aqui uma visão positivista de ciência; “logocêntrica”, nos termos de Ottoni.

<sup>23</sup> A respeito dessa leitura e do meu posicionamento sobre ela, ver Nunes 2011b, no qual defendo que não é possível sustentar, com base em uma leitura atenta do *CLG*, que o sujeito e, principalmente, o falante é excluído do *Curso*. Antes, o que parece haver é o reconhecimento de sua importância, mas que, pelas dificuldades de metodologia de uma ciência que estava apenas em vias de formação, é deixado provisoriamente suspenso para ser abordado com maior detalhamento após a Linguística ter estabelecido suas bases.

<sup>24</sup> Esse trecho é citado por Ottoni à página 22.

<sup>25</sup> Todas as citações desta seção, salvo quando indicado o contrário, provêm do texto de Ottoni (2005b), motivo pelo qual só apresento a página em que se encontram.

perfeita oposição, ela se torna “um todo por si” (SAUSSURE, 2004, p.17), ou seja, um todo estável, que não depende do locutor e do uso que ele faz da língua<sup>26</sup>. Por este viés, a Linguística não conseguiria compreender o ato tradutório, pois parte “da postura do tradutor como um transportador de significados estáveis de um sistema – de uma língua – para outro, aquele que vai transportar significados entre dois sistemas fechados e diferentes entre si” (p. 27).

Considerando esse raciocínio, a tradução é possível, para a Linguística, somente na teoria, enquanto que a “tradução é *impossível* se for encarada (...) na sua prática, na qual intervêm, inevitavelmente, características individuais que contrariam a perfeita oposição entre significado e significante” (p. 29 – grifo do autor). Vê-se aí como a clivagem *sujeito-objeto* ecoa em uma divisão entre *teoria* e *prática* e, em última instância, entre língua como sistema abstrato e o uso individual que cada falante faz dela.

No entanto, como sabemos, mesmo que apenas empiricamente, a tradução não acontece *senão* pela mobilização da língua (sistema abstrato) por meio de um uso individual. Assim, o processo tradutório não pode ser pensado desarticulado do tradutor, e isto por pelo menos um motivo: traduzir implica operar sobre significantes e significados, e “é só o indivíduo-tradutor que tem condições de produzir e transformar esses significados em outros, dentro do jogo de diferenças e semelhanças do sistema da língua” (p. 32). É sobre esse ponto que podemos, então, pensar em uma abordagem enunciativa da tradução, uma vez que enunciar é precisamente “colocar a língua em uso por um ato individual de utilização” (*O aparelho* [1970], *PLG*, p. 82/82).

### 1.2.3 Características de um estudo enunciativo da tradução

Do exposto até agora, podemos entender que a crítica a uma abordagem linguística da tradução deriva do fato de que ela contempla o fenômeno tradutório por meio de uma perspectiva que o reduz a um fato de *língua*, isto é, desconsidera que há um ser que traduz e que faz escolhas, interpreta, produz sentidos. Tal visão está em oposição à consideração da

---

<sup>26</sup> Esse é um dos pontos em que me afasto da perspectiva de Ottoni. Ainda que a língua possa se configurar em um “todo por si”, ela é dependente do sujeito, do falante, pois somente ele pode determinar o que é ou não língua. O sujeito tem, portanto, um papel fundamental na teoria saussuriana.

tradução como um fato de *linguagem*, perspectiva que Ottoni defende ser o diferencial das teorias pós-estruturalistas (mais especificamente, ou talvez até exclusivamente, a Desconstrução proposta por Jaques Derrida). Talvez seja exatamente por essa exclusão da subjetividade implicada na tradução que a abordagem linguística tenha perdido seu espaço para os estudos funcionalistas e culturais, a partir da década de 60, bem como, mais recentemente, para uma abordagem literária (RICCARDI, 2002a).

No entanto, se, como propõe Ottoni, a Linguística Pós-estruturalista pode ser vista como uma “nova postura epistemológica” (p. 27), capaz de contemplar a tradução como uma manifestação linguística que põe “a linguagem em funcionamento na sua totalidade” (p. 25), a Linguística da Enunciação, em suas diferentes teorias<sup>27</sup>, passa a ser uma possível escolha teórica para abordagem desse fenômeno. Isso porque, se minha leitura do texto de Ottoni estiver correta, suas críticas levam-nos a inferir alguns “requisitos” necessários para que a Linguística possa abordar a tradução, e a Enunciação parece estar alinhada com tais exigências. De forma resumida, os requisitos me parecem ser que uma abordagem linguística da tradução *não* pode:

- (1) abordar a linguagem fora de seu funcionamento;
- (2) separar sujeito e objeto;
- (3) ignorar a presença do tradutor como agente em todo o processo tradutório;
- (4) pressupor que o tradutor seja um transpositor de sentidos únicos e estáveis de uma língua para outra.

Minha proposta é, neste momento, verificar em que medida a Linguística da Enunciação preenche tais expectativas, tendo por base a Teoria da Enunciação benvenistiana, escolha que será justificada adiante.

---

<sup>27</sup> Flores & Teixeira (2005) consideram que há diferentes teorias da Enunciação, ainda que todas estejam ligadas a um princípio comum: interrogarem a linguagem do ponto de vista do sentido. Exemplos de estudiosos que propuseram teorias diferentes da mobilizada aqui são Jacqueline Authier-Revuz, Oswald Ducrot, Antoine Culioli entre tantos outros.

### 1.2.3.1 A Linguística da Enunciação aborda a linguagem em seu funcionamento

Entre as características que unificam o campo enunciativo de estudos da linguagem, está talvez a mais estruturante: toda abordagem enunciativa propõe uma visão de língua observada a partir do ponto de vista do sentido. Por isso, costuma-se dizer que se trata de uma *semântica* da enunciação e, como nos ensina Benveniste, “a noção de semântica nos introduz no domínio da língua *em emprego* e *em ação*” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 229/224 – grifos meus). Dessa forma, o *uso* se torna “um princípio de discriminação, um critério” (*ibid.*, p. 227/222), pois é somente “no uso da língua que um signo tem existência”. O sentido, tal como considerado pelos enunciativistas, só emerge da linguagem em funcionamento, o que diferencia esse ponto de vista teórico de uma abordagem imanentista, que considera a língua por si mesma, fechada em si mesma (a língua como sistema de signos de que fala Benveniste). Há, assim, uma “diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo” (*A natureza* [1956], *PLG I*, p. 281/254): para a Enunciação, o que importa primordialmente é a linguagem em sua condição de manifestação linguística, necessariamente realizada por um locutor que coloca a língua em funcionamento. É somente a partir desse funcionamento que se pode, então, tecer considerações sobre a linguagem. Portanto, é consequência imediata que não haja separação entre sujeito e objeto, assunto do próximo item.

### 1.2.3.2 A Linguística da Enunciação não separa sujeito e objeto

Se uma das grandes críticas que Ottoni faz à Linguística estruturalista se sustenta no fato de ela separar sujeito e objeto, de forma a ignorar a subjetividade inerente a qualquer uso da língua, a Linguística da Enunciação realiza exatamente o movimento contrário ao colocar a subjetividade no centro de sua análise, pois “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (*Da subjetividade* [1958], *PLG I*, p. 286/260 – grifos do autor). O fundamento da subjetividade encontra-se, pois, no exercício mesmo da língua, fazendo com que “a linguagem (...) [seja] a possibilidade da subjetividade” (*ibid.*, p. 289/263). Dado que “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 83/81), toda a teoria enunciativa deve ser capaz de observar como, ao mobilizar o sistema da língua, o locutor se marca naquilo que

diz/escreve por meio de um uso linguístico cujas características são sempre singulares. Dito de outra forma, o objetivo da análise repousa em “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’”, o que caracteriza o processo de semantização da língua, sempre resultado singular da apropriação do aparelho formal da língua por parte de um locutor. Dessa forma, a Enunciação não só não separa sujeito e objeto como um não existe senão pelo outro: só há manifestação linguística porque há, antes de tudo, um locutor que enuncia. Isso leva ao ponto seguinte.

### 1.2.3.3 A Linguística da Enunciação contempla a presença do tradutor na tradução

Dado que a Enunciação se interessa pela subjetividade na linguagem, isto é, pelo modo como de *locutor* se passa a *sujeito* (*Da subjetividade* [1958], *PLG I*, p. 286/259) – que se marca no que diz –, deriva daí a constatação, um tanto óbvia, de que tanto *tradução* quanto *tradutor* são objetos de uma análise enunciativa<sup>28</sup>. A Enunciação só concebe tradução enquanto produto de um tradutor, e não como uma manifestação linguística tomada *per se*. Isto é, não considera apenas o texto, o enunciado, ainda que parta dele, mas passa a interrogar-lhe

como produto de uma enunciação, resultado, portanto, de uma articulação particular de *forma* e *sentido* (cf. Benveniste, 1989), produzida pelo autor do original. Isso não quer dizer, no entanto, que o tradutor deve procurar saber *o que* o autor quis dizer (se é que isso é possível sem uma explicação por parte do próprio autor); antes, o tradutor deve procurar saber *como* o autor disse o que disse, isso é, como o texto se configura em uma organização semântica particular, ou seja, como o texto produz sentido, como o autor, em seu uso particular da linguagem, articulou *forma* e *sentido*, produzindo uma sintaxe própria (NUNES, 2011a, p.17-8).

Essa sintaxe própria em nada deve ser confundida com a sintaxe a que normalmente nos referimos nos compêndios gramaticais. Trata-se, na teoria benvenistiana, de uma relação específica de engendramento de *forma* e *sentido*, que ganha vida de duas formas: “por meio de índices específicos, de um lado, e procedimentos acessórios, de outro” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 84/82). A primeira forma de o locutor se marcar no que diz é aquilo que é chamado por Benveniste de *índices específicos*, termo cunhado pelo autor para denominar uma série de “indivíduos linguísticos” que são “engendrados de novo cada vez que uma enunciação é

<sup>28</sup> Cabe a ressalva, porém, de que, apesar de interessar à análise enunciativa, a Teoria da Enunciação implica, pois, um sujeito, mas não faz teoria sobre ele (NORMAND, 1986).

produzida, e cada vez eles designam algo novo” (ibid., p. 85/83). Constitui-se em um grupo finito de elementos, tais como os pronomes, tempos verbais, modalizadores etc. Em uma visão estrita de estudo enunciativo, esses são precisamente os elementos que são observados, pois só existem na e pela enunciação.

No entanto, há aquilo que chamo de “uma segunda forma de o locutor se marcar no que diz”, constituída por um grupo *infinito* de possibilidades. É por meio dessa segunda forma que podemos pensar a relação, sempre singular, entre *forma* e *sentido*, o que nos leva, igualmente, a refletir sobre o que é o *sentido* para a Enunciação.

#### 1.2.3.4 A Linguística da Enunciação não pressupõe sentidos estáveis e únicos

Outra crítica feita por Ottoni à Linguística Estruturalista diz respeito ao que ele chama de “sentido estável e único”. Isso porque, segundo o seu raciocínio, uma vez que se exclua a subjetividade da linguagem, o que resta é a língua como sistema de signos e, conseqüentemente, como um sistema de oposições. Para o *CLG*, um signo não significa senão pela relação de oposição que mantém com os demais. O sentido se dá, portanto, pela negatividade e já é inerente ao sistema linguístico. Benveniste, ao considerar a subjetividade o eixo central de uma análise enunciativa, depara-se com a questão: como é possível singularizar o que se enuncia se há sentidos já antecipados pelo próprio sistema da língua? A resposta para esta problemática parece estar na sua concepção dos níveis *semiótico* e *semântico* de significação:

Coloco que há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. O signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. É reconhecido o que tem sentido; todas as palavras que são encontradas num texto francês, para quem domina esta língua, têm um sentido. Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido e não se está preocupado com isso. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não. (...) A semântica é o “sentido” resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isto é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto que o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo (*Estruturalismo* [1968], *PLG II*, p. 21/21).

Disso resulta que o semiótico “se caracteriza como uma propriedade da língua” (ibid., p. 230/225), enquanto que o semântico “resulta de uma atividade do locutor que coloca a

língua em ação”. A concepção de dois universos de sentido implica, fundamentalmente, uma mudança no próprio objeto de análise, que deixa de ser o *signo* e passa a ser a *frase*: “o signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular”.

Dado que a Enunciação aborda tanto o universo semiótico quanto o semântico, uma vez que é impossível separá-los, é lícito afirmar que não se trata, portanto, da observação de sentidos estáveis e únicos, mas de sentidos evanescentes e produzidos, engendrados de forma nova cada vez que se enuncia.

#### 1.2.4 Considerações preliminares

As considerações preliminares que desenvolvi aqui apontam para uma espécie de justificativa de uma abordagem linguística da tradução que não se esgota no material linguístico, como tanto criticam os estudiosos dessa área. No entanto, como ainda é necessário evidenciar por meio da revisão de como alguns teóricos do campo enunciativo tomaram a tradução como objeto de estudo, mesmo dispondo de um arcabouço teórico favorável a uma abordagem do fenômeno tradutório, a Enunciação ainda permanece reticente a esse objeto. Eis o primeiro motivo pelo qual um estudo enunciativo da tradução se torna convidativo.

Porém, acredito que a contribuição mais importante que uma análise enunciativa pode proporcionar esteja na contemplação do processo tradutório de forma bilateral (cf. antecipado supra). Se é verdade que a maioria dos linguistas, conforme afirma Malmkjaer (op. cit.), se interessa pela tradução vendo sua relação com a Linguística unilateralmente, isto é, pensando o que a Linguística pode dizer sobre a tradução, minha proposta vai no sentido oposto. Ao mesmo tempo em que, para um linguista, é inevitável tomar a tradução como objeto de estudo, o processo não se esgota aí. É preciso também pensar o movimento contrário, indagando o que a tradução pode dizer à Linguística. Isso porque, como lembra Meschonnic (op. cit.), “traduzir não se limita a ser o instrumento de comunicação e de informação de uma língua para outra” (p. 14); antes, “é o melhor ponto de observação sobre as estratégias de

linguagem”<sup>29</sup>. É esse ponto de observação privilegiado que pode nos ensinar um pouco mais sobre língua e linguagem, e, inevitavelmente, sobre sujeito, o que, indubitavelmente, interessa a todos nós, linguistas do campo enunciativo.

### 1.3 Por uma abordagem enunciativa do erro de tradução

Ao longo deste capítulo, ative-me ao encaminhamento de um debate sobre como a Linguística se insere no campo dos Estudos de Tradução (ou se apresenta como *exterioridade* a ele), acentuando a imagem que alguns autores têm de que a Linguística apresenta uma severa limitação para abordagem de um fenômeno tão complexo como o tradutório. Contrariamente a isso, em um segundo momento, tal problemática tentou ser equacionada por meio da discussão de como uma abordagem enunciativa da tradução se afasta do que é comumente atribuído a um estudo linguístico (e, conseqüentemente, das críticas que isso gera), refletindo sobre sua pertinência e seu caráter imperativo para contribuição ao campo dos estudos sobre tradução. Trata-se, a partir de agora, de delimitar o objeto de estudo deste trabalho, tendo em vista as justificativas apresentadas nas seções anteriores, as quais legitimam uma abordagem enunciativa da tradução.

Dessa forma, com vistas a preencher as lacunas deixadas por ambos os campos, enunciativo e tradutório, o objeto central de estudo tomado neste trabalho é o erro de tradução. Tal objeto é contemplado levando em conta precisamente o que lhe confere tamanha complexidade: a presença de um locutor<sup>30</sup> que, ao traduzir, põe em jogo todo o labiríntico mundo da linguagem, e, com ela, se propõe a (re)criar sentidos.

Para alcançar este delicado objetivo de abordar enunciativamente o erro de tradução, a escolha do objeto de estudo foi pautada em duas constatações: 1ª) aquilo que chamamos de erro de tradução ainda não foi contemplado de forma abrangente e vertical nos Estudos da

---

<sup>29</sup> Nos originais: “*traduire ne se limite pas à être l’instrument de communication et d’information d’une langue à l’autre* » e « *c’est le meilleur poste d’observation sur les stratégies de langage*”.

<sup>30</sup> Faço uso do termo *locutor*, ao longo deste texto, na acepção benvenistiana: para esse autor, apesar de a origem de *locutor* remontar ao latim *locutare*, não se restringe àquele que *fala*, mas se refere àquele que se apropria do aparelho formal da língua, seja oralmente ou por escrito. O termo também deve ser distinguido de *sujeito*, igualmente presente nos textos benvenistianos e do qual faço uso para me referir a um efeito que é produzido na e pela enunciação. Ou seja, é na e pela enunciação que o *locutor*, ser empírico, se torna *sujeito*, categoria teórica.



Tradução; e 2<sup>a</sup>) esse erro pode assumir um estatuto diferenciado, no escopo do ensino da competência tradutória, quando observado do ponto de vista enunciativo.

Dadas essas duas constatações, o que se observa usualmente, nos poucos estudos que se dedicam à problemática, são descrições acerca dos tipos de erros mais comuns cometidos por tradutores, profissionais ou não, mas que pouco contribuem para o entendimento do lugar que o erro ocupa na prática tradutória e, menos ainda, para a compreensão da função que o erro desempenha no âmbito da formação de tradutores. Da mesma forma, para os estudos enunciativos, o olhar do pesquisador normalmente repousa sobre aquilo que funciona “normalmente” na linguagem. Isto é, há uma tendência, nos estudos linguísticos em geral, de abordagem daquilo que é regular. Mesmo na Enunciação, cujas teorias permitem a contemplação daquilo que é singular e, portanto, potencialmente desviante, observa-se certo silêncio em relação a um objeto que não se apresenta, por assim dizer, em sua forma ideal. O erro (de tradução), o deslize (na língua materna), a linguagem sintomática dos consultórios de fonoaudiologia recém começam a integrar o rol de assuntos de interesse do enunciativista. É com vistas a preencher, ainda que de forma inicial, essa lacuna nos estudos enunciativos que este estudo coloca em relação três esferas – a tradução, o ensino e formação do profissional tradutor e a Teoria da Enunciação benvenistiana – e o faz por meio da abordagem do erro de tradução, relação que deverá ficar mais clara ao final deste capítulo.

A arguição desenvolvida ao longo deste capítulo tem, como ponto de partida, as diferentes concepções de erro na literatura e, principalmente, na opinião de tradutores profissionais, para, posteriormente, refletir sobre como o erro pode ser abordado por um viés enunciativo.

### *1.3.1 Definindo o objeto de estudo: o estatuto do erro de tradução*

“Se pedirmos a dois tradutores para avaliar uma determinada tradução, obteremos três opiniões diferentes” (SANTOS, 2004, p. 57). Analogamente ao gracejo produzido pela professora Miriam Santos, poderíamos dizer que, se pedirmos a dois tradutores para definir o que é um erro de tradução, obteremos três respostas diferentes. E isso não é resultado apenas das diferentes visões sobre tradução a que se devotam os diferentes tradutores, teóricos e

estudiosos<sup>31</sup> do assunto, mas reflete a própria dificuldade que constitui a definição de um conceito no terreno da linguagem. Partir de um conceito tão escorregadio para elaborar uma tese, portanto, requer um cuidado especial, a começar pelo motivo que me leva a tomá-lo como ponto de partida para este estudo.

Se há uma verdade incontornável no que tange à tradução é que, justamente por se tratar de um fenômeno linguístico, ela está sempre sujeita ao erro, qualquer que seja o estatuto que a ele damos. E isso por uma razão muito simples: tropeçamos em nossa língua materna e erramos também em língua estrangeira<sup>32</sup>. Ainda que esses desvios sejam de natureza totalmente diferente, motivados, muitas vezes, por razões completamente distintas, a questão é que nenhum falante, em nenhuma língua, seja ela materna ou estrangeira, está isento de tropeçar no que diz ou escreve, seja por desconhecimento, por cansaço, seja por lapso.

Mas nenhum desses erros parece ser tão sujeito a críticas quanto aquele cometido no âmbito tradutório. As razões podem ser elencadas desde a noção de que um profissional da língua, como um tradutor, não pode se dar ao luxo do erro, passando pelo fato de que um texto escrito, em oposição a um falado, é muito mais fácil de ser corrigido, ou ainda, e talvez o mais enfático de todos, a ideia de que um erro de tradução é um desrespeito ao leitor e ao original: ao primeiro, porque o tradutor o enganou, “passando-lhe” uma mensagem que não é “aquela do original”; ao segundo, porque ainda não fomos capazes de superar a reverência ao original, tirar-lhe a aura de intocável e deixar de ver a tradução como uma competição com o texto original (cf. FRIEDRICH, 1965, p.13). O sentido do original, esteja ele onde estiver, de qualquer maneira que se manifeste e se (re)transmita, é o sentido a ser traduzido e nada mais. O tradutor que ache uma forma de conviver com isso.

Essa perspectiva – aos poucos diluída, ainda que não completamente, por novos trabalhos no campo dos estudos de tradução – aponta para um problema central: a questão do *sentido*. Ainda que a noção de *forma* – e sua relação com o *sentido* – seja amplamente discutida na área tradutória, nenhum erro parece causar mais impacto do que aquele que “mutila” o sentido do original. Entre todos os tipos de erro passíveis de aparecer em um texto

---

<sup>31</sup> Distingo os termos *teóricos* e *estudiosos* da tradução com base na consideração de Holmes (op. cit.), para quem há diferença entre os dois. Enquanto os primeiros efetivamente desenvolvem teorias sobre tradução, os últimos desenvolvem estudos que não pretendem constituir teorias. Tal é o caso do que normalmente observamos em estudos descritivos de tradução.

<sup>32</sup> Refiro-me aqui aos mais diversos tipos de erros, até mesmo aqueles como, como, por exemplo, infrações à norma culta de uma língua.

traduzido (ortográficos, sintáticos, semânticos etc.), o erro “contra” o sentido parece ser o mais imperdoável.

Para o falante, a língua só causa estranhamento quando o sentido é comprometido, quando a comunicação é, de alguma forma, abalada. O simples fato de utilizar a língua para produzir sentido, por si só, não causa estranheza e não é objeto de grandes inquietudes para aqueles envolvidos na prática comunicativa. Convivemos com essa “trivialidade” desde que somos tomados pela linguagem. Da mesma forma, em tradução, essa atividade tão complexa de fazer sentido - aumentada exponencialmente pela dificuldade de fazer sentido a partir das palavras e da língua do outro - passa despercebida. Inclusive, a não-percepção do tradutor no texto que ele traduz é, muitas vezes, vista como virtude: a boa tradução é aquela que não parece tradução, alguns diriam. Levado ao extremo, aos olhos da crítica ou do leitor comum, o que frequentemente remanesce e sobressai de um trabalho árduo é, muitas vezes, aquele momento em que o tradutor comete um deslize. Como sublinha Haroldo Neto (em entrevista reproduzida em BENEDETTI & SOBRAL, 2003, p.140), “erro é o que os outros (inclusive o tradutor) acham depois que a tradução está pronta. Acerto, normalmente é o silêncio e raramente, mas muito raramente mesmo, o elogio”.

Por mais que me distancie dessa concepção de que o tradutor “não aparece” ou “não deva aparecer” na tradução, por motivos que devem ficar claros ao longo deste trabalho, o que me interessa destacar neste breve preâmbulo é que, ao menos aparentemente, o erro é justamente a instância em que o tradutor se faz mais presente, mais “notável” em sua tradução. É quando o tradutor peca que nasce o momento flagrante em que se atesta: está-se lendo uma tradução.

No entanto, se o erro é, fora do contexto atribuído por este trabalho, o estigma do fazer tradutório, ele também comporta algo a mais, não necessariamente de caráter negativo. É esse “algo a mais” que inspira este trabalho, na medida em que compartilho da afirmação de Séguinot (1989, p.74), para quem os erros são “portadores de sentido”, pois “obviamente nos dizem algo sobre a qualidade da tradução, *mas também são janelas para o próprio processo tradutório*” (id., 1990, p. 68 – grifos meus). É sobre esse ponto que vejo se descortinar o “algo a mais”, mencionado supra, e sobre o qual recai meu interesse pelos erros de tradução: no ponto em que revelam algo sobre aquele que traduz, sobre sua relação com o texto, com a

língua e com o dizer do outro, com a sua própria língua e com o seu próprio dizer. Ainda que, do ponto de vista adotado neste trabalho, o tradutor se deixe marcar na tradução em toda a sua extensão, o erro parece ser o momento em que essa marcação ganha contornos bem visíveis, tornando-se uma instância particular de observação da singularidade e da subjetividade na linguagem, presentes em toda manifestação linguística realizada por uma língua natural.

Mas há, ainda, outro motivo, diretamente tributário do primeiro, que me leva a tomar o erro de tradução como pilar sobre o qual este estudo se constrói: conforme antecipado na introdução, esta é uma tese que tem como âmbito de pesquisa a sala de aula de ensino de tradução, lugar em que – por se tratar de aprendizes e dada a própria complexidade do fazer tradutório – inevitavelmente e em maior ou menor grau, erros acontecem. A proposta que subjaz a este capítulo e que sustenta esta tese é a de que o erro, no processo de ensino-aprendizagem de tradução, quando abordado pela perspectiva enunciativa, proporciona um redimensionamento do próprio estatuto de erro, não somente flexibilizando o conceito, como também tornando-o a base de um ensino significativo e produtivo, uma vez que o mesmo erro que, fora do escopo do ensino, condena a tradução também revela uma particularidade do tradutor na sua relação com a(s) língua(s) e o(s) dizer(es) que precisa ser levada em consideração quando o que está em jogo é a formação do profissional tradutor. Ou seja, busco confirmar a hipótese de que não é possível falar em erro de tradução, e muito menos em correção do erro, sem relacioná-lo àquele que erra. Não se trata mais, portanto, de um erro de tradução, mas de um erro específico para um tradutor específico, o que deve refletir diretamente no ensino e, conseqüentemente, na formação do profissional tradutor.

Esses, porém, são encaminhamentos que deverão ser construídos ao longo do trajeto que aqui proponho. Começamos, portanto, observando como os erros são percebidos por tradutores profissionais para, em um segundo momento, retomar as ideias que alguns teóricos vêm desenvolvendo relativamente ao erro de tradução. Essa retomada se faz importante, pois o presente trabalho se constrói precisamente sobre as lacunas abertas por esses trabalhos, em uma tentativa de resgatar aquilo que não foi contemplado por esses estudos, ao mesmo tempo em que também propõe, a partir daí, um novo enfoque para o erro de tradução.

Esses dois movimentos – de reflexão sobre o que vem a ser erro de tradução e de retomada de alguns estudos que o contemplam em sua relação com o ensino – devem permitir

observar que, se, de um lado, o erro é recorrente na prática tradutória, por outro lado, os teóricos e estudiosos da tradução pouco têm se dedicado ao assunto, sobretudo no tocante à problemática do erro no contexto específico de ensino de tradução. A compilação realizada por Waddington (2000), ao explicitar as considerações de diferentes teóricos sobre a questão do erro de tradução, deixa muito claro que ele é discutido, na maioria absoluta dos trabalhos em Tradutologia, com vistas a contribuir para a criação de formas confiáveis de avaliação da qualidade de tradução. Eugene Coseriu, Sigrid Kupsch-Losereit, Christiane Nord, Basil Hatim e Ian Mason e, sobretudo, Daniel Gouadec e Juliane House, apenas para citar alguns dos teóricos lembrados pelo autor, têm seus trabalhos focados na avaliação do produto final do processo tradutório, isto é, na tradução propriamente dita. E tal objeto, como explicitado na introdução a este trabalho, não se encontra no horizonte da proposta esboçada aqui, uma vez que o interesse não é o da avaliação da produção em seu caráter final, nem do processo que leva a esse produto, mas ao processo de *ensino* do fazer tradutório.

Ademais, os trabalhos que encontramos com essa temática parecem deixar de lado um ponto que se faz central para essa tese – a subjetividade na linguagem – em prol de uma avaliação mais “imparcial” e menos subjetiva da qualidade das traduções. A exclusão do aspecto subjetivo torna-se, assim, um dos principais motivos pelos quais se justifica uma abordagem enunciativa do erro de tradução.

### 1.3.1.1 Definindo o erro

O livro de Benedetti & Sobral (op.cit.), intitulado *Conversas com tradutores*, reúne, como o próprio título sugere, entrevistas com tradutores profissionais atuantes em diferentes áreas (tradutores de literatura, juramentados, técnicos, professores de tradução etc.). Entre as dez perguntas que todos os dezenove entrevistados se propõem a responder, uma é quase unanimemente destacada pelos próprios respondentes por sua complexidade: *o que é erro e o que é acerto em tradução?*

Reproduzo abaixo apenas seis dessas respostas, que julgo serem as mais produtivas para o encaminhamento que proponho para este capítulo.

---

“Deve ser entendido como ‘erro’ tudo o que seja descabido de maneira gritante e óbvia. Eu diria que neste caso, nem consideraríamos ‘tradução’, pois nada foi ‘traduzido’, apenas ‘deturpado’” (p.39-40).

*Regina Alfarano*

---

“(…) existem basicamente dois tipos de erro (…). Existe determinado tipo de erro que não pode ser relativizado: é erro, mesmo. Quando o tradutor lê no original ‘*government officials*’ e traduz a expressão por ‘oficiais do governo’, ele cometeu um erro desse tipo, que pode ser causado por ignorância, lapso de atenção, cansaço ou vários outros fatores possíveis. Mas em tradução literária, em particular, muitas vezes quando se fala em erro está se falando numa opção por uma forma em detrimento de outra, quando não há um critério objetivo que realmente garanta que uma é certa e outra é errada. (…) O tradutor ingênuo muitas vezes reifica a sua opção como a única correta, classificando qualquer leitura alternativa de erro” (p.96-7).

*Paulo Henriques Britto*

---

“Acredito que o principal erro é aquele cometido contra a língua para a qual se está traduzindo: erros gramaticais, erros de sintaxe, erros de vocabulário. (…) O segundo tipo de erro é cometido contra o sentido do texto. Muitas vezes, o tradutor erra porque diz uma coisa diferente do que diz o original. (…) Em seguida, existe o problema do estilo. (…) Finalmente, um fator que serve de guia ao tradutor é a finalidade do texto” (p.65).

*Heloísa Gonçalves Barbosa*

---

“Para mim, existem erros ‘de tradução’ e erros ‘na tradução’. Erros de tradução são aqueles que provêm de um mau entendimento do texto de partida e que produzem, na língua-cultura de chegada, um texto que não equivale ou que contradiz o texto de partida. Erros na tradução são enganos pontuais que o tradutor pode cometer (e que todos cometem), mas que não invalidam o texto” (p. 122).

*Mário Laranjeira*

---

“Se pensarmos no assunto a partir de uma concepção de tradução entendida como transcodificação e cuja unidade seja a palavra, então erro será tudo aquilo que não estiver de acordo com a aceção dicionarizada” (p. 51).

*João Azenha Jr.*

---

“Eu considero também (…) que a fixação exagerada em criar uma correspondência termo a termo com o original, em detrimento da clareza do texto traduzido, também pode ser um erro. Um texto que não flui é um erro” (p.85-6).

*Erik Borten*

---

Tabela 1: reflexões de tradutores sobre erros de tradução

Observemos agora com algum detalhe tais afirmações. As duas primeiras opiniões dividem uma mesma ideia: a de que existe o chamado “erro mesmo”, aquele indiscutível, gritante, óbvio, que chega a deturpar o texto se comparado ao original. O que a opinião de Britto acrescenta é que, ao lado desse tipo de erro, gerado pelos mais diversos fatores, há também o erro relativizado, aquele que, na verdade, nada mais é do que uma opinião diferente. Nesse caso, o verdadeiro erro parece residir no tradutor ingênuo, incapaz de não ver como erro todas as alternativas escolhidas por outro tradutor com as quais não concorda. Mas o que essas duas concepções permitem questionar é:

(a) se, de um lado, existe um erro indiscutível, e, de outro, um relativo, ambos podem ser considerados pertencentes à categoria de erro?

(b) se há erros que nada mais são do que uma perspectiva e uma opção diferente para um mesmo segmento a ser traduzido, qual o lugar da subjetividade na tradução se a essas singularidades continuamos a dar o nome de erro?

Essas são questões ainda pouco abordadas na literatura especializada e sobre as quais volto a comentar.

Um segundo ponto que gostaria de ressaltar da asserção de Britto diz respeito aos critérios para avaliação do que é um erro. Segundo ele, no erro que é meramente uma opção diferente em detrimento de outra, “não há *critério objetivo* que realmente garanta que uma [forma] é certa e outra é errada” (grifo meu). Ora, se analisarmos essa resposta, um aspecto parece ficar claro: há um critério objetivo que pode ser usado para determinar o que é erro de tradução, mesmo que esse critério não seja extensível a tudo aquilo que se considera errado. O interessante é que, na prática, os limites que circunscrevem aquilo que constitui um erro não são tão nítidos assim. Basta observarmos reconhecidos teóricos da tradução, como Eugene Nida<sup>33</sup>, que, em seu trabalho de cunho prescritivo, procura elaborar normas para uma boa tradução, sem refletir sobre o que o não-cumprimento de tais normas implica. Em outras palavras, o erro praticamente não é definível nos estudos de tradução, a não ser por uma negatividade: é erro tudo aquilo que não é acerto, que escapa à norma do “bem traduzir”. Uma obviedade que, em realidade, mascara a dificuldade em lidar com aquilo que é, teoricamente, falho na tradução.

No que concerne às asserções 3 e 4, vemos, mais um vez, que o que comumente é denominado de erro de tradução contempla, na verdade, fenômenos de natureza muito distinta. Novamente, vemos uma clivagem na concepção de erro: de um lado, erros cometidos contra a língua do tradutor (erros gramaticais, de vocabulário etc.); de outro, erros cometidos contra a língua do original (majoritariamente, erros contra o sentido, contra o estilo). No entanto, tal proposição apresenta uma inconsistência. Observemos o exemplo a seguir,

---

<sup>33</sup> Faço uso da referência ao trabalho de Nida por ser um teórico que, conforme aponta Gentzler (op.cit.), tentou aplicar a gramática gerativa à tradução. Tendo sido baseado no programa chomskyano, que, em nome de um falante-ideal, não incorpora em seu modelo “certos usos envolvendo acidentes, erros e atos falhos” (p. 77), não é de surpreender que Nida também não dê espaço para o erro em sua teoria.

extraído de uma tradução realizada por uma aluna do curso de bacharelado em Letras, com ênfase em francês<sup>34</sup>:

**As janelas não traía nenhuma intimidade, nenhuma atividade. Parecia que se estava no interior e, no entanto, estava-se em plena Paris, no décimo quarto distrito. Aquilo não era**

Figura 1: exemplo de erro de tradução (Trad 1/A5)<sup>35</sup>

Esse trecho apresenta um erro específico que gostaria de comentar a partir das respostas analisadas anteriormente. Primeiramente, chama a atenção o erro de concordância da linha 1, em que lemos “traía” em vez de “traíam”. Se bem entendi a opinião de Barbosa e de Laranjeira, esse tipo de erro é o que a primeira chama de “erro contra a língua para a qual se está traduzindo” e que o segundo denomina “erro *na* tradução”. No entanto, cabe o questionamento: seria esse um erro *de* tradução? Ou trata-se de um erro de outra ordem? Se estamos lidando com um caso de erro *na* tradução (em oposição a erro *de* tradução, conforme a proposta de Laranjeira) por que ainda usamos o complemento “tradução” se, claramente, estamos em face de um erro que é identificável mesmo sem o cotejo com o texto original?

Disso tudo, pode-se ainda questionar:

(a) os dois tipos de erro (“contra a língua de chegada” e “contra o sentido do original”) estão no mesmo patamar ou existiria certa gradação na “gravidade” dos erros?

(b) mais ainda, se os primeiros não são erros de tradução propriamente dita, que lugar eles têm na aula de tradução?

Por fim, as opiniões exibidas em 5 e 6 nos dão margem para mais algumas questões. O cotejo entre as duas exibe claramente uma concepção diferente do que vem a ser erro de tradução, uma vez que cada entrevistado parte de uma concepção diferente do que seja a unidade de tradução. Para Azenha Jr., a unidade é a palavra; para Borten, é o texto. Evidentemente não podemos esperar daí uma consideração unívoca sobre erro. O que a comparação entre as duas respostas permite questionar é justamente isso: *qual a unidade da*

<sup>34</sup> Os recortes apresentados neste capítulo fazem parte das traduções que compõem o *corpus* dessa tese. A metodologia de geração de dados, bem como outras informações no tocante ao *corpus*, são devidamente explicitadas no capítulo 3.

<sup>35</sup> As notações referentes aos exemplos apresentados são esclarecidas no item 3.4 do terceiro capítulo.



*tradução*? Tal questão me parece tocar o cerne de uma reflexão sobre erro, uma vez que é somente a partir da delimitação da unidade de tradução que se pode pensar em uma definição para erro. É a partir da delimitação da unidade que todos os outros aspectos sobre erros podem ser contemplados. Como nos ensina o *Curso de Linguística Geral*, é “o ponto de vista que cria o objeto” (p. 15). Dessa forma, todas as questões levantadas anteriormente sobre as respostas 1 a 4 só fazem sentido uma vez que se delimite um ponto de vista, que se delimite uma unidade. O calcanhar-de-aquiles das tentativas de definição de erro de tradução parece residir justamente aí: por não delimitarem a unidade da tradução, recorrem ao equívoco de considerar tudo (ou nada) como erro, o que pouco contribui para o entendimento da problemática.

Considerando essa falta de consenso na definição de erro e a orientação majoritária dos estudos que dele tratam para sua relação com a avaliação da qualidade de tradução, proponho, então, uma definição deste objeto. Tendo em vista exclusivamente os objetivos deste trabalho e o escopo particular do ensino de tradução, *é entendido como erro todas as escolhas feitas e materializadas pelo tradutor que não puderem ser justificadas com base no texto original ou na finalidade da tradução (público-alvo, meio de divulgação etc.)*. Conforme será evidenciado no capítulo 4, tais erros, definidos até aqui apenas teoricamente, se manifestam empiricamente de três formas diferentes no contexto de ensino: por meio de elementos que são inseridos, substituídos ou excluídos no texto na língua-alvo. Dessa forma, as análises a serem empreendidas neste trabalho tomam como *unidade* essas três instâncias em que o erro se materializa, única forma de torná-lo analisável. Essa definição, enfatizemos, só tem validade para o domínio deste trabalho, uma vez que, fora do ambiente de sala de aula, a definição do que vem a ser erro de tradução já se mostrou muito mais complexa<sup>36</sup>.

E, para entendermos um pouco melhor de onde provém essa definição, observemos como dois estudiosos do erro de tradução, um dos poucos que o relaciona com o contexto de ensino, lidam com esse aspecto do fazer tradutório.

---

<sup>36</sup> A questão do erro, especialmente em sua relação com a formação de tradutores e com a teoria enunciativa aqui mobilizada volta a ser abordada no capítulo 5 deste trabalho.

### 1.3.1.2 Erros binários e não-binários

Ainda que, dentro da vastíssima obra de Anthony Pym, a questão do erro de tradução seja um objeto de estudo de expressão bem reduzida, esse ainda se figura como um dos autores mais influentes entre aqueles poucos que se propuseram a enfrentar essa difícil temática. O texto que utilizo nesse estudo para sintetizar as ideias do autor se encontra na compilação intitulada *Teaching translation and interpreting*, fruto de uma série de conferências realizadas na Dinamarca, no ano de 1991, por ocasião da Primeira Conferência Internacional de Linguagem. Na seção dedicada à avaliação (*assessment*), Pym discorre sobre o que chama de “análise do erro de tradução e a interface com o ensino de língua”. Sua argumentação parte de sua própria experiência acadêmica como professor e pesquisador na área de Tradução.

A primeira inquietação do pesquisador é com relação à falta de pontos de referência para se falar de erro de tradução<sup>37</sup>, de forma que os termos empregados por estudiosos passam a adquirir sentidos absolutamente diferentes, por vezes até mesmo antagônicos em meio à miríade de teorias sobre o tema. Apenas como exemplo: a noção de *equivalência* é frequentemente aludida pelos mais diversos teóricos (principalmente os que propõem uma abordagem linguística da tradução), mas o termo “tem sido usado e abusado tantas vezes que não é mais equivalente a nada (...)” (p.4). O autor também se posiciona criticamente às extensas listas de categorização de erros (aqueles cometidos por falta de compreensão, impropriedades de leitura, mau gerenciamento do tempo, desconhecimento linguístico e/ou cultural etc.). É sobre esse ponto que Pym irá desenvolver um raciocínio de muita relevância para esse trabalho. Escreve ele:

Ainda que seja relativamente fácil produzir um sistema terminológico de três ou sete ou talvez até vinte diferentes tipos de erro em tradução e, posteriormente, achar exemplos para ilustrá-los no nível fenomenológico e presumir sua causalidade, uma questão bem diferente é classificar esses erros como eles realmente aparecem em textos traduzidos, onde elementos de diferentes tipos são perpetuamente misturados e vários casos colocam em dúvida as distinções pressupostas. Tais classificações terão sempre termos demais ou termos de menos, ao menos enquanto não houver claro entendimento do porquê os erros de tradução devem ser classificados em primeiro lugar<sup>38</sup> (p. 4).

<sup>37</sup> O que pode ser referido, mesmo que o autor não o explicita, como a falta de delimitação de uma unidade de tradução, a partir da qual se pode estabelecer o que é ou não um erro.

<sup>38</sup> No original: “Although it is relatively easy to produce a terminological system of three or seven or perhaps twenty odd types of translation error and then find examples to illustrate the phenomenal level and presumed causality of each, it is quite a different matter to classify errors as they actually appear in translated texts, where

Dois aspectos chamam a atenção nesse excerto. O primeiro deles é a aversão à prática de tentar classificar erros de forma antecipada, procurando exemplos que ilustrem a teoria, que “se encaixam” na descrição, subvertendo a ideia de que uma classificação dos erros deve se estabelecer a partir do que é efetivamente produzido. Ademais, dizer que determinado equívoco foi causado por interferência da língua de origem na língua de chegada, por exemplo, isola um fator de todos os outros possíveis, como se os erros tivessem motivação única e delimitável. Como o próprio autor consente, na prática real de tradução, as motivações se mesclam, sendo impossível isolá-las senão por abstração teórica. E eis aí o que considero o segundo ponto importante da opinião do teórico: pouco importa o número de termos que constituem uma classificação de erros de tradução, o quão exaustiva ou abrangente é essa lista se não se tem claros os motivos que fazem com que erros precisem ser classificados.

Pym propõe uma classificação de erros, portanto, com uma motivação muito definida: o ensino de tradução e a correção de erros nesse contexto, dado que “a análise dos erros de tradução inevitavelmente leva à análise do ensino de tradução” (p.5). A inspiração parece ter sido proveniente da própria prática pedagógica do autor, uma vez que a sua proposta de classificação nada mais é, segundo ele próprio, que uma descrição das formas mais elementares de erro encontradas quando se corrige uma tradução, formas essas que comandam diferentes tipos de correção que o próprio Pym praticava como professor sem se dar conta:

Na verdade, eles [os dois grandes tipos de erro propostos pelo autor] correspondem ao que eu estava fazendo antes de tentar racionalizar minhas correções, uma vez que erros binários ganhavam um simples traço sobre eles (“Está errado!”), enquanto erros não-binários eram agraciados com sublinhas onduladas ou retas e a necessidade de maior discussão (“Está correto, mas...”) <sup>39</sup> (p.5).

Sendo o erro uma instância inevitável no processo de ensino-aprendizagem, Pym coloca-o no centro da prática pedagógica, atitude a partir da qual, ele crê, a competência tradutória, conceito-chave para entender a classificação do autor, pode ser ensinada.

---

*elements of different types are perpetually mixed and numerous cases straddle the presupposed distinctions. Such classifications will always have either too few or too many terms, at least for as long as there is no clear awareness of why translation errors should be classified in the first place”.*

<sup>39</sup> No original: “In fact, they correspond to what I was doing before I attempted to rationalize my corrections, since binary errors were earning a simple line through them (‘It’s wrong!’), whereas non-binary errors were graced with wavy or straight underlining and the need for further discussion (‘It’s correct, but...’)”.

A competência tradutória<sup>40</sup> pode ser definida, em sua forma mais sintética possível, como um conjunto constituído de duas habilidades: a primeira consiste em “gerar em um texto-alvo (TA) uma série de mais de um termo viável (TA1, TA2,...TAn) para um texto-origem (TO)” (p.3); a segunda consiste em “selecionar apenas um TA a partir dessa série, de forma rápida e com confiança, e propor esse TA como substituto do TO para um propósito e leitor específicos” (idem). A partir disso, o erro de tradução é definido como a “manifestação de um defeito” (p.4) em qualquer um dos fatores que integram a competência tradutória.

Esses erros são, por sua vez, subdivididos em dois grandes grupos: erros binários (também chamados de *mistakes*) são aqueles que opõem uma resposta certa a uma resposta errada. Estão, a meu ver, ligados à primeira habilidade. Portanto, o erro se configura pela deficiência do tradutor em gerar uma série de termos possíveis para o TO. Vejamos o exemplo dado pelo autor sobre um erro de tradução que ele próprio cometera:

Não muito tempo atrás, traduzi “un pueblo de 5 mil habitantes” por “a city with a population of 5 million”, em vez de “a town with a population of 5,000”. A minha tradução do número foi terrivelmente errada. Poderíamos dizer que o erro foi “binário”, uma vez que envolveu uma escolha entre uma possibilidade correta e uma errada (“mil” significa “thousand” e não “million”)<sup>41</sup> (PYM, 1993, p. 102).

Os erros não-binários (ou *errors*), por seu turno, opõem a seleção efetivamente realizada pelo tradutor (TT) a pelo menos uma outra opção possível (TT1), que também poderia ter sido selecionada. Enquanto que, para os erros binários, só há certo ou errado, sem gradação, para os erros não-binários existem pelo menos duas opções certas *versus* opções erradas.

E quais as implicações dessa divisão para o ensino? São, pelo menos, três. A primeira diz respeito à correção de tais erros. Segundo Pym, erros binários não são erros exatamente de natureza tradutória, mas linguística, e deveriam ser um pressuposto na competência tradutória. Por essa razão, “erros binários devem ser submetidos a correções rápidas e pontuais” (p. 7). Em contrapartida, “o tempo despendido na correção de erros não-binários (...) deve se

<sup>40</sup> Cabe a ressalva de que aquilo que Pym chama de *competência tradutória* tem estatuto diferente para outros autores. Albir (2008), por exemplo, considera competência tradutória os “sistemas subjacentes de conhecimentos, habilidades, destrezas e atitudes necessários para traduzir” (p. 634). No original: “*sistemas subyacentes de conocimientos, habilidades, destrezas y actitudes necesarios para traducir*”.

<sup>41</sup> No original: “*not so long ago I translated ‘un Pueblo de 5 mil habitantes’ as ‘a city with a population of 5 million’, instead of ‘a town with a population of 5,000’. My translation of the number was terribly wrong. We could say the mistake was ‘binary’, since it only involved a choice between a right and a wrong possibility (‘mil’ means ‘thousand’, not ‘million’)*”.

estender até que diferenças significantes não permaneçam”. Além disso, uma vez que, para esse tipo de erro, não há certo ou errado, mas opções mais ou menos adequadas, a autoridade do professor em sala de aula passa a exigir relativização. Enquanto que, para erros binários, o docente pode contar com ferramentas de cunho prescritivo, tais como dicionários, gramáticas etc., o mesmo não pode ser aplicado a erros não-binários: “a correção de erros não-binários não pode ser autoritária, mas deve, ao invés disso, ser baseada nos princípios de discussão e negociação” (p.8).

A segunda consequência diz respeito à própria concepção de ensino de tradução. Além de poder ser descrito como a transferência de habilidade tradutória de professor para aluno, o ensino também é “a soma de atos de comunicação por meio dos quais erros não-binários são produzidos e convertidos em seu oposto, a saber, conhecimento de tradução” (p.5)

A terceira consequência rompe com a ideia de que erros binários, por serem linguísticos e, portanto, constituírem um *a priori* para a competência tradutória, devam ser tratados apenas na aula de língua estrangeira, enquanto erros não-binários sejam do escopo da aula de tradução. Segundo o autor, “ambos os erros devem ser corrigidos em ambas as situações, sempre que o aluno precisar e o professor puder fazê-lo” (p.5). Uma quarta e última implicação que isso teria para o ensino é o que Pym não desenvolve, mas propõe como hipótese para pesquisa futura: a hipótese do “progresso em direção ao não-binarismo”:

ainda que a aula de língua deva reduzir erros binários ao mesmo tempo em que a aula de tradução deva reduzir erros não-binários, o progresso geral dos alunos pode ser medido por meio de uma proporção crescente de erros não-binários (isto é, uma proporção decrescente de erros binários)<sup>42</sup> (p.9).

Vimos, com esse breve incursão na teoria de Anthony Pym, um pouco de sua contribuição para o estudo do erro de tradução e sua relação com o ensino. Retomo suas ideias ao final deste capítulo, a fim de apontar de que forma as ideias do autor influenciam aquelas desenvolvidas neste trabalho. Por ora, faz-se necessário recorrer a mais uma teorização, diretamente inspirada na de Pym, mas que chega a outras considerações: a proposta da *singularidade na escrita tradutora*.

---

<sup>42</sup> No original: “*Even though the language class should reduce binary errors at the same time as the translation class reduces non-binary errors, students’ overall progress may be measured as an increasing proportion of non-binary errors (that is, a decreasing proportion of binary errors)*”.

### 1.3.1.3 A singularidade na escrita tradutora

A tese da professora Maria Paula Frota, intitulada *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos de tradução, na linguística e na psicanálise*, é um dos poucos trabalhos que traz à cena tradutória a figura do tradutor como um produtor de texto, que, como tal, imprime subjetividade à sua escrita, i.e., à sua tradução. Seu trabalho discute instâncias peculiares em que é possível observar aquilo que a autora chama de *singularidade na escrita tradutora*, caracterizado por uma espécie de *lapsos* do tradutor, ainda que esse termo não equivalha *pari passu* àquele usado em Psicanálise. Para entender o raciocínio que leva a autora a discorrer sobre esse tipo de marca subjetiva, é necessário entender seu ponto de partida, ou melhor, os dois pilares sobre os quais seu trabalho é construído, a saber, a teoria de Anthony Pym sobre erros binários e não-binários (cf. 1.3.1.2), e a teoria freudiana sobre os lapsos de leitura e de escrita. Começemos pelo primeiro.

Frota parte das considerações de Pym não no sentido de se contrapor às ideias do autor, como ela mesma afirma, mas de expandi-las. Segundo ela, o que falta na teoria do linguista inglês é um ponto intermediário entre o certo e o errado, ou entre aquilo que é avaliado como certo ou errado. Isso porque tal ausência faz com que as variações subjetivas, presentes em cada escolha realizada pelo tradutor, sejam, em sua perspectiva, desconsideradas em um modelo como o de Pym<sup>43</sup>. Na proposta da estudiosa brasileira, a singularidade se configura pelo “seu caráter certo e errado, *nem certo nem errado*” (1999, p. 232). Isto é, “a singularidade articula o código [a língua, ou línguas, no caso da tradução] e o singular [as escolhas pessoais do tradutor], não sendo considerada em absoluto acordo com o primeiro, nem como sua evidente transgressão” (ibid., 230). Retomemos um dos dois exemplos constantes na tese que tentam ilustrar sua hipótese.

O caso é fruto de uma tradução produzida por uma de suas alunas, Maryluci, para uma disciplina de tradução, ministrada por outro docente. Reproduzo abaixo o texto origem e a tradução, fazendo uso das mesmas marcas de itálico utilizadas por Frota em seu trabalho (ibid., p. 17):

---

<sup>43</sup> Gostaria de marcar minha divergência com relação ao posicionamento de Frota, uma vez que, ao menos em minha leitura da proposta de Pym, seu modelo, como é de reconhecimento da própria autora, prevê que haja uma gradação entre certo e errado. Dessa forma, as escolhas subjetivas, por mais que não sejam aludidas ou abordadas pelo autor, podem perfeitamente se enquadrar nesse intervalo.

(...)  
 What is so real as the cry of a *child*?  
 A rabbit's cry may be wilder  
 But it has no soul.  
*Sugar can cure everything*, so Kindness says.  
 Sugar is a *necessary fluid*,

Its *crystals* a little *poultice*.  
 O kindness, kindness  
 Sweetly *picking up* pieces!  
 My Japanese silks, desperate butterflies,  
 May be pinned any minute, anesthetized.  
 (...)

(...)  
 O que é mais puro que o choro de um *filho*?  
 O choro de um coelho pode ter mais ardor  
 Mas ele não tem alma  
 O *açúcar cura* tudo, diz a Bondade.  
 Açúcar, um *fluido necessário*,

Seus *cristais*, um pequeno *cataplasma*.  
 Ò bondade, bondade  
*Colando* os cacos com doçura!  
 Minhas sedas japonesas, desesperadas borboletas  
 Alfinetadas a qualquer minuto, anestesiadas.  
 (...)

O alinhamento do original com a tradução permite observar uma particularidade: a escolha de “colando” para “picking up”, que poderia ter sido traduzido por “catando”. Esse “erro” foi gerador de profunda angústia para a aluna que, ao mesmo tempo em que não acreditava ter tomado uma escolha errada, não conseguia justificá-la. O grifo do professor em seu texto, marcando “colando” como um erro simplesmente não fazia sentido. A partir disso, Frota pondera que esse “erro” pode ser visto como uma singularidade se conseguirmos enxergá-lo de outra forma. E é nesse ponto que a Psicanálise, o segundo pilar de sua tese, é convocada a participar.

Para Frota, esse tipo de “erro” de tradução é comparável ao que Freud trata como *lapso*, em sua obra *A Psicopatologia da vida cotidiana*, sendo entendido, nas palavras da autora, como “algo que escapa a uma cadeia interpretativa socialmente compartilhada” (ibid., p. 17), mas que, apesar de não ser uma interpretação compartilhada, tem razão de ser à medida que se considera a relação do tradutor com o texto e com as línguas em jogo na tradução. No caso específico da tradução da aluna, Frota destaca que tal “deslize”, gerado de forma inconsciente, uma vez que a própria tradutora não conseguia explicar o porquê de sua escolha, encontra validade uma vez que o consideremos como uma manifestação do inconsciente na linguagem, atestado pelas próprias palavras da aluna:

Quando eu era criança, minha mãe, ao confeitar bolos [para vender], várias vezes dizia que a cola do bolo era o glacê e, de fato, ela tinha razão. Havia ocasiões em que via aqueles bolos completamente espedaçados devido à fofura da massa. Mas, com um pouco de paciência e com a ajuda do glacê, a restauração do bolo era possível. O glacê, além de ser cola, era também o único remédio (ibid., p. 16).

De forma muito similar ao que faz Freud na análise dos lapsos, Frota pondera, com base na narrativa da tradutora e nos itens de destaque na tradução, o sentido que “colando”

manifesta: “*Child-filho-Maryluci* criança. *Sugar-crystals-açúcar-cristais*-o bolo de sua mãe, seu. *Cure-poultice-cura-cataplasma*-a restauração, o remédio, o glacê: *necessary fluid-fluido necessário* que refaz, cura, *cola!*” (ibid., p. 17 – grifos da autora).

É dessa forma que a autora destaca certo aspecto da tradução que escapa mesmo à própria consciência do tradutor e que constitui uma radical singularidade, que não equivale propriamente ao lapso descrito por Freud, ainda que seja claramente dele tributária: enquanto o lapso é sempre visto como um erro, como uma produção de algo no lugar de outra coisa, “a singularidade não encontra unanimidade em termos de sua in-correção” (sic) (ibid., p. 226). Isto é, quando perguntados sobre a justeza do termo “colando” como tradução para “picking up”, experimento efetivamente realizado pela autora, alguns tradutores se colocam a favor da escolha, enquanto outros defendem que se trata de um erro.

A importância dessa conclusão, a de que há uma singularidade na escrita tradutora, é a permissão que nos é dada para considerarmos o erro por um novo ponto de vista:

O erro passa a ter um novo valor, deixando de ser visto como algo a ser desprezado, fruto de circunstâncias igualmente desprezíveis, e tornando-se importante via de expressão da verdade psíquica do sujeito, de um saber ou de um desejo inconscientes (ibid., p.136).

A convocação da Psicanálise nessa reflexão se justifica, portanto, por proporcionar “um saber sobre a relação sujeito-linguagem que abre uma via de ruptura com as velhas oposições do certo e do errado” (ibid., p. 137). Essa ruptura permite à autora formular a hipótese de que, com a convocação desse outro campo do saber, “abre-se espaço a sentidos engendrados de modo singular na leitura, pelo tradutor, do texto de partida” (ibid., p. 60). Ou seja, dito de outra forma, se bem entendo a proposta de Frota, a especificidade da singularidade reside na leitura do tradutor do texto a ser traduzido. Isso terá grandes implicações para a perspectiva que proponho neste trabalho, mas por ora, gostaria de ressaltar um último aspecto do trabalho da autora, motivo pelo qual me detive na revisão de sua teoria.

A meu ver, a principal contribuição de Frota com sua tese é a abertura de uma nova dimensão para a consideração do erro de tradução, apontando que há aspectos que não são controláveis pelo tradutor. Mais do que isso, a estudiosa atenta para o fato de que há elementos na tradução que são de caráter absolutamente subjetivo, ou, em última análise, que



o tradutor se marca em suas produções, mesmo que essas marcas, na proposta de Frota, sejam observadas somente em relação àquelas instâncias em que se assemelham a lapsos.

Mesmo acreditando que as marcas de subjetividade se estendam por todo o texto traduzido, conforme tento defender mais adiante, o que o estudo de Frota e este que aqui apresento têm em comum é a tentativa de responder à seguinte questão: “como conciliar a crença na universalidade dos significados e a crença na individualidade dos mesmos?” (ibid., p. 96). Ou, ainda, como lidar com o fato de que há algo, um elo de significação que une original e tradução e que é mais ou menos constante em todas as traduções do mesmo texto de partida e, ao mesmo tempo, algo que é de uma ordem subjetiva, concernente somente ao tradutor e às suas escolhas pessoais?

A coexistência do geral e do específico, da língua e do uso singular que cada um faz dela está no cerne de uma discussão enunciativa sobre o estatuto do erro de tradução e configura-se como a força motriz que impulsiona as próximas páginas deste trabalho.

#### **1.4 A necessidade de um estudo enunciativo do erro de tradução**

Toda a exposição realizada até agora converge para aquilo que sintetizo no título desta seção: *a necessidade de um estudo enunciativo do erro de tradução*. Como procurei argumentar nas duas últimas seções, os estudos que mais se dedicaram a abordar o fenômeno em tradução não incluíram em seu escopo a dimensão subjetiva do erro. A iniciativa de Maria Paula Frota assinala o início da consideração do tradutor como fonte de singularidade e subjetividade, ainda que tais categorias sejam abordadas, em seu trabalho, em sua relação com o inconsciente e suas manifestações na escrita tradutora. Uma vez que tal relação não é discutida nesta tese, parece ser necessário desenvolvê-las em outra direção. Dessa forma, este trabalho parte, pois, do intervalo aberto pelos dois estudos antes mencionados.

Por um lado, a proposta de Pym contempla a dimensão pedagógica do erro de tradução, refletindo sobre sua importância para o contexto de sala de aula e sobre a conduta docente no tocante à correção desses erros. No entanto, sua proposta não engloba uma análise do erro em sua relação com aquele que erra. Isto é, o erro é tomado por Pym, em minha

leitura de seu trabalho, como algo genérico. O professor deve trabalhar para dirimir erros binários e não-binários, sem precisar levar em consideração, aparentemente, que diferentes alunos cometem diferentes tipos de erros, sejam eles da natureza que forem. A correção do erro, dessa forma, não possui complemento; não se trata da correção do erro cometido pelo tradutor X, mas meramente de correção.

Por outro lado, ainda que a contribuição de Frota tenha sua importância para os estudos de tradução e seja uma espécie de “gatilho” para o projeto que aqui desenvolvo, sua proposta, restrita aos lapsos que emergem no processo tradutório – em vez de considerar o próprio texto traduzido em sua globalidade como manifestação subjetiva – pouco dialoga com o ensino de tradução. Há, aí, um hiato entre reflexão sobre tradução e ensino dessa habilidade complexa que precisa e merece ser reduzido, aproximação que proponho que seja feita por uma teoria que contemple o erro no que ele tem de mais específico: ser produzido por um locutor que coloca a língua em funcionamento.

A necessidade de tomar o erro de tradução como uma instância particular de manifestação da subjetividade na linguagem é oriunda de uma constatação simples: não se pode homogeneizar, sob o rótulo de erro, fenômenos de natureza tão heterogênea. Em outras palavras, não se trata de abordar, genericamente, o erro de tradução e sua implicação para o ensino, mas o erro como manifestação singular da subjetividade do tradutor, marcada na língua, e fora de qualquer relação com a Psicanálise. Um simples exercício é capaz de confirmar a necessidade de abordar o erro de tradução como uma manifestação subjetiva e singular. Observemos as traduções propostas por 4 diferentes alunas para o segmento abaixo:

*Cette trouée calme dans la ville devait dater d'une cinquantaine d'années car il y avait des relents de modern style dans les architectures disparates de ces demeures. Qui vivait là? A voir certaines verrières, certains heurtoirs de porte, certains vestiges de garniture, on pensait que c'était des retraités des arts qui terminaient leur carrière derrière ces façades, de vieux rapins, de vieilles cantatrices, d'anciens virtuoses de la scène.*

Tradução 1:

Essa ~~abertura~~ brecha calma na cidade devia datar de uma cinquentena ~~de~~ anos porque  
 havia vestígios/tufos/saliências de <sup>modern style</sup> estilo-moderno nas arquiteturas disparatadas/dísparas ~~de~~ dessas  
~~seus~~ prédios. Quem vivia/vive lá? Olhando certos <sup>ali</sup> plafons de vidro, certas aldrabas <sup>Ao olhar</sup> de porta,  
 certos vestígios de guarnição/adorno, <sup>podia-se pensar</sup> pensariamos que eram artistas aposentados que  
 terminavam suas ~~suas~~ carreiras atrás dessas fachadas, velhos pintores menores, velhas cantoras  
~~de ópera, antigos~~ virtuosos de teatro.

Figura 2: exemplo de tradução 1 (Trad1/A1)

Transcrição da tradução 1:

Segmento ilegível ←  
 Essa ~~abertura~~ brecha calma na cidade devia datar de uma cinquentena <sup>uns</sup> de anos <sup>pois</sup> porque  
 havia vestígios/tufos/saliências de <sup>modern style</sup> estilo-moderno nas arquiteturas disparatadas/dísparas ~~de~~ dessas  
 moradas. Quem vivia/vive <sup>ali</sup> lá? Olhando certos <sup>Ao olhar</sup> plafons de vidro, certas aldrabas <sup>vidraças</sup> de porta,  
 certos vestígios de guarnição/adorno, <sup>podia-se pensar</sup> pensariamos que eram artistas aposentados que  
 terminavam suas ~~suas~~ carreiras atrás dessas fachadas, velhos pintores menores, velhas cantoras  
<sup>líricas</sup> de ópera, <sup>ex-</sup>antigos <sup>s palcos</sup> virtuosos de teatro.

Figura 3: transcrição diplomática para o exemplo de tradução 1

Tradução 2:

Esse buraco <sup>tranquilo</sup> ~~na~~ cidade devia ter uns <sup>aproximadamente</sup> cinquenta anos, pois havia <sup>resquícios</sup> ~~restos~~ de  
<sup>modern style</sup> ~~estilo~~ moderno nas arquiteturas disparatadas/dísparas <sup>de</sup> dessas moradas. Quem vivia ali? Olhando <sup>certas</sup> ~~algumas~~ vidraças,  
<sup>então</sup> ~~em~~ <sup>aldrabas</sup> batentes de porta, <sup>certos</sup> ~~alguns~~ vestígios de adorno, ~~podia~~ <sup>podia</sup> pensar que eram <sup>antigos</sup> ~~aposentados~~  
~~de~~ <sup>antigos</sup> ~~virtuosos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~talentosos~~ <sup>talentosos</sup> ~~de~~ <sup>palcos</sup> ~~teatro~~.  
<sup>projeos</sup> ~~de~~ <sup>antigos</sup> ~~virtuosos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~talentosos~~ <sup>talentosos</sup> ~~de~~ <sup>palcos</sup> ~~teatro~~.  
<sup>antigos</sup> ~~virtuosos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~talentosos~~ <sup>talentosos</sup> ~~de~~ <sup>palcos</sup> ~~teatro~~.  
<sup>antigos</sup> ~~virtuosos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~talentosos~~ <sup>talentosos</sup> ~~de~~ <sup>palcos</sup> ~~teatro~~.  
<sup>antigos</sup> ~~virtuosos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~talentosos~~ <sup>talentosos</sup> ~~de~~ <sup>palcos</sup> ~~teatro~~.

Figura 4: exemplo de tradução 2 (Trad1/A3)

Transcrição da tradução 2:

Esse buraco/trouxe <sup>tranquilo</sup> calmo no meio da cidade devia ter uns <sup>aproximadamente</sup> cinquenta anos, pois havia <sup>resquícios</sup> ~~releitos~~ de <sup>modern style</sup> ~~estilo moderno~~ nas arquiteturas <sup>as</sup> ~~disparatas~~ dessas moradas. Quem vivia ali? Olhando <sup>certas</sup> ~~algumas~~ <sup>OK</sup> vidraças, <sup>aldrabas</sup> ~~alguns~~ <sup>certos</sup> batentes de porta, <sup>alguns</sup> ~~alguns~~ vestígios de adorno, ~~se pensava~~ <sup>-se</sup> se podia pensar que eram <sup>artistas</sup> ~~apostados~~ <sup>virtuosos</sup> ~~das artes~~ que terminavam suas <sup>carreiras</sup> ~~carreiras~~ atrás dessas fachadas, <sup>pintores</sup> ~~velhos aprendizes~~, <sup>projetos de</sup> ~~velhas cantoras~~ <sup>divas</sup>, ~~de ópera~~ <sup>líricas</sup> ~~líricas~~, <sup>ex</sup> ~~antigos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~talentosos~~ <sup>da cena</sup> ~~dos palcos~~.

Figura 5: transcrição diplomática para o exemplo de tradução 2

Tradução 3:

Esta abertura calma na cidade devia datar de cinquenta anos porque não havia indícios de estilo moderno nas arquiteturas diferentes dessas casas. Quem vivia aqui? Para ver alguns vestígios da guarnição, pensava-se que eram retratos de artes que terminavam sua carreira atrás dessas fachadas, de velhos pintores ruins, de velhas atrizes ruins, de antigos virtuosos da cena, dos palcos.

Figura 6: exemplo de tradução 3 (Trad1/A4)

Transcrição para tradução 3:

<sup>e buraco tran</sup> Esta ~~abertura~~ calma na cidade <sup>devia</sup> datar de cinquenta anos porque ~~não~~ havia <sup>olhando certas vidraças</sup> ~~indícios~~ <sup>certas aldrabas</sup> ~~de~~ <sup>certas</sup> ~~estilo moderno~~ <sup>traços</sup> ~~de~~ <sup>"modern style"</sup> nas arquiteturas <sup>disparatadas</sup> ~~diferentes~~ <sup>morada</sup> ~~dessas~~ <sup>ali</sup> ~~casas~~. Quem vivia <sup>Vendo certos</sup> ~~aqui~~? ~~Para ver alguns~~ <sup>alguns</sup> ~~vestígios~~ da guarnição, pensava-se que eram <sup>artistas aposentados</sup> ~~retratos de artes~~ que terminavam sua carreira atrás dessas fachadas, ~~de~~ <sup>de</sup> ~~velhos~~ <sup>projetos de</sup> ~~pintores ruins~~, <sup>ex</sup> ~~de~~ <sup>e</sup> ~~velhas~~ <sup>virtuosos</sup> ~~atrizes ruins~~, <sup>de</sup> ~~antigos~~ <sup>virtuosos</sup> ~~da~~ <sup>da</sup> ~~cena~~ <sup>dos</sup> ~~dos~~ <sup>palcos</sup> ~~palcos~~, <sup>cantoras líricas</sup> ~~líricas~~.

Figura 7: transcrição diplomática para o exemplo de tradução 3

## Tradução 4:

Essa ~~esbureada~~ calma na vila devia datar de um meio-século pois havia traços modernos nas arquiteturas ~~disparas~~ <sup>disparatadas</sup> de suas casas. Quem morava <sup>ali</sup> lá? Ao ver certos <sup>vidraça</sup> vitrais, certos <sup>aldrava</sup> batedores de porta, certos vestígios de adornos, pensava-se que estava aposentada <sup>podia-se pensar eram artistas aposentados</sup> das artes que terminavam sua carreira atrás <sup>de</sup> das fachadas, do velho <sup>projetos</sup> aprendiz de pintor, das velhas cantoras, <sup>liricas</sup> das antigas virtudes da cena.

Figura 8: exemplo de tradução 4 (Trad1/A5)

## Transcrição para tradução 4:

Essa ~~esbureada~~ calma na vila devia datar de um meio-século pois havia traços modernos nas arquiteturas ~~disparas~~ <sup>disparatadas dessas moradas</sup> de suas casas. Quem morava <sup>ali</sup> lá? Ao ver certos <sup>vidraça</sup> vitrais, certos <sup>aldrava</sup> batedores de porta, certos vestígios de adornos, pensava-se que estava aposentada <sup>podia-se pensar eram artistas aposentados</sup> das artes que terminavam sua carreira atrás <sup>dessas</sup> das fachadas, do velho <sup>projetos</sup> aprendiz de pintor, <sup>liricas</sup> das velhas cantoras, <sup>ex</sup> das antigas <sup>virtuosas dos palcos</sup> virtudes da cena.

Figura 9: transcrição diplomática para o exemplo de tradução 4

O simples cotejo entre essas diferentes propostas de tradução e, por sua vez, o cotejo dessas com o original em francês permite observar que aquilo que é chamado de erro não se materializa da mesma forma para diferentes tradutores. Alguns poderiam contestar minha afirmação com base nos próprios excertos selecionados: o erro na tradução de “anciens” por “antigos” em vez de “ex” está presente em todas as traduções propostas, por exemplo. De forma bastante parecida, a opção de “scène” por “cena” ocorre em 3 das 4 traduções. No entanto, se esses dois exemplos indicam uma direção contrária à minha hipótese, eles se marcam por uma exceção. Inúmeras são as outras instâncias em que erros cometidos por uma determinada aluna não são observáveis nos textos das demais. Apenas a título de ilustração, tomemos a tradução de “heurtoirs” por “plafons” (tradução 1), “relents” por “relentos” (tradução 2), a inclusão de um “não”, na tradução 3, e a tradução de “ville” por “vila” (tradução 4).

Como pode ser observado, há, minimamente, um erro específico em cada uma das traduções que não se repete nas demais, e isso se nos detivermos apenas ao nível da palavra, desconsiderando aspectos como, por exemplo, o público-alvo da tradução e sua adequação a ele. É provável que, considerando o nível global de significação do texto, os erros possam ser ainda mais distintivos. Sendo esse um aspecto a ser discutido em um momento posterior, por ora, é suficiente apontar que o erro, ainda que eventualmente recorrente em diferentes traduções, encerra uma marca singular deixada pelo tradutor no seu texto. Ou seja, o erro é um *indicador de subjetividade*, nos termos propostos por Benveniste (cf. capítulo subsequente). É à reflexão sobre essa marca singular e seus reflexos no ensino da tradução, mais especificamente na correção da tradução, que dedico este trabalho.

## CAPÍTULO 2

### UMA MIRÍADE DE TEORIAS: A ESCOLHA POR UMA TEORIA ENUNCIATIVA PARA A CONTEMPLAÇÃO DO FENÔMENO TRADUTÓRIO

*Émile Benveniste é um linguista à parte. Seus trabalhos no domínio da linguística geral mudaram alguma coisa na paisagem das ciências humanas (...). Seu método de trabalho, associando o sentido do rigor intelectual e o gosto pelo risco teórico, permanece um modelo.*

Gérard Dessons

Observada a pertinência de um estudo enunciativo, as considerações desenvolvidas no capítulo anterior, ao conduzir-nos à conclusão de que um estudo enunciativo da tradução não só é possível como também imperativo, impõem-nos, de imediato, a seguinte pergunta: *por qual teoria enunciativa o objeto deste trabalho, o erro de tradução, será abordado?* A resposta a essa pergunta é desenvolvida a seguir.

Ao questionar por qual teoria da Enunciação o objeto de estudo deste trabalho deveria ser abordado, tal pergunta já emerge, na verdade, de um pressuposto: ao falarmos de um estudo *enunciativo*, congregamos, sob o rótulo “enunciativo”, uma diversidade de teorias que, por algumas características que têm em comum, fazem parte de um sistema de pensamento que se convencionou chamar de *Linguística da Enunciação*, mas que não se subordinam a uma homogeneidade (cf. FLORES & TEIXEIRA, op. cit.; FLORES *et al*, 2009). Logo, tratar de determinado objeto sob o ponto de vista enunciativo requer, invariavelmente, a delimitação de uma teoria que, dadas suas características, pode ser enquadrada no escopo dessa Linguística. A resposta para a pergunta inicial requer, portanto, que se pondere sobre as particularidades e os limites de cada Teoria da Enunciação, a fim de possibilitar a eleição daquela que mais se ajuste aos propósitos teórico-metodológicos que o objeto de investigação do estudo impõe.

Em um primeiro momento, seria lícito pensar que a melhor opção, para os fins deste trabalho, residiria nas teorias enunciativas elaboradas por autores que tomaram a tradução como objeto de estudo e pesquisa. Nesse caso, Roman Jakobson (1896-1982) e Henri Meschonnic (1932-2009), por exemplo, seriam as primeiríssimas opções.

Jakobson desenvolve, em seu texto *Aspectos Linguísticos da Tradução* (1959), importantes reflexões sobre essa temática e que, sem dúvida, merecem nosso reconhecimento. No entanto, ainda que verse especificamente sobre tradução, o conjunto dos trabalhos jakobsonianos não nos possibilita, ao menos sob meu ponto de vista, depreender um aparato teórico-metodológico que possibilite a abordagem do erro de tradução naquilo que ele oferece de mais interessante a este estudo: a singularidade e a subjetividade que o impregnam.

Na verdade, é preciso que se destaque, o fato de o linguista ser considerado um teórico de orientação enunciativa é resultado das reflexões presentes em apenas dois textos, entre os mais de seiscentos escritos pelo autor. O primeiro deles, publicado em português sob o título de *Linguagem e Poética* (1960), integrante do livro *Linguística e comunicação*, é considerado como pertencente a um viés enunciativo por ser uma das primeiras vezes em que se observa, em um texto de Linguística, uma teorização que contemple a língua vinculada ao locutor que dela faz uso. A elaboração da reflexão sobre as *funções da linguagem*, empreendida por Jakobson no texto em questão, com base nos trabalhos de Karl Bühler, só é possível porque se pressupõe um locutor que mobiliza a língua. É por isso que Flores & Teixeira (op. cit.) reconhecem a importância desse texto para a Teoria da Enunciação jakobsoniana apenas em sentido *lato*, na medida em que, apesar de pressupor um sujeito, não apresenta teorização mais específica sobre sua relação com a língua e/ou a linguagem.

Já em sentido estrito, há apenas *um* texto do autor que permite, efetivamente, enquadrá-lo entre os teóricos da Enunciação, a saber, *Shifters, verbal categories, the Russian verb*, de 1957. Nesse texto, o linguista russo desenvolve a noção de *shifter* (posteriormente traduzida para o francês por *embrayeur* no texto *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*, presente na coletânea de artigos *Essais de linguistique générale*), definindo-o como um elemento do *código* (isto é, da língua) que remete à *mensagem* (isto é, ao enunciado, ao que é dito). Um exemplo clássico de um *shifter* é o pronome “eu”, que, como todos os elementos dessa classe, se refere à instância de enunciação<sup>44</sup>.

Essa brevíssima referência aos trabalhos de Jakobson, ao mesmo tempo em que permite considerá-lo como um teórico da Enunciação, tem por objetivo servir de base para

---

<sup>44</sup> É importante a observação de que, no escopo do texto jakobsoniano, *mensagem* é entendida como *aquilo que é dito*. Ao me referir, portanto, que esses elementos, os *shifters*, se referem à instância da enunciação, o faço com base na afirmação de Michel Lahud (1979), para quem “não é código-mensagem, mas enunciado-enunciação que realmente conta na descrição efetiva dos *embrayeurs* de Jakobson” (p. 114).



algumas considerações desenvolvidas a seguir, no intuito de justificar a escolha de outra teoria que não a do russo como alicerce teórico deste trabalho.

Primeiramente, como se pôde observar na exposição anterior, o texto em que o linguista mais desenvolve suas considerações sobre tradução (*Aspectos linguísticos da tradução*) não integra o conjunto de textos que versam sobre enunciação, de forma restrita ou mesmo em sentido amplo. Apesar de inserir a tradução e outros fenômenos culturais em sua teoria da arte, Jakobson não se aprofunda em elementos específicos do fazer tradutório (GENTZLER, op. cit), e o viés enunciativo nem sequer faz parte dessas reflexões.

Além disso, releva atentar para o fato de que tanto tradução quanto enunciação, se tomadas em relação ao conjunto completo das obras do estudioso, representam assuntos que ocuparam um lugar quase que irrisório na obra do autor (o que, obviamente, não diminui nem ofusca sua importância). Lembremos: Jakobson tem uma produção de mais de seiscentos textos, dedicados aos mais diversos temas, tais como a poesia, o folclore, a arte, a fonologia, a aquisição da linguagem, as línguas do mundo, apenas para citar alguns. É essa mesma amplitude, que talvez possa conferir ao russo o *status* de linguista mais produtivo do século XX, o que nos impede de tomá-lo como esteio teórico para este estudo: falta, em seus estudos, mais detalhamento sobre a questão enunciativa, motivo pelo qual sua teoria interessa apenas de forma periférica a este trabalho. Resta, portanto, um segundo nome a ser considerado.

Ao contrário de Jakobson, Meschonnic desenvolve extensa reflexão sobre tradução, prática que ele mesmo desempenha e sobre a qual reflete como tradutólogo. Sua primeira obra de maior envergadura sobre a questão é apresentada sob o título de *Pour la poétique II: épistémologie de l'écriture, poétique de la traduction*, de 1973. Como o próprio título sugere, esse trabalho segue na esteira de *Pour la poétique*, em que o autor desenvolve as primeiras noções que fundariam sua teoria de abordagem da escrita e que, posteriormente, no segundo livro, serviriam de esteio para que uma abordagem do fenômeno tradutório também se fizesse presente.

Leitor da obra jakobsoniana, Meschonnic rechaça a poética formal teorizada pelo linguista russo em prol de uma poética tomada como “epistemologia da escrita, de um objeto de conhecimento que é um texto como linguagem-sistema, ao mesmo tempo em que esse

sistema translinguístico é uma relação com a língua como sistema, com um inconsciente como sistema e com uma ideologia como sistema” (MESCHONNIC, 1973, p. 19). Eis aqui o movimento que singulariza a proposta de Meschonnic: a tradução, para ele, passa a ser situada “na prática e na teoria dos textos, que se situam, elas mesmas, em uma teoria translinguística da enunciação”, que “consiste na interação entre uma linguística da enunciação (não fechada em uma imanência estrutural ao discurso) e uma teoria da ideologia” (ibid., p. 307). É essa teoria translinguística, vinculando enunciação e ideologia, que confere ao teórico o estatuto de estudioso da tradução por meio de uma abordagem ideológica e poetológica (GUIDÈRE, 2010).

É fácil perceber, mesmo nessas poucas linhas, que o trabalho de Meschonnic repousa fortemente sobre uma visão enunciativa de linguagem. E isso não é fortuito: a base de seu trabalho, criadora de condições para o desenvolvimento de sua teoria translinguística, passa pela leitura cuidadosa e crítica dos trabalhos de Émile Benveniste. Meschonnic mesmo afirma, em seu texto *Sémiotique et poétique*, texto integrante de *Pour la poétique II*, que Benveniste é o que melhor prepara uma teoria da escrita na linguagem (p. 171).

No entanto, se a teoria da tradução proposta por Meschonnic é de base enunciativa, afinada, portanto, ao escopo teórico deste trabalho, por que razão não é ele o autor central que subjaz às reflexões aqui apresentadas? Os motivos são pelo menos dois.

A primeira razão que distancia seu trabalho do proposto aqui é o de que a elaboração de uma translinguística, e especialmente o caráter ideológico que traz consigo, é fruto de uma prática que Meschonnic mesmo realiza como tradutor: a tradução da Bíblia. Não é preciso grande incursão no âmbito dos estudos tradutológicos para reconhecer que esse tipo de tradução é detentora de características que a tornam muito particular. É comum, inclusive, em manuais de Tradutologia, encontrarmos seções que tratam da tradução da Bíblia como um ramo da Tradutologia “geral”. E, precisamente por se tratar de um tipo específico de tradução, na qual questões ideológicas são, sem dúvida, postas em maior relevo, que surge a incompatibilidade do trabalho de Meschonnic com o proposto aqui, o que nos leva ao segundo motivo.

Tendo sido desenvolvida com vistas a lançar luz sobre a tradução dos textos bíblicos e literários, a abordagem poetológica desenvolvida por Meschonnic não reflete sobre o erro de tradução, aspecto central para este trabalho. Ademais, dada a especificidade do objeto de estudo do linguista francês, pensar o estatuto do erro de tradução por meio de uma teoria que foi criada para atender aos requisitos de um objeto específico, a linguagem bíblica e literária, parece contradizer o empreendimento almejado por esta tese.

Todavia, se uma teoria que possa ser aplicada à análise de meu objeto de estudo não é desenvolvida por Meschonnic, seu percurso de elaboração teórica nos oferece uma possibilidade de caminho a ser seguido. Dado que o ponto central deste trabalho reside na observação de como o erro de tradução deve ser abordado por seu caráter *singular* e *subjetivo*, a lógica conduz à consideração de um autor que tenha, precisamente, desenvolvido sólida reflexão sobre esses dois aspectos, característica que falta aos dois autores anteriormente cogitados. Mais do que isso, como já aponte em trabalho anterior, há duas necessidades que se impõem para todos aqueles que desejam abordar a tradução desde o ponto de vista enunciativo, a saber: “(1) forjar uma metodologia que, ao mesmo tempo em que opere com os conceitos próprios ao campo enunciativo, contemple o processo tradutório como um modo particular de produção de sentidos”; e “(2) optar por uma teoria da enunciação que seja flexível o suficiente para comportar questões da tradução” (NUNES, 2011c, p. 55).

Tendo isso em vista, um nome surge de forma imperiosa: Émile Benveniste. E a leitura que Meschonnic faz da obra benvenistiana, articulando as noções desenvolvidas pelo linguista sírio ao objeto tradução, será de extrema valia para este trabalho. Ainda assim, nunca é demais enfatizar, o centro teórico deste trabalho reside em Benveniste, por ser ele o homem que lança os princípios epistemológicos de uma abordagem que considera a *subjetividade na linguagem*, ponto nevrálgico para a proposta encerrada neste estudo.

A escolha do referencial teórico benvenistiano, porém, não exclui a necessidade de certas explicações, oriundas da antecipação de algumas possíveis objeções a essa decisão. Provavelmente, a primeira objeção seria a de que, conforme será exposto adiante, Benveniste, por mais que tenha se debruçado sobre os mais diversos fenômenos linguísticos ao longo de sua obra, dedica apenas *um parágrafo* à questão da tradução, e não para refletir sobre o fenômeno, mas para ilustrar o ponto de vista que desenvolve sobre os universos *semiótico* e

*semântico* da língua (cf. item 2.2.3 infra). A essa objeção, segue a resposta: ainda que a reflexão de Benveniste sobre tradução seja verdadeiramente escassa, talvez até ínfima, se considerarmos a amplitude da obra do linguista sírio, suas reflexões acerca da *subjetividade na linguagem*, da relação *forma-sentido*, dos universos *semiótico* e *semântico* de significação e das diferentes *linguísticas* que deles advêm são cruciais para a abordagem do objeto desta tese. Assim sendo, mesmo que Benveniste não se ocupe do objeto-tradução, suas reflexões permitem o desenvolvimento de considerações de suma importância para se pensar o estatuto do erro de tradução. Eis aí a principal diferença teórico-metodológica entre a tomada do aporte teórico de Meschonnic ou de Benveniste como esteio para qualquer trabalho: enquanto o primeiro propõe uma teoria de objeto muito específico e, por essa mesma razão, com metodologia bem definida para abordagem desse objeto, Benveniste estabelece os princípios, possibilitando a emergência de um aporte teórico ajustável a diferentes objetos de estudo, incluindo, assim se espera, o erro de tradução.

Feita a opção pela teoria benvenistiana, é necessário precisar que, ao mesmo tempo em que uma ampla perspectiva se descortina, dada a flexibilidade do programa benvenistiano, emergem também inúmeros limites que a teoria do sírio impõe. A escolha da teoria de Benveniste não é inócua. O mesmo movimento que permite utilizarmos sua proposta para abordagem de um tema não tratado por ele traz consigo uma problemática incontornável, à qual dedico algumas linhas a seguir: a falta de uma metodologia precisa, bem delimitada de abordagem dos fenômenos linguísticos.

## **2.1 As particularidades da teoria benvenistiana**

As mesmas características que conferem a Benveniste (1902-1976) um lugar especial entre os linguistas da Enunciação são também aquelas que oferecem ao estudioso da obra benvenistiana os maiores desafios. Trata-se de um autor único, a exceção francesa, como aponta Dosse (2007, v.1), e que dedicou sua carreira à abordagem dos mais diversos fenômenos languageiros por meio de textos de análise e de reflexão teórica.

O que faz de Benveniste um autor singular e de difícil acesso? Ora, as razões são muitas. A **primeira** delas, talvez a mais facilmente observável por quem se inicia no estudo

do autor, é o fato de que sua produção disponível no Brasil se resume apenas a um livro, dividido em dois tomos, intitulado *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes*<sup>45</sup>, ainda pouco conhecido no País e de importância bem reduzida para os estudiosos da Enunciação, e a uma série de 46 artigos e 2 entrevistas, reunidos nas coletâneas *Problemas de Linguística Geral I e II*. A disponibilidade de apenas três obras marca um acesso absolutamente restrito ao universo dos trabalhos benvenistianos, uma vez que se trata de um autor de 18 obras e quase 300 artigos<sup>46</sup> (MOÏNFAR, 1975).

Essa observação, contudo, não deve ser entendida em tom de crítica, sobretudo porque os outros estudos realizados por Benveniste provavelmente só interessariam a filólogos, além de pouco dizer respeito a questões de Linguística Geral<sup>47</sup>. Além disso, mesmo na França, país onde o autor desenvolveu a maior parte dos seus estudos e onde se encontram arquivados a maioria de seus manuscritos, o acesso às obras benvenistianas que não se encontram nos livros anteriormente citados requer certo esforço. Se insisto sobre esse ponto, portanto, é apenas com o intuito de atentar para o fato de que o leitor desavisado pode incorrer em dois erros: (1) considerar as três obras (*Vocabulário, PLG I e PLG II*) como as únicas produções do autor, e, por esta razão, perder a dimensão da obra como um todo e de sua envergadura; e (2) acreditar que o linguista desenvolveu a maior parte dos seus trabalhos na linha daqueles apresentados nos *PLGs*, quando, na verdade, as questões ligadas à Enunciação e à Linguística Geral só passaram a ocupar um espaço de maior destaque no conjunto de suas obras a partir da década de 40, tendo alcançado seu ápice no final da década de 60<sup>48</sup>.

Quanto ao primeiro ponto, Normand (1996), inclusive, parece comungar dessa mesma preocupação: “reagrupando certos textos sobre esse tema global [a Teoria da Enunciação], se teve a tendência a isolá-los do resto da obra de Benveniste, da qual se fez, assim, leituras

<sup>45</sup> BENVENISTE, Émile. *O Vocabulário das Instituições Indo-Europeias: economia, parentesco, sociedade*. Vol. I. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995; BENVENISTE, Émile. *O Vocabulário das Instituições Indo-Europeias: poder, direito, religião*. Vol. II. São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

<sup>46</sup> Esses números, é interessante salientar, dizem respeito apenas às obras efetivamente publicadas por Benveniste. Há, ainda, inúmeras produções do autor sobre línguas orientais e, curiosamente, 409 folhas manuscritas sobre linguagem poética, tema que Benveniste não desenvolve em seus trabalhos publicados. Ambos os materiais se encontram no Departamento de manuscritos da Biblioteca Nacional da França. Ademais, outros manuscritos benvenistianos encontram-se também alocados na *Universidade Alaska Fairbanks* (Alasca, EUA), no Serviço de arquivos do *Collège de France*, no IMEC (*Institut Mémoires de l'Édition contemporaine, Caen*) e, enfim, na Universidade de Berna, na Suíça (cf. BRUNET, 2008).

<sup>47</sup> Benveniste mesmo reconhece que, para a constituição dos *PLG I*, foi necessário escolher os artigos “entre muitos outros, *mais técnicos*” (Prefácio ao *PLG I* – grifos meus).

<sup>48</sup> Lembremos que o primeiro artigo de Benveniste de que se tem notícia foi publicado em 1922 (MOÏNFAR, op. cit.). Logo, mais de 20 anos separam o início do trabalho do autor de seus primeiros textos tidos como importantes no âmbito enunciativo.

disjuntas” (p. 160). Quanto ao segundo ponto, a leitura da compilação realizada por Moïnfar (op. cit.) é elucidativa: até o início da década de 40, todos os trabalhos de Benveniste se debruçavam sobre a análise de diferentes línguas, com ênfase bastante forte sobre questões do Indo-europeu, sobre as quais o sírio era especialista. Ainda que *A natureza do signo linguístico* tenha sido publicado em 1939, é somente a partir do texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946 (mas publicado apenas 1 ano depois), que os trabalhos de Benveniste começam a ganhar contornos mais “generalizantes”, se entendermos por esse termo a capacidade de seus escritos de proporcionarem “em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem” (BENVENISTE, Prefácio ao *PLG I*).

A **segunda** razão que imprime ao estudo da obra de Benveniste dificuldades reside na própria organização dos *PLGs*. É preciso que se atente para esse fato, não obstante sua obviedade: *PLG I*, lançado em 1966, e *PLG II*, de 1974<sup>49</sup>, não são, ao contrário do *Vocabulário*, livros que se detêm em apenas um tema. Antes, trata-se de duas compilações, sendo que apenas a primeira foi efetivamente organizada pelo autor<sup>50</sup>. E as implicações disso são muitas.

Primeiramente, as compilações funcionam de forma diferente dos livros: enquanto os últimos normalmente sintetizam as ideias do autor, mesmo que elas sejam resultado de várias mudanças ao longo da constituição da teoria final, apresentada no livro, as compilações, quando resultantes de trabalhos elaborados com anos de distância um do outro, oferecem-nos a oportunidade de observação da evolução do pensamento do autor. Esse é precisamente o caso das obras de Benveniste. Porém, engana-se quem acha que a possibilidade de observação da evolução do pensamento benvenistiano torna a leitura menos conturbada. De fato, este parece ser o erro mais frequente em que incorrem alguns dos estudiosos da Enunciação: a referência é feita simplesmente a Benveniste, tomando em uma sincronia textos que foram escritos em uma diacronia (FLORES, 2012b). Ora, trata-se de um erro grosseiro: não é

---

<sup>49</sup> Observe-se que houve certa demora na tradução dos *PLGs* para o português. Enquanto que o *PLG I* já contava com traduções para o inglês, espanhol e italiano 5 anos depois da publicação na França, em 1966, no Brasil, a primeira tradução só veio a público em 1976, pela Companhia Editora Nacional, ou seja, 10 anos após o lançamento na Europa. O volume 2 sofreu atraso ainda maior, tendo sua primeira edição brasileira publicada somente em 1989, pela editora Pontes.

<sup>50</sup> Benveniste apenas supervisionou a edição do segundo volume dos *Problemas de Linguística Geral*, provavelmente devido à doença que o acometera no início dos anos 70 e que o levou à morte 2 anos após a publicação do volume. Mahammed Moïnfar é quem assina o prefácio ao *PLG II* como responsável pela edição da obra.

possível, relativamente à obra benvenistiana, referir ao pensamento do autor sem mencionar o artigo que se usa como base, pois um determinado conceito, desenvolvido, por exemplo, na década de 50, provavelmente não se apresenta da mesma forma em textos da década de 70<sup>51</sup>. Volto a essa problemática mais adiante, quando da discussão da terminologia empregada nos *PLG I e II*. Por ora, o que se deve ter presente é que os dois livros condensam uma produção que se inicia ao final da década de 30 e segue até o início da década de 70. Ou seja, há um hiato de 33 anos desde a publicação de *A natureza do signo linguístico*<sup>52</sup>, de 1939, presente no *PLG I*, até a publicação de *Para uma semântica da preposição alemã vor*, de 1972, integrante do segundo volume. No que tange aos textos de algum interesse para a Enunciação<sup>53</sup>, o interstício entre um artigo e outro é menor, mas, mesmo assim, significativo, podendo ser observado no diagrama a seguir:

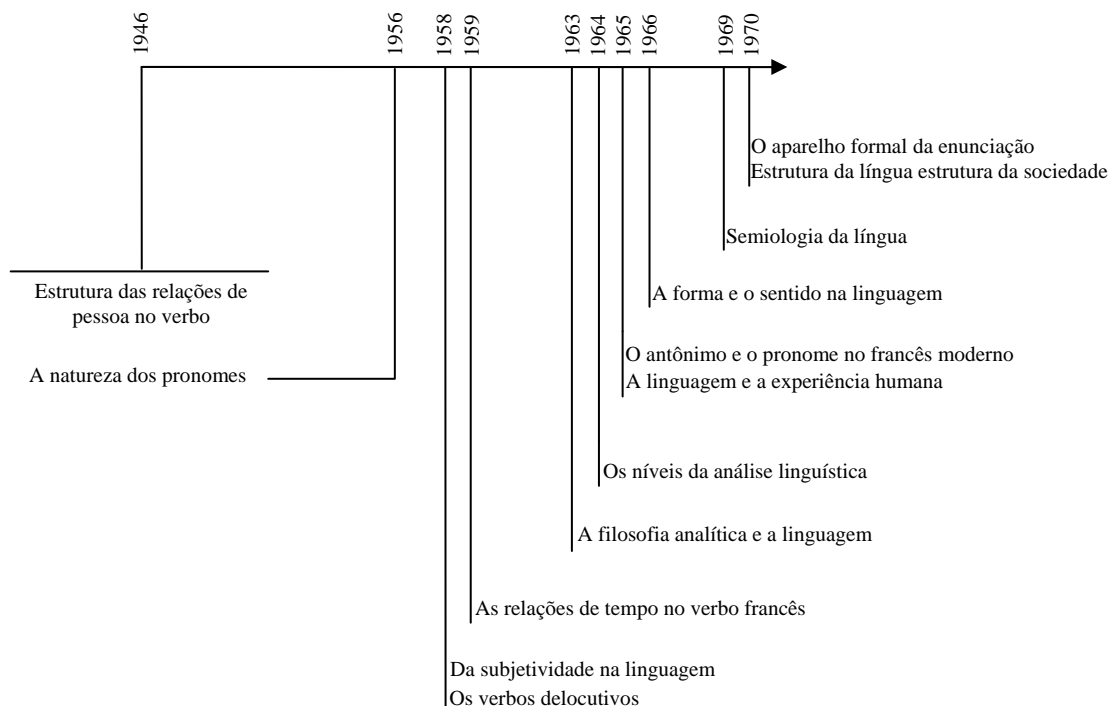


Diagrama 3: linha do tempo das publicações de Benveniste que interessam aos estudos enunciativos

<sup>51</sup> Talvez o exemplo mais concreto dessa variação terminológica se encontre no próprio termo “enunciação”. Aya Ono (2007), inclusive, dedica um livro inteiro à questão dos diferentes sentidos que o termo adquire ao longo da obra benvenistiana.

<sup>52</sup> Esse texto parece figurar como uma exceção nos trabalhos benvenistianos. Ainda que alguns autores, como Brait (2006), apontem-no como fundador do início dos estudos do autor sobre questões de natureza mais geral, verificamos facilmente que se trata de uma produção isolada. É somente na segunda metade da década de 40 que Benveniste volta a tratar dessas questões, momento em que efetivamente, ao menos sob meu ponto de vista, inicia sua produção voltada à linguística geral, visto que o tema o acompanharia dali em diante.

<sup>53</sup> A seleção desses textos foi feita com base em Flores e Teixeira (op. cit.), que elencam 13 textos, 7 do *PLG I*, e 6 do *PLG II*, como essenciais para o entendimento da Teoria da Enunciação benvenistiana.

O diagrama acima ilustra que, além das complicações geradas por esse tipo de organização – por seções –, ela não nos permite observar, por exemplo, os períodos de maior produção do autor. Essa informação adquire relevância à medida que observamos que, apesar de ter começado suas publicações no final da década de 30, é somente ao final da década de 50 e, principalmente, ao longo da década de 60, que Benveniste desenvolve a maior parte dos seus textos de interesse à Enunciação. Ou seja, ainda que remonte a tempos mais antigos, o pensamento do autor parece ter atingido sua maturidade apenas alguns anos depois. E, mesmo nesse período, é possível observar, no próprio texto benvenistiano, certa insegurança quanto às suas elucubrações teóricas. Sobre os universos *semiótico* e *semântico* de significação, por exemplo, o linguista afirma, em entrevista a Pierre Daix, publicada no *PLG II* sob o título *Estruturalismo e Linguística*:

Trata-se, pois, de duas dimensões totalmente diferentes. E se não se começa por reconhecer esta distinção, creio que se fica na vaguidade. *Mas é ainda um ponto de vista que me é pessoal, que precisa ser demonstrado. Temos que elaborar pouco a pouco todo um corpo de definições neste imenso domínio, que não compreende somente a língua.* E isto me leva à cultura. A cultura é também um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem (*Estruturalismo* [1968], *PLG II*, p. 22/22 – grifos meus).

A passagem reproduzida acima mostra claramente como a questão temporal fica mascarada na organização do *PLG I e II*. É no texto *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, que Benveniste desenvolve as noções de *semiótico* e *semântico*. No entanto, ainda que esse texto sirva comumente de base para a descrição do que o autor entende por esses dois termos, vemos que, dois anos depois, na entrevista a Pierre Daix, o linguista se mostra insatisfeito com suas teorizações. Falta um aspecto: a cultura. Ora, esse aspecto é desenvolvido um ano mais tarde, em 1969, no texto *Semiologia da língua*, no qual Benveniste realiza dois empreendimentos: dá prosseguimento ao estipulado por Saussure como tarefa para o linguista<sup>54</sup> e, por esse mesmo movimento, ao comparar a língua com outros sistemas de significação, estabelece a relação entre os universos *semiótico* e *semântico* com a cultura. Esse desenvolvimento não se deixa perceber na forma em que o livro foi organizado: os três

---

<sup>54</sup> Afirma o *CLG* (SAUSSURE, op. cit., p. 24): “a língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.” Com base nisso, “a tarefa do linguista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos”. Para isso, “se se quiser descobrir a verdadeira natureza da língua, será mister considerá-la inicialmente no que ela tem de comum com outros sistemas da mesma ordem” (ibid., p. 25). É precisamente isso que faz Benveniste em *Semiologia da língua*.



textos mencionados nem sequer se encontram na mesma seção<sup>55</sup>. Essa opção por não apresentar os textos de forma cronológica é o que podemos destacar como a segunda problemática instaurada pelas compilações *PLG I e II*, o que, além de inviabilizar a leitura da obra do linguista sírio no passo de sua evolução, empreitada que somente poderá ser perseguida como resultado do interesse do leitor, permite que encontremos, em uma mesma seção, textos com até 19 anos de distância das datas de publicação<sup>56</sup>.

Uma **terceira** característica que imprime dificuldade à leitura dos escritos benvenistianos reside no fato de que essa mesma separação em seções acaba por colocar lado a lado textos que Normand (1986) rotula como “de análise” e “de síntese”<sup>57</sup> (p. 195). Quanto aos primeiros, talvez o maior empecilho para o leitor seja que Benveniste, profundo conhecedor de várias línguas, realiza análises de aspectos linguísticos dos mais diversos idiomas, muitas vezes desconhecidos do leitor<sup>58</sup>. O segundo tipo, por seu turno, traz consigo a dificuldade já anunciada anteriormente: dado que se trata de textos produzidos com certa distância temporal uns dos outros, a flutuação terminológica, resultante precisamente da evolução do pensamento do autor, é muitas vezes ignorada por aqueles que fazem uso da produção benvenistiana como aporte teórico<sup>59</sup>.

Normand, já em 1986, em seu texto *Les termes de l'énonciation de Émile Benveniste*, atentava para o fato de que o conjunto de textos benvenistianos apresenta uma “bricolagem terminológica” (p. 196 *et seq.*). A isso, ela acrescenta que muitos dos termos empregados pelo teórico são palavras ordinárias, não-teóricas, que, à medida que seu pensamento se desenvolve, adquirem um estatuto teórico, ou, ainda nas palavras da autora, são “progressivamente teorizadas” (ibid., p. 201).

---

<sup>55</sup> *Estruturalismo e linguística* está alocado na primeira parte do livro; *Semiologia da língua*, na segunda; e *A forma e o sentido na linguagem*, na quinta.

<sup>56</sup> É o que acontece, por exemplo, com *A natureza do signo linguístico*, de 1939, e *Categorias de pensamento e categorias de língua*, de 1958, ambos integrantes da segunda parte do *PLG I*.

<sup>57</sup> A que ela atribui, respectivamente, também o rótulo de “textos de fechamento” e “textos de abertura”.

<sup>58</sup> Conforme levantamento que realizei em trabalho anterior (NUNES, 2012), o conhecimento de Benveniste sobre as mais diversas línguas do mundo é desconcertante: somente nos *PLGs*, mais de 50 línguas são citadas em seus exemplos e análises.

<sup>59</sup> Observa-se, inclusive, atualmente, um esforço para dirimir algumas dúvidas causadas pela falta de rigor terminológico nos textos de Benveniste por meio de estudos detalhados e aprofundados dos termos em seus diversos contextos de ocorrência nas obras. É o que tenta realizar *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*, de Aya Ono (op. cit.) e o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, de Flores et al (op. cit.).

É possível criar a hipótese de que tal flutuação terminológica seja, em parte, resultado das próprias condições em que os textos foram produzidos. Se observarmos bem, encontraremos os mais diversos interlocutores e suportes de publicação<sup>60</sup>:

Problemas de Linguística Geral I					
Texto	Ano	Tipo	Suporte da publicação	Área de concentração do suporte	Cidade, País
Os níveis da análise linguística	1964	Artigo	<i>Proceedings of the 9th International Congress of Linguists.</i>	Linguística	Austin, Estados Unidos.
Estrutura das relações de pessoa no verbo	1946	Artigo	<i>Bulletin de la Société de linguistique de Paris</i> , vol. 43.	Linguística	Paris, França.
A natureza dos pronomes	1956	Capítulo de livro	In: HALLE, Morris (Ed.) <i>For Roman Jakobson: essays on the occasion of his sixtieth birthday, 11 October 1956.</i> Mouton & Co.: La Haye, 1956. 681 p.	Linguística	Haia, Países Baixos.
Da subjetividade na linguagem	1958	Artigo	<i>Journal de Psychologie normale et pathologique.</i>	Psicologia	Paris, França.
A filosofia analítica e a linguagem	1963	Artigo	<i>Les Etudes philosophiques</i> , n. 1.	Filosofia	Paris, França.
Os verbos delocutivos	1958	Capítulo de livro	In: HATCHER, Anna Granville (ed.). <i>Studia philologica et litteraria in honorem L. Spitzer.</i> Berna: Francke, 1958.	Linguística	Berna, Suíça.

Tabela 2: suportes e locais de publicação de alguns textos integrantes do *PLG I*

Problemas de Linguística Geral II					
Texto	Ano	Tipo	Suporte da publicação	Área de concentração do suporte	Cidade, País
Semiologia da língua	1969	Artigo	<i>Semiotica.</i>	Linguística	Haia, Países Baixos.
A linguagem e a experiência humana	1965	Artigo	<i>Diogenes</i> , nº 51.	Ciências humanas e sociais	Paris, França.
O aparelho formal da enunciação	1970	Artigo	<i>Langages</i> , nº 17.	Linguística	Paris, França.
Estrutura da língua e estrutura da sociedade	1970	Conferência	<i>Linguaggi nella società e nella tecnica.</i> Conferência patrocinada pela C & Ing.C.Olivetti S.p.A. pelo centenário do nascimento de Camillo Olivetti.	Multidisciplinar	Milão, Itália.
O antônimo e o pronome em francês moderno	1965	Artigo	<i>Bulletin de la Société de linguistique de Paris</i> , vol. 60.	Linguística	Paris, França.
A forma e o sentido na linguagem	1966	Conferência	<i>Le langage</i> , vol. II, ( <i>Actes du 13e Congrès des Sociétés de philosophie de langue française</i> ).	Filosofia	Genebra, Suíça.

Tabela 3: suportes e locais de publicação de alguns textos integrantes do *PLG II*

Empreendendo uma análise, mesmo que superficial, da tabela apresentada, somos levados a considerar que, dado que alguns textos são destinados a um público que não se restringe a linguistas, como *Da subjetividade na linguagem* e *A filosofia analítica e a linguagem*, no *PLG I*, e *A linguagem e a experiência humana*, *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* e *O antônimo e o pronome em francês moderno*, no segundo volume, o uso de termos não-teóricos parece justificável, em uma tentativa, por parte de Benveniste, de

<sup>60</sup> As tabelas aqui reproduzidas contemplam apenas os textos de interesse para a Enunciação.

comunicar suas ideias ao grande público. Ao mesmo tempo, a própria diversidade de interlocutores faz com que os termos adquiram diferentes significações, segundo o contexto em que se inserem.

Ainda relacionada à questão terminológica, encontramos uma **quarta** problemática na abordagem dos textos benvenistianos. Nos artigos de síntese, frequentemente nos são apresentados termos primitivos que são definidos por outros primitivos. Ora, proposições primitivas são justamente definidas como “aquelas que são postas sem se deduzirem de nenhuma outra” (LALANDE, 1999, p. 858). Assim, uma definição como a proposta para subjetividade, em que lemos “a ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (*Da subjetividade* [1959], *PLG I*, p. 286/259), causa mais problemas do que soluciona, visto que, para entendê-la, é necessário que o leitor tenha já compreendido os termos “locutor” e “sujeito”, que, por sua vez, não possuem, em absoluto, definição unívoca da obra do linguista<sup>61</sup>. Acrescem-se a isso também as armadilhas causadas pelas marcações tipográficas: o termo *sujeito*, por exemplo, ora é grafado normalmente, ora entre aspas, como na passagem citada, ora em itálico e, em cada vez, remete a conceitos diferentes.

Enfim, a **quinta** e principal problemática: não é possível observar, no conjunto das obras de Benveniste que interessam à Enunciação, um modelo teórico-metodológico para análise linguística. Em tom investigativo, Normand (1996) questiona: “seria por razões similares, intrínsecas à natureza dos fenômenos visados, que Benveniste não propôs método de descrição aplicável a sua teoria do semântico?” (p. 168). Além de propor uma possível explicação para a ausência de um modelo, observe-se que a questão de Normand incide sobre o *semântico* (em oposição ao *semiótico*)<sup>62</sup>, visto que, para esse último, é possível notar uma tendência nos trabalhos benvenistianos: “sua análise é desenvolvida segundo o modelo que lhe é habitual: descrição, depois interpretação, de oposições formais” (ibid., p. 162). Dessa forma, o que falta à teoria benvenistiana é precisamente um modelo que contemple a Linguística que o próprio Benveniste trouxe à existência: a Linguística do semântico, Linguística da frase, da língua em uso.

---

<sup>61</sup> Além disso, esses termos aparecem em concorrência com outros, tais como *homem*, *pessoa* e *ego*. No texto *Da subjetividade na linguagem*, todos esses termos estão presentes, o que requer do leitor um esforço considerável para compreender o texto nas suas minúcias.

<sup>62</sup> Essa oposição será devidamente retomada e aprofundada no próximo item.

Contudo, se o linguista não teve tempo de desenvolver tal aparato metodológico, ele deixou pistas ao longo de toda sua obra. A mais importante delas, sem dúvida, reside no fato de que “a interpretação semântica é uma condição prévia à descrição” (ibid., p. 154). Ou seja, vemos que, como não poderia deixar de ser para um discípulo saussuriano, para todos os métodos de análise propostos pelo linguista, há sempre um denominador comum: “todos os textos de Benveniste (...) atribuem à significação, relacionada à noção de ‘função’, um lugar central” (id., 1989, p. 148). E isso se verifica, inclusive, nas próprias análises empreendidas pelo autor, sobre as quais Normand (1996) destaca que “para Benveniste, é evidente que uma particularidade formal somente tem valor linguístico se estiver ligada a uma particularidade de sentido” (p. 175), ao que acrescenta:

as interpretações, pelas quais conclui a maior parte de suas análises, fazem intervir a noção de sujeito (sem que esteja realmente definido o estatuto dessa noção). É em relação à presença/ausência do sujeito, ou ao seu papel no processo que a frase predica, que a diferença formal destacada adquire sentido.

Assim, ainda que a adoção da teoria benvenistiana como aporte teórico proporcione certa flexibilidade, permitindo ao estudioso elaborar uma metodologia de análise dos dados que seja compatível com seus objetivos, há sempre um pré-requisito a que toda e qualquer metodologia de cunho enunciativo precisa atender: *levar em conta a significação*. Como nos ensina o próprio Benveniste,

a segmentação do enunciado em elementos discretos não leva a uma análise da língua, da mesma forma que uma segmentação do universo físico não leva a uma teoria do mundo físico. Essa maneira de formalizar as partes do enunciado arrisca-se a acabar numa nova atomização da língua, pois a língua empírica é um processo de simbolização em muitos níveis, cuja análise nem foi ainda tentada: o “dado” linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar as partes constitutivas: é, já, um complexo, cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva. *Podem-se, pois, conceber muitos tipos de descrição e muitos tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação*, que em vista disso é que é estruturado, e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua entre os outros sistemas de signos (*Tendências* [1954], *PLG I*, p. 13/12 – grifos meus).

A citação reproduzida acima nos permite depreender como a questão do método se apresenta para Benveniste e, por conseguinte, àqueles que tomam sua teoria como balizagem teórica. Seja qual for o método a ser empregado, ele deverá, obrigatoriamente, levar em conta a questão da significação. Esse ponto será retomado no capítulo 3, dedicado exclusivamente às questões do *corpus* utilizado nesta tese.

Feitas essas observações sobre a escolha da teoria benvenistiana como aporte teórico deste trabalho e pontuados seus limites e vantagens, passemos, então, a algumas considerações sobre conceitos desenvolvidos na obra do linguista que, sem perder de vista o objeto de estudo proposto aqui, proporcionarão o esboço de uma teoria de abordagem enunciativa da tradução.

## **2.2 Conceitos da teoria benvenistiana que interessam a uma abordagem da tradução**

As considerações tecidas ao longo deste capítulo permitiram observar a dificuldade imposta a todo o pesquisador que opta pela realização de um trabalho de base benvenistiana. Para que seja possível a elaboração de um estudo cujo aporte teórico principal se encontra nos trabalhos de Benveniste, é necessário que toda a problemática envolvendo a produção do autor, que não se fez mais do que esboçar aqui, seja levada em consideração. Destarte, os temas apresentados a seguir são contemplados por meio de dois movimentos. O primeiro deles consiste em levar em conta a evolução dos conceitos tratados dentro do sistema de pensamento do linguista, o que é viabilizado pela leitura em ordem cronológica dos textos que compõem os *PLGs*. Como já indicado supra, tal metodologia de leitura permite que se observe a flutuação terminológica que impregna os textos do autor, ao mesmo tempo em que possibilita a definição adotada para determinado conceito tendo em vista o objeto e os propósitos desta tese. Ou seja, uma vez que o trabalho benvenistiano é, muitas vezes, impreciso na definição dos termos, considero que cabe ao pesquisador delimitar com precisão em que sentido os termos do autor são tomados como ancoragem teórica. Isso será desenvolvido a partir do item 2.2.1 a seguir.

O segundo movimento, desenvolvido a partir do item 2.3, tem por objetivo explicitar de que forma é possível operar com os conceitos eleitos nos itens anteriores quando o escopo se torna a tradução. Isto é, se, no primeiro movimento, o interesse repousa sobre o trabalho de Benveniste *per se*, refletindo sobre alguns conceitos de interesse para este estudo, o segundo tenta articulá-lo à questão tradutória. Tal relação é feita em dois momentos distintos apenas por questões didáticas, uma vez que, pensando nos leitores potenciais deste trabalho, a saber, linguistas, tradutores e professores de tradução, a separação dos itens no formato aqui

proposto pode ser útil para proporcionar-lhes maior detalhamento sobre os elementos teóricos com os quais não têm tanta intimidade.

Uma última observação se faz igualmente importante: ao subdividir os conceitos em três grandes blocos, novamente faço uso de um recurso didático, uma vez que, como deve ter ficado evidente na exposição anterior, a forma pela qual os conceitos se encontram articulados na teoria benvenistiana impede-nos de tratar de um sem tratar de toda uma rede a que determinado conceito está ligado. Não deve surpreender, portanto, que, ao longo da exploração de determinado conceito, muitos outros se entrelacem e necessitem de reflexão.

### 2.2.1 A subjetividade na linguagem

A reflexão benvenistiana é sempre resultado de um problema. Não é à toa que suas principais obras se perpetuaram sob o título de *Problemas de Linguística Geral*. “Em Benveniste, a arte de pensar é desde o início a arte do problema. O problema é um modo de pensar.” (DESSONS, 2006, p. 10-11). E o principal problema – teórico e até mesmo prático – encarado pelo linguista reside na *subjetividade na linguagem*. Problema teórico porque a emergência dos trabalhos do estudioso se deu em meio a uma época em que o sujeito havia sido “recalcado no âmago da preocupação linguística” (DOSSE, op. cit., p.63), em “um período em que se pensa a linguagem abstraindo-se do sujeito”. De fato, “a questão do sujeito na linguagem é propriamente uma questão da linguística contemporânea” (DESSONS, op. cit., p. 97), uma vez que o tema era tradicionalmente estudado pela filosofia, e não pela Linguística. É nesse sentido que o percurso de Benveniste se torna particular, pois, apesar de frequentemente vinculado ao Estruturalismo, funda sua teoria sobre a questão da subjetividade, indo “na contramão do conjunto do movimento da linguística estrutural que havia há muito tempo ‘colocado de lado’ a questão do sujeito”.

Mas também problema prático porque, apesar de sua influência como professor no Collège de France e do respeito adquirido como linguista comparatista, Benveniste “vai pregar no deserto” (ibid., p. 10). Basta observarmos, para obtermos evidências mais contundentes dessa afirmação, que o principal texto sobre esse tema, que, inclusive, carrega a

problemática em seu próprio título (*Da subjetividade na linguagem*), é publicado não em uma revista de Linguística, mas de Psicologia (cf. Tabela 1 supra).

De fato, se observarmos a evolução do conceito de *subjetividade na linguagem*, fica um tanto evidente que Benveniste parte de questões *linguísticas* para desenvolver sua perspectiva. No entanto, como bem percebe Dosse (op. cit.), a grande contribuição do linguista não foi propriamente realçar as marcas *formais* de subjetividade na linguagem (outros estudiosos já o haviam feito), mas lançar a possibilidade de considerar o discurso como um *índice global de subjetividade*, para além de marcas formais, e constituindo, assim, uma teoria geral da linguagem.

Contudo, para entender esse percurso, é preciso seguir a própria pena de Benveniste, atentando para seus escritos em ordem de publicação. Para tanto, início o percurso em um texto de 1946, *A estrutura das relações de pessoa no verbo*, para, por fim, chegar ao texto de 1970, intitulado *O aparelho formal da enunciação*. Mais do que o hiato temporal de 24 anos separando um texto de outro, chama a atenção que os próprios títulos dos artigos que os entremeiam são sugestivos do tom que subjaz a essa mudança de pensamento: o que era estritamente linguístico em 1946 passa a constituir a própria experiência humana quase duas décadas depois, em *A linguagem e a experiência humana*. Benveniste recusa a concepção – corrente até então – de linguagem como *instrumento* da comunicação humana para pensá-la como constitutiva do próprio homem, em uma relação dialógica em que tanto homem quanto linguagem se definem um pelo outro. É o que se pretende analisar a seguir.

Dando vida ao empreendimento de realizar uma leitura cronológica da obra de Benveniste, o primeiro texto que precisa ser estudado para construir o entendimento do termo *subjetividade na linguagem* é *A estrutura das relações de pessoa no verbo*. Publicado no *Boletim da Sociedade Linguística de Paris*, em 1946, seu foco reside na discussão da categoria de pessoa, que, nas conclusões de Benveniste, é manifestada, mesmo que em diferentes formas, em *todas* as línguas. No entanto, acreditar que esse texto se constitui em uma observação puramente linguística e estrutural das pessoas verbais é desconsiderar a profundidade das conclusões que uma leitura atenta pode proporcionar. De fato, se a problemática das pessoas verbais é o ponto de partida da reflexão benvenistiana, o intuito maior parece ser o de dirimir o “debate estéril [que sempre existirá] enquanto se persistir em

confundir ‘pessoa’ e ‘sujeito’” (*Estrutura* [1946], *PLG I*, p. 252/230). Esse parece ser o verdadeiro ponto de chegada do artigo que, não sem razão, viria a ser o primeiro a elaborar a questão da subjetividade na linguagem.

A diferenciação entre “pessoa” e “sujeito” nasce de uma constatação de Benveniste como profundo conhecedor de diversas línguas: “não parece que se conheça uma língua dotada de um verbo no qual as distinções de pessoa não se marquem de uma ou de outra forma nas formas verbais” (ibid., p. 250/227). Isso o leva à conclusão de que “a categoria de pessoa pertence realmente às noções fundamentais e necessárias do verbo” (id.) Partindo desse universal, a saber, o fato de que “o conjunto das posições que determinam uma forma verbal provida de um índice pessoal (...) vale para o verbo de qualquer língua” (ibid., p. 248/226), Benveniste estipula mais um: “há sempre três pessoas e não há senão três”. O que resta a ser feito – e precisamente o que vai ser desenvolvido no artigo em questão – é procurar saber “como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia”. E o princípio que funda essa oposição se materializa, na verdade, em dois: os princípios de *peçoalidade* e de *subjetividade*.

O primeiro princípio deriva da comparação entre a primeira e a segunda pessoas (*eu* e *tu*) *versus* a terceira (*ele*). Já na gramática árabe, há uma diferença radical entre as duas primeiras e a terceira pessoa: a primeira é “aquele que fala”, a segunda, “a quem se fala”, e a terceira, “aquele que está ausente” (ibid., p. 250/228). Essa distinção torna-se fundamental, pois é a partir dela que Benveniste elabora a primeira questão central do artigo: a terceira pessoa é, precisamente, a *não-pessoa*:

nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (...) A forma dita terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma “pessoa” específica. O elemento variável e propriamente “pessoal” dessas denominações falta aqui.



A leitura dessa passagem permite considerar que a proposta benvenistiana, mesmo que o próprio linguista não a explicita, é a de que a reflexão sobre as pessoas verbais permite observar *o próprio ato de fazer uso da linguagem*, ato esse que não é facultado à terceira pessoa. A terceira pessoa não faz parte da estrutura enunciativa: “ele” nunca pode se colocar como pessoa do discurso, justamente por ser o marcador linguístico da não-pessoa.

Isto posto, resta estabelecer, portanto, a diferença entre a primeira e a segunda. Se a pessoa só é facultada às posições “eu” e “tu”, que se diferem de “ele” por uma *relação de pessoalidade* (ele não é pessoa, enquanto “eu” e “tu” são), a primeira e a segunda pessoa guardam duas características comuns. Primeiramente, ambas possuem uma *unicidade específica*: “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos” (ibid., p. 253/230) (ao contrário de “ele”, que pode se referir a uma infinidade de sujeitos, ou mesmo a nenhum). Em segundo lugar, “eu” e “tu” são *inversíveis*: “eu” pode se tornar um “tu” quando “tu” assume o discurso e passa a referir o que era “eu” como “tu”. *Unicidade específica e inversibilidade*: eis os dois pontos comuns entre “eu” e “tu”. Há, no entanto, uma característica profunda que os difere: se a *correlação de pessoalidade* opõe “eu” e “tu” a “ele” (opondo as duas pessoas a não-pessoa), a *correlação de subjetividade* é a responsável por opor a pessoa subjetiva “eu” à pessoa não-subjetiva “tu”:

[o] que diferencia “eu” de “tu” é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de “eu”, *interior* ao enunciado e *exterior* a “tu”, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo. (...) além disso, “eu” é sempre transcendente com relação a “tu”. Quando saio de “mim” para estabelecer relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”. Essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao “eu” e se invertem em “tu”. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (= “ele”) (ibid. p. 255/232 – grifos do autor).

Se tais considerações parecem permanecer no campo de análise da língua como sistema, é importante atentarmos para o fato de que elas apontam, na verdade, para um inédito na Linguística: a língua não é mais analisada *per se*. O que está em análise, mais do que os caracteres linguísticos, é a *condição prévia* que permite que possa existir língua: o fato de que um locutor mobiliza a língua, passando a ser “eu”, ou seja, a ser “sujeito”, em seu discurso<sup>63</sup>. Aqui, fica fácil entender as palavras de Ducrot, em entrevista a François Dosse:

<sup>63</sup> Tais termos não são ainda utilizados por Benveniste, mas são autorizados em textos posteriores que estarão sob análise ainda nesta seção.

“[p]essoalmente, [Benveniste] é sem dúvida o linguista a quem mais devo. Ele foi para mim essencial ao mostrar que o sistema linguístico, sem deixar de constituir um sistema, devia tomar em consideração os fenômenos de enunciação” (p. 64). E é exatamente aos fenômenos de enunciação que *A estrutura das relações de pessoa no verbo* abre caminhos a serem desenvolvidos ao longo de vários outros anos da carreira do linguista sírio, uma vez que as questões que cercam *pessoa* e *sujeito* são apenas inicialmente contempladas no texto de 1946.

Uma década depois, ainda em um texto para linguistas, Benveniste retoma a questão das pessoas verbais, mais particularmente a questão dos pronomes, em busca de apreciações sobre sua *natureza*. O estatuto singular do “eu”, apenas introduzido no texto anteriormente analisado, é relançado ao escrutínio do sírio. *A correlação de subjetividade* ganha um estatuto central nas ponderações benvenistianas: *é somente pela subjetividade que existe o exercício da linguagem*.

O texto *A natureza dos pronomes* segue o ponto de vista pelo qual se observa o fenômeno linguageiro em *A estrutura das relações de pessoa no verbo*. Em 1946, o ponto de partida para o estabelecimento das hipóteses sobre as especificidades de cada pessoa do discurso é oriundo, como já mencionado, do conhecimento que Benveniste detinha sobre diversas línguas. De fato, ao dedicarmo-nos à leitura do texto, é impossível não se deixar estarrecer pela quantidade de idiomas referidos pelo teórico como suporte para o desenvolvimento de sua tese. O que se observa em *A natureza dos pronomes* é um movimento muito semelhante, que parte, igualmente, de línguas, para chegar a um objetivo maior: falar sobre a linguagem. E, novamente, o modo de pensar por meio de um problema se verifica no texto benvenistiano:

a universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem (*A natureza* [1956], *PLG I*, p. 277/251).

É como um problema de linguagem que os pronomes passam a ser interrogados nesse texto. No entanto, se *A natureza dos pronomes* segue a linha de raciocínio de *A estrutura das relações de pessoa no verbo*, há uma mudança radical de perspectiva de um texto para outro. É somente no texto de 1956 que aquilo que se descortinava uma década antes é efetivamente

trazido à tona e teorizado pelo linguista: há a língua enquanto sistema de signos, e há a língua enquanto atividade realizada por um locutor<sup>64</sup>:

[é] como fato de linguagem que o apresentaremos aqui, para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instancia do discurso”, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.

Ao conceber que há signos (nesse momento, ainda apenas os pronomes) que são característicos das “instâncias do discurso”, Benveniste abre o estudo linguístico ao mundo da enunciação. Nasce a ideia de “realidade do discurso”, em que um termo como “eu”, por exemplo, só pode ser definido na “locução”. *Eu* passa a significar “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*” (ibid., p. 278/252). Mais do que isso, a presença do “eu” na linguagem permite que uma série de outros signos da língua ascendam ao mesmo patamar, só adquirindo existência na enunciação. É o caso de todos os indicadores de ostensão (pronomes, advérbios, locuções adverbiais), termos como “eu”, “este”, “aqui”, “hoje”, “em três dias”, que só adquirem referência na instância do discurso em que se fazem presentes.

Mas a grande contribuição não está na percepção de que a língua conta com signos “móveis”, que adquirem referência apenas em situação de locução. Esse é apenas um indicativo “tangível” da questão central. A grande guinada para a consideração da subjetividade na linguagem oferecida por esse texto é a possibilidade de observar o *exercício* da linguagem, já previsto pela própria língua. Benveniste nos torna sensíveis para o fato de que há dois universos linguísticos: “a linguagem como sistema de signos e a linguagem como exercício pelo indivíduo” (ibid., p. 281/254), sendo que a passagem de um a outro só é possível pelo fato de a linguagem permitir sua apropriação por parte de um “eu”. Todos os signos relativos ao exercício da linguagem têm isso em comum: fornecem “o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso”.

*Linguagem como sistema de signos e linguagem como exercício pelo indivíduo* passariam a figurar, então, como dois objetos de estudo, distintos, mas complementares. O primeiro não era novidade: tratava-se do objeto de estudo e de pesquisa dos estudiosos da

<sup>64</sup> Esse, ao menos em minha leitura, é, inclusive, o germe das noções de *semiótico* e *semântico*, abordadas na seção 2.2.3, e que ainda não apareciam, com essa nomenclatura, no horizonte dos trabalhos do autor.

época. É o segundo que merecia, a partir de então, atenção. Estava aberto o mundo da enunciação. Estava aberto o mundo *Da subjetividade na linguagem*.

O texto de 1958 é o último, entre os publicados nos *PLGs*, em que o problema da subjetividade é tratado diretamente. Após esse momento, a subjetividade na linguagem deixará de ser objeto de estudo e questão teórica e passará a se constituir em um primitivo na teoria benvenistiana. Os textos subsequentes não farão mais do que refinar o conceito, posto, a partir de então, como corolário da proposta de Benveniste.

O primeiro aspecto que deve ser levado em conta na análise do texto em questão é o fato de que se trata de um artigo publicado em uma revista de Psicologia. Opção feita em virtude da falta de compreensão no campo da Linguística ou escolha consciente do público-alvo, o fato é que a mudança de ares promoveu alterações no tom pelo do qual Benveniste passa a indagar a questão da subjetividade. O ponto de partida (ou o *problema*, como temos chamado) não é mais a diversidade linguística, mas passa a ser o questionamento acerca da própria existência da linguagem, até então considerada como *instrumento* viabilizador da comunicação humana. Benveniste é categórico ao desprezar tal hipótese, dado que a linguagem “está na natureza do homem, que não a fabricou” (*Da subjetividade* [1958], *PLG I*, p. 285/259).

Mas, se não é o caráter instrumental da linguagem o que permite que ela seja “usada” para a comunicação (afinal, meios não-linguísticos também podem servir para tal fim), emerge, então, um segundo problema: “uma vez remetida à palavra essa função [a de comunicar], podemos perguntar-nos o que a predisponha a assegurá-la”. A resposta a tal pergunta - que poderia ser parafraseada em “o que, na linguagem, permite a comunicação?” – encontra-se no fato de que a linguagem permite a comunicação devido a uma de suas propriedades fundamentais: “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (p. 286/259). Essa é, na verdade, a definição mais “famosa” de subjetividade pelo viés benvenistiano. Uma vez que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso”, a comunicação só ganha existência porque a linguagem prevê, nela mesma, um “lugar” para que o sujeito dela se aproprie, um lugar para o uso. Inicialmente, esse lugar é instanciado na categoria de pessoa,

mas, posteriormente, reconhecido pelo próprio teórico como um conjunto de elementos linguísticos.

Observemos, contudo, que essa se trata apenas de *uma* das propriedades fundamentais da linguagem. A outra, e essa até então pouco explorada por Benveniste, diz respeito à polaridade das pessoas: “*eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “*mim*”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*”. Se essa condição de reversibilidade já havia sido explorada em textos de outrora, a novidade de *Da subjetividade na linguagem* se encontra em colocar em relevo o fato de que, para haver subjetividade, é necessário, antes, que haja *intersubjetividade*. Certamente, a polaridade “eu-tu” não pressupõe simetria: “eu” é sempre transcendente em relação a “tu” e, “apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro”. Em suma, e mais importante, “[é] numa relação dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (ibid., p. 287/260). Desse postulado, emerge a definição de discurso, “que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística” (ibid., p. 293/266). Tem-se, portanto, nesse momento da evolução do conceito na teoria benvenistiana, o encaminhamento para se pensar na subjetividade na linguagem como resultado imediato da condição dialogal: há subjetividade porque há a necessidade de a linguagem ser posta em ação “necessariamente entre parceiros” (ibid., p. 284/258).

Se tal configuração se constitui em uma “novidade” nas considerações benvenistianas sobre o tema, há ainda um resquício de pensamento que permanece inalterado: a subjetividade se marca linguisticamente no enunciado por meio de *marcadores específicos*. Benveniste mesmo se indaga se “terá de ser linguístico esse fundamento” (ibid., p. 286/261) e, assumindo que a resposta seja positiva, questiona: onde estarão “os títulos da linguagem para fundar a subjetividade”? A isso, ele próprio responde que,

de fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. Falamos realmente de linguagem e não apenas de línguas particulares, que testemunham pela linguagem. Contentar-nos-emos em citar os mais aparentes (ibid., p. 287/261).

É bem verdade que a citação dos termos linguísticos mais aparentes em que a subjetividade na linguagem se funda abrirá caminhos para abandonar a noção de pessoa como único índice subjetivo. Outros indicadores passam a ser vistos pelo teórico como “desempenhadores” de funções análogas às formas (diretas ou indiretas) indicadoras de pessoa, que compõem o chamado “primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem” (ibid., p. 288/262). São eles: os “indicadores de dêixis”, entendidos como os “demonstrativos, advérbios, adjetivos que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência”, os “elementos de expressão da temporalidade”, que serão mais bem desenvolvidos no texto posterior *A linguagem e a experiência humana*, e as “expressões indicadoras de subjetividade” (tais como “creio que...”, “penso que...” etc.).

Não é difícil perceber, por essa exposição, que a subjetividade na linguagem ainda se encontra ancorada estritamente em caracteres linguísticos bem delimitados, uma vez que “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de *conter as formas linguísticas apropriadas à sua expressão*” (ibid., p.289/263 – grifos meus). É, inclusive, a partir dessa concepção de subjetividade que grande parte dos trabalhos de base benvenistiana vai se desenvolver, no intuito de analisar, em textos particulares, manifestações subjetivas. Benveniste mesmo autoriza tais análises ao conceber que há o que denomina de “enunciação ‘subjetiva’” e “enunciação ‘não subjetiva’<sup>65</sup>” (ibid., p. 292/265). Tal perspectiva continua a ser endossada, inclusive, em texto publicado um ano depois (*Relações de tempo no verbo francês*), em que Benveniste estipula uma diferenciação entre “enunciação histórica” e “enunciação de discurso”. Tem-se aqui uma questão importante: se há aquilo que é objetivo e aquilo que é subjetivo na linguagem, isso significa que a subjetividade não poderia se estender por *toda* a língua. Dito de outra forma, a hipótese da subjetividade na linguagem pré-década de 60 é pautada em uma “atomização” dessa subjetividade: há marcadores linguísticos específicos e em número limitado que a fazem transparecer.

---

<sup>65</sup> É importante observar que muitas leituras errôneas foram realizadas a partir dessa citação de Benveniste. Ao contrário das críticas computadas ao autor, de que haveria inconsistência em seu pensamento, uma vez que uma enunciação não poderia ser objetiva, isto é, de que não haveria um aspecto factual e objetivo na linguagem, a interpretação que proponho é que se trata, nesse texto, de uma inconsistência no plano terminológico. Ao falar de “enunciação histórica” ou “não-subjetiva”, Benveniste se refere não à enunciação, mas ao enunciado. São as *marcas formais* do enunciado (presença ou não do aoristo) que estão em pauta, e não o caráter subjetivo *versus* objetivo da linguagem.

Entretanto, se essa é uma possibilidade de tratamento do tema, autorizada inclusive pelo próprio autor quando tomamos alguns de seus textos como base, é necessário também prosseguir diacronicamente no desenvolvimento de seu pensamento. Ainda que esse seja, como já mencionado anteriormente, o último texto em que a questão da subjetividade é abordada em particular – provável motivo pelo qual muitos estudos que aplicam a teoria benvenistiana promovem análises restritas aos índices específicos –, a reflexão, por parte de Benveniste, sobre outros problemas de linguagem também irá lançar luz à questão da subjetividade. Dessa forma, deixo de analisar agora aquilo que está *posto* nos textos benvenistianos para investigar aquilo que pode ser *depreendido interpretativamente* do trabalho do linguista. É aí que se encontra a definição de subjetividade que interessa a este percurso.

A concepção de subjetividade na linguagem marcada em aspectos linguísticos específicos parece perdurar ainda por mais algum tempo na obra benvenistiana. Em texto de 1963, intitulado *A filosofia analítica e a linguagem*, Benveniste mesmo afirma ter descrito anteriormente “as formas subjetivas da enunciação linguística” (*A filosofia* [1963], *PLG I*, p. 298/270), em uma espécie de ratificação do trabalho já realizado. Há insistência sobre essa noção mesmo em texto posterior, *A linguagem e a experiência humana*, no qual o autor pondera que, “das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*” (*A linguagem* [1965], *PLG II*, p. 70/69, grifo do autor). Mas mesmo que algumas passagens de textos anteriores, como visto, apontassem para a necessidade de um estudo mais aprofundado da língua enquanto atividade discursiva (em oposição à língua como sistema de signos), é somente a partir da década de 60 que tal empreendimento toma forma e é devidamente levado adiante pelo mestre<sup>66</sup>. E é a partir daí, também, que o conceito de subjetividade sofre alteração.

O embrião de tal alteração aparece já no texto *Os níveis da análise linguística*, de 1962, no qual Benveniste propõe uma asserção radical: é preciso uma “nova” Linguística para a abordagem do aspecto discursivo da linguagem, que deverá ser diferente daquela que aborda a língua como sistema de signos. Essa “nova” Linguística se ocuparia, portanto, da frase, ou seja, da língua em ação, pois que “[é] no discurso atualizado em frases que a língua se forma e

---

<sup>66</sup> O fato de os textos de 1963 e de 1965 ratificarem a posição de Benveniste que considero anterior àquela proposta no texto de 1962 pode ser justificada pelo fato de que os dois textos posteriores não eram dirigidos a linguistas. A mudança de interlocutor, como já mencionado, influi sobre o modo como o teórico desenvolve seus argumentos.

se configura. Aí começa a linguagem” (*Os níveis* [1964], *PLG I*, p. 140/131). Tal aparato teórico-metodológico será apenas verdadeiramente investigado um pouco mais tarde, conforme retomada feita mais adiante nesta seção. Por ora, o que interessa no texto de 62 é que, mesmo não versando especificamente sobre subjetividade, e talvez até mesmo sem se dar conta da possibilidade que se descortinava naquele momento, Benveniste, ao propor a abordagem da “manifestação da língua na comunicação viva” (*ibid.*, p. 139/130) pelo viés de uma Linguística da frase, reconhece no *uso* linguístico a *atitude* do locutor:

reconhece-se em toda parte que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe e de gramática, e se apoiam igualmente na predicação. (...) [E]ssas três modalidades apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor (...). Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma *atitude do locutor* (*ibid.*, p. 139/130 – grifos meus).

Ora, seguindo um raciocínio lógico, não parece absurdo e nem incompatível com as ideias do autor afirmar que, se há *atitude* por parte do locutor, há *subjetividade* na linguagem. E essa subjetividade passa não mais por índices específicos, mas perpassa a língua toda desde o instante em que o locutor toma seu lugar de enunciação, afirmando, interrogando, ordenando etc.

Se essa interpretação estiver correta, tem-se, então, que o conceito de subjetividade é tão central no modo de pensar de Benveniste que condiciona o próprio modo de se fazer Linguística, ao evocar a necessidade de um aparato teórico-metodológico que possa dar conta desse “novo” objeto que ganha lugar: a língua tomada de subjetividade. Prova disso é que os textos que desenvolvem inicialmente essa questão se encontram, como não poderia deixar de ser, na quinta seção dos *Problemas de Linguística Geral I*, intitulada *O homem na língua*. Mas a subjetividade na linguagem se torna tão condicionante da Linguística idealizada por Benveniste que repercute mesmo em um texto que compõe a terceira parte dos *PLG I*, exatamente aquela que congrega textos sobre *Estruturas e análises*. Com efeito, o texto *Os níveis da análise linguística* marca não somente um esforço mais claro por parte do estudioso em explorar e sistematizar critérios de análise, como também, na própria forma de organização do livro, mostra uma teoria que ia, aos poucos, tomando traços mais precisos erigidos sobre o pilar da subjetividade na linguagem. Esses traços ganham forma mais reconhecível em texto do início da década de 70 (*O aparelho formal da Enunciação*),



confluindo também com o final da produção de Benveniste. Resta, portanto, observar como o conceito condiciona as últimas elucubrações do autor.

Normalmente referido como um artigo que resume a teoria benvenistiana, *O aparelho formal da enunciação* é o último ligado à teoria enunciativa da linguagem produzido pelo teórico. Seu conteúdo, além de condensar e pressupor uma série de referências teóricas elaboradas pelo autor ao longo de mais de 30 anos de dedicação à reflexão sobre a linguagem, sistematiza, talvez como nenhum outro artigo, o estado em que se encontrava as reflexões do linguista. No entanto, engana-se quem considera esse um momento de fechamento. Ao contrário, a maior particularidade das páginas que compõem o artigo está, a meu ver, em produzir um movimento de abertura para o tratamento enunciativo da linguagem, por meio de um alargamento do objeto a ser abordado pelos linguistas que optarem por essa corrente teórica. Tal alargamento pode ser observado em dois sentidos, analisados a seguir.

O primeiro movimento de abertura consiste no próprio enfoque pelo qual a enunciação pode ser analisada. Para Benveniste, a enunciação, definida nesse momento como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 82/80), constitui-se um grande processo, o qual pode ser estudado sob vários aspectos, três deles desenvolvidos no artigo. O primeiro, “mais diretamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua” (ibid., p. 82/80). O segundo é a “conversão individual da língua em discurso”, observando “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (ibid., p. 83/81). Nesse caso, é a semantização da língua que está no centro da análise, conduzindo à “teoria do signo [a língua em seu viés *semiótico*] e à análise da significância [a língua em seu viés *semântico*]”, elementos que Benveniste desenvolve em *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e em *Semiologia da língua* (1969).<sup>67</sup> O terceiro aspecto enfatizado pelo teórico, sobre o qual *O aparelho formal da enunciação* se deterá a analisar, diz respeito à definição da “enunciação no quadro formal de sua realização”. Uma vez que a “relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (ibid., p. 82/80), Benveniste tenta, no texto em questão, “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (ibid., p. 83/81). É nesse ponto que vislumbro o segundo movimento de abertura realizado pelo autor.

---

<sup>67</sup> Esse tema será explorado nas seções 2.2.2 e 2.2.3 a seguir.

Se, a partir daí, Benveniste amplia o escopo da análise enunciativa, passando a incorporar o *aspecto vocal da enunciação* e a *conversão da língua em discurso* aos objetos de interesse do linguista, é na análise dos caracteres formais da enunciação que o sírio irá postular uma proposta que desvincula a análise enunciativa de um conjunto *finito* de marcadores linguísticos, o que parece ser o entendimento derivado dos textos analisados até aqui: em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* e em *A natureza dos pronomes*, as formas pronominais eram as que mais fortemente demonstravam a subjetividade na linguagem; posteriormente, em *Da subjetividade na linguagem*, os indicadores de dêixis e as expressões indicadoras de subjetividade também ganham atenção; em *A linguagem e a experiência humana*, o tempo verbal aparece como o modo de expressão mais rico da subjetividade na linguagem; e em *Os níveis da análise linguística*, a própria atitude do locutor, ao menos na leitura que propus anteriormente, também ganha espaço para ser pensado como manifestação da subjetividade. *O aparelho formal da enunciação*, se considerada essa trajetória, é o resultado, portanto, de um caminho que vinha sendo sutilmente trilhado pelo linguista: a constante abertura do objeto de estudo para além de um conjunto fechado de índices específicos. Essa abertura se dá à medida que Benveniste considera que os caracteres formais da enunciação “são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (ibid., p. 83/81).

Ora, se há caracteres *necessários e permanentes*, não é difícil associar a esse grupo as formas relativas às pessoas e as manifestações de temporalidade, por exemplo, já que o próprio linguista já afirmara que “uma língua sem a expressão da pessoa é inconcebível” (*Da subjetividade* [1958], *PLG I*, p. 287/261). Mas há também os incidentais: “[o] locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de *procedimentos acessórios*, de outro” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 84/82 – grifos meus). A definição desses “índices específicos” já fora feita em textos anteriores. No entanto, chama a atenção o fato de que não há *índices*, mas *procedimentos acessórios*, que igualmente marcam a posição de locutor. Não se trata mais, portanto, apenas de elementos linguísticos segmentáveis, mas de procedimentos, ou seja, do próprio *modo* como o locutor se apropria do aparelho formal da língua.

Benveniste mesmo explora essa questão ao propor, no mesmo texto, que “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de enunciação constitua um centro

de referência interno” (p. 84/82). Esse centro de referência se deixa notar em diferentes aspectos: (1) nos índices de ostensão (ibid., p. 84-85/82-83), (2) nos pronomes pessoais, (3) no paradigma temporal, (4) nas grandes funções sintáticas, como a *interrogação*, a *asserção* e a *intimação* (ibid., p. 86/84) e (5) nas modalizações (ibid., p. 87/85). Torna-se lícito pensar, a partir de tais reflexões, que a subjetividade impregna, portanto, *toda* a linguagem, em *todos* os seus aspectos, não se restringindo a marcadores específicos. O fato de que há elementos que a deixam em maior destaque não deve desvirtuar-nos deste princípio: a subjetividade está por *toda* a língua e constitui o princípio mesmo que fundamenta a linguagem:

A subjetividade está presente na totalidade de um discurso. Mas, se não existe zonas da linguagem estranhas ao processo de subjetivação, certas categorias linguísticas asseguram, por definição, sua manifestação explícita. Sendo “as mais aparentes” (I, 263) nos fatos da língua, elas “testemunham pela linguagem” (261)<sup>68</sup>. (Dessons, op. cit., p. 102)

Esse princípio é de fundamental importância para os propósitos deste trabalho: dado que o objeto de pesquisa é o erro de/em tradução, analisado em manifestações linguísticas escritas (traduções), não se pode esperar que a análise repouse apenas sobre determinados caracteres linguísticos (os *específicos*, na nomenclatura de Benveniste). Uma vez que a intenção é a de observar como o tradutor opera com as línguas de trabalho (de partida e de chegada), cometendo ou não erros, não há como definir de antemão os caracteres que marcarão tais singularidades. É a mobilização mesmo da língua por parte do tradutor que estará no centro da análise, dada a relação particular de *forma-sentido* que o tradutor imprime a seu texto (cf. 2.2.2 infra).

A aplicação do conceito de subjetividade a um objeto de estudo específico, nesse caso, o da tradução, deve deixar claro um princípio ainda não desenvolvido nestas páginas. Como pôde ser observado na breve retomada da evolução do conceito na obra benvenistiana, trata-se sempre do sintagma subjetividade *na linguagem*. É sobre esse ponto que gostaria de tecer algumas considerações.

A leitura atenta dos artigos de Benveniste permite criar a hipótese de que há, na verdade, dois conceitos de subjetividade em sua obra, um tributário do outro, mas que não

---

<sup>68</sup> No original: “*la subjectivité est présente dans l’entier d’un discours. Mais, s’il n’existe pas de zones de langage étrangères au processus de subjectivation, certaines catégories linguistiques en assurent, par définition, la manifestation explicite. Étant « les plus apparentes » (I, 263) dans les faits de langue, elles « témoignent pour le langage » (261)*”.

podem ser tomados como equivalentes. Há, primeiramente, a subjetividade *na linguagem*. Essa é a condição mesma que permite que exista linguagem. Ou seja, a linguagem só é possível porque há um sujeito que põe a língua em funcionamento, sendo a língua uma manifestação particular da linguagem. Encontra-se aí uma segunda subjetividade, que, por falta de melhor termo, denomino de subjetividade *na língua*. Ao contrário da primeira, que é condição para que haja linguagem, a subjetividade na língua é um efeito e um resultado da apropriação da língua por parte do locutor. Isto deve ficar claro: a subjetividade *na linguagem* não é observável. Ela é um axioma. E, como tal, apresenta reflexos de sua existência via aspectos de subjetividade que se encontram *na língua*, esses, sim, analisáveis. Como bem resume o *Dicionário de Linguística da Enunciação*, no verbete *subjetividade* para Benveniste,

Em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste diz também que “É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BEN95:286). Esse “na e pela linguagem” é fundamental porque confere à linguagem a propriedade de ser, ao mesmo tempo, “condição de” e “meio para”. O “na linguagem” diz respeito à condição do homem e é relativa à noção de intersubjetividade; o “pela linguagem” diz respeito ao “se reflete na língua” (p. 219).

Pensando no objeto de pesquisa deste trabalho, o postulado da subjetividade na linguagem impõe ao tradutor algo de que ele não pode escapar: ao traduzir, ao mobilizar uma língua(-alvo), o tradutor se marca em sua tradução. São essas marcações, que transparecem de inúmeras formas, o que se pretende analisar.

Isto posto, há ainda outro aspecto que precisa ser observado: a análise enunciativa pressupõe, como visto, um *sujeito*, mas não faz teoria dele (NORMAND, 1986). Isso quer dizer que o que está sob análise não é *o tradutor*, mas as *marcas do tradutor* em sua produção tradutória. É o que Flores (no prelo) sintetiza ao mostrar que, no escopo da teoria benvenistiana, os termos *locutor*, *homem* e *sujeito* não se recobrem. Enquanto os dois primeiros são, por assim dizer, fontes da enunciação, seres empíricos que atualizam a língua, o *sujeito* é um efeito que *advém* da enunciação e que, no enunciado, deixa rastros de diversas naturezas que podem ser analisáveis, sejam eles de natureza explícita, conforme inventariou Benveniste, ou rastros que se configuram por uma relação particular entre *forma* e *sentido* que se evidencia na atualização da língua em discurso por parte de um locutor. Sendo a relação *forma-sentido* também um efeito da subjetividade na linguagem, é hora de recorrer a ela.

### 2.2.2 A forma e o sentido na linguagem

O problema da significação é, desde sempre, central nos trabalhos de Benveniste e pode até passar despercebido na leitura de seus artigos. Seja em textos teóricos ou de análise, a questão do sentido se apresenta sempre como o primeiro interrogante benvenistiano. A retomada e a análise de textos que lançam luz sobre a subjetividade na linguagem nos mostra que mesmo os escritos aparentemente desprovidos de maior reflexão sobre o sentido carregam consigo a preocupação de incorporá-lo à reflexão. Apenas a título de exemplo, um texto como aquele apresentado em *A natureza dos pronomes*, ainda em meados da década de 50, vai além da delimitação das particularidades inerentes a cada uma das pessoas do discurso. Nele, lemos: “o hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo” (*A natureza* [1956], *PLG I*, p. 281/254). O que isso diz da significação? Ora, Benveniste dava aí o primeiro passo em direção a uma teoria que tratasse não somente da significação da língua como sistema de signos, mas também da significação da língua como produto da atividade de um locutor. Se há algo que a teoria da subjetividade na linguagem permitiu-nos entender é que, para ser o que é, a linguagem precisa, antes de tudo, *significar*: “se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem a possibilidade de sociedade, nem a possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 222/217).

Tal centralidade da significação nos estudos benvenistianos confere ao estudioso um lugar de especial destaque: são poucos antes dele que se aventuraram a estudar as manifestações “tão livres, fugidias, imprevisíveis” do sentido (*ibid.*, p. 221/216). De fato, aos olhos de Benveniste, os linguistas não se ocupam “senão do que pode ser apreendido, estudado, analisado por técnicas cada vez mais precisas e cada vez mais concretas”. Essa é a crítica que perpassa *Tendências recentes em linguística geral*, texto de 1954, que, como o próprio título sugere, empreende um diagnóstico do estado em que se encontram os estudos linguísticos da época, sobretudo no que tange à relação da Linguística com outras ciências. Apesar de uma evolução rápida, os estudos linguísticos, em prol de maior cientificidade para o campo, permaneceram surdos à questão da significação, deixando que outras áreas, como a Filosofia, dessem conta desse objeto “inapreensível, subjetivo, impossível de classificar, que é a significação ou o sentido” (*Tendências* [1954], *PLG I*, p. 12/11). É por essa razão que

Benveniste defende a impossibilidade de a Linguística permanecer ancorada em uma metodologia de análise que segmenta a língua em elementos discretos:

A segmentação do enunciado em elementos discretos não leva a uma análise da língua (...). Essa maneira de formalizar as partes do enunciado arrisca-se a acabar numa nova atomização da língua, pois a língua empírica é o resultado de um processo de simbolização em muitos níveis, cuja análise ainda nem foi tentada: o “dado” linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar partes constitutivas: é já um complexo cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva. *Podem-se, pois, conceber muitos tipos de descrição e muitos tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação, que em vista disso que é estruturado, e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua entre os outros sistemas de signos* (ibid., p. 13/12 – grifos meus).

Tais considerações tornam o texto em questão fortemente antecipador. De fato, é nele que encontramos uma espécie de “plano” do que Benveniste viria a fazer em sua carreira como linguista: (1) dar corpo ao projeto de Meillet de definir “a base comum à língua e à sociedade [e] os princípios que regem essas duas estruturas” (p. 16), realizado em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, em 1970; (2) “definir a natureza própria dos símbolos linguísticos com a ajuda de uma formalização rigorosa e de uma metalíngua diferente”, o que é feito especialmente nos textos sobre enunciação; (3) definir a língua entre outros sistemas de signos, empreendimento realizado em *Semiologia da língua* (1969); e (4) propor, é claro, uma metodologia de abordagem da língua que contemple seu caráter primordial – a significação –, desenvolvida em textos como *Os níveis da análise linguística* (1964), *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *O aparelho formal da enunciação* (1970). Evidentemente, interessa, nesse momento, o último aspecto, a ser abordado levando em conta a sequência desses três textos.

Para falar sobre *forma e sentido* na concepção benvenistiana, é necessário entender, primeiramente, que os conceitos são apresentados de maneira distinta no primeiro texto e nos dois últimos. N’ *Os níveis da análise linguística*, conferência proferida em 1962 e publicada dois anos mais tarde, a preocupação de Benveniste repousa essencialmente, como o título sugere, na forma com que as análises linguísticas são praticadas. Em tom crítico, o autor estabelece que o método de distribuição, que consiste em segmentação e substituição para a definição das unidades linguísticas, amplamente difundido na época, não faz jus à natureza articulada da linguagem, pois, ao contrário da noção de nível de análise, proposta pelo teórico, a distribuição não “pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo” (*Os níveis* [1964], *PLG I*, p. 127/119). Isso porque falta ao

método distribucional precisamente “a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico”: o sentido (ibid., p. 130/122). Dessa forma, Benveniste propõe que, para delimitar um elemento linguístico, deve-se operar em duas dimensões: é preciso observar as relações que os constituintes desempenham em um mesmo nível e em níveis diferentes. “Entre os elementos de mesmo nível, as relações são *distribucionais*; entre os elementos de nível diferente, são *integrativas*” (ibid., p. 133/124 – grifos do autor). Benveniste introduz, com essa proposta, duas funções diferentes para a *constituição* e a *integração*, que estão diretamente ligadas às noções de *forma* e *sentido*. A *forma* é caracterizada, pois, pela capacidade de dissociação de uma unidade em elementos do mesmo nível. O sentido, por seu turno, pela capacidade de integração em um nível superior.

No entanto, se o texto é inovador ao propor que o sentido seja também incorporado às condições básicas de definição das unidades linguísticas, o domínio no qual ele se propõe a analisar a noção de nível “é o da língua como sistema orgânico de signos linguísticos” (ibid., p. 127/119). Benveniste, neste momento, apenas projeta a necessidade de se elaborar uma linguística que dê conta do outro aspecto inerente à língua:

A frase, criação sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva (ibid., p. 139/129-130).

Essa nova Linguística, que se debruçará sobre a língua enquanto comunicação viva, só passará a ganhar forma em 1966, no texto *A forma e o sentido na linguagem*, que lidará com um *problema* já anunciado em *Os níveis da análise linguística*: “eis que surge o problema que persegue toda a linguística moderna, a relação *forma-sentido*, que muitos linguistas queriam reduzir à noção única da forma, sem, porém, conseguir libertar-se do seu correlato, o sentido (ibid., p. 134/126 – grifos do autor). É nesse segundo texto que outra acepção de *forma* e *sentido* se projeta.

Levar adiante um projeto que busque contemplar a significação não é trivial para um linguista. Isso faz com que o *sentido*, em sua relação com a *forma* na linguagem, seja “um

tema cujo enunciado parece convir muito mais a um filósofo do que a um linguista” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 220)/215. E é para filósofos que Benveniste irá proferir ideias que lhe são singulares e pessoais, como ele mesmo reforça, a um grupo de filósofos, em uma exposição que é “um esforço para situar e organizar estas noções gêmeas de sentido e de forma, e para analisar suas funções fora de qualquer pressuposto filosófico” (*ibid.*, p. 221/216).

O pressuposto básico para o desenvolvimento do raciocínio de Benveniste nesse texto repousa no fato de que a língua *significa* e, mais do que isso, que a significação não é dada à linguagem por acréscimo, mas é de sua própria natureza. O problema, aos olhos do teórico, já antecipado no texto de 1964, é que a teoria linguística contempla tal significação somente no nível da língua enquanto sistema de signos, passando ao largo da noção de língua como atualização subjetiva de um locutor. Assim, “é a noção de signo que, doravante, integra no estudo da língua a noção *muito geral* de significação” (*ibid.*, p. 224/219 – grifos meus), mas ela não contempla toda a potencialidade de significação da língua: é preciso considerar a língua para além de um sistema de signos. Essa consideração, porém, só é possível quando se parte dos postulados do *Curso de Linguística Geral*, pois são eles que, até então, fundavam e conduziam todo o pensamento linguístico.

Como é sabido, no esforço de “ensinar ao linguista o que ele faz”, Saussure se viu frente à necessidade de positivar os estudos linguísticos, de forma a criar uma disciplina autônoma, o que pressupõe, evidentemente, estabelecer um método e objeto próprios, pois “toda a disciplina que visa adquirir o estatuto de ciência deve inicialmente definir suas constantes e suas variáveis, suas operações e seus postulados, e antes de tudo dizer quais são suas unidades” (*ibid.*, p. 224/219). É em busca dessa delimitação que se postula, então, o conceito de língua como *sistema de signos*, o que acarreta, como consequência, a tomada do signo como *unidade* da língua. E, de fato, o critério de significação é primordial para a delimitação do que é signo em uma dada língua: “a unidade particular que é o signo tem por critério um limite inferior: este limite é o da *significação*; não podemos descer abaixo do signo sem perder a significação” (*ibid.*, p. 225/220 – grifo no original).

No entanto, e essa é a grande virada proposta por Benveniste, “[q]uando Saussure introduziu a ideia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo” (*ibid.*, p. 224/219). O que



é essa outra coisa? Precisamente a língua como exercício individual, que, em *Semiologia da língua*, o autor irá nomear de “universo semântico de significação”. Para chegar a tal conceito, é preciso distinguir, portanto, a *língua como sistema de signos* e a *língua como atualização de um indivíduo*, o que era apenas antecipado em textos anteriores.

A afirmação de que a língua é um sistema de signos comporta em si outra asserção: a de que “o signo é a unidade semiótica”. Essa é precisamente uma das teses mais importantes de Saussure, que ele mesmo não elaborou, mas que suas considerações permitem depreender. E, “tratando do signo linguístico, ele abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas”, que “devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta por sua vez como significante e como significado” (ibid., p. 225/220). *Forma* e *sentido* serão, destarte, os pilares sobre os quais Benveniste irá erigir sua tese: “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (ibid., p. 229/224). Começa a ganhar corpo a teoria da *dupla significância* e dos modos semiótico e semântico de significação.

Antes de abordá-la, porém, é necessário desenvolver um ponto que, sob minha percepção, não está devidamente esclarecido nos escritos benvenistianos. Trata-se da possibilidade que a articulação *forma-sentido* abre para a análise da língua como exercício individual. Se essa parece ser a principal preocupação de Benveniste ao elaborar a hipótese de uma *dupla significância da linguagem*, o alcance da proposta precisa ser mais bem sublinhado. E há fortes indícios para entendermos melhor a dimensão dessa articulação no texto *O aparelho formal da enunciação*.

Primeiramente, é preciso lembrar que o texto de 1970 é, como retomado no item anterior, o momento em que o teórico deixa mais claro que as possibilidades de marcação do locutor em sua produção não se restringem a certos índices específicos, ainda que, de fato, esse sejam os elementos que mais realcem a subjetividade na linguagem. Há, no entanto, aquilo que defendi em trabalho anterior (NUNES, 2011c) como “duas formas de manifestação das marcas do sujeito no enunciado”, leitura que é autorizada pelo próprio Benveniste em *O aparelho formal*: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de *índices específicos*, de um lado, e por meio de *procedimentos acessórios*, de outro (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 84/82 – grifos meus). Cabe, neste momento, lançar

luz sobre o que são esses *procedimentos acessórios*, o que chamo de “a segunda forma de manifestação das marcas do sujeito no enunciado”<sup>69</sup>.

É por meio dos *procedimentos acessórios* que vislumbro a relação *forma-sentido* como particular de cada enunciação e de cada locutor, sendo, também, um modo fundamental de marcação do locutor na estrutura linguística. Trata-se, efetivamente, de *forma-sentido*, cujo hífen marca união, e não separação, pois “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (*Os níveis* [1964], *PLG I*, p. 135/126). *Forma-sentido* torna-se, então, neste momento da reflexão benvenistiana, um só conceito, e não dois que se justapõem, e constitui um grupo infinito de possibilidades, dado que a combinação linguística é, por definição, infinita<sup>70</sup>.

Dessa forma, a relação forma-sentido acaba por atingir também o próprio conceito de subjetividade na linguagem. Reflexo disso é o estudo de Flores (no prelo), que repensa o termo *syntaxe da enunciação*, que precisa ser devidamente definido para evitar confusões:

É nesse ponto que vislumbro a possibilidade de falar no *sujeito da enunciação*, no *sujeito que advém da enunciação*, que se marca via *syntaxe d'énonciation* cuja característica mais óbvia, mas não a única, é ser uma relação singular entre *forma* e *sentido*. Para usar uma metáfora, a *enunciação* é uma espécie de “funil” mesmo por onde o locutor faz passar a língua na tentativa de assegurar um sentido (p. 25 – grifos do autor)<sup>71</sup>.

Finalmente, a relação *forma-sentido* traz implicações profundas para o modo de pensar o fazer linguístico e, conseqüentemente, para se pensar o processo tradutório, o que será devidamente explorado no item 2.3 deste capítulo. Por ora, é necessário definir como o conceito mudou a concepção de língua como sistema de signos para língua que comporta uma dupla significância.

---

<sup>69</sup> É importante ressaltar que, ao conceber duas formas de manifestação das marcas do sujeito no enunciado, não prevejo hierarquia ou superioridade de uma em relação a outra. Se uma se apresenta como primeira é apenas por uma questão temporal, já que, de fato, os índices de ostentação foram os primeiros a serem descritos por Benveniste.

<sup>70</sup> É interessante observar que a integração *forma-sentido* segue de perto a formação *significante-significado*. Dessa forma, se o *signo* é a unidade de análise do *semiótico*, talvez seja possível afirmar que o conjunto *forma-sentido* seja a unidade de análise do *semântico*.

<sup>71</sup> A tradução é feita pelo próprio autor. Em sua versão de publicação, lemos: “*C’est sur ce point que nous entrevoyons la possibilité de parler de sujet de l’énonciation, de sujet qui advient de l’énonciation, qui se manifeste via la syntaxe d’énonciation dont la caractéristique la plus évidente est d’être une relation singulière entre forme et sens. Pour utiliser une métaphore, l’énonciation est une sorte d’«étonnoir», où le locuteur fait passer la langue pour tenter de garantir un sens*”.

### 2.2.3 A dupla significância: os universos semiótico e semântico de significação

Os conceitos de *língua como semiótica* e *língua como semântica*, ou, simplesmente, *semiótico* e *semântico*, tiveram um período de incubação de quase 10 anos até serem efetivamente teorizados por Benveniste, intervalo que compreende desde a nota manuscrita do texto *Semiologia da língua*, datada de 1957, até a publicação de *A forma e o sentido na linguagem*, em 1966. Com efeito, esses são os dois principais textos para entender a proposta da dupla significância. Antes disso, vemos apenas alusões à ideia no artigo *Os níveis da análise linguística* e na entrevista a Pierre Daix, realizada em 1968 e reproduzida nos *PLG II* sob o título de *Estruturalismo e linguística*. No entanto, é impossível não observar que a conceitualização segue, na verdade, uma teoria bastante antiga de Benveniste, já mencionada anteriormente: a de que há diferenças entre a língua como sistema e a língua em sua atualização pelo indivíduo. Semiótico e semântico são, a meu ver, na verdade, a materialização dessa hipótese que permeia a totalidade dos trabalhos benvenistianos sobre enunciação. Prova disso é que sua concepção, apesar de somente tornada pública no final da década de 60, tem origem uma década antes, na nota manuscrita de 1957.

Uma vez que ambos os conceitos estão intimamente ligados às noções de *forma* e *sentido*, que, como o próprio teórico afirma, são-lhe pessoais, a dupla significância, apesar de sempre presente de uma forma ou de outra nos trabalhos do professor, constitui “um ponto de vista que [lhe] é pessoal, que precisa ser demonstrado” (*Estruturalismo* [1968], *PLG II*, p. 22/22). A demonstração acontece formalmente pela primeira vez em *A forma e sentido na linguagem*, foco da atenção das linhas que seguem.

Postulada a crença de que “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 229/224), é preciso, em primeiro lugar, definir o escopo de cada uma. No domínio semiótico, a unidade, o signo linguístico, é definida em uma relação paradigmática. Para ser signo, basta que o falante reconheça uma determinada relação de *forma-sentido* como tendo significado em determinada língua. Sublinhe-se: é necessário determinar se *há* sentido, e não *qual* o sentido, que é do âmbito do semântico. É o uso que condiciona a classificação de um elemento como signo ou não, e que condiciona o critério de delimitação da unidade:

No plano do significado, o critério é: isto significa ou não? Significar é ter um sentido, nada mais. E este sim ou não só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua, aqueles para os quais esta língua é a língua e nada mais. Nós erigimos, desta forma, a noção de uso e de compreensão da língua como um princípio de discriminação, um critério. É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe (ibid., p. 227/222).

Tal passagem é importante para dirimir eventuais interpretações de que, para Benveniste, o modo *semiótico* é a consideração da língua em si mesma, sem relação com aquele que fala, o que seria uma contradição dentro da própria teoria. Antes, vemos que o locutor tem um papel crucial: exatamente o de determinar o que, em dada língua, é signo ou não.

Da consideração da língua em seu modo semiótico de significação, emergem três consequências. A primeira delas é apresentada da seguinte forma: “em semiótica não se ocupa da relação do signo com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo” (ibid., p. 228/223). Tal postulado afasta a teoria benvenistiana da concepção filosófica de que há, na linguagem, um trinômio formado por *significado*, *significante* e *referente*, exatamente a intenção do teórico ao propor que sua apresentação trataria da língua *fora* de qualquer pressuposto filosófico. Ou seja, o que está em jogo, em enunciação, não é o *referente*, o ser no mundo, mas a *referência*, que é da ordem do discurso. Interessa ao linguista, pois, observar as relações de referência e correferência estabelecidas na enunciação, entendendo por *referência* a “significação singular e irrepitível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor” (FLORES et al, op. cit.).

A segunda consequência, de certa forma derivada da primeira, postula que “o signo tem sempre e somente valor genérico e conceitual. Ele não admite significado particular ou ocasional, excluindo-se tudo o que é individual (...)” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 228/223), que se reserva ao domínio do semântico. Se assim não fosse, a comunicação seria impossível, uma vez que o que a permite é, de um lado, a possibilidade de compreensão por meio de um grupo restrito de signos e, de outro, a possibilidade de arranjo desses signos em infinitas formas.

A terceira e última consequência diz respeito ao fato de que “as oposições semióticas são de tipo binário”. Para Benveniste, essa é, inclusive, “a característica semiológica por excelência”. Tal característica, por ser de ordem semiológica, é também extensível a todos os

outros sistemas de signos, como o autor irá demonstrar em *Semiologia da língua*. Mas, se todos os sistemas semióticos têm por característica a binaridade, o que faz da língua um sistema diferente, interpretante de todos os outros? Justamente o fato de que “a língua é o único sistema em que a significação se articula (...) em duas dimensões” (ibid., p. 66/65).

A primeira dimensão, o semiótico, já caracterizado, é a base para a segunda dimensão, o semântico, que, radicalmente diferente do primeiro, “nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação” (ibid., p. 229/224). Falar de língua em ação é, invariavelmente, falar na propriedade de comunicar. A língua só faculta a comunicação por sua significância em nível semântico, dado que, em nível semiótico, a função é puramente de significar. Dessa forma, a unidade deixa de ser o signo, e passa a ser a frase, uma vez que

é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases. (...) Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar de o intencionado, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística do seu pensamento. Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva (...) (ibid., p. 228-229/223-225).

Essa mudança radical de perspectiva se deixa evidenciar em alguns aspectos: (1) o domínio semiótico é uma propriedade da língua, enquanto o semântico é resultado da própria atividade do locutor que coloca a língua em ação; (2) o signo, fundante da realidade linguística, existe em si e não encontra aplicações particulares, enquanto a frase não é “senão particular”; (3) o domínio semiótico é intralinguístico, definido dentro do próprio sistema, enquanto o semântico se relaciona à instância do discurso e à atitude do locutor; e (4) enquanto o sentido, no semiótico, se estabelece por uma relação paradigmática, no semântico, a relação é sintagmática. Essa última característica merece atenção especial.

Dado que a comunicação se estabelece por frases, e o semântico tem por função precisamente comunicar, a noção de sintagmação é fundamental. “Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada” (ibid., p. 230/225). Se o “sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime”, esse “sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. Logo, uma análise enunciativa não pode se pautar apenas em índices específicos, mas deve atentar para a própria organização linguística que o locutor imprime à sua produção. Deixa-se, com isso, o domínio da forma como significante e do sentido como

característica opositiva, próprio do universo semiótico, para a contemplação da *forma* como *sintagmação* e do *sentido* como a *ideia decorrente desse agenciamento particular*. Forma e sentido, dessa forma definidos em seus diferentes modos de existência nos domínios semiótico e semântico, são cruciais para entendermos mudança de paradigma proposta por Benveniste.

Primeiramente, é importante atentar para o fato de que semiótico e semântico se superpõem. Na base, encontra-se “o semiótico, a organização dos signos” (ibid., p. 233/229). Sobre ele, a “língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmação das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (ibid., p. 233-234/229). Logo, se um domínio é a base para o outro, o estudo do semântico *pressupõe* o do semiótico, ainda que não o aborde explicitamente. É precisamente essa abordagem do semântico que, ao mesmo tempo, considere o semiótico, que Benveniste irá propor para que uma nova análise da matéria linguística possa ser feita, o que implica, evidentemente, a concepção de um novo aparato teórico-metodológico para abordagem desse novo objeto, necessidade que se torna ainda mais clara em texto posterior, de 1969:

É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios distintos, *cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual. Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições* (ibid., p. 66-7/65 – grifos meus).

Chama atenção nesse excerto o uso da palavra “aparelho”, termo que irá compor o título do trabalho em que o linguista irá sistematizar esse “novo aparelho de conceitos e de definições”: *O aparelho formal da enunciação*. Apesar de o texto de 1970 não apresentar os termos *semiótico* e *semântico*<sup>72</sup>, vemos reflexos das noções em afirmações como “as condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua” (ibid., p. 81/79). Uma leitura possível desse excerto é que as primeiras equivalem ao semiótico, enquanto as condições de emprego da língua estão, indubitavelmente, ligadas ao semântico. E, de fato, as considerações de Benveniste encaminham-nos a pensar que são, efetivamente, duas condições de emprego diferentes. A

---

<sup>72</sup> Essa constatação é interessante: se se trata de um texto-resumo da teoria benvenistiana, por que o autor não menciona dois conceitos-chave em sua teoria? Teria ele os abandonado?

ideia de separação dos dois domínios também é representada pela própria noção de enunciação, que “supõe a conversão individual da língua em discurso” (ibid., p. 83/81). Não é difícil situar o âmbito da língua no plano semiótico, precisamente aquele da organização dos signos linguísticos, e o discurso em relação ao semântico, uma vez que Benveniste mesmo refere, como citado anteriormente, que, no âmbito do semântico, é a *língua-discurso* que constrói uma semântica própria.

Assumida essa diferença entre emprego das formas e emprego da língua, entre língua e discurso<sup>73</sup>, a questão passa a ser a de “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação”. Assim, “é a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância”. Esse último excerto é crucial para ratificar a asserção anterior de que semiótico e semântico, apesar de dois domínios distintos, não conduzem a análises isoladas, uma vez que, como o próprio teórico assevera, “este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise e um longo esforço para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e de outro” (ibid., p. 234/229). Normand (2001), com base no texto de 1969, considera essa combinação (análise semiótica e semântica) uma das manifestações do termo *semiologia* na teoria benvenistiana: enquanto “a semiologia” é uma referência explícita à “ciência geral dos sistemas de signos” idealizada por Saussure, “*uma* semiologia parece designar o conjunto constituído pelas duas análises, semiótica e semântica, aplicadas a um determinado domínio (por exemplo, *a semiologia da língua*)” (p. 179 – grifos da autora). Dessa forma, *une-se*, sob o conceito de *semiologia*, a descrição do sistema semiótico, cujo alcance é geral, e a descrição, na forma de um comentário, da mobilização individual desse sistema em relação à situação cada vez particular da enunciação, cujo alcance é restrito. “A novidade”, como continua Normand, “é que esse comentário se apoia na descrição semiótica” (ibid., p. 181). Em suma,

a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica); assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido. A distinção semiótico/semântico, portanto, somente levaria a lembrar da necessidade de

<sup>73</sup> Assumindo que a leitura proposta esteja correta, essa é mais uma instância em que verificamos sobreposição terminológica na obra do teórico: língua, em “emprego da língua” e em “conversão da língua em discurso” tem estatuto diferente.

considerar aquele que fala (o sujeito) e, por consequência, de não pretender dizer o todo do sentido do que ele enuncia, que nenhuma análise poderia encerrar. (...) Seu programa de análise do semântico (o discurso), uma vez admitidos os princípios gerais que apresentam o quadro da enunciação, conduz à descrição do particular, da diversidade do que a língua permite a serviço de sujeitos vivos e falantes na interação subjetiva (ibid., p.182).

Como é possível perceber pelas considerações da autora, *Semiologia da língua* propõe, em sentido bastante amplo, uma espécie de guia para a análise do material discursivo. No entanto, essa orientação ainda carece de metodologia para ser efetivamente empregada. É no ano seguinte, no texto *O aparelho formal da enunciação*, e essa é uma novidade no programa benvenistiano, que o autor irá lançar uma espécie de metodologia a ser seguida por aqueles que desejarem empreender a análise da significância nos moldes da teoria enunciativa: “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 83/81). O primeiro diz respeito à própria condição de subjetividade na linguagem, pautada pela intersubjetividade: “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua”. O segundo aspecto é atinente à instância do discurso em que a língua é atualizada, pois, lembremos, é em uma relação entre *eu* e *tu*, no *aqui* e *agora*. Tais condições fazem com que “o ato individual de apropriação da língua introduz[a] aquele que fala em sua fala” (ibid., p. 84/82), sendo esse um dado constitutivo da enunciação. “A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno”, que irá se manifestar “por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação”. O terceiro e último aspecto, os instrumentos de realização, relacionam-se a todas as formas de marcação do locutor no enunciado, desde as marcas mais fortemente denotadoras de subjetividade até a própria atitude do locutor e o agenciamento das palavras na frase (cf. supra).

No entanto, essa metodologia atende somente *uma* das formas de realização de análise da significância. Como o próprio *Semiologia da língua* antecipava, aquilo que se passou a chamar de semântica da enunciação não é senão *uma* das formas de se considerar o universo semântico de significação. A segunda, não executada pelo teórico, é apenas lançada como proposta futura em 1969:



(...) é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Essa ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, que será semiótica;

- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação (*Semiologia* [1969], *PLG II*, p. 67/66).

A ultrapassagem de Saussure refere-se à mudança de perspectiva que Benveniste sugere à Linguística: uma vez que, como o próprio teórico aponta, a teoria saussuriana do signo linguístico servirá para a análise do semiótico, compete aos futuros teóricos que se propuserem a estudar o semântico ultrapassar essa noção, em prol do estudo de outro objeto que, lembremos, não descarta o primeiro, dado que nele se sustenta. A análise *intralinguística* é a proposta mesmo de Benveniste, delineada ao longo de sua obra e sistematizada em O aparelho formal da enunciação. A *translinguística*, por seu turno, também chamada de *metassemântica*, é um segundo movimento a ser executado, somente possível após o estabelecimento da intralinguística idealizada pelo teórico. E, do ponto de vista adotado neste trabalho, a tradução é a metassemântica por excelência, motivo pelo qual se faz necessário, neste momento, estabelecer as relações que a recuperação de determinadas noções benvenistianas estabelece com o objeto de estudo proposto aqui.

### **2.3 Relações da Teoria da Enunciação benvenistiana com a tradução**

Improvável não notar que as considerações tecidas ao longo das três últimas seções se esforçaram para revisar alguns conceitos de interesse na Teoria benvenistiana da Enunciação, sem, contudo, vinculá-los à tradução. Tal atitude foi proposital, de forma a dar mais visibilidade a essa relação ainda pouco explorada, e também decorrente de uma constatação: Benveniste não aborda a questão tradutória. Dessa forma, as relações que se estabelecem a partir de agora entre teoria e objeto não pertencem mais ao programa benvenistiano, apesar de serem diretamente influenciadas por ele, mas se configuram em um modo de interpretação da teoria que me é particular. Algumas das noções aqui desenvolvidas já foram tangenciadas em trabalho anteriores (NUNES, 2011; NUNES, 2011c), mas são aprofundadas e rediscutidas à luz do objeto de pesquisa desta tese – o erro de tradução – seguindo a mesma ordem dos

aspectos abordados anteriormente: *subjetividade na linguagem*, a *forma* e o *sentido* e a *dúpla significância*.

### 2.3.1 Da subjetividade na linguagem do tradutor

A primeira relação que se estabelece entre o conceito teórico de *subjetividade na linguagem* e a tradução pode ser encarada como trivial, mas constitui, na verdade, o pilar mesmo sobre o qual se pode erguer uma teoria enunciativa da tradução, permitindo com que todos os outros conceitos possam ser pensados no escopo do fazer tradutório. Mais do que delimitar o tipo de tradução a ser abordada – a tradução humana em detrimento da tradução automática –, pensar o fenômeno tradutório do ponto de vista enunciativo introduz o tradutor na sua tradução, parafraseando Benveniste. Mais do que isso, se transpusermos as considerações benvenistianas para o campo tradutório, pensando a tradução como atualização da língua, resulta disso que o tradutor se marca em sua tradução. Dessa forma, a análise do processo tradutório pelo viés enunciativo visa a dar visibilidade à *forma* como o tradutor desenvolveu seu texto, o que, como visto nas seções anteriores, se dá por meio da observação não só de elementos indiciais específicos, como também de todo o processo de sintagmação e escolha por parte daquele que traduz. Mais do que isso, o erro também é pleno de subjetividade, sendo, talvez, o ponto em que esse caráter subjetivo da tradução fique ainda mais evidente.

Ademais, a recuperação das considerações benvenistianas acerca da *subjetividade na linguagem* permitiu compreender que, se essa é uma propriedade intrínseca à própria linguagem, ela é, antes de tudo, condicionada pela *intersubjetividade*. Sendo a tradução também enunciação, ela não escapa, obviamente, a essa condição. O *eu* que traduz se vê condicionado por um *tu* – virtual e idealizado, é verdade – que lê, em outro *aqui-agora* que não equivale à mesma instância de discurso em que o original foi enunciado. Dado, portanto, que a *intersubjetividade* tem influência direta na *subjetividade* (eu me dirijo a um *tu* e “adapto” minha enunciação tendo esse alocutário em mente), é de se supor que a mudança de alocutário, presente em toda e qualquer tradução, seja condicionante do modo de traduzir.

Tal consideração, entretanto, não é nova nos estudos da tradução, e pode ser vista, com uso de outros termos, na Teoria do Escopo (VERMEER, 1989; REISS & VERMEER, 1996) no que concerne às condições de existência do texto-alvo (objetivo, público-alvo etc.) e sua implicação para as escolhas do tradutor. No entanto, este trabalho parte igualmente da premissa de que, como será abordado na seção a seguir, o tradutor, além de considerar as condições de enunciação que circundam a tradução, precisa, da mesma forma, analisar as condições que pautaram a escrita do original. Em última análise, o próprio tradutor deve realizar uma análise enunciativa do original a fim de garantir que sua tradução tenha, minimamente, um efeito para o novo alocutário análogo ao que teve o original. Isso toca intimamente a relação *forma-sentido* no original e na tradução, objeto das linhas que seguem.

### 2.3.2 A forma e o sentido na linguagem do tradutor

Se a consideração da subjetividade na linguagem, colocando aquele que fala em sua fala, é a condição para a existência de língua e, conseqüentemente, para a existência da tradução, a relação *forma-sentido* é, ao mesmo tempo, um axioma e um produto na teoria enunciativa. Seu caráter axiomático já deve ter ficado claro na exposição anterior: é por possibilitar uma relação particular entre *forma-sentido* que o geral, o sistema da língua, é posto em funcionamento, cada vez de maneira singular, permitindo, assim, que cada enunciação revele a subjetividade que lhe é inerente. Mas essa relação é também um produto, na medida em que é uma relação que se configura *na* e *pela* enunciação, que *antecede* mas que também *advém*, que é *resultado* da enunciação, o que merece um pouco mais de detalhamento.

A relação *forma-sentido* configura o tradutor como uma *função enunciativa* (NUNES, 2011c), termo tomado de Michel Foucault (2005). Uma vez que “um enunciado se distingue de uma série qualquer de elementos linguísticos porque mantém com o sujeito uma determinada relação que se deve isolar” (p. 103), ambos, *sujeito* e *enunciado*, estabelecem uma relação entre si na qual o primeiro exerce uma função sobre o segundo, função essa que é entendida pelo filósofo como “um modo singular de existência” (ibid., p. 99). Ou seja, o locutor promove seu enunciado a um modo singular de existência. Disso, decorre uma dedução lógica: dado que a tradução também é uma forma de enunciação, o tradutor também

promove sua tradução a um modo singular de existência. Do ponto de vista do estudo da tradução, a pergunta a ser feita se torna, então: de que modo o tradutor promove sua tradução a um modo singular de existência? Isso equivaleria a pensar, igualmente, em como ele, ao traduzir, se marca naquilo que traduz, ao promover uma relação única entre *forma-sentido*, caracterizada por uma *sintaxe da enunciação* sempre particular (cf. FLORES, no prelo). Eis que surge, portanto, a relação *forma-sentido* em dois planos: o do original e da tradução.

Começemos a refletir sobre os desdobramentos que daí decorrem com uma inquietante afirmação de Benveniste: “[s]eria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 90/88). Não me deterei aqui nas implicações que tal afirmação gera para os estudos da enunciação escrita. Gostaria apenas de realçar a problemática que essa asserção lança ao estudo da tradução nessa modalidade.

Benveniste é muito feliz ao ressaltar a especificidade da enunciação escrita. De fato, há dois planos que se sobrepõem nessa realidade. Quando transpomos essa asserção para o campo tradutório, no entanto, mesmo ciente de que Benveniste não o incorpora declaradamente, os “planos da enunciação” adquirem dimensões ainda mais complexas. Há o texto original, no qual somos apresentados a uma dupla cena enunciativa (o que escreve se enuncia e faz os indivíduos de sua escrita se enunciarem), mas há também a tradução que, conforme proposto anteriormente, é igualmente uma enunciação. Dessa forma, considerando o original uma enunciação, a tradução pode ser entendida, nos termos de Benveniste, como uma enunciação sobre outra enunciação, ou, se quisermos cunhar um termo, uma *metaenunciação*. Poder-se-ia alegar, com base em algumas correntes dos estudos de tradução, que a “boa tradução” seria aquela que é lida como um original, o que levaria, em última análise, a colocar o tradutor em posição equivalente àquela do autor do original. A questão não é aqui refletir sobre autoria, o que, certamente, renderia um trabalho à parte, mas questionar tal possibilidade do ponto de vista enunciativo: independentemente do *status* atribuído ao tradutor, é incontornável o fato de que há uma enunciação primeira (o original) que precisa ser levada em conta e se refletir, de uma forma ou de outra, em uma segunda (a tradução). Afinal, a tradução, por definição, só existe se relacionada a outro texto. Não é à toa que Albir (2008) a define como “um processo interpretativo e comunicativo que consiste na

*reformulação de um texto* com os meios de outra língua que se desenvolve em um contexto social e com uma finalidade determinada”<sup>74</sup> (p. 41 – grifos meus).

Qual é o elo, portanto, que liga tradução ao original? Justamente o fato de a tradução ser uma *metaenunciação* e, por ser *meta*, pressupor algo anterior. A ligação entre original e tradução é uma relação de *sentido*, em que a *forma* é, dependendo do tipo e gênero de texto, mais ou menos crucial. Isso não significa, evidentemente, que o tradutor traduza apenas o *sentido*, em detrimento da *forma*, o que seria ir de encontro ao postulado benvenistiano de que *forma* e *sentido* se articulam na língua toda. O que acontece é que essa relação, sobretudo em seu modo semiótico de existência, se vê abalada na tradução, pois não é possível traduzir o sistema semiótico de uma língua para o de outra, afinal, não são as línguas que são traduzidas, mas os textos. E isso configura uma relação muito particular entre *forma* e *sentido*. Conforme tentei mostrar em artigo anterior (NUNES, 2011a), é possível afirmar que há tradução mesmo quando a *forma* do original sofre alterações na tradução:

[s]e, conforme o ponto de vista da Enunciação, a linguagem se estabelece na eterna relação entre *forma* e *sentido*, a questão que se impõe ao tradutor é: *como manter o sentido quando a forma muda?* (...) A tarefa do tradutor seria, portanto, a de articular uma nova *forma* a um “mesmo” *sentido*, “mesmo” entre aspas, pois, sabemos, na perspectiva enunciativa, nada é o mesmo, mas sempre o lugar onde o irrompe o novo, já que a enunciação (*versus* o enunciado, repetível) nunca se repete. Dessa forma, parece-me lícito afirmar que, desde esse ponto de vista, *tradução é sempre tradução do sentido*, em uma constante batalha para adequá-lo a uma forma escorregadia, que insiste em não permanecer a mesma (p. 24-25 – grifos no original).

Sobre esse aspecto, ainda considere a possibilidade de uma pergunta inquietante: “e quanto às traduções que veem como urgente a tradução da forma?” A isso, respondi que

não creio que a resposta vá de encontro ao que proponho aqui: a tradução é sempre do sentido, e a forma é mais ou menos importante para atingir esse objetivo<sup>75</sup>. O que não existe, porém, é tradução apenas da forma. Há sempre o vínculo de sentido que une os dois textos. O sentido é, para usar as palavras que Berman (2007, p. 38) emprega em outro contexto, o “contrato de uma tradução e seu original”.

<sup>74</sup> No original: “(...) *un proceso interpretativo y comunicativo consistente en la reformulación de un texto con los medios de otra lengua que se desarrolla en un contexto social y con una finalidad determinada*”.

<sup>75</sup> É necessário precisar que dizer que a forma pode ser menos importante não significa que ela é secundária na tradução, uma vez que o próprio sentido não existe senão pela forma. Pode haver, ainda, casos muito particulares em que é a forma que está em jogo na tradução, mais do que o sentido, mas trata-se de exceções que raramente se apresentam ao tradutor.

Dito de outra maneira, por mais que não se reconheça, em determinada tradução, a *forma* do original, é sempre possível reconhecer seu *sentido* e essa é a condição básica para que uma tradução possa ser assim denominada. Disso, deriva um postulado de extrema importância para este trabalho: a *leitura* que o tradutor faz do original tem por objetivo observar justamente a relação *forma-sentido*, mas sua *escrita* (a tradução) é sempre tradução do *sentido* (em sua “acepção” semântica), ou melhor, daquilo que o tradutor *entende* como sendo o *sentido* do original. Tal asserção deixa claro que a tradução é a conjugação de dois momentos: *a leitura de uma escrita* e *a escrita de uma leitura*. Mesmo que esses dois movimentos sejam mais bem discutidos no capítulo 4 deste estudo, cabe, neste momento, uma abordagem inicial, uma vez que sua concepção está diretamente ligada às questões de *forma-sentido*.

*Ler uma escrita e escrever uma leitura* não são exatamente novidades no campo tradutório, ainda que os termos sejam materializados de outra forma. Albir, em sua definição de tradução (cf. supra), faz referência a um “processo interpretativo”, que pode ser entendido como a leitura, e a um “processo comunicativo”, que pode ser compreendido como a materialização, na escrita, dessa leitura. Ademais, para que a tradução se realize, “o tradutor precisa de uma *competência de compreensão* na língua de partida e *uma competência de expressão* na língua de chegada” (ALBIR, 2008, p. 29 – grifos meus). Se as ideias não são novas, cabe, no entanto, investigar de que *natureza* são essas competências, questão que pode encontrar resposta na Teoria da Enunciação.

Do ponto de vista da leitura, há que se enfatizar, primeiramente, a singularidade desse fenômeno quando realizado por um tradutor. Diferentemente do que acontece na leitura realizada pelo leitor “comum”, o tradutor lê *para traduzir*. Isso o diferencia radicalmente de um falante que tem conhecimento sobre duas línguas, mas que não detém a competência tradutória, isto é, a capacidade de transformar aquilo que lê, por meio de diferentes estratégias, em tradução. E, se o tradutor lê com um objetivo outro que apenas adquirir informação, é lícito pensar que, mais do que apenas o conteúdo do original, ele se interessa pelo *modo* como esse conteúdo é desenvolvido. Em termos enunciativos, diríamos que antes de se interessar pelo *enunciado*, o tradutor se interessa pela *enunciação* (NUNES, 2011a). Ora, se o interesse repousa na própria constituição do sentido, na própria enunciação, é uma dedução lógica pensar que o que está em jogo, para aquele que traduz, é, em última análise, a

própria relação entre *forma-sentido*, ou seja, a *sintagmação*, o *agenciamento* de palavras que o autor imprimiu ao original. Dessa forma, considerando que toda enunciação é um afunilamento de sentido (cf. supra), o tradutor precisa, idealmente, observar os meios pelos quais esse afunilamento se dá. Entendendo os diferentes mecanismos de produção de sentido empregados pelo autor, o tradutor tem, então, condições de estabelecer que sentidos são possíveis ou não de serem materializados na tradução. A leitura analítica é condição para a tradução e caracteriza-se por ser uma habilidade particular do tradutor, a qual pode – e deve – ser desenvolvida nas aulas que têm por objetivo a formação de tradutores. Mas há ainda uma segunda competência, igualmente importante: a habilidade de tornar a leitura uma tradução, ou ainda, a de escrever uma leitura.

A tradução é o lugar onde a leitura do tradutor toma corpo. As inferências, as hipóteses e todo o entendimento das relações constantes no texto original pouco valem sem essa segunda habilidade, pois é a própria tradução, como ato de escrita, que materializa a leitura. Em outras palavras, *a tradução é a materialização de uma leitura na forma de uma escrita*. Sob a ótica enunciativa, ousou mesmo dizer que a tradução é o que dá vida à própria análise semiológica empreendida pelo tradutor, entendendo análise semiológica como aquela que alia análises sobre o *semântico* e sobre o *semiótico* (NORMAND, 2001). A seção seguinte expõe melhor essa questão. Por ora, o que precisa ficar claro é que, de um lado, temos a leitura que o tradutor realiza do texto original, com especial atenção para como o sentido se constitui nesse contexto particular, e, de outro, extensão do segundo, temos a escrita, que exerce a função de reproduzir, tão proximamente quanto possível (e *se* possível), o modo de formação do sentido no original. No entanto, dado que, na ótica empregada por este trabalho, a enunciação é irrepetível, toda forma de escrita, mesmo aquelas que objetivam “reproduzir” outra escrita, apresenta algo novo. Se, como aludido anteriormente, o tradutor observa as marcas do sujeito autor no original, também na tradução é possível notar resquícios da presença do tradutor, pois, lembremos, traduzir também é enunciar e, conseqüentemente, semantizar a língua, marcando-se, nela, como sujeito. Ou seja, o “algo novo”, presente em qualquer tradução, é igualmente analisável.

Mas a problemática não se esgota aí. Há outra especificidade do fazer tradutório que precisa ser posta em relevo em sua relação com a Teoria da Enunciação: os universos *semiótico* e *semântico* de significação.

### 2.3.3 A dupla significância: os universos semiótico e semântico de significação na tradução

Uma vez que a proposta deste trabalho repousa sobre a relação entre Enunciação e Tradução, seria quase que uma imposição começar pelo único ponto dos *PLGs* em que temos uma alusão concreta, por parte de Benveniste, ao fenômeno tradutório. Esse percurso foi descartado, no entanto, por dois motivos. O primeiro deles é que não seria possível entender a complexidade da exposição benvenistiana sobre tradução sem percorrer os caminhos que levaram o autor à teorização da dupla significância. Como já referido anteriormente, os trabalhos de Benveniste constituem uma rede de conceitos ligados entre si. Logo, não seria possível versar sobre *semiótico* e *semântico* sem entender aspectos como *subjetividade na linguagem* e, principalmente, *forma e sentido*.

O segundo motivo, mais importante, é o fato de que o linguista sírio não elabora uma teoria, com método e objeto precisos, e muito menos aplica tal teoria ao escopo da tradução. Nunca é demais repetir, o fenômeno tradutório serve apenas de exemplificação nos *PLGs*, não sendo alvo do escrutínio do autor. Dessa forma, como espero que fique claro ao final deste capítulo, a proposta desta tese vai além da consideração da tradução como um aspecto que toca de perto os domínios semiótico e semântico. Ainda que a reflexão de Benveniste sobre a dupla significância esteja no horizonte das linhas que seguem, como não poderia deixar de ser, este trabalho não se resume à relação da tradução com esse par de conceitos, mas pretende, a partir da leitura realizada dos *PLGs*, propor uma forma de abordagem da tradução a partir dos fundamentos teóricos enunciativos, possibilitando apreender o fenômeno tradutório em seus aspectos mais singulares.

Isso posto, é hora de nos debruçarmos sobre as considerações de Benveniste sobre tradução. É em *A forma e o sentido na linguagem* que esse momento único se torna presente. Nas palavras do autor,

(...) a conversão do pensamento em discurso se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode “dizer a mesma coisa” numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e, ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura linguística.

A reflexão sobre este fato notável parece clarear a articulação teórica que nós nos esforçamos por estabelecer. Pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, “salva veritate”; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da



tradução. Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 233/228).

A transcrição dessa longa passagem tem por objetivo examinar, de forma mais detalhada, as considerações tecidas pelo linguista. Primeiramente, chama a atenção o fato de que Benveniste evidencia, por meio de um exemplo prático (a tradução) uma hipótese anteriormente apresentada e cuja importância irá ecoar em todo o seu trabalho, qual seja, a de que “todos os tipos de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem” (*Tendências* [1954], *PLG I*, p. 6/5). Se bem compreendo tal passagem, o ponto de vista do autor diz respeito a essa realidade surpreendente que faz com que, em qualquer tipo de língua – alfabética ou ideogramática, tonal ou silábica, morfológica ou aglutinante, sintagmática ou desinencial – seja sempre possível falar sobre uma mesma ideia, ainda que a *forma* desse falar sofra alterações decorrentes da própria estrutura do idioma. Há sempre, como o próprio linguista enfatiza, a imposição causada pela estrutura do idioma em questão. Isso faz com que postule que a única possibilidade da tradução seja a de transpor o semantismo de uma língua ao de outra. Pensemos sobre isso.

Logo de início, chama a atenção o fato de que esse é o único momento, em todos os textos dos *PLGs*, que o autor refere ao termo *semantismo*. E isso não pode ser ignorado. Uma análise atenta da obra benvenistiana no que tange ao seu estilo de escrita nos revela que mesmo marcações tipológicas, como itálico, por exemplo, têm um sentido preciso em sua obra (cf. FLORES, 2012b). Dessa forma, é, no mínimo, intrigante o fato de que o autor use um novo termo, claramente derivado de *semântico*. Mas o que essa inovação significa? Por que não utilizar o próprio termo *semântico*? De minha parte, acredito que a resposta para essas perguntas esteja no próprio excerto reproduzido acima. Benveniste, ao definir o domínio do *semântico*, deixa claro que esse é o âmbito da singularidade: o locutor se “apropria” do *semiótico*, isto é, o sistema da língua, comum a todos, e o *semantiza* de uma forma particular. Temos aí, portanto, dois motivos que impedem a troca de *semantismo* por *semântico*: a particularidade de cada idioma e a mobilização do sistema linguístico por parte daquele que fala.

Com efeito, não seria possível transpor o *semântico* de uma língua, nos termos benvenistianos, a o de uma outra, precisamente porque o *semântico* se assenta sobre o *semiótico* e, como é sabido, o sistema linguístico é sempre variável de uma língua para o de

uma outra. Ademais, se a língua impõe restrições à forma como o sentido é agenciado, é de se esperar que a mudança de idioma traga consigo também uma mudança, em maior ou menor grau, da forma como o sentido pode ser veiculado. Eis, aí, a maior dificuldade do tradutor: “garantir” o sentido quando a forma muda. Seguindo esse raciocínio, fica fácil entender porque é impossível transpor o semiótico de uma língua para o de outra, justamente porque o que se “transpõe” é sentido, e não forma. Em outros termos, não se pode transpor o jogo de oposições inerente a um determinado sistema linguístico para o de outro.

Se, no entanto, é possível responder a pergunta sobre a razão de um novo termo, empreendimento muito mais árduo é explicar a hipótese benvenistiana. A leitura atenta de seus textos permitiria, inclusive, refutar sua hipótese. Persigamos esse raciocínio lógico: se “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (*Os níveis* [1964], *PLG I*, p. 135/126), sendo esse par o ponto de fundação para os conceitos de *semiótico* e *semântico*, e, admitindo que, “na base, há o sistema semiótico” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 233/229), como é possível transpor somente um desses aspectos de uma língua para outra? Se a forma é diretamente responsável pelo sentido, como é possível transpor sentido se a forma muda? É possível que Benveniste não se refira a sentido, mas à *possibilidade de produzir sentido*, à possibilidade de se dizer “mais ou menos a mesma coisa”. No entanto, mesmo com essa ressalva, a asserção ainda permanece obscura. Dado que todas as línguas permitem atualizar as ideias em discurso, por que seria então necessário transpor o semantismo, isto é, a capacidade de se dizer algo com um sentido aproximado, a outra língua que possui essa mesma capacidade? Em suma, na falta de maiores esclarecimentos sobre a reflexão benvenistiana, somos tentados a aceitar o fato de que Benveniste, ao utilizar o exemplo da tradução, separa dois mundos inseparáveis: semiótico e semântico.

De tudo, cabe então a pergunta: o que é traduzível, portanto, sob a perspectiva enunciativa? A resposta não pode vir sem uma advertência: nada é traduzível, do ponto de vista enunciativo, se mantivermos o entendimento de tradução como aquilo que é possível *transpor* de um lugar para o outro, de uma língua para outra. Abordar o fenômeno tradutório pelo viés enunciativo é realizar uma flexibilização do termo, passando à compreensão de que não há algo que possa ser “transposto de um lado para outro”, um sentido a ser veiculado em uma outra língua. O que há, em Enunciação, se tomarmos as considerações desenvolvidas até

aqui, é a possibilidade de recriação de condições para que uma referência tão semelhante quanto possível àquela do original se estabeleça (NUNES, 2011c). Dito de outra forma, não é precisamente o sentido que se traduz, mas as condições para que aquilo que o tradutor entende ser o sentido do original possa ser compreendido na língua de chegada. Observemos que se trata precisamente daquilo que o tradutor *entende* ser o sentido do original, e não *o* sentido do original, como se fosse algo único e que pudesse ser dado de antemão. Daí a importância da leitura como primeiro eixo sobre o qual a tradução toma forma.

Isso a que aludi como tradução das condições para que um sentido no original possa ser compreendido em outra língua não deve, evidentemente, ser tomado literalmente. Não se traduzem condições de realização de um sentido; traduzem-se textos. Mas, como alertava anteriormente, traduzir adquire um outro sentido em Enunciação. Traduzir é recriar condições para o entendimento de um sentido, que, certamente, não é *o* sentido do texto, mas *um* sentido, possível de ser apreendido interpretativamente. Essa última adição é importante, pois é precisamente daí que deriva a discussão da problemática do erro: é preciso que o que se traduz seja possível de ser apreendido interpretativamente. Vários sentidos são possíveis, mas não quaisquer sentidos. Preliminarmente, poder-se-ia dizer que o tradutor erra quando faz escolhas e interpretações que não são justificáveis textualmente no original. Obviamente, a complexidade do processo tradutório faz com que o erro não se resuma a isso. Os exemplos analisados no capítulo 4 se encarregam de mostrar que, mais do que fazer escolhas que possam ser textualmente justificáveis, há ainda o fator da restrição do sistema linguístico, “uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 232/227), inclusive, como não poderia deixar de ser, da atualização que se faz por meio da tradução.

Os mesmos exemplos também são úteis no entendimento dos dois movimentos da tradução, o de leitura de uma escrita e de escrita de uma leitura. Conforme exposto anteriormente, a tradução é, em meu ponto de vista, o que dá vida à própria análise semiológica empreendida pelo tradutor. Tal hipótese advém da consideração de Normand (2001), para quem, lembremos, “*uma semiologia parece designar o conjunto constituído pelas duas análises, semiótica e semântica, aplicadas a um determinado domínio (por exemplo, a semiologia da língua)*” (p. 179 – grifos no original). A reflexão de Normand, quando

transposta para o campo tradutório, pode ser riquíssima, sobretudo em dois pontos: o da tradução como a metassemântica por excelência e a hipótese de uma semiologia da tradução.

Quanto ao primeiro, o termo *metassemântica* é encontrado nos próprios escritos benvenistianos. Recuperemos, mais uma vez, seu contexto:

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será a semiótica;
- na análise translinguística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação (*Semiologia* [1969], *PLG II*, p. 67/66).

Chama a atenção que Benveniste deixa a *metassemântica* claramente como uma proposta futura. É sobre a semântica da enunciação que seus textos versam e, somente depois que os fundamentos dessa semântica estiverem bem assentados, é que se poderá pensar em uma semântica de segunda geração. Ao postular que o próprio tradutor realiza uma análise semiológica do texto original, pois sua leitura é pautada por aspectos atinentes tanto ao domínio semiótico quanto ao semântico, tanto à forma quanto ao sentido, não podemos esquecer que há ainda outro movimento, o de leitura, que pode ser caracterizado como uma semântica de segunda geração. Para tanto, proponho a leitura de mais um trecho de Normand (2001):

(...) a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas se fazem parte da descrição semiótica (p. 182).

Mesmo ciente de que a reflexão de Normand não tem como objeto a tradução, gostaria de propor uma leitura dessa passagem que a faça dialogar com o fenômeno tradutório. Uma vez assumida a hipótese de que o tradutor realiza uma análise semiótica do texto original, atentando para os aspectos linguísticos que o compõem, nunca escapa ao horizonte de quem traduz também uma análise do semântico, de como o sentido é produzido em tal contexto. Ou seja, o tradutor, como já referido anteriormente, realiza uma análise semiológica, englobando tanto a análise semiótica quanto a semântica. Ademais, e essa é a parte crucial, a análise do semântico, conforme a linguista francesa, pressupõe a análise do semiótico aliado a um

*comentário* sobre a situação de enunciação. Qual é esse comentário quando o que está em jogo é o fenômeno tradutório? É a própria tradução, pois, como tentei evidenciar anteriormente, a escrita da tradução é a materialização da leitura empreendida pelo tradutor. A tradução realiza, ao mesmo tempo, a tarefa de “dizer mais ou menos a mesma coisa” aliando esse dito a uma forma particular de dizer, própria de cada tradutor. Prova disso é a variedade de traduções que se apresentam para um mesmo original. Em última instância, a tradução é, também, uma análise, e como tal, é apenas parcial:

A distinção *semiótico/semântico*, portanto, somente levaria a lembrar da necessidade de considerar aquele que fala (o sujeito) e, por consequência, de não pretender dizer o todo do sentido do que ele enuncia, que nenhuma análise pode encerrar (ibid., p. 182 – sublinhas minhas).

Uma vez que nenhuma análise pode dizer tudo, pois é já uma enunciação sobre uma enunciação, a tradução também não o pode. A tradução é propriamente isso: uma enunciação sobre outra enunciação, na qual o tradutor materializa uma análise sobre o original, produzindo, assim, uma *metassemântica*, ou seja, um estudo das “relações que se estabelecem entre sistemas semiológicos<sup>76</sup>, utilizando o método global de apreensão do sentido e o método analítico<sup>77</sup>” (BRESSAN, 2010, p. 114). Somente a metassemântica pode dar conta dessa *forma complexa do discurso*<sup>78</sup> que é a tradução de um original, em que diversos planos estão em jogo (o plano linguístico, o cultural, o textual etc.). Volto a essa questão nos capítulos que seguem.

O segundo ponto de abertura da reflexão de Normand diz respeito à possibilidade de uma semiologia da tradução. Ora, se a semiologia, no escopo benvenistiano, se caracteriza por aliar uma análise semiótica a uma semântica, aplicando-as a um determinado domínio, nada nos impede de pensar que a tradução pode ser encarada como um domínio à parte. Muitos poderiam objetar que o domínio da tradução é o mesmo da língua e que, portanto, a própria *semiologia da língua*, conforme proposta por Benveniste, seria suficiente para abordar o fenômeno. No entanto, a riqueza e a complexidade do processo tradutório conduzem-nos em outra direção. A proposta do linguista sírio, como exposto anteriormente, diz respeito à

<sup>76</sup> No caso da tradução, os dois sistemas semiológicos são o original e sua tradução.

<sup>77</sup> “Método global de apreensão do sentido” e “método analítico” são as formas pelas quais Piguet, na sessão de perguntas que sucedem o texto *A forma e o sentido na linguagem*, considera ser o modo de análise, respectivamente, no âmbito do *semiótico* e no do *semântico*. A metassemântica torna-se, então, o estudo das relações entre dois sistemas semiológicos, apoiada na própria análise semiológica, isto é, na análise do semiótico e do semântico.

<sup>78</sup> Esse termo é utilizado pelo próprio Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* e o conceito será desenvolvido no capítulo seguinte deste trabalho.

análise *intralinguística*, a uma semântica da enunciação o que, como vemos, tem um funcionamento e um desdobramento muito maiores quando o que está em jogo é a tradução. É por essa razão que a tradução poderia ser mais bem estudada se, ao invés de considerá-la em seu aspecto *intralinguístico*, passássemos a considerá-la *translinguisticamente*, conforme tento desenvolver neste trabalho. Dessa forma, a *semiologia da língua* não servirá, por si só, aos propósitos de análise do fenômeno tradutório, mas passa a convocar também uma *semiologia da tradução*.

Dados os fundamentos, prossigamos, então, a especificações sobre o *corpus* para, no capítulo subsequente, empreendermos as análises.

### CAPÍTULO 3

#### DA CONCEPÇÃO ENUNCIATIVA DE *CORPUS* A UMA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE FATOS DE LÍNGUA: CONSIDERAÇÕES PARA A ABORDAGEM DO ERRO DE TRADUÇÃO

*Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Um exame mais atento (...) nos levará a encontrar (...) três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra (...). Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.*

Ferdinand de Saussure (*Curso de Linguística Geral*)

A motivação para dedicar um capítulo inteiro à discussão sobre o *corpus* que subjaz a este trabalho advém de uma requisição maior do que a própria trajetória que a composição de uma tese impõe. Se, de um lado, o detalhamento das noções teóricas que esteiam a composição do *corpus* e dos procedimentos de coleta e de análise dos dados que servem de base para a pesquisa proposta é parte incontornável do processo de elaboração desse tipo de estudo, a opção por uma teoria de orientação enunciativa impõe uma exigência ainda maior. E isso por um motivo: se as diversas teorias enunciativas interrogam a língua do ponto de vista semântico, tendo por objetivo o estudo daquilo que é *singular* na fala de um determinado locutor, como pode, então, um estudo enunciativo ter como base um *corpus*? Não seria a Enunciação, de certa forma, refratária à própria noção de estudo linguístico com base em *corpora*? É a partir dessas duas perguntas, cujas respostas direcionam os caminhos metodológicos adotados neste trabalho, que o presente capítulo se desenvolve.

Para abordá-las, o ponto de partida será o de considerações gerais acerca da noção de *corpus* em Enunciação, sobretudo em suas diferenças com o lugar por ele ocupado em outras teorias linguísticas. Essa discussão, desenvolvida em 3.1, trará consigo, quando ligada ao campo da Enunciação, a inevitável referência às noções de *ato*, *dado* e *fato*, de forma a evidenciar como as três categorias se articulam na composição de um conjunto de *fatos* que servem para análise. Em combinação, os aspectos implicados por essas noções singularizam o

tipo de análise empreendida pelo viés enunciativo, permitindo-nos chegar à conclusão de que qualquer elemento, de qualquer “nível” (sintático, morfológico etc.) pode estar sob investigação do pesquisador, fazendo com que não haja uma unidade de análise definida *a priori*.

O item seguinte, 3.2, reflete sobre aspectos gerais da constituição do *corpus* desta pesquisa, apresentando as duas modalidades de dados que o compõem (textos e gravações em áudio). As condições particulares de composição do *corpus* apontam para as *formas complexas do discurso*, que são exploradas nos dois subitens da seção no que diz respeito ao uso de manuscritos e de transcrições de texto e áudio neste estudo. As implicações da utilização desse tipo de material são problematizadas à luz da teoria aqui mobilizada.

As três seções que seguem se encarregam de precisar as condições em que se realizou a geração de dados, bem como aspectos relativos à sua apresentação, como convenções de transcrição, além de apresentar os critérios para a delimitação dos recortes dos fatos de língua analisados. No item 3.6, que fecha este capítulo, será finalmente proposta uma metodologia de análise do erro de tradução com base nos materiais disponíveis no *corpus*. Dado que, como ressaltado anteriormente, a teoria da Enunciação de Benveniste não dispõe de uma metodologia explícita de abordagem dos fenômenos linguísticos, essa parte será essencial para a demonstração de como os dados serão analisados no capítulo seguinte, de forma a contribuir para a reflexão sobre o que é um erro de tradução sob a perspectiva enunciativa e sobre os dois movimentos inerentes ao ato de traduzir: a leitura e a escrita.

### 3.1 Aspectos gerais da composição de um *corpus* para um estudo enunciativo

Tendo em vista que este trabalho se enquadra no que se convencionou chamar de estudo linguístico com *corpus* (em oposição a um estudo linguístico de *corpus*<sup>79</sup>), é necessário, para responder os questionamentos feitos ao início deste capítulo, partir do seguinte princípio: quando dizemos que realizamos um estudo enunciativo com base em

---

<sup>79</sup> Essa distinção é feita com base em algumas considerações de linguistas de *corpus*, como McEnery, Xiao e Tono (2006), que concebem a Linguística de *Corpus* como uma metodologia, uma forma particular de abordagem e de estudo de *corpus*, que, conforme Sardinha (2000, p. 325),

ocupa-se da coleta e exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a



*corpus*, fazemos uso de uma acepção muito especial do termo. Eis aí um ponto nevrálgico que distingue a Linguística enunciativa de outras Linguísticas que fazem uso de *corpora* em seus estudos: o estatuto do *corpus*, em Enunciação, difere daquele normalmente atribuído ao termo por outros olhares teóricos, especialmente aquele oriundo da Linguística de *Corpus*, responsável por uma modificação na concepção atual do termo (cf. ALUÍSIO & ALMEIDA, 2006; SARDINHA, op. cit.; MCENERY, XIAO & TONO, op. cit). Tal divergência se manifesta em dois planos: (1) na própria concepção de *corpus* e (2) na etapa de análise dos dados.

Quanto ao primeiro plano, é necessário precisar o estatuto específico que um conjunto de dados tem para a teoria aqui mobilizada. Primeiramente, torna-se necessário enfatizar que o *corpus*, em Enunciação, assim como em algumas outras abordagens linguísticas, não é um material de apoio que serve para corroborar uma hipótese prévia. Não se *cria* um *corpus* para comprovar um uso linguístico particular, criado como hipótese de antemão, ilustrado pela criação de exemplos que tomam como base a intuição do pesquisador e seu conhecimento como falante da língua sendo por ele estudada. Um *corpus* é sempre um conjunto de registros *reais e naturais* de uso da língua.

Dado, portanto, que não há hipóteses definidas *a priori*, é a partir da análise do *corpus* que emergem apreciações sobre o funcionamento da linguagem para um determinado locutor; ou seja, são as impressões oriundas do *corpus* que permitem ao analista tecer considerações sobre como o locutor se transforma em sujeito através de sua apropriação do aparelho formal da língua. Tendo isso em mente, uma diferença radical se impõe no que tange ao estatuto do *corpus* nos estudos linguísticos não pautados pelos postulados da Enunciação *versus* seu estatuto nos estudos enunciativos: enquanto, para os primeiros, o *corpus* pode ser definido como um conjunto finito de enunciados a partir do qual se estabelece a gramática descritiva de uma língua (cf. DUBOIS et al, 2006), sob o viés enunciativista não se trata da apreciação de uma *língua*, entendida como sistema linguístico socializado e de ordem *repetível, padronizada e previsível*, mas de uma língua mobilizada por um determinado locutor que, ao

---

pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

Assim, McEnery, Xiao e Tono defendem que há uma diferença entre o que chamam de *corpus-based approach* (abordagem baseada em *corpus*) e *corpus-driven approach* (abordagem guiada por *corpus*), sendo somente esta última a que faz uso da metodologia proposta pela Linguística de *Corpus*. Para melhor diferir as duas abordagens, opto por chamar a primeira de estudo linguístico com *corpus*, em oposição à segunda abordagem, a que chamo de estudo linguístico de *corpus*.

se apropriar do aparelho formal da língua, imprime nela singularidades, que são, evidentemente, um tanto imprevisíveis e, conseqüentemente, impossíveis de serem inventariadas de antemão. A coisa, portanto, pode ser resumida da seguinte forma: enquanto o *corpus* em Linguística (seja a Linguística de *Corpus* ou a Linguística com *corpus*) é uma tentativa de busca das *regularidades* da língua, daquilo que se *repete*, de forma a observar *padrões* de comportamento linguístico (cf. BIBER, CONRAD & REPPEN, 2000), para a Enunciação, o *corpus* é uma tentativa de busca das *singularidades*, que não são vistas como idiosincrasias ou como elementos passíveis de serem descartados nas considerações do estudo, mas como singularidades que formam o cerne mesmo daquilo que se quer analisar. Entrementes, é evidente que, mesmo analisando a *singularidade*, lidamos, ao mesmo tempo, com *repetibilidade*, da *generalidade*, dado que a língua comunga de duas propriedades: é uma instituição social, portanto, compartilhada, mas também prevê o uso individual. É de forma a tornar possível a observação do repetível e, conseqüentemente, do singular, que um *corpus* de análise se torna necessário, de forma a evidenciar a constante co-ocorrência que há, do ponto de vista enunciativo, entre o geral e o específico, entre o universal e o singular.

Do exposto até o presente, poder-se-ia questionar: uma vez que um *corpus* enunciativo tem por objetivo a observação daquilo que é singular no uso que cada locutor faz da língua, ou seja, a observação dos traços da enunciação no enunciado, como é possível, portanto, que um conjunto de dados reúna algo com o grau de efemeridade de um ato enunciativo? A resposta para esse interrogante requer certo cuidado e reflexão.

Começemos do princípio: Benveniste, em seus *Problemas de Linguística Geral*, não teoriza a questão de um *corpus* de análise. No entanto, é possível depreender de sua obra certas instâncias que manifestam indícios de como o dado pode ser considerado na perspectiva enunciativa. Mesmo que as hipóteses que seguem não sejam mais as palavras de Benveniste, elas não parecem infringir o sistema de pensamento do autor, à medida que se baseiam não só nas propostas teóricas do mestre como também em sua própria produção como analista de fatos de linguagem. É por esse ponto que começo.

Conforme relatado no capítulo anterior, há, nos *PLGs*, textos que podem ser considerados de teoria e de análise, ainda que o limite não seja tão facilmente delimitado, dado que, por várias vezes, a teorização vem na esteira na exemplificação (ou o contrário). No

entanto, há uma constante nas análises benvenistianas: qualquer que seja o tipo de fato linguístico em análise (os pronomes, o tempo, a sintagmação etc.), o tipo de análise empregada é diferente. Com isso, poderíamos imediatamente pensar que, antes de o exemplo *ilustrar* as hipóteses, ele as *condiciona*. Dito de outra forma, cada fato de língua requer um modo de abordagem diferente. E, se os objetos de investigação mudam, é quase impossível conceber um *corpus* que condense em si aspectos linguísticos tão diferentes. Como criar um *corpus* que permita analisar desde aspectos tão pontuais, como os pronomes, por exemplo, até aspectos que permeiam a língua toda, como a sintagmação? Como criar um *corpus* levando em consideração o fato de que qualquer elemento na língua só passa a existir a partir do momento que é enunciado? Benveniste não responde diretamente essa questão, mas somos levados a crer que sua réplica se dirigiria na direção de uma impossibilidade de homogeneizar, sob o rótulo de *corpus*, elementos tão distintos. Acompanhemos uma passagem da entrevista do linguista a Pierre Daix, que pode ser útil para lançar luz sobre essa questão. No que diz respeito à comparação dos métodos da Linguística Estruturalista e da Linguística Gerativa, Benveniste reflete:

(...) ele [Chomsky] considera a língua como produção, e isto é algo bem diferente. Um estruturalista tem primeiro necessidade de constituir um corpus. Mesmo quando se trata da língua que o senhor e eu falamos, é preciso primeiro gravá-la, transcrevê-la. Decidimos que ela é representada por tal ou tal livro, por 200 páginas de texto que serão convertidos em material, classificadas, analisadas, etc. É preciso partir dos dados. Enquanto que em Chomsky é exatamente o contrário, ele parte da fala como produto. Ora, como se produz a língua? Não se reproduz nada. Tem-se aparentemente um certo número de modelos. Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova (*Estruturalismo* [1968], *PLG II*, p. 18/18).

Analisemos com detalhe algumas linhas dessa passagem. Logo de início, chama atenção o fato de que o linguista estruturalista necessita sempre partir de um *corpus*. Mais do que isso, gostaria de sublinhar a asserção de Benveniste: “decidimos que ela [a língua] é *representada*”. Isso vai diretamente ao encontro da proposta da teoria enunciativa ao conceber que o homem cria e recria a língua a todo o instante. Se ela é sempre (re)criação, ela não pode constituir um *corpus*, apenas se deixar *representar* nele. Um *corpus* é sempre um conjunto de fatos concretos da língua, e não de *possibilidades* de língua. E, como o próprio Benveniste se encarregou de nos ensinar, antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Logo, a enunciação, esse grande processo virtualmente infinito, não cabe na “finitude” de um *corpus* se não por representação, sempre parcial.

Ainda mais inquietante é a afirmação que segue: a língua, uma vez representada em *corpus*, terá suas diversas formas de representação “*convertidas em material*, classificadas, analisadas, etc.”. Há aí um ponto interessante: que conversão é essa que se faz necessária? Flores (2010) tem por hipótese de que se trata da conversão de *dados* em *fatos* linguísticos. A constituição de um *corpus* de base enunciativa, seja qual for sua finalidade, parece obedecer, portanto, a dois processos: (1) a *representação* dos *atos* de transformação da língua em discurso na forma de textos, transcrições etc., isto é, a representação da enunciação em um conjunto de *dados* e (2) a *conversão* desses *dados* em *fatos*, aptos a serem analisados.

O primeiro processo se explica pela impossibilidade de captura do próprio ato enunciativo. A condição mesmo da enunciação é ser um ato instanciado em uma relação dialógica (*eu* fala para um *tu*) em um tempo e espaço irrepetíveis (*aqui-agora*). Toda a representação desse momento efêmero não faz mais do que registrar vestígios de um ato que morre ao mesmo instante em que nasce, e volta a se fazer presente em outro *eu-tu-aqui-agora*: o do analista. Dito de outra forma, o *ato*, irrepetível, torna-se analisável porque o analista dá a ele a *condição de repetibilidade*, pelo que paga com o preço de perder a configuração particular da instância de discurso em que foi gerado. Cada análise e cada leitura dessa análise estabelecerá um novo *eu-tu*, em uma nova instância de *aqui-agora*. Essa é a perda constitutiva de qualquer representação dos atos de linguagem.

O segundo processo se configura naquilo que chamei de “condição de repetibilidade”. É preciso, portanto, partir de uma constatação: o linguista enunciativo não analisa *dados*, que são da ordem do heterogêneo e do irrepetível, mas *fatos linguísticos*, porque somente a noção de *fato* pode tornar o inapreensível possível de ser analisável. Em que momento isso se torna possível? Em que momento se passa do *dado* ao *fato*? No preciso momento em que o pesquisador toma um recorte específico do *corpus* para servir de centro de sua análise. Logo, como afirma Flores (2010), “o sintagma *fato de língua* – e [a variação] *fato linguístico* – nomeia os elementos que entram na análise linguística propriamente dita, portanto, que estão na dependência direta do método a partir do qual são abordados” (p. 6 – grifos do autor).

Esclarecida a diferença entre *ato*, *dado* e *fato*, resta ainda uma questão: em Enunciação, o *corpus* é um conjunto de *dados* ou de *fatos*? A resposta, em meu entender, é: os dois. De todo o material linguístico possível de ser tomado como *dado*, o pesquisador impõe

uma delimitação: um texto, uma obra, uma série de gravações etc. Tais materiais compõem os *dados* de que dispõe em seu *corpus*. No entanto, a partir do momento que decide por um determinado aspecto entre os tantos que se apresentam nesse conjunto, o analista imprime um *recorte*, que nada mais é do que a escolha dos  *fatos* a serem analisados. Um  *corpus* é, portanto, para a enunciação, um conjunto de materiais representativos dos mais diversos usos linguísticos, dos quais o pesquisador elegerá certos mecanismos de marcação do locutor na língua para serem tema de investigação. De forma esquemática, teríamos, então:

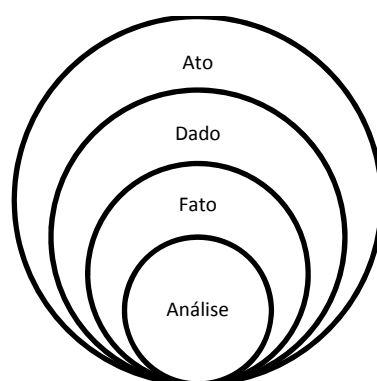


Diagrama 4: o  *corpus* em Enunciação: do ato à análise

É preciso atentar para o fato de que uma análise enunciativa passa, portanto, por dois filtros: ao escolher os dados que irão compor o  *corpus*, o pesquisador já o faz com uma determinada intenção; o mesmo vale para a escolha dos fatos enunciativos. Passar por esse “duplo filtro” (cf. FLORES, op. cit.) é a condição de existência de qualquer análise enunciativa e, como se pode observar no esquema anterior, de “um nível” para o outro há sempre uma perda. O  *dado* não é a totalidade do  *ato*, pois não resguarda todos os aspectos implicados na instância de discurso; o  *fato*, por sua vez, é apenas parte dos  *dados*, um  *recorte* eleito pelo pesquisador; e a  *análise*, por não poder dizer tudo sobre o  *fato*, é igualmente análise de  *parte* dele. Tomemos o exemplo prático desta tese para ilustrar todas essas abstrações.

De todos os fenômenos enunciativos possíveis, o  *corpus* deste trabalho precisou incluir aqueles que permitissem considerar a Enunciação em relação com o objeto de estudo. Foi traçada, portanto, a primeira restrição: os dados deveriam ser relativos à tradução interlingual, em sua manifestação escrita. Uma primeira opção se apresentou, dessa forma, como a consideração de uma série de originais e de traduções. No entanto, dado que o objeto

deste estudo apresenta mais uma especificidade, o tratamento do erro no contexto tradutório, mais uma restrição foi imposta ao universo possível dos dados a constituírem o *corpus*: apresentarem, em maior ou menor medida, erros de tradução. E, nesse caso, a própria falta de definição do que vem a ser um erro de tradução (cf. capítulo 1) inviabilizou a tomada de textos em suas versões finais para comporem os dados desta pesquisa. A saída para equacionar o problema foi a procura por dados que permitissem, portanto, definir o estatuto do erro, ao mesmo tempo em que oferecessem a possibilidade de contemplá-lo em sua singularidade, fruto de uma mobilização linguística particular. Um novo universo se descortinava: a sala de aula de ensino de tradução. Definido o escopo, o primeiro passo foi, então, o de fazer esse universo enunciativo particular se *representar*, o que foi feito por meio da coleta de rascunhos de tradução e de gravações em áudio com discussões acerca dessas produções (cf. infra). Eis aí o momento em que dos *atos* (todas as enunciações que fizeram parte das aulas analisadas) passamos aos *dados* (representações tangíveis desses *atos* por meio de textos e áudio).

Como é possível notar, até o momento, toda a constituição do *corpus* é pautada pelo interesse desta pesquisa. Isso é posto ainda em maior relevo no segundo movimento: o de conversão dos *dados* em *atos*. Do conjunto de mecanismos linguísticos presentes nos dados, alguns foram elencados para serem analisados neste estudo. Ou seja, passaram por um *recorte* que os transformou em elementos analisáveis, em *atos de língua*. E é na etapa de análise não mais de *dados*, mas de *atos* de língua, que se encontra a segunda grande particularidade do uso de *corpus* em uma teoria enunciativa.

Começemos, como de costume, pelas palavras de Benveniste:

Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 82/80-81).

O comentário de Benveniste, ainda que restrito a um determinado aspecto (a enunciação fônica), é sintomático da diferença radical que envolve as análises do ponto de vista enunciativo quando comparadas a outras. Enquanto algumas abordagens linguísticas possibilitam avaliações *quantitativas* de dados (e até mesmo análises geradas por computador, mesmo que para interpretá-las de forma relevante seja preciso um pesquisador), a Linguística

da Enunciação não é senão *qualitativa*. Mais do que isso, uma abordagem enunciativa sofre com os limites da própria concepção de linguagem: ao mesmo tempo em que o que se analisa é a subjetividade na linguagem, o próprio analista não escapa de levar sua análise a público por outra forma que não pelo uso da linguagem, invariavelmente afetada pela subjetividade, característica e fundante de qualquer enunciação. Isto é, o analista mesmo é tomado pela impossibilidade da total objetividade na linguagem e no tratamento dos dados. Assim, dizer que uma análise é uma análise subjetiva torna-se tautológico, pois, como nos ensina Barthes (2004),

já não se podem pensar as relações da subjetividade e da objetividade – ou, caso se prefira, o lugar do sujeito em seu trabalho – como nos belos tempos da ciência positivista. A objetividade e o rigor, atributos do cientista, com que estão ainda a nos azucrinar, são qualidades essencialmente preparatórias, necessárias no momento do trabalho e, em função disso, não há razão alguma para suspeitá-las ou abandoná-las; mas essas qualidades não podem ser transferidas para o discurso, senão por uma espécie de passe de mágica, um procedimento puramente metonímico, que confunde a *precaução* com seu efeito discursivo. Toda a enunciação pressupõe o seu próprio sujeito, quer esse sujeito se exprima de maneira direta, dizendo *eu*, quer indireta, designando-se como *ele*, quer nula, recorrendo a formulações impessoais; trata-se de engodos puramente gramaticais, variando apenas o modo como o sujeito se constitui no discurso (p. 9-10 – sublinhas minhas).

Ainda no tocante ao pesquisador, uma vez que é ele quem determina o objeto a ser investigado, o que, a um só golpe, determina os *atos de linguagem* a serem observados e elege uma metodologia para o tratamento e análise desses *atos*, decorre que um mesmo *fato linguístico* pode ser analisado de diferentes formas, por diferentes analistas, segundo o propósito de seus estudos, uma vez que, como já ensina o *Curso de Linguística Geral* (Saussure, op. cit.), “é o ponto de vista que cria o objeto” (p. 15). Como fica claro na epígrafe que abre este capítulo, há tantos objetos de estudo na língua quanto forem os olhares que a ela aplicarmos, pois nenhum objeto nela existe pronto para estudo, mas depende sempre do olhar do investigador.

Do ponto de vista enunciativo, a flexibilidade do objeto é ainda maior, visto que qualquer fenômeno linguístico, de qualquer nível (sintático, morfológico, fonológico etc.), pode ser analisado desde essa visada teórica. O próprio Benveniste se encarrega de demonstrar essa possibilidade empreendendo análises dos mais variados tipos. Isso se torna possível porque a enunciação não se figura como um *nível* da língua, da mesma forma que se convencionou referir-se à sintaxe, à morfologia etc. Antes, a enunciação, por ser um ponto de vista semântico e, portanto, interrogante do sentido, é transversal a *todos* os níveis, pois não

há nada na língua que escape a essa universalidade: para existir, em termos linguísticos, é preciso ter sido enunciado por um sujeito que mobiliza a língua por sua conta, num tempo e espaço determinados, semantizando-a. A língua só existe, enquanto fenômeno semântico<sup>80</sup>, como resultado de um *eu, tu, aqui, agora*: “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 83-81).

Admitida a possibilidade de uma abordagem enunciativa de qualquer aspecto linguístico, o que varia é, portanto, o *recorte*, ou seja, aquilo que o pesquisador elege como *fato* de linguagem para seu estudo a partir dos diversos dados de que dispõe em seu *corpus*. Os dados que compõem o *corpus* desta tese, por exemplo, ao mesmo tempo em que servem de base para o estudo da tradução, como faço aqui, podem, em outro estudo, ser objeto de observação das interações em sala de aula, de escrita criativa etc. É uma questão de ponto de vista que, igualmente, determina o recorte e os fatos de língua analisados.

Atentemos para esse aspecto: anteriormente, desenvolvi a noção de *fato de língua* como requisito para que uma análise enunciativa possa tomar lugar. O *fato*, portanto, torna-se o que Flores (2010) chama de um *operador*, na medida em que exerce uma *função* na análise. Analogamente, a questão dos *níveis de análise* é também imperativa para se pensar na possibilidade de abordar um *fato de língua* pelo viés enunciativo, apresentando-se como um segundo<sup>81</sup> operador de análise, ao qual dedico algumas considerações a partir de agora.

É em um texto homônimo, de 1962, que Benveniste trata, pela primeira e única vez, da questão dos níveis da análise linguística. Trata-se especificamente dos níveis *da* análise, e não *de* análise, pois as considerações do autor tomam por pressuposto a análise pautada nas considerações que passaria o restante da década descrevendo, quais sejam, as que dizem respeito à diferença da língua em seu caráter *semiótico* e em seu aspecto *semântico*. E a necessidade de abordar a linguagem por meio da noção de *nível* decorre da própria indagação do autor acerca de o que é um *fato linguístico*. Admitindo que o *fato* é o fenômeno a ser analisado por essa Linguística que tomava forma, a questão central se tornava, frente à imensa

---

<sup>80</sup> Refiro-me a língua como “fenômeno semântico” para diferenciá-la de seu outro estatuto, proveniente da inquestionável asserção de que há um sistema linguístico que não precisa ser enunciado para existir, mas que, exatamente, serve de base para que o fenômeno de *uso* da língua tome forma. Trata-se da língua em sua face semiótica (cf. BENVENISTE, 1995; BENVENISTE, 1989).

<sup>81</sup> Flores (op. cit.) aponta ainda um terceiro operador, a saber, a transcrição, que será abordada na seção 3.4 deste capítulo.



complexidade da linguagem, a de “propor uma ordem (...) nos fenômenos estudados, de maneira a classificá-los segundo um princípio racional” e de aplicar essa ordem “nos métodos de análise, para construir uma descrição coerente, organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios” (*Os níveis* [1962], *PLG I*, p.127/119). Esse método, não separável, aos olhos de Benveniste, do próprio objeto a descrever, só poderia ser teorizado a partir da noção de *nível de análise*, “pois só ela é própria para fazer justiça à natureza *articulada* na linguagem e ao caráter *discreto* de seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes do todo” (grifos do autor).

Para a delimitação das partes que compõem o todo, um critério torna-se crucial: “o *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (ibid., p. 130/122 – grifos do autor). A isso, é acrescido um segundo princípio, que postula que “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar *em* uma unidade mais alta” (ibid., p. 131/123). Dessa forma, as entidades linguísticas estabelecem entre si dois tipos de relação: entre elementos de mesmo nível e entre elementos de níveis diferentes. No primeiro caso, temos as relações *distribucionais*. Para os níveis diferentes, as relações são *integrativas* e condicionam a própria existência de uma unidade linguística como tal: “uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como ‘parte integrante’ da unidade de nível superior, da qual se torna *integrante*” (ibid., p. 133/125 – grifo no original). Como exemplo, podemos considerar um morfema, unidade linguística que pode ser definida como sua capacidade de integrar um nível acima, o da palavra.

Por essa pequena retomada das considerações benvenistianas, já é possível observar que, para o autor, a delimitação que normalmente fazemos, com fins didáticos, para abordar os fenômenos linguísticos, dividindo a língua em “camadas” como a fonologia, a morfologia etc. não se sustenta quando o que está em questão é a definição da unidade nos moldes que ele propõe. Há sempre uma *interação* entre os diferentes níveis da língua, pois é essa interação mesmo que define a própria unidade linguística.

Indo mais além, Benveniste propõe que, ao dissociar os elementos em constituintes menores, estamos no nível da *forma*, ao passo que o nível do *sentido* se verifica pela capacidade de um elemento integrar um nível superior. Essa *forma* e esse *sentido*, no entanto,

se lembrarmos a exposição do capítulo anterior, dizem respeito ao domínio “da língua como sistema orgânico de signos linguísticos” (ibid. p. 127/119). Ou seja, os níveis da análise linguística permitem a observação dos constituintes linguísticos em seu caráter *semiótico* (na oposição ao universo *semântico* de significação). É a partir daí que o problema se instaura: quando atingimos um nível superior, o da *frase*, que não pode integrar um nível mais alto, chegamos ao limite da descrição por níveis, sendo necessário recorrer a um outro método, que, a meu ver, será desenvolvido apenas em 1970, em *O aparelho formal da enunciação*.

O que o texto de 1962 nos assegura, porém, é que, quando investigamos a língua do ponto de vista da Enunciação, em busca não do sentido em seu caráter semiótico, mas do sentido como “a ideia da frase” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 231/226), ou seja, o sentido na globalidade do discurso, transbordamos o nível da frase, e não estamos mais em apenas um nível, mas em todos eles ao mesmo tempo. O *sentido* atravessa *todos* os níveis. É nesses termos que Flores (op. cit.) postula que a “Enunciação não é um nível de análise, mas um ponto de vista – o do sentido (ideia) – sobre os níveis” (p. 7 – grifos do autor), ao que acrescenta que

o estudo da Enunciação não se limita, então, a certos mecanismos da língua, mas compreende a língua na sua totalidade. E, nesse ponto, seguimos de perto as ideias de Benveniste: se o aparelho formal da enunciação é constitutivo da língua então todo e qualquer fenômeno linguístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de Enunciação.

O lugar metodológico dos níveis de análise torna-se, portanto, o da *transversalidade*. Logo, a *transversalidade enunciativa* pode ser entendida como a “diferença que há entre pensar a língua como uma organização cujos níveis se apresentam como ‘camadas’ sobrepostas e pensá-la como um todo que é atravessado pela enunciação”.

Essas considerações a respeito dos níveis de análise ratificam a especificidade que um *corpus* tem para um estudo de base enunciativa, na medida em que o mesmo conjunto de dados está aberto a inúmeras interpretações, aptos a se tornarem fatos sujeitos às mais diversas investigações, estando tudo na dependência do olhar do investigador e do recorte que ele impõe à diversidade dos fenômenos linguísticos que a ele se apresentam.

Dessa forma, o recorte, ao mesmo tempo em que elege os *fatos de língua* a serem analisados, traz consigo, concomitantemente, a necessidade de uma metodologia de análise,

igualmente tributária do olhar e dos objetivos do investigador. A metodologia aplicada nesta tese será explicitada e desenvolvida adiante, pois é necessário, antes, entender com mais detalhes a natureza do *corpus* para poder, então, delimitar um modo para dele se aproximar.

### **3.2 Características gerais: o *corpus* como uma forma complexa do discurso**

O *corpus* utilizado neste trabalho foi gerado especificamente para os fins desta pesquisa, ainda que possa, futuramente, ser utilizado para outros estudos. Trata-se de um *corpus* fechado, de natureza bilíngue (português e francês), e multimodal, constituído por textos escritos e gravações em áudio.

Uma vez que o objeto desta tese se encontra na noção de erro de tradução, a coleta do *corpus* se desenvolveu na esfera de ensino e formação de tradutores. Isso porque, como os estudos no campo da Pedagogia nos informam, o erro é uma constante no processo de aprendizagem. A assunção dessa hipótese como verdadeira permite-nos, portanto, conceber o contexto de sala de aula como local privilegiado para a contemplação desse objeto. Além disso, ao menos no caso particular em que se desenvolveu a coleta do *corpus*, o erro de tradução se torna pivô do ensino e serve até mesmo como catalisador de discussões acerca do processo tradutório.

Isso posto, vale rememorar que as considerações desenvolvidas neste trabalho dizem respeito, exclusivamente, ao contexto de ensino de tradução, envolvendo sujeitos que ainda estão em fase de aprendizado, tanto das técnicas e teorias de tradução quanto da própria língua estrangeira que escolheram para trabalhar. Ou seja, trata-se de um *corpus* de aprendizes, mas de aprendizes não só de uma língua, como também de um ofício. Também é útil a lembrança de que os erros em pauta neste estudo são aqueles propriamente relacionados à tradução, com a exclusão de erros de língua (cf. Introdução).

Uma das maiores peculiaridades deste *corpus* – além do próprio fato de ter sido coletado em ambiente de formação e aperfeiçoamento de profissionais de tradução, área ainda muito pouco explorada nos estudos de tradutologia – é o fato de sua composição se dar por duas formas: (1) por textos escritos, caracterizados por rascunhos de traduções para o

português de textos escritos originalmente em língua francesa, e (2) gravações em áudio de aulas em que os referidos textos foram compartilhados oralmente com a turma e discutidos junto com o grupo e a professora.

Essa configuração particular, que alinha material escrito a gravações e transcrição de ambos, instaura o que se poderia chamar de “formas complexas do discurso”. O termo advém da própria pena de Benveniste, ao considerar, após sua exposição em *O aparelho formal*, que muitos “desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação”, à medida que “amplas perspectivas se abrem para a análise das *formas complexas do discurso*, a partir do quadro formal” (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 90/88 – grifos meus) desenvolvido no artigo. Como acontece com outros termos, o sintagma é um *hápax* nos escritos benvenistianos, e não encontramos evidências nem mesmo de uma suposta “forma simples do discurso”. É preciso, portanto, criar hipóteses do que possa ser uma forma complexa, o que pode estar ligado à concepção de metassemântica, discutida no capítulo precedente.

Ao finalizar o texto de 1969 (*Semiologia da língua*) com a proposta de uma *metassemântica*, Benveniste pondera que essa será diferente da semântica que propõe em seus estudos por ser essa última uma análise *intra*linguística. Com efeito, a retomada, realizada no capítulo anterior, de alguns dos textos em que o linguista realiza suas análises permite evidenciar que se trata, efetivamente, de elementos que estão *na* língua e se relacionam à nova “dimensão de significância” proposta pelo autor ao levarem em consideração não somente a língua como sistema de signos, mas seu uso, o *discurso*. Chama a atenção, se tal leitura estiver correta, que o que Benveniste chama, nesse momento, de *intra*linguístico, ao considerar aspectos da instância do discurso, já é uma abertura nas convenções da Linguística, que tratava da língua em si mesma e por si mesma, sem relação com aquele que enuncia, ou seja, detinha-se na consideração da língua como sistema de signos apenas.

Mas a proposta vai além: se a linguagem se dá a partir de frases e, com a frase, entramos em outro universo, pois “a frase distingue-se naturalmente das outras entidades linguísticas” (*Os níveis* [1962], *PLG I*, p. 138/129), então a análise *intra*linguística não se permite mais ser suficiente. É necessário convocar a “análise translinguística dos textos, das obras” (*Semiologia* [1969], *PLG II*, p. 67/66). Vê-se, sem muito esforço, que o objeto não se

encontra mais nas unidades linguísticas que podem ser delimitadas através da metodologia proposta em *Os níveis da análise*, mas no próprio texto enquanto todo de significação.

É nesse sentido, de tomada da *frase*, do *texto* como unidade de análise, que concebo o *corpus* desta tese como uma *forma complexa do discurso*. Em realidade, poder-se-ia dizer, a própria tradução é uma forma complexa à medida que condensa em si duas enunciações, a do original e a do tradutor, mesmo que a do original só seja do conhecimento do tradutor ou daquele que sabe da existência da obra traduzida.

O que condiciona, dessa maneira, uma forma complexa? O fato de ela condensar em si aspectos enunciativos que não se deixam evidenciar apenas no material linguístico. Tomemos como exemplo o conjunto de dados desta tese para exemplificação. Como já referido, a tradução, por ser uma enunciação sobre outra enunciação, não pode ser considerada fora de sua relação com uma obra original. As marcas deixadas pelas tradutoras/aprendizes (ver Figura 10 na página 135) evidenciam bem que a relação se estabelece não só com o texto a ser traduzido, mas com a forma de veiculá-lo em outra língua. São marcas que refletem sobre a própria enunciação do texto original, e, mais ainda, sobre a enunciação que elas mesmas realizam em sua tradução, em que tanto o *dito* quanto o *dizer* estão em jogo. Na tradução, por mais que uma forma linguística específica, uma palavra, por exemplo, se apresente como entrave para o tradutor, qualquer decisão a ser por ele tomada transborda a unidade problemática e leva em conta todo o conjunto em que se insere.

A complexidade das formas de discurso que compõem este estudo torna-se ainda mais evidente nas gravações em áudio. Nela, temos discussão, entre alunas e professora, acerca de como as discentes tomaram determinadas decisões em suas traduções. Dessa forma, temos, novamente, um dizer sobre um dizer, que já é, em si mesmo, uma enunciação sobre outra enunciação. A profundidade da análise das tradutoras transcende o texto que produziram, pois, como uma sombra, o texto original também é sempre convocado a se apresentar. Trata-se, portanto, mesmo que não tenham consciência disso, de uma análise metassemântica que essas alunas realizam ao falar sobre seus textos, o que voltará a ser discutido no capítulo seguinte.

Há, ainda, outro ponto a ser abordado no que tange a essas formas complexas do discurso: o lugar do analista. Como exposto a seguir, tanto os manuscritos como as gravações em áudio foram transcritos para uso nesta pesquisa, e a transcrição impõe inúmeras considerações que devem ser levadas em conta por quem se propõe a empreender uma análise enunciativa. Começemos por entender a configuração particular de cada uma das modalidades desses dados.

### 3.2.1 *O trabalho com manuscritos*

“Como analisar a língua escrita quando o documento empilha o paradigmático sobre o sintagmático?” A questão de Almuth Grésillon (2007) resume bem a dificuldade de se estudar qualquer fenômeno linguageiro por meio de formas de língua escrita, e este trabalho não foge dessa dificuldade. Uma vez que o objeto desta tese reside nas formas escritas de tradução, debruçar-se sobre os escritos dos tradutores torna-se um percurso incontornável e, ao mesmo tempo, cheio de percalços. Não se pode adentrar o mundo do texto escrito como objeto de pesquisa sem estar munido das ferramentas necessárias para enfrentá-lo. Do lado da Linguística da Enunciação (talvez por certa confusão em assumir o termo “enunciação” como relativo à fala, à produção fônica), o escrito tem lugar reduzido como objeto de investigação, mas cadeira cativa como ferramenta de acesso ao estudo dessa enunciação oral que não se deixa presenciar. Dito de outra forma, o texto escrito normalmente aparece nas análises enunciativas na forma de transcrição (que, por sinal, não é um texto nos moldes tradicionais), mas dificilmente como objeto a ser investigado. Salvo raros trabalhos que se detiveram em olhar para a escrita como fenômeno enunciativo, como o de Endruweit (2006), a Enunciação permanece surda àquilo que Benveniste apenas propôs para aprofundamento futuro: a enunciação em sua modalidade escrita.

A falta de incurso sobre esse objeto impõe a este estudo a necessidade de buscar em outro lugar uma metodologia de tratamento dos dados escritos, uma vez que o escopo teórico enunciativo não o contemplou. Uma advertência, porém, é necessária: o que busco, em uma área fora da Enunciação, a saber, a Crítica Genética, são subsídios para conduzir de forma coerente a *organização dos dados escritos* que fazem parte do *corpus* desta tese, mas é na Enunciação que encontro o caminho para *análise* desses dados. Isso porque, como sintetiza,

de forma tão feliz, Verónica Jorge, no prefácio ao livro *Escrever sobre Escrever*, “é possível perceber que a impossibilidade de chegar a uma *metodologia*, em sua acepção mais cientificista, deve-se ao fato de cada manuscrito requerer uma solução própria” (p. viii – grifo da autora). Ora, nada poderia ser tão enunciativo: se, como reiterado várias vezes ao longo deste trabalho, não há uma metodologia precisa no âmbito da teoria benvenistiana para a abordagem da subjetividade na linguagem, é de se esperar que a metodologia seja criada mediante as próprias necessidades que os dados impõem. Esclarecida essa questão, podemos, então, prosseguir no detalhamento da relação que a Crítica Genética tem com esta pesquisa.

Pouco foi o tempo que os linguistas brasileiros tiveram para estudar a fundo esse modo de abordagem da escrita que se originou na França em meio à crise do Estruturalismo. O que se tem, atualmente, são estudos, tanto no Brasil quanto em território francês, da gênese de obras literárias. Pouco a pouco, porém, os linguistas começam a fazer parte do grupo de geneticistas, “com interesse específico pela linguagem em ato e pelos fenômenos da enunciação escrita” (GRÉSILLON, op. cit., p. 26). Isso porque o objeto de estudo dessa corrente teórica, a saber, não simplesmente os “manuscritos modernos, mas os manuscritos como portadores do processo de criação (...)” (PINO & ZULAR, 2007, p. 18), é absolutamente favorável àqueles que se interessam pela linguagem em ato. Grésillon (op. cit.) sublinha a proximidade dos estudos enunciativos com a Crítica Genética, exatamente por essa última dar primazia ao processo, em detrimento ao produto, observando a enunciação como ato, e não apenas seu produto final, pois

(...) o objeto dos estudos genéticos é o manuscrito *de trabalho*, aquele que porta os traços de um *ato*, de uma enunciação em marcha, de uma criação que está sendo feita, com seus avanços e seus bloqueios, seus acréscimos e seus riscos, seus impulsos frenéticos e suas retomadas, seus recomeços e suas hesitações, seus excessos e suas faltas, seus gastos e suas perdas (p. 52 – grifos da autora).

Dessa forma, o olhar pela Crítica Genética é produto de preferências

da produção sobre o produto, da escritura sobre o escrito, da textualização sobre o texto, do múltiplo sobre o único, do possível sobre o finito, do virtual sobre o *ne varietur*, do dinâmico sobre o estático, da operação sobre o *opus*, da gênese sobre a estrutura, da enunciação sobre o enunciado, da força da escrita sobre a força do impresso (ibid., p. 19).

Isso faz com que a metodologia genética se estenda ao estudo de qualquer tipo de texto, permitindo inclusive “estudar rascunhos não literários – gêneses de discursos

científicos, filosóficos, históricos, testemunhos de vida, *rascunhos de alunos*” (ibid., p. 34 – grifos meus). Devido a essas particularidades, creio que não seja incoerente com nenhum dos dois campos (Crítica Genética e Enunciação) – e nem vá de encontro a seus postulados e suas características – alinhá-los em busca do entendimento do processo de tradução.

É necessário sublinhar, no entanto, que a Crítica Genética é convocada a este trabalho sob condições muito específicas, uma vez que o *corpus* desta tese se apresenta em duas formas: em áudio e em manuscrito. Se convoco a teoria, é, portanto, como suporte para pensar a abordagem de algo que escapa às teorizações até então feitas no âmbito da Enunciação. E qual a especificidade do *corpus*? O fato de que os manuscritos que o compõem serem de duas naturezas: escritos e em áudio. Para evitar confusões, é útil apontar que essa segunda modalidade e sua consideração como manuscrito é autorizada pelos próprios geneticistas, que admitem sob esse rótulo quaisquer documentos nos quais seja possível encontrar vestígios da criação de uma obra. Nesse caso, os manuscritos vão desde cartas de um autor (se contiverem informações sobre a obra em análise) até “os datiloscritos (versões datilografadas diferentes do texto publicado) ou *mesmo as gravações de voz com ideias sobre uma obra*” (PINO & ZULAR, op. cit., p. 18 – grifos meus). Portanto, todos esses “documentos de processo”<sup>82</sup> estão aptos a compor o *corpus*.

Uma segunda especificidade do *corpus* que integra esta tese se faz notar no fato de que os manuscritos, em sua modalidade escrita, se apresentam de uma forma específica. Primeiramente, porque o acesso se dá somente ao que se poderia chamar de “rascunho”, se entendermos pelo termo “um estado preciso [da] gênese, a saber, aquele em que a escritura deixa a fase dos planos e roteiros para começar a fase propriamente redacional, a da textualização” (GRÉSILLON, op. cit., p. 102-3). Isto é, pelo fato de que os manuscritos compõem um material a ser levado à aula pelas alunas (cf. seções a seguir), o que se tem é um rascunho que não apresenta todos os embates enfrentados pelas discentes, pois já é uma versão “mais definitiva” de sua tradução, ainda que contenha, como evidenciado na reprodução de um excerto a seguir, resquícios do processo a que a tradução foi submetida e,

---

<sup>82</sup> Termo cunhado por Cecília Almeida Salles, referido no livro de Pino e Zular.



sobretudo, das dúvidas, ou, nas palavras de Grésillon, dos “conflitos enunciativos”<sup>83</sup> que o acompanharam.

Esse buraco <sup>trouxe</sup> ~~trouxe~~ calmo <sup>tranquillo</sup> ~~no~~ ~~meio~~ da cidade devia ter uns <sup>aproximadamente</sup> ~~cinquenta~~ anos, pois havia <sup>resquícios</sup> ~~relentos~~ de <sup>modern style</sup> ~~estilo~~ moderno nas arquiteturas <sup>as</sup> ~~disparatas~~ dessas moradas. Quem vivia ali? Olhando <sup>certas</sup> ~~algumas~~ vidraças, <sup>OK</sup> ~~certas~~ ~~algumas~~ vidraças, <sup>certos</sup> ~~alguns~~ batentes de porta, <sup>certos</sup> ~~alguns~~ vestígios de adorno, ~~se pensava/se~~ podia pensar que eram <sup>artistas</sup> ~~apresentados~~ ~~das artes~~ que terminavam suas <sup>carreiras</sup> ~~carreiras~~ atrás dessas fachadas, velhos <sup>pintores</sup> ~~aprendizes~~, velhas <sup>cantoras</sup> ~~divas~~, <sup>projetos de</sup> ~~cantoras~~ ~~de ópera~~ ~~líricas~~ e <sup>virtuosos</sup> ~~antigos virtuosos~~ ~~talentosos~~ ~~da cena~~ dos palcos.

Figura 10: exemplo de “conflitos enunciativos” marcados na tradução (Trad1/A3)

Esse buraco <sup>trouxe</sup> ~~trouxe~~ calmo <sup>tranquillo</sup> ~~no~~ ~~meio~~ da cidade devia ter uns <sup>aproximadamente</sup> ~~cinquenta~~ anos, pois havia <sup>resquícios</sup> ~~relentos~~ de <sup>modern style</sup> ~~estilo~~ moderno nas arquiteturas <sup>as</sup> ~~disparatas~~ dessas moradas. Quem vivia ali? Olhando <sup>certas</sup> ~~algumas~~ vidraças, <sup>OK</sup> ~~certas~~ ~~algumas~~ vidraças, <sup>certos</sup> ~~alguns~~ batentes de porta, <sup>certos</sup> ~~alguns~~ vestígios de adorno, ~~se pensava/se~~ podia pensar que eram <sup>artistas</sup> ~~apresentados~~ ~~das artes~~ que terminavam suas <sup>carreiras</sup> ~~carreiras~~ atrás dessas fachadas, velhos <sup>pintores</sup> ~~aprendizes~~, velhas <sup>cantoras</sup> ~~divas~~, <sup>projetos de</sup> ~~cantoras~~ ~~de ópera~~ ~~líricas~~ e <sup>virtuosos</sup> ~~antigos virtuosos~~ ~~talentosos~~ ~~da cena~~ dos palcos.

Figura 11: transcrição diplomática do exemplo da Figura 10

Uma segunda particularidade dos manuscritos aqui analisados reside no fato de não se ter uma versão final da tradução, uma vez que todas as propostas figuram como exercícios práticos a serem desenvolvidos pelas alunas, sem o comprometimento de um fechamento, de uma palavra e uma decisão final. No entanto, uma vez que o interesse deste trabalho repousa nos erros de tradução, tal fator não parece ser crucial para análise desse objeto, que se faz presente mesmo, e talvez até principalmente, nas versões preliminares das traduções.

Com tantas diferenças entre os objetos, o que se busca, portanto, na Crítica Genética, ao convocá-la para este trabalho? Unicamente um suporte teórico no tratamento e organização dos materiais escritos, sobretudo no que concerne à transcrição dos manuscritos. Isso porque,

<sup>83</sup> “(...) os manuscritos não são somente o lugar da gênese da obra, mas também um espaço em que a questão do autor pode ser estudada sob uma nova perspectiva: como um lugar de *conflitos enunciativos*, como gênese do escrito” (op. cit., p. 39 – grifos meus).

como aponta Grésillon (op. cit.), não há, mesmo para os geneticistas que tão rigidamente impõem seus métodos, uma forma de transcrição que seja universalmente utilizada, o que gera grande confusão, tanto para teóricos quanto para os que se aventuram a ler o material transcrito. E “de onde vem a confusão que reina atualmente em matéria de transcrição” (GRÉSILLON, op. cit., p. 167)? A própria autora se encarrega de responder: “em primeiro lugar de uma falta de explicitação. Não se diz nem *a que*, nem *a quem* ela deve servir” (grifos meus). Um trabalho que disponha de transcrições, portanto, deve, inicialmente, responder essas duas questões. Vamos a elas.

Do lado de “a que” se destinam as transcrições empregadas nesta tese, é preciso sublinhar que ambos os tipos (transcrição de textos escritos e orais) são produzidos com a única finalidade de permitirem reproduzir elementos que são cruciais para o entendimento da proposta deste trabalho, e sem os quais não se poderia fazer qualquer argumentação. A transcrição de áudio será problematizada no item que segue, mas torna-se imperativo precisar alguns aspectos sobre aquelas feitas sobre os elementos de modalidade escrita, o que está diretamente relacionado a “quem” serve as transcrições apresentadas adiante.

Como já pôde ser observado anteriormente, os dados da modalidade escrita são sempre apresentados mediante reprodução do texto original, por meio de digitalização, seguidos de uma transcrição. Isso porque há diferença entre as duas: “de um lado, [a digitalização] que *dá a ver*, e de outro, a transcrição, que *dá a ler*” (GRÉSILLON, op. cit., p. 170 – grifos no original). Sendo assim, a transcrição, para a modalidade escrita, funciona como uma “estratégia de facilitação”. Mas ela tem seus limites e particularidades: “levando em conta que a transcrição, ainda que diplomática<sup>84</sup>, é somente a reprodução quase idêntica do original (...) ela pode conter, assim como esse original, somente traços cristalizados; do escrito, portanto, não da escritura”, o que faz com que seja, “por natureza, inapta a retrair as operações de gênese” (ibid., p. 169). Ou seja, o único objetivo da transcrição é ser facilitadora de leitura, pois ela, sozinha, não pode, sem os olhos do analista, fazer compreender todo o processo que está em jogo na escrita, o que, no caso deste trabalho, será analisado por meio da balizagem teórica enunciativa.

---

<sup>84</sup> Transcrição diplomática é definida por Grésillon (op. cit.) como aquela que respeita a “disposição topográfica – página, linha, margem, reescrituras interlineares – do original” (p. 168-9).

Alia-se a isso o fato de a transcrição já ser um gesto teórico primeiro, que ganha dimensões ainda maiores quando a teoria mobilizada é a da Enunciação (cf. 3.2.2 infra). Como uso linguístico, a transcrição também não escapa de ser uma enunciação, e, portanto, plena de subjetividade de quem transcreve:

Toda a transcrição é, como diz Jean-Louis Lebrave (...), “mais rica e, ao mesmo tempo, mais pobre do que o original manuscrito do qual é retirada”. Mais rica, pois reflete um certo trabalho de análise: para reproduzir não basta copiar, é preciso antes de tudo compreender os sinais gráficos e traduzi-los em operações de escritura. Mais pobre, pois toda transcrição datilografada perde irremediavelmente o que a escrita manuscrita veicula como carga afetiva (precipitação, bloqueio, angústia, júbilo) e como indício sobre os movimentos escriturais (mudança de espessura do traço, alternância tinta/lápis, preto/colorido, mudança do ductus, etc.) (GRÉSILLON, op. cit., p. 170).

Vejamos, agora, como tal problemática aumenta exponencialmente quando o que está em jogo é a passagem do material fônico ao escrito.

### 3.2.2 Gravações em áudio como subsídio para o entendimento do processo tradutório

As considerações sobre a transcrição do material escrito já permitiram deixar claro que mesmo a mais fidedigna das transcrições não transcreve tudo. Há sempre uma perda. E há sempre um aspecto singular sobre a transcrição porque ela é feita por um sujeito que faz uso da própria linguagem para falar sobre a linguagem, deixando nela rastros. No entanto, a transcrição do segundo grupo de dados que compõem este trabalho é a mais problemática, pois, além de carregar consigo os aspectos antes mencionados, tem a especificidade da mudança do meio, do oral para o escrito e, sobretudo, o fato de ser, conforme Flores (2012a) um *operador de análise*. Começemos pelo primeiro ponto.

Como tratado no capítulo precedente, toda a enunciação é instanciada em um tempo e espaço. O que a singulariza e a torna irrepitível é precisamente o fato de se tratar de uma relação entre *eu-tu*, estabelecida no *aqui-agora*. Mas, como fica tal relação quando o que se tem é uma retomada dessa instância em um espaço, tempo e meio diferentes, entre um *eu-tu/ele* igualmente distintos? Surreaux (2006) pontua bem a questão ao conceber que se trata, “de coexistirem na transcrição duas cenas enunciativas: a primeira que é constituída por uma perda fundante, já que tudo não se transcreve; a segunda que é a do transcritor, já que a

transcrição é sempre um ato interpretativo” (p. 139). Ou seja, trata-se de uma dupla cena enunciativa, em que é o transcritor que recupera a cena enunciativa primeira, mas, ao fazê-lo, torna-a outra, a *sua* cena enunciativa, num outro tempo e espaço. Há, portanto, o locutor que se enuncia na fala, e o locutor que se enuncia na transcrição, por meio de um ato que é sempre interpretação da palavra do outro.

Esse ato interpretativo adquire contornos bastante visíveis quando a teoria mobilizada não apresenta metodologia determinada para abordagem dos fenômenos linguísticos e, conseqüentemente, passa ao largo das questões de transcrição. A Enunciação, diferentemente de outras correntes de estudos linguísticos, como a análise da conversa, por exemplo, não possui uma metodologia de transcrição ou mesmo convenções para tornar o oral passível de leitura. Cabe ao analista, portanto, estabelecer as convenções e os elementos a serem transcritos tendo em mente sua pesquisa.

Assim, para poder realizar uma análise enunciativa, o transcritor precisa abdicar da intenção (ilusória) de poder dizer tudo, de poder resgatar tudo da cena enunciativa original, o que é impossível porque a transcrição também carrega consigo “algo da irrepetibilidade constitutiva da enunciação” (FLORES, 2012a), que diz respeito “às condições de tempo, espaço e pessoa, uma vez que o locutor, no caso o transcritor, utiliza um sistema de notações com objetivos específicos em uma dada situação e a partir de uma percepção (singular) dos dados”.

De forma resumida,

cada transcrição carrega consigo, de um lado, uma análise da língua já que o sistema de notações está vinculado a objetivos específicos da análise, e, de outro lado, uma singularidade de registro da fala transcrita. Coexistem aqui a repetibilidade (o sistema de notações utilizado) e a irrepetibilidade, que diz respeito ao locutor e à situação espaço-temporal da transcrição. Assim, a instância de discurso da transcrição – cada vez única, que implica tempo e espaço – determina uma referência para a organização do sistema de notação utilizado.

Feitas essas considerações gerais acerca do *corpus* que serve a esta tese, passemos, finalmente, a aspectos pontuais de sua composição.

### 3.3 Coleta do *corpus*

Os textos e gravações que compõem o *corpus* de análise utilizado nesta tese são provenientes de coleta realizada durante o mês de junho de 2010 junto à disciplina de *Tradução do Francês IV*, de realização obrigatória segundo o currículo do curso de Bacharelado em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tal disciplina, caracterizada por abordar traduções de textos literários (em oposição a textos informativos, contemplados em outras disciplinas), é ministrada a alunos que já realizaram os outros três semestres de tradução e que, portanto, encontram-se cursando o sétimo ou oitavo semestre do curso. Na maioria dos casos, esses alunos estão cursando, concomitantemente, as disciplinas de *Versão do Francês IV* e de *Francês VIII*. Ou seja, todos os alunos desse nível já possuem, minimamente, 3 semestres de experiência em disciplinas de tradução, e 6 ou 7 semestres em disciplinas de língua francesa.

No caso dessa turma em particular, composta por 6 alunas, chama a atenção que 4 delas já detêm título de bacharel em outro curso superior, sendo egressas dos cursos de Jornalismo, Biologia, Direito e História. Todas elas aceitaram livremente participar da presente pesquisa, permitindo a gravação em áudio das aulas, além de sua reprodução total ou parcial neste trabalho, conforme consta no *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, reproduzido ao final deste volume (Apêndice 1). Foram realizadas, assim, gravações de 5 (cinco) aulas, das quais também participei presencialmente, com as seguintes características:

<b>Aula nº</b>	<b>Data</b>	<b>Presentes</b>	<b>Duração</b>
<b>01</b>	07/06/2010	6 alunas	01 :11 :20
<b>02</b>	09/06/2010	6 alunas	01 :23 :30
<b>03</b>	14/06/2010	5 alunas	01 :16 :59
<b>04</b>	16/06/2010	5 alunas	00 :44 :50
<b>05</b>	30/06/2010	6 alunas	01 :13 :57
<b>Total :</b>			<b>05 :50 :36</b>

Tabela 4: gravações em áudio que compõem o *corpus*

Do quadro acima, faz-se importante a ressalva de que a variação na duração das gravações deve-se ao fato de que discussões sobre temas que não versavam sobre as traduções realizadas pelas alunas (tais como ajustes no cronograma, entre outros) não foram computados.

As gravações utilizadas na composição do *corpus* são pautadas pela proposta da disciplina: a professora propõe um texto em francês a ser traduzido para o português pelas alunas, que deverão trazer suas propostas de tradução na aula subsequente àquela em que a proposta foi veiculada. Deriva dessa sistemática que a primeira aula normalmente é dedicada a discussões acerca de características gerais do texto, das dificuldades encontradas pelas alunas etc. Após essa aproximação inicial ao material a ser traduzido e a socialização das impressões gerais e preliminares, procede-se, então, para a leitura em voz alta, por parte de cada aluna, de sua proposta de tradução, enquanto a professora toma nota dos aspectos que mais chamam a sua atenção, bem como de alternativas diferentes optadas pelas aprendizes. É comum, durante esse momento, a tomada de notas também por parte das discentes, especialmente de soluções para determinados termos que julgam ter sido mais bem traduzidos por alguma(s) colega(s). Essa etapa é finalizada pelos comentários da professora a respeito das traduções, momento em que é fomentada a discussão acerca das divergências e convergências das escolhas das diferentes alunas. É o momento também em que elas são questionadas acerca de suas opções, devendo, inclusive, justificá-las quando necessário. Tal processo é repetido com cada parágrafo traduzido.

Interessa sublinhar que há uma verdadeira disposição por parte das alunas em discutir e compartilhar seu trabalho. Além disso, é possível observar que seus rascunhos resguardam parte dos problemas encontrados ao longo do processo tradutório, uma vez que apresentam, muitas vezes, mais de uma opção de tradução, evidenciando certa hesitação e dúvida por parte de quem traduz, como é possível observar nas passagens em negrito<sup>85</sup> no excerto abaixo, especialmente na primeira linha:

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e **solavancos/protuberâncias**, revestidas com **finas calçadas** parcialmente destruídas. Ela **penetrava** como um dedo **quebrado** entre **as** casas particulares de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. Ao fundo, ela **seguia seu caminho** contra duas grades invadidas por um **verde** mesquinho.

*Handwritten notes: "a rua", "realizado / quebrado", "resistência", "A rua terminava de repente", "a - buracos", "a - buracos".*

Figura 12: exemplo de rascunho com mais de uma opção de tradução (Trad1/A4)

<sup>85</sup> A marcação tipográfica foi realizada pela aluna.

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e solavancos/protuberâncias, <sup>margeada</sup> <sup>? saliência</sup> <sup>ladeada</sup> ~~revestidas~~ com ~~finas~~ <sup>estreitas,</sup> calçadas parcialmente destruídas. Ela <sup>se enfiava</sup> ~~penetrava~~ como um dedo <sup>rachado/gretado</sup> ~~quebrado~~ entre as casas <sup>particulares</sup> ~~particulares~~ <sup>residência</sup> de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. Ao fundo, ela <sup>em</sup> ~~seguia seu caminho~~ <sup>A rua terminava de repente</sup> ~~contra~~ duas grades invadidas por uma <sup>vegetação</sup> ~~verde~~ mesquinho. <sup>bruscamente</sup>

Figura 13: transcrição diplomática do exemplo da Figura 12

O ambiente de sala de aula se torna, dessa forma, um momento em que as alunas podem não só refletir sobre suas próprias escolhas, optando finalmente por uma delas, como também aproveitar soluções encontradas por colegas e/ou sugeridas pela professora. Um exemplo dessa prática de substituição de uma escolha após a leitura e/ou sugestão de um colega pode ser observada nas falas sublinhadas na transcrição<sup>86</sup> a seguir:

---



---

### Aula 1

**Interstício: 00:17:39 – 00:18:17:**

**Passagem original:** *Elle s'enfonçait comme un doigt crevassé entre des maisons particulières à un ou deux étages, serrées les unes contre les autres. Au fond, elle butait contre deux grilles envahies par une verdure mesquine.*

**Aluna A (lendo):** Ela estava enfiada entre casas particulares de um ou dois andares, apertadas umas contras, umas contra as outras. O final da- ((eu troquei)), o final da rua dava em duas grades tomadas por um ver-, uma parede verde mesquinha. ((Mas aí o verde não dá conta da vegetação, né))?

**Aluna B:** Não, que é *verdure*.

**Professora:** “O final da rua dava...?”

**Aluna A (lendo):** em duas grades tomadas por uma vegetação mesquinha. ((Já troquei)).

---



---

*Transcrição 1: exemplo de modificação no rascunho*

No que diz respeito às produções das alunas, durante o período de coleta do *corpus*, foram propostos dois textos para tradução:

<sup>86</sup> As convenções de transcrição são apresentadas no item 3.4 infra.

---

✓ Texto 1: CARDINALE, Marie. <b>Les mots pour le dire</b> . Librairie Générale Française (Le livre de poche). Paris, 1975 ;
✓ Texto 2 : ABÉCASSIS, Agnès. <b>Les tribulations d'une jeune divorcée</b> . Pocket. 2004.

---

Tabela 4: propostas de textos a serem traduzidos

Sendo a entrega dos rascunhos facultativa às alunas, o *corpus* foi formado por 7 textos, conforme o esquema a seguir (obviamente, somente os textos entregues foram utilizados):

	<b>Texto 1</b>	<b>Texto 2</b>
<b>Aluna 1</b>	entregue	não entregue
<b>Aluna 2</b>	não entregue	não entregue
<b>Aluna 3</b>	entregue	entregue
<b>Aluna 4</b>	entregue	não entregue
<b>Aluna 5</b>	entregue	entregue
<b>Aluna 6</b>	entregue	não entregue

Tabela 5: textos que compõem o *corpus*

### 3.4 Apresentação do *corpus*

Os textos recolhidos foram digitalizados de forma a manter sua formatação original e são exibidos, neste trabalho, sempre seguidos de sua transcrição diplomática (cf. nota 84 supra). A escolha por esse tipo de exibição tem por objetivo preservar rasuras, anotações e modificações realizadas pelas alunas em seus textos durante as aulas, elementos esses que, conforme Endruweit (2006), constituem uma forma de recuperação dos rastros da singularidade do sujeito em sua escrita, permitindo ao analista observar parte do processo pelo qual o dizer, ou melhor, a escrita, tomou corpo. Cabe salientar que somente os trechos que estão sendo objetos de análise (ou seja, os *recortes*) serão reproduzidos no corpo deste trabalho, podendo os textos completos ser consultados ao final deste volume, onde estão devidamente anexados.

De forma a identificar os textos sendo tratados, estabeleceu-se a seguinte notação: número do texto traduzido/aluno tradutor. Por exemplo, a sigla Trad2/A4 significa que estamos tratando da tradução do segundo texto (ou seja, do texto de Abécassis, cf. 3.3 supra), realizada pela Aluna 4. Uma vez que os nomes das alunas foram mantidos em sigilo, a



indicação de quem realiza a tradução tem meramente a finalidade de identificar um excerto como pertencente a uma mesma aluna ou a uma tradutora diferente.

No que concerne às gravações em áudio, e igualmente ao que acontece com os textos escritos, somente serão exibidos, neste trabalho, os segmentos de interesse para os fatos analisados. A apresentação dos segmentos se dará por transcrição ortográfica, seguindo as seguintes convenções:

---

**Aula #:** indica a aula da qual o segmento foi extraído, de acordo com a Tabela 4.

**Interstício: 00:00:00 – 01:01:01 :** indica o intervalo de tempo na gravação em que se desenrola o segmento sendo transcrito.

**Passagem original:** indica o segmento de texto original a que se refere a tradução sendo lida. Este item só aparece nas transcrições em que a leitura de uma tradução está sendo realizada.

**Aluna X:** indica à qual das alunas a fala transcrita se refere.

**Aluna Y (lendo):** a rubrica entre parênteses indica que o segmento transcrito está sendo lido, e não falado.

**Aluna Z (lendo): bla bla bla ((bla bla bla)):** a rubrica entre parênteses duplos significa uma interrupção no fluxo de leitura, caracterizada por um comentário oral da aluna em relação ao que lê.

**Palav-:** interrupção de uma palavra.

**Palavra:** indica palavra enfatizada com maior intensidade.

**(???):** segmento ininteligível.

**(...):** segmento de áudio suprimido da transcrição por não ser relevante à análise.

**Xxxxx:** indicação do nome de uma das alunas, suprimido propositadamente.

**[comentário]:** a rubrica entre colchetes indica comentário feito pela transcritora.

---

Tabela 6: convenções de transcrição das gravações que compõem o *corpus*

### 3.5 Seleção dos *fatos enunciativos* analisados

Falar sobre a seleção dos fatos de língua analisados neste trabalho se equaciona a falar sobre aquilo que se toma como unidade de análise. E, como já fora aludido anteriormente, a

unidade de análise não é apresentada aprioristicamente ao pesquisador quando a área em que o estudo se desenvolve é a Linguística. Dessa forma, torna-se incontornável dedicar algumas notas sobre o assunto.

Por serem as teorias enunciativas construtos teóricos que têm como um de seus princípios unificadores a contemplação da língua do ponto de vista semântico (cf. FLORES & TEIXEIRA, op. cit.), deriva dessa ótica que o objeto de estudo enunciativo não pode ser outro senão a língua em uso, ou seja, a língua em seu universo *semântico*<sup>87</sup> (em oposição ao seu universo *semiótico*). Tal direcionamento impõe, imediatamente, que a unidade de análise deixe de ser o *signo* linguístico e passe a ser a *frase*, pois, como raciocina Benveniste, “a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação” (*Os níveis* [1962], *PLG I*, p. 139/129), o que leva à conclusão de que “se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso”. Logo, a consideração da língua no seu plano discursivo (ou semântico), dá-nos sua unidade: “é por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso”.

Benveniste ainda adverte para um fato lógico: não é de surpreender que a *frase* seja tomada, em uma análise enunciativa, como unidade, uma vez que ela mesma é a unidade sensível para o locutor, “afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 228/223-224). E o que a torna a unidade para o locutor? Benveniste mesmo trata de esclarecer: a *frase* é

uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido”, mas permanecendo desconhecida a “referência”.

Vemos nessa dupla propriedade da frase [de comportar sentido e referência] a condição que a torna analisável para o próprio locutor, a começar pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações (*Os níveis* [1962], *PLG I*, p. 139-140/130).

---

<sup>87</sup> Também referido por Benveniste como a língua em *discurso*. *Semântico* e *discursivo* se equivalem para o autor.

Ora, ao nos colocarmos no papel de analistas da linguagem, não deixamos, em nenhum momento, de sermos, concomitantemente, seres tomados de linguagem, falantes de uma ou mais línguas. Destarte, se a *frase* se impõe como unidade para o próprio locutor, isto é, para o próprio falante, nada mais justo que se imponha como unidade igualmente ao analista. Uma advertência, porém, se faz necessária: ao se referir à *frase*, Benveniste não se refere, necessariamente, à frase gramatical, entendida como uma oração que “não apresenta relação predicativa” (BECHARA, 2004. p. 407), nem mesmo ao *enunciado*, se for entendido como

uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade [a manifestação de linguagem] e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamada de curva de entoação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da maiúscula inicial” (ibid., p. 406).

Ao contrário da concepção da gramática tradicional, que esteia sua definição de *enunciado* em termos fonológicos (contorno melódico, curva de entoação) e ortográficos (sinais de pontuação, emprego de maiúscula), a *frase*, para Benveniste, é aquilo que é enformado de *sentido* e de *referência*. Além disso, “o sentido da frase é de fato a *ideia* que ela exprime” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 230/225 – grifo do autor). Dessa forma, a limitação da unidade de análise, da *frase*, não se vê submetida às mesmas definições da gramática tradicional. Sua extensão é, por consequência, apenas definível segundo o *recorte* do analista, podendo ser igual à extensão de uma palavra, de um período, de um parágrafo, ou mesmo de um texto ou uma sequência dialogal. Isso também está diretamente ligado ao que o tradutor toma como unidade *de tradução*, igualmente de extensão variável. O termo é definido por Alves<sup>88</sup> (2009, p. 38) como

um segmento do texto de partida, *independente de tamanho e forma específicos*, para o qual, em um dado momento, se dirige o foco de atenção do tradutor. *Trata-se de um segmento em constante transformação que se modifica segundo as necessidades cognitivas e processuais do tradutor*. A UNIDADE DE TRADUÇÃO pode ser considerada como a base cognitiva e o ponto de partida para todo o trabalho processual do tradutor. Suas características individuais de delimitação e sua *extrema mutabilidade* contribuem fundamentalmente para que os textos de chegada tenham formas individualizadas e diferenciadas. O foco de atenção e consciência é o fator direcionador e delimitador da UNIDADE DE TRADUÇÃO e é através dele que ela se torna momentaneamente perceptível (grifos meus).

---

<sup>88</sup> Ainda que os trabalhos de Fábio Alves sejam de orientação cognitivista e, portanto, diferentes da linha teórica deste trabalho, não creio que sua definição de *unidade de tradução* vá de encontro ao raciocínio desenvolvido aqui.

Por meio da definição do autor, vimos que a problemática na delimitação da unidade de análise está diretamente atrelada à própria maleabilidade que caracteriza a *unidade de tradução*. No caso particular deste estudo, as unidades de análise, nos rascunhos, são os elementos inseridos, substituídos ou eliminados, ao passo que, nas gravações em áudio, a extensão da unidade é impossível de ser prevista, estando sempre submetida às unidades analisadas no texto escrito, dado que o interesse recai justamente sobre o que se fala sobre elas.

Para fins de resumo, temos, então, que o analista parte de um *corpus*, coletado segundo a balizagem teórica de sua pesquisa e sobre o qual faz *recortes*. Ao fazer os devidos recortes, estabelece “o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, op. cit., p. 15), estabelecendo as *unidades de análise*, ou seja, as *frases* e, por fim, os *fatos de língua* que serão abordados no estudo. Para os fins deste estudo, os recortes são pautados pela temática do erro. Dessa forma, tanto os excertos de texto quanto os de áudio transcritos para análise levam em conta o fato de ser uma instância em que alunas e/ou professora tratam determinada série linguística explicitamente como um erro. É a partir desse espaço e tempo em que o erro é o foco da atenção que o recorte é definido em sua extensão.

### 3.6 Procedimentos de análise

Ainda em seu texto *Os níveis de análise linguística*, o mesmo em que Benveniste define que a *frase* é a unidade do discurso, o linguista atenta para um fato que já observamos desde a leitura do *Curso de Linguística Geral*: “a realidade do objeto não é separável do método próprio para defini-lo” (*Os níveis* [1966], *PLG I*, p. 127/119). Ou seja, se o ponto de vista cria o objeto, esse mesmo ponto de vista é também criador, por derivação, do método para a abordagem desse objeto. Isso parece estar muito claro ao longo da obra de Benveniste: vimos que, em diferentes textos, diferentes objetos estão sob análise e, da mesma forma, diferentes métodos se apresentam. Com isso, convencionou-se dizer que não há uma metodologia de análise pronta a ser aplicada no trabalho de Benveniste. E, efetivamente, não há. O que há são *metodologias*, no plural, condizentes com cada um dos objetos abordados pelo autor. Prova disso é que encontramos, no texto referido *supra*, uma metodologia

detalhada de abordagem da língua em diferentes níveis que difere da metodologia estipulada pelo autor em *O Aparelho formal da enunciação*.

Os estudos de Benveniste evidenciam que, cada vez que um estudo enunciativo está em vias de realização, ele traz consigo também a necessidade de explicitação do objeto e do método pelo qual será abordado. E, uma vez que se trata de um objeto não estudado pelo teórico francês (a tradução), cabe a este trabalho, portanto, ao longo de sua realização, elaborar uma metodologia de análise que seja condizente ao objeto abordado.

É no próprio *O Aparelho formal da enunciação* que Benveniste nos adverte para a possibilidade de considerar que “este grande processo [a enunciação] pode ser estudado sob diversos aspectos” (ibid., p. 82/80). No estudo que ora apresento, a enunciação será considerada sob três aspectos: como *ato*, como *discurso* e no quadro *formal* de sua realização.

Com relação ao primeiro aspecto, que considera a premissa de que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, ela deve ser considerada na “relação do locutor com a língua” e “nos caracteres linguísticos que marcam essa relação”. Nesse caso, o que está sob observação são as relações constitutivas do ato mesmo de produzir um enunciado, a saber, as relações *eu-tu/ele* em um tempo e espaço determinados. Dada a heterogeneidade do *corpus*, tais relações precisam ser investigadas. No *corpus* em sua modalidade escrita, temos um “eu”, a tradutora, que escreve a um “tu”, o leitor virtual, sobre um “ele”, o texto original. No entanto, tal relação é complexificada à medida que há marcações nas produções das alunas que parecem tomar as próprias discentes como alocutárias. É o caso, por exemplo, das múltiplas opções a um determinado segmento do original, em uma espécie de lembrete para que a própria tradutora retome aquilo que permaneceu inconcluso. Tais relações serão mais bem exploradas no capítulo de análise.

Quanto ao *corpus* em sua segunda modalidade, de transcrição de áudio, temos uma rede extremamente complexa: um “eu”, a tradutora, falando para um “tu”, as colegas e a professora, sobre um “ele”, que não é mais apenas o texto original, mas a *relação* mesma de sua produção tradutória com esse original. Acresce-se a isso o fato de que a transcrição tenta recuperar essa cena enunciativa, mas, ao recuperá-la, apresenta uma nova, em que o “eu”

passa a ser o transcritor, o “tu” o leitor, e o “ele”, a fala das alunas. Toda essa intrincada relação precisa ser levada em conta na análise.

Quanto ao segundo aspecto de abordagem da tradução, que diz respeito aos mecanismos de produção desse ato, temos “um outro aspecto maior do mesmo problema” (ibid., p. 83/81), que é “a conversão individual da língua em discurso”, em que “a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’”. Nesse caso, “é a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância”. Tem-se, com isso, que a consideração da enunciação como discurso convoca dois tipos de análise: a do semiótico (teoria do signo de que fala Benveniste), e a do semântico (análise da significância). Ambas, em conjunto, formam, portanto, uma análise semiológica, nos termos delimitados no capítulo anterior.

Nessa análise, trata-se de estudar “os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram”. Ou seja, o que está em jogo, neste aspecto, é a análise das formas e dos mecanismos de produção de referência e de correferência, que devem ser levadas em consideração com relação ao original e na forma como as tradutoras tentam mantê-las no texto traduzido.

Para a contemplação desse segundo aspecto, pode ser útil recorrer a um terceiro, que é a consideração da enunciação “no quadro formal de sua realização”, o que é feito mediante a metodologia explicitada pelo próprio Benveniste: “consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”. Esse aspecto, portanto, parece englobar os dois anteriores, na medida em que é a consideração da enunciação como ato (primeiro aspecto) e como discurso (segundo aspecto). A consideração do ato, bem como as condições em que se realiza, seguem os moldes do proposto para o primeiro aspecto. Quanto aos instrumentos de sua realização, trata-se da observação dos índices específicos (amplamente explorados por Benveniste) e dos procedimentos acessórios, que são impossíveis de serem previstos. É nesse último grupo que se encontram as grandes particularidades de cada tradutora e que poderá lançar luz sobre como o tradutor lê a escrita e escreve a leitura e, nesse processo, comete erros.

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISES: A ESPECIFICIDADE DO ERRO DE TRADUÇÃO EM CONTEXTO DE ENSINO

*O ensino da tradução só pode partir de exemplos concretos e deve ter em vista, sobretudo, flexibilizar a mente do tradutor e mantê-la em estado de alerta para que saiba lembrar precedentes ou, se for o caso, inventar novas soluções.*

Paulo Rónai

A reflexão de Paulo Rónai não poderia ser melhor epígrafe para os propósitos deste capítulo. O ensino da tradução, ao convocar exemplos concretos, impõe igualmente a um estudo de tradução que tais exemplos práticos sejam também oferecidos ao leitor. Tal como ratificam Meschonnic (1973) e Berman (1984), o pensar sobre tradução não existe desvinculado da prática de tradução, e é com vistas a unir teoria e prática que este capítulo se constrói.

No percurso que ora se inicia, são apresentados dois recortes diferentes, oriundos do *corpus* que compõe esta tese, de acordo com o explicitado no capítulo anterior. Cada recorte tem por objetivo servir de subsídio para que pensemos aspectos relacionados aos erros de tradução, que foram, até o momento, apenas teorizados de forma abstrata. A divisão em dois momentos se dá, também, com vistas a abordar os dois aspectos centrais de toda a tradução – leitura e escrita – por meio da análise de propostas concretas de tradução. É preciso ter em mente, contudo, que essa divisão é apenas didática, uma vez que ambos os movimentos não podem ser desvinculados. Como é discutido no próximo capítulo, toda escrita é precedida de leitura, e tratar de um sem tratar de outro seria incorrer em um erro grosseiro.

O primeiro fato analisado, que pode mesmo ser considerado um “erro coletivo” (cf. infra), é apresentado com o intuito de observar as marcas de subjetividade que cada erro resguarda, sobretudo no momento da leitura, ainda que, evidentemente, a leitura se torne acessível para o analista por meio da forma como o tradutor traduz o texto lido, deixando, em sua tradução, marcas. Tais marcas não se reduzem, como será evidenciado, apenas aos elementos formais de atualização do texto original em tradução, mas, sobretudo, no *valor* que cada aluna atribui ao seu erro ao falar sobre ele. A reprodução de transcrições de áudio em

que a instância de erro é debatida pela professora e pelas alunas mostra, de forma concreta, o papel singular que o erro desempenha em contexto de ensino, à medida que é a enunciação sobre o erro que dá sentido ao enunciado, ou seja, ao erro como materialidade textual. Dessa forma, o produto (o erro no texto traduzido) ganha outra dimensão quando o processo, isto é, a fala das discentes, é também levado em consideração pelo professor. A análise também se encarrega de demonstrar que, uma vez que a discussão sobre um mesmo erro de tradução leva aos mais diversos caminhos, o que se fala sobre o erro é tão ou mais importante para o professor do que a própria instância material da falha, constituindo, talvez, esse falar-sobre-tradução, o verdadeiro objeto de ensino do professor.

A segunda análise permite a reflexão acerca de um fenômeno não abordado por Benveniste, mas lançado pelo mestre como proposta futura: as particularidades da enunciação escrita. No recorte em questão, é enfatizada a análise que as próprias discentes realizam da enunciação escrita, refletindo sobre sua implicação para suas produções tradutórias. O recorte em questão, por tornar tão evidente a discussão das alunas sobre a complexidade de uma cena enunciativa materializada na forma escrita, adquire também o propósito de estabelecer considerações acerca dos movimentos de leitura e de escrita realizados pelas tradutoras. Com isso, torna-se possível ensaiar respostas para duas interrogações: qual a particularidade da leitura e da escrita empreendidas no processo tradutório? E qual a implicação que essas duas instâncias têm sobre os erros de tradução?

Apresentados e analisados os dois recortes, o capítulo seguinte se encarrega de articular o que é a seguir exibido de forma prática às elucubrações desenvolvidas nos capítulos anteriores, com vistas a explicitar os desdobramentos que as considerações expostas a seguir têm para o campo da Enunciação e da Tradutologia.

#### **4.1 A leitura de uma escrita: a singularidade no “erro coletivo”**

O primeiro exemplo que nos serve de subsídio para compreender a especificidade da análise empreendida por tradutores advém da tradução do segundo texto proposto às alunas (cf. tabela 5, p. 135). Trata-se da discussão acerca da seguinte passagem a ser traduzida:



*C'est dans ces moments que l'on réalisait pleinement à quel point un homme pouvait se révéler utile, parfois. On se mettait alors à penser avec nostalgie au doux temps, pas si lointains, où l'on possédait la meilleure arme anticafards possible à la maison. Celle avec des grandes pattes poilues, une tignasse ébouriffée et une fonction « râlage continu ». Cet outil invincible que l'on pouvait tirer du lit au son de nos piailllements suraigus, le traînant par la main avant de se cacher derrière ses fesses en lui désignant d'un doigt terrifié l'endroit où l'on avait repéré l'abject animal. Attendant de lui qu'il assassine d'un coup de talon héroïque ou d'un Kleenex vengeur, qu'il noierait ensuite dans la cuvette des toilettes, scellant ainsi sa victoire d'un glorieux tirage de chasse. Mais là, manque de pot, j'avais beau regarder autour de moi, je n'avais aucun homme sous la main.*

Dado que apenas duas alunas entregaram seu rascunho escrito desse texto para ser utilizado nesta pesquisa, faço uso também da leitura que as demais alunas realizaram, em aula, de suas propostas de tradução, mediante transcrição da gravação em áudio. Observemos como cada uma das alunas traduziu a passagem em questão.

Tradução proposta pela Aluna 1<sup>89</sup>:

**Aula 5**  
**Interstício:** 00:15:55-00:16:37  
**Aluna 1:** (lendo) Esse utensílio invencível, que se podia tirar da cama ao som de nossos berros agudos, puxando-o pela mão antes de se esconder atrás de suas nádegas, mostrando a ele com o dedo aterrorizado o lugar em que se havia localizado o objeto animal. Esperando que ele o assassinasse de um heróico golpe de calcanhar ou de um lenço de papel vingador, que ele afogaria em seguida no vaso sanitário, selando assim sua vitória com um glorioso troféu de caça. Mas ali, nenhuma chance. Eu tinha olhado bem ao redor. Eu não tinha nenhum homem à mão.

Transcrição 2: proposta de tradução da Aluna 1 (Trad2/A1)

Tradução proposta pela Aluna 3<sup>90</sup>:

*É em n*  
~~Esses~~ desses momentos em que nos damos conta a que ponto um homem podia ser útil, às vezes.  
~~Com~~ começávamos a pensar com nostalgia *nostalgicamente* nos tempos doces, não muito distantes, nos quais  
*A gente começava*  
~~tinha~~ a melhor arma anti-baratas possível em casa. Aquela (arma) com grandes patas peludas, uma  
*melhor* madeixa desgrenhada e uma função "reclamação constante". Esse utensílio imbatível que ~~podíamos~~ *se podia* tirar  
da cama com gritinhos *esganados* *leucando* super agudos, conduzindo-o pela mão antes de se esconder atrás ~~de suas costas,~~  
*de trás* apontando-lhe com o dedo aterrorizado o lugar onde ~~havíamos~~ *se havia* encontrado o nojento animal. Esperando  
que ele o assassinasse com uma chinelada heróica ou com um lençinho de papel vingador, que ele  
afogaria em seguida no vaso sanitário, *selando* encerrando assim a vitória *de uma* gloriosa *descarga* ~~dia de caça.~~ Mas aí, falta  
*mesmo que se chame* de sorte, *em bem que tinha olhado* eu tinha olhado ao meu redor, eu não tinha nenhum homem *à disposição* na manga.  
*(azou)*

Figura 14: proposta de tradução da Aluna 3 (Trad2/A3)

<sup>89</sup> Como se pode observar, a tradução da Aluna 1 não começa na primeira frase do segmento a ser traduzido. Isso se deveu ao fato de que ela havia realizado a tradução da parte inicial do trecho em outra folha que não estava em sua posse no dia em que houve a discussão.

<sup>90</sup> As alunas 2 e 4 não estavam presentes no dia em que a discussão acerca da passagem em questão foi realizada, motivo pelo qual suas traduções para esse texto não compõem o *corpus*.



*se dar conta realmente*

Nesses momentos é que se percebia plenamente a que ponto um homem poderia se revelar útil, às vezes.

A gente se punha, então, a pensar com nostalgia nos bons tempos, não tão distante<sup>s</sup>, quando se possuía

a melhor arma antibarata possível na casa. Aquela com grandes patar peludas, uma vassoura eriçada *melena desgrenhada*

*resmungação reclamação/ranzinagem*  
e uma função “~~ralagem~~ contínua”. Essa ferramenta invencível que podia ser tirada da cama ao som de

*esganiçada* piados estridentes, arrastando-o pela mão antes de se esconder atrás *dele* de suas fezes *apontando com* criando-lhe disse um

*aterrorizado* dedo *terrificado* no lugar onde tinha descoberto o animal abjeto. Esperando *dele* que ele o assassin<sup>sse</sup> com

*chinelada* uma sapatada heróica ou com um lenço/~~Kleenex~~ *lenço de papel* vingador, que ele escurecia em seguida no armário no *armário* dos

*banheiros*, selando dessa forma sua vitória *com* por um glorioso *descarga* prêmio de caça. Mas *alí*, faltava opção, *eu tinha* eu tinha

*olhasse* ~~olhado bem~~ em torno de mim, não tinha nenhum homem *na manga* na mão/no pedaço/ por perto.

*a mão*

Figura 17: transcrição diplomática da proposta de tradução da Aluna 5 (Trad2/A5)

#### Tradução proposta pela Aluna 6:

##### Aula 5

**Interstício:** 00:10:13-00:12:04

**Aluna 6:** (lendo) É nesses momentos que a gente se dá conta totalmente de quanto um homem poderia se revelar útil, às vezes. A gente se punha a pensar com nostalgia no doce tempo, não muito distante, em que se possuía a melhor arma antibaratas possível dentro de casa. Aquela com grandes patas peludas. Uma melena desgrenhada (...) e uma função “(???) contínua” (...). Esse instrumento invencível que a gente podia tirar da cama ao som dos nossos berros agudíssimos, arrastando-o pela mão, antes de se esconder atrás de sua bunda, (...) mostrando-lhe com o dedo aterrorizado o local onde se havia encontrado o abjeto animal. Esperando que ele o assassine com um golpe heróico ((eu não sabia o que que era isso direito, como é que eu fazia, eu botei com um golpe heroico de calcanhar. Ficou ridículo)), ou com um Kleenex vingador, que ele afogaria em seguida no vaso da toailete, selando assim sua vitória com uma gloriosa prova de caça. Mas, ora, falta de sorte, mesmo que eu olhasse à minha volta, não havia nenhum homem à disposição.

Transcrição 3: proposta de tradução da Aluna 6 (Trad2/A6)

Primeiramente, é necessário salientar que a escolha pela análise dos fatos de linguagem ora apresentados se deu, conforme princípio estabelecido no capítulo 3, com base em segmentos que apresentassem erros que fossem, como tais, reconhecidos explicitamente pela professora e/ou pelas alunas. Tendo em vista a definição de erro proposta para o escopo deste trabalho, apresentada ao final do capítulo 1<sup>91</sup>, é possível evidenciar, pelos dois rascunhos reproduzidos acima, que há muitas instâncias que poderiam servir ao propósito de análise deste estudo. No entanto, dadas restrições de espaço, ocupar-me-ei, na análise a

<sup>91</sup> “É entendido como erro todas as escolhas feitas e materializadas pelo tradutor que não puderem ser justificadas com base no texto original ou na finalidade da tradução (público-alvo, meio de divulgação etc.)”.

seguir, de apenas um dos elementos que poderiam ser eleitos para apreciação. E essa decisão não é fortuita: trata-se, na verdade, do primeiro elemento a ser proposto para debate pela professora: a tradução de *tirage de chasse*. Contrariamente ao que normalmente acontece nas aulas que formam o *corpus* desta tese, a professora opta por não tecer comentários seguindo a ordem em que os elementos se figuram no texto original. Aparecendo a expressão *tirage de chasse* somente ao final do parágrafo em análise, é de se conjecturar que a decisão da professora em abordar esse fato antes de qualquer outro realça um aspecto muito particular desse erro de tradução. É possível mesmo elaborar a hipótese de que tal manobra se dá devido a uma particularidade não encontrada em nenhum outro momento nos dados analisados: trata-se de um “erro coletivo”. E é por aí que gostaria de iniciar esta análise.

O cotejo das quatro propostas de tradução entre si revela, facilmente, que as traduções para a locução *tirage de chasse* não se repetem uma só vez nas propostas das alunas. Temos, na tradução da Aluna 1, a opção por “troféu de caça”; para a Aluna 3, “dia de caça”; para a 5, “prêmio de caça”; e, para a 6, “prova de caça”. Ainda que o segundo elemento (“caça”) permaneça inalterado em todas as propostas, chama a atenção o fato de que cada aluna propõe uma alternativa diferente para a unidade a ser traduzida (*troféu, dia, prêmio e prova*). Mesmo aqueles que não conhecem a língua francesa poderiam se espantar com tamanha disparidade nas traduções, ponto a ser discutido em seguida.

Ademais, também não é necessário grande conhecimento da língua para observar que, mesmo se tratando de uma instância de “erro coletivo”, há algo de singular, algo de específico nessa generalidade. Esse exemplo parece condensar três grandes considerações desenvolvidas apenas em caráter teórico nos capítulos precedentes.

A primeira delas diz respeito ao *caráter subjetivo da tradução*. Ao mesmo tempo em que observamos diferenças nas propostas das discentes, notamos também que até mesmo um erro realizado por *todas* as alunas presentes em aula é marcado pela subjetividade. A escolha do equivalente em língua portuguesa para o primeiro elemento da unidade (*tirage*) foi diferente para cada uma das traduções e isso, certamente, não é fortuito, mas corrobora a hipótese outrora apresentada de que, por mais que haja generalidades na língua, há a existência do geral e do repetível (o semiótico) e também do específico e irrepitível (o semântico). Um mesmo elemento geral foi atualizado em diferentes traduções que revelam a especificidade da linguagem do tradutor. Mais do que isso, elas revelam uma segunda

consideração, antecipada nos capítulos precedentes: o fato de que o erro condensa todo o processo tradutório de leitura de uma escrita e escrita de uma leitura.

A possibilidade de atualização de uma mesma unidade em traduções diferentes remete-nos à consideração de que tais disparidades são fruto da forma como cada leitora/tradutora leu e escreveu/traduziu o texto original. Essa singularidade na leitura deve ficar mais evidente ao observarmos o debate entre professora e alunas, apresentado mais abaixo. Por ora, resta especificar ainda que essas duas considerações (o caráter subjetivo da tradução e a condensação que deixa entrever todo o processo tradutório no erro) remontam a uma terceira característica, que poderia mesmo ser vista como a soma das duas anteriores: o erro é indicial de como o tradutor atua como sujeito leitor e como sujeito escritor no processo tradutório. As diferentes atualizações da tradução de um mesmo original, como ficam tão evidentes no recorte em análise, não são fortuitas, e encerram uma forma de ler e de escrever o original que são particulares de cada tradutora e dizem respeito ao percurso que cada uma, a seu modo, fez para chegar à sua proposta de tradução. Elas são o testemunho de como o locutor se coloca como sujeito de sua tradução.

Tendo esses princípios gerais sido retomados, observemos com algum detalhe esse aspecto indicial do erro de tradução, convocando como subsídio para seu melhor entendimento a transcrição do debate realizado em aula acerca da tradução para a unidade *tirage de chasse*.

#### Aula 5

**Interstício:** 00:16:36-00:25:05

- 01 **Professora:** Gurias, tem que ver uma coisa. Vocês todas caíram na mesma armadilha. [todas riem e falam ao mesmo tempo] Olhem aquela palavra lá: *victoire d'un glorieux tirage de chasse*.
- 02 **Aluna 1:** Ah, não, isso aqui a gente tinha dado (???)  
[Todas falam ao mesmo tempo]
- 03 **Aluna 1:** eu procurei em *tirage*
- 04 **Professora:** E procuraram *chasse*? Não acharam outra coisa pra *chasse* que não fosse “caça”?
- 05 **Aluna 5:** Não.
- 06 **Aluna 1:** no ATILF tinha umas 15 *chasse*...
- 07 **Aluna 6:** É.
- 08 **Professora:** E não tinha nenhuma que dizia o verbo *tirer la chasse*?
- 09 **Aluna 6:** procurei no (???) procurei no Robert, no ATILF-
- 10 **Professora:** não olhei no dicionário.
- 11 **Aluna 1:** no *Robert*, eu não-
- 12 **Professora:** não achou?
- 13 **Aluna 1:** não achei.
- 14 **Aluna 6:** procurei no ATILF-
- 15 **Aluna 1:** tinha muitas, muitas lá-
- 16 **Aluna 6:** eu procurei e não encontrei. Eu não encontrei.
- 17 **Professora:** eu vou no banheiro.

- 18 **Aluna 6:** uhum.
- 19 **Professora:** eu termino de fazer xixi, que que eu faço? Eu *tire la chasse*. [faz gesto com a mão]
- 20 **Aluna 6:** Ah, eu não acredito.
- 21 **Aluna 3:** Bah, que ridículo. [risos de todas]
- 22 **Aluna 6:** eu não acredito! eu procurei-  
[todas falam ao mesmo tempo]
- 23 **Professora:** não tem nada a ver com prêmio, nem com caça-  
[todas falam ao mesmo tempo]
- 24 **Professora:** olha só que interessante o que vocês tão dizendo, quando a gente lê e passa por cima de certos detalhes do texto, a gente se induz a se comprometer com o que a gente decidiu.
- 25 **Aluna 5:** (???) a gente sempre tem as janelas, então a gente tenta colocar aquilo que tá aqui [aponta pro texto original] dentro daquilo (???)  
[todas falam ao mesmo tempo]
- 26 **Aluna 6:** (???) e sobre o que eu escrevi, eu achei mas que tipo de, que que é, que que é “gloriosa fama de caça”?  
[todas falam ao mesmo tempo]
- 27 **Professora:** (???) que é um *tirage de chasse*, é uma puxada de descarga que ele tá dizendo.
- 28 **Aluna 6:** sim.
- 29 **Professora:** uma gloriosa puxada de descarga. Não, mas a ideia de *tirer la chasse*, é uma tirada de-
- 30 **Aluna 3:** claro.
- 31 **Professora:** uma puxada de descarga. Então...
- 32 **Aluna 3:** eu já pensei (???), entendeu?
- 33 **Professora:** uhum, mas é isso que eu tô dizendo, a gente tem um caminho, mas a gente tem que confirmar esse caminho, esse é o perigo.
- 34 **Aluna 3:** eu vou tentar confirmar até... ô!
- 35 **Aluna 1:** é, mas eu achei um negócio, corrida de cavalo, que é *tirage de chasse*.
- 36 **Aluna 6:** sim, tem sorteio também, tem um monte de coisa em *tirage*.  
[alunas falam ao mesmo tempo]
- 37 **Professora:** eu não olhei no *Robert* pra ver o que que tinha. Mas, uma possibilidade: vocês não acham ela como colocação, por exemplo, vocês procuraram por colocação, procuraram por *chasse*, procuraram em *tirage*-
- 38 **Aluna 1:** no *Google* não achei
- 39 **Professora:** no *Google* vocês não acharam etc., transforma o substantivo em verbo.
- 40 **Aluna 1:** Humm.
- 41 **Professora:** Põe o filtro, põe o *chasse* e depois como filtro o *tirer*, por exemplo.
- 42 **Aluna 3:** Hummmmm.
- 43 **Professora:** pra ver o que que dá. Porque de repente vocês conseguem pelo verbo. Aí vai aparecer outra coisa, que eles tão no banheiro. Porque tem que fazer sentido, tem que fazer sentido com banheiro aqui, né?
- 44 **Aluna 1:** Sim.
- 45 **Professora:** de repente, depois, a gente vai ali [indicando sala ao lado, onde se encontram dicionários] que não tem ninguém hoje. A gente pode...  
(???)
- 46 **Professora:** (???) tudo bem, eu concordo, na verdade é uma caçada.
- 47 **Aluna 3:** Por isso que eu não quero, não quero livro bilíngue. Porque se tu faz uma c@#%a assim, que dizer, não é uma c@#%a assim de total ignorância, foi uma “tansice”, eu acho, mais do que ignorância, fica muito evidente.
- 48 **Professora:** Ah, sim.
- 49 **Aluna 3:** Eu não gostaria de ficar tão evidente assim. Pra mim é andar pelado no verão, no inverno.  
[alunas falam ao mesmo tempo]
- 50 **Aluna 1:** mas é que é gritante a partir do momento que tu sabe, né?  
[Alunas dão exemplos que presenciaram de erros em interpretações e a professora compartilha uma experiência particular].
- 51 **Professora:** o que eu quero te dizer com isso [referindo-se à Aluna 3] é que sempre vai ter alguém que vai te desautorizar, tu traduzindo direito ou tu não traduzindo direito, tu tem que te preparar pra isso. É diferente.
- 52 **Aluna 3:** É.
- 53 **Professora:** porque sempre tem. E às vezes, a gente tem momentos que a gente não errou. E aí?

Conforme antecipado, a transcrição acima evidencia a consideração das diversas traduções para *tirage de chasse* como equivocadas, o que pode ser observado logo no primeiro turno da professora (1), e na assunção do erro, por parte das alunas, como deixa entrever o turno (47). Assumindo, assim, que se trata de um erro de tradução, atentemos para alguns detalhes que a análise dessa cena enunciativa permite observar.

Ainda que a professora deixe claro em (1) que todas as alunas “caíram na mesma armadilha”, ela não apresenta maiores considerações, apenas indica a que ponto no texto original se refere. Tal estratégia parece ser uma forma de convidar as alunas a pensarem sobre o segmento sem direcionar os rumos da discussão. É nesse momento que a professora abre mão de seu lugar de “eu” e passa a permitir que as próprias alunas ocupem esse lugar de enunciação, o que será fundamental para as diferentes direções que o debate irá tomar.

Esse lugar de enunciação é imediatamente aceito pelas discentes, que iniciam, então, o compartilhamento de seu raciocínio e de suas estratégias de tradução para a unidade em questão. Nota-se que há certa “afobação”, por parte das alunas, momento em que falam ao mesmo tempo, sem que houvesse pergunta a ser respondida, pois, como observado em (1), a professora apenas indica o segmento que gostaria de discutir, sem propor nenhuma questão específica. A tomada do lugar de enunciação pelas discentes instaura um momento interessante. Conforme o que foi apresentado no capítulo 2, foi esclarecido que toda a situação enunciativa pressupõe um “eu”, pessoa que fala, um “tu”, pessoa a quem se fala, e um “ele”, não-pessoa, sobre o que se fala em um *aqui-agora*. Toda essa esquemática age em prol do estabelecimento de *referência*, por parte do locutor, entendida como “a significação particular e irrepetível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor” (FLORES et al., p. 197), e de *correferência*, por parte do alocutário, ou seja, a “possibilidade linguística própria do colocutor de partilhar da referência do discurso do locutor” (p.70). O que é interessante de ser observado é que, inicialmente, a chamada de atenção, feita pela professora, para o segmento de texto a ser debatido encaminha-nos a imaginar que as alunas passariam a correferir em relação à materialidade textual, em relação ao erro em si. No entanto, o que acontece é que, ao assumir o lugar de “eu”, a Aluna 1 passa a instaurar uma nova referência, compartilhada pelas colegas e pela professora, nos turnos (4) a (16), que não se relaciona mais com o enunciado (a tradução), mas com a própria enunciação, ou seja, com o próprio processo de escrita da tradução. Ao relatar suas dificuldades na

consulta do material de apoio, as alunas falam não mais do texto, mas da forma de constituição desse texto, nesse caso, de suas próprias traduções.

Dessa forma, ao possibilitar que as alunas se apropriem do lugar do “eu” que enuncia, a professora permite que o grupo, e cada integrante a seu modo, *dê significado ao seu erro*. Em (32), por exemplo, ainda que não seja possível transcrever a totalidade da fala da aluna, percebe-se, pela própria resposta da professora, que se trata de uma justificativa de leitura, na forma de um “eu entendi que...”, diferentemente do que acontece em (26), em que a Aluna 6 reconhece o estranhamento causado por sua tradução, sem que contudo, chegue a esclarecer os motivos que a levaram a tomar a decisão que tomou. A Aluna 1, por seu turno, se detém em explicar sua leitura com base na dificuldade de realizar leituras documentárias que servissem para dirimir sua dúvida. Apenas com esses três casos, surge a possibilidade de afirmar que cada aluna atribui um significado diferente ao seu erro. Isso corrobora a hipótese levantada anteriormente de que o erro é um *índice* nas traduções, uma vez que ele aponta para diferentes formas da relação do sujeito tradutor com o original e com sua própria tradução. As diferentes formas de entender seus próprios erros ratificam o caráter particular e subjetivo que cada erro tem para aquele que erra.

De modo geral, ainda que cada tradutora atribua um significado particular ao seu erro, poder-se-ia afirmar, com alguma segurança, que, globalmente, a primeira referência estabelecida entre professora e alunas diz respeito não pontualmente ao erro a que a professora chama a atenção, mas à *forma de traduzir*. E, ao perceber o direcionamento dado à discussão, a professora passa a correferir, em (4), (8), (12) e, principalmente, em (37), (39), (41) e (43), deixando de lado o erro *per se* como tema, passando a discutir a própria *constituição* do texto. Tal abertura, por assim dizer, faz com que possamos questionar se é o erro mesmo, enquanto tal, que está sendo corrigido. Ao propor, a partir de (37), uma outra estratégia de pesquisa nos documentos de suporte, a professora não mais corrige o erro que trouxera à tona inicialmente: sua correção recai, antes, na própria forma de consulta aos materiais de apoio por parte das alunas, parte fundamental de todo o processo tradutório. Com isso, seria possível mesmo imaginar que esse tipo de correção usa aquilo que foi tratado como erro inicialmente como um ponto de partida para a correção de algo que transcende uma instância específica de equívoco na tradução, e que era convocado pelas próprias alunas a ser corrigido à medida que atribuíram significado aos seus próprios erros. A professora, ao ter a sensibilidade de observar o significado que cada aluna atribui ao equívoco e ao não se deter



na correção daquele erro em particular, parece contribuir muito mais para a formação das tradutoras, à medida que discute uma questão que estará presente em todas as traduções que fizerem futuramente: a consulta a materiais de apoio.

No entanto, essa é apenas a primeira das referências estabelecidas. Uma segunda, observada em (24), (25) e (33) diz respeito a um momento específico do processo tradutório: a checagem da plausibilidade de uma tradução para um dado original. A fala, em (24), “olha que interessante isso que vocês tão me dizendo”, permite-nos inferir que as falas sobrepostas das alunas anteriores a (24) têm como direcionamento aquilo que, em (25), a Aluna 5 metaforiza com “janelas”. Trata-se da comparação entre original e tradução e a busca, no original, de vestígios textuais que corroborem a interpretação apresentada na tradução, mesmo para aqueles elementos que escapam ao conhecimento do tradutor, e para os quais precisa atribuir sentido com base na globalidade textual. Isso é colocado de forma explícita em (33), quando a professora fala em “confirmar esse caminho”, o que ela auxilia as alunas a fazerem seguindo pistas contidas no texto original, como pode ser percebido em (43), ao afirmar “porque tem que fazer sentido com banheiro aqui, né?”.

Novamente, trata-se de uma instância em que o erro da tradução de *tirage de chasse* fica em segundo plano, pois o que está em jogo é a capacidade de verificação de uma opção de tradução. Releva atentar para o fato de que as próprias alunas, ao menos pelo que podemos depreender da fala (46), se esforçam para justificar suas escolhas, mesmo que essas já tenham sido atestadamente equivocadas. Antes que a professora possa se posicionar sobre as diferentes interpretações, porém, é instaurada uma terceira referência, dessa vez no que diz respeito ao mal-estar provocado por um erro que, aos olhos da Aluna 3, ficaria evidente na leitura da tradução.

Ao início da aula, professora e alunas discutiam sobre livros publicados com original e tradução justapostos. A Aluna 3 já havia se posicionado contrariamente a tal prática, dada a situação de vulnerabilidade em que coloca o tradutor, ao possibilitar que um conhecedor das línguas do original e da tradução possa comparar o trabalho de tradução. Essa contrariedade é retomada em (47) e endossada pelo grupo e pela docente, que passam a partilhar experiências em que presenciaram intérpretes sendo corrigidos publicamente por supostos erros em suas interpretações, mesmo que tivessem feito escolhas conscientes de tradução. A professora mesmo compartilha um episódio em que foi obrigada a explicar a tradução de determinado

termo quando questionada por um membro da plateia. Toda essa troca de experiências culmina naquilo que parece ser o resumo dessa instância de debates sobre as traduções de *tirage de chasse*: “sempre vai ter alguém pra te desautorizar, tu traduzindo direito ou tu não traduzindo direito. Tu tem é que te preparar pra isso”.

A análise dessa interação, ao constatarmos que a discussão sobre as traduções para *tirage de chasse*, por pelo menos duas vezes, serviram de esteio para questionamentos que transcendiam aquele erro específico, autoriza-nos a inferir que a forma de conduzir a aula e de convidar as alunas à discussão, permitindo que as mesmas ocupem um lugar de enunciação, é a forma que a professora encontra para *preparar* as alunas para justificar suas decisões, sempre que se fizer necessário, por demanda de outrem ou mesmo pela própria consciência metalinguística exigida pelo próprio processo tradutório. Ou seja, o erro, no caso específico analisado, vai além da correção de uma unidade equivocadamente traduzida pelas alunas, mas acaba servindo, por demanda das próprias discentes, de pretexto para debates que fundamentam o próprio ofício de traduzir. E isso só é possível porque cada aluna exerce sua função de sujeito e assume o lugar de “eu” em sala de aula.

Para fins de resumo, antes de iniciarmos a análise do segundo recorte, chamo atenção para o fato de que um erro de tradução específico, aparentemente igual para todas as alunas, adquire contornos muito singulares para cada discente, pois, como nunca é demais enfatizar, cada uma delas cria significado para seu próprio equívoco. Ao discutir sobre seus erros, a fala das discentes encaminha para pelo menos 3 referências distintas: (1) a dificuldade na leitura documentária; (2) a checagem da plausibilidade da tradução e (3) o mal-estar provocado pelo erro. Isso deixa muito evidente que o erro de tradução, quando considerado no escopo do ensino do ofício do tradutor, tem um caráter positivo, à medida que é por ele que o professor pode entender aspectos subjetivos da leitura e da escrita de cada aluno, possibilitando intervenção específica nos pontos em que se fizer necessário.

Acresce-se a isso a evidência, já observada, de certa forma, por Anthony Pym, de que o mais interessante, ao menos para a sala de aula, não é a observação dos *motivos* que levaram um aluno a errar. O que está em jogo não é, por exemplo, se houve interferência da língua estrangeira, pois o material de ensino não é o *erro em si*, mas *a forma como cada aluna atribui significado a esse erro*. Uma lista de motivos causadores de erros de tradução e a correção de erros específicos pouco contribuem para o ensino e para a autonomia do tradutor.

O que resta ao professor é conceder aos alunos um lugar de enunciação, para que, a partir do sentido que cada aluno atribui ao seu erro, possa auxiliá-los na compreensão do intrincado processo tradutório. Considerar a fala do outro: eis o que torna o ensino da tradução verdadeiramente produtivo.

#### 4.2 A escrita de uma leitura: a especificidade da enunciação escrita

Analogamente ao primeiro exemplo apresentado, o segundo recorte, exposto a seguir, poderia suscitar as mais diferentes análises, dependendo do que se toma como objeto de investigação. Cabe ao pesquisador, portanto, eleger os fenômenos a serem investigados e, para o caso em questão, o foco escolhido recai sobre um aspecto bastante intrincado e ainda pouco estudado no âmbito da Teoria da Enunciação benvenistiana. Trata-se, na verdade, de um problema encontrado pelo próprio Benveniste e deixado por ele como proposta futura para que outros pesquisadores do campo enunciativo pudessem avaliá-lo em sua complexidade: a enunciação escrita. É em *O Aparelho formal da enunciação* (1970), seu último texto entre os integrantes do conjunto de artigos relacionados à Enunciação, que o linguista introduz a questão:

muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é marca frequente, talvez necessária da “oralidade”. *Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.* Amplas perspectivas se abrem para análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui. (*O aparelho* [1970], *PLG II*, p. 90/88 – grifos meus).

É no intuito de investigar a especificidade desse fenômeno enunciativo quando relacionado à tradução que o recorte que ora se analisa pode ser útil. Trata-se, nesta seção, de observar como a enunciação escrita e sua complexidade interferem no ato tradutório. Neste momento, contudo, não serão especificadas as implicações que as considerações desenvolvidas a partir dos fatos analisados geram para a Teoria da Enunciação, o que será devidamente retomado no próximo capítulo. Por ora, ficaremos restritos à apreciação das propostas de tradução referentes à seguinte passagem do Texto 1 (cf. Tabela 5 no capítulo anterior) e da discussão que suscitaram:

*La ruelle en impasse était mal pavée, pleine de trous et de bosses, bordée de minces trottoirs en partie détruits. Elle s'enfonçait comme un doigt crevassé entre des maisons particulières à un ou deux étages, serrées les unes contre les autres.*

Observemos algumas propostas de tradução para o trecho acima. A Aluna 1 traduziu o excerto da seguinte forma:

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e de <sup>saliências</sup> elevações/desníveis, <sup>margada</sup> cercada de calçadas estreitas em parte destruídas. Ela se <sup>enfiava</sup> fundia como um dedo rachado/gretado entre ~~as~~ <sup>casas particulares</sup> casas particulares de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. Ao <sup>final</sup> fundo, a ruela <sup>terminava bruscamente</sup> tropeçava em duas <sup>grades</sup> cancelas invadidas por uma vegetação mesquinha.

Figura 18: proposta de tradução da Aluna 1 (Trad1/A1)

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e de <sup>saliências</sup> elevações/desníveis, <sup>margada</sup> cercada de calçadas estreitas em parte destruídas. Ela se <sup>enfiava</sup> fundia como um dedo rachado/gretado entre ~~as~~ <sup>casas particulares</sup> casas particulares de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. Ao <sup>final</sup> fundo, a ruela <sup>terminava bruscamente</sup> tropeçava em duas <sup>grades</sup> cancelas invadidas por uma vegetação mesquinha.

Figura 19: transcrição diplomática da proposta de tradução da Aluna 1 (Trad1/A1)

A Aluna 3 propôs a seguinte tradução<sup>92</sup>:

Marie Cardinal - Palavras (certas) para dizer

I

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e (de) <sup>lados da</sup> <sup>margada</sup> saliências, cercada de calçadas em parte destruídas. Ela <sup>estava</sup> <sup>enfiada</sup> enfiada entre <sup>residência</sup> casas particulares de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. O final da rua <sup>era</sup> <sup>em</sup> duas grades tomadas por uma <sup>verde</sup> <sup>mesquinha</sup> <sup>vegetação</sup> verde mesquinha/uma parede verde mesquinha.

<sup>terminava bruscamente</sup>

<sup>estava</sup>

Figura 20: proposta de tradução da Aluna 3 (Trad1/A3)

<sup>92</sup> A Aluna 2 e a Aluna 6 não entregaram seu rascunho para o texto sob análise, motivo pelo qual suas traduções não são utilizadas nesta seção.

Marie Cardinal – Palavras (certas) pra dizer

I

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e (de) <sup>ladeada</sup> <sup>margeada</sup> <sup>estretas</sup> saliências, cercada de calçadas em <sup>se</sup> parte destruídas. Ela <sup>se</sup> <sup>residenciais</sup> <sup>particulares</sup> estava enfiada entre casas <sup>esprimidas</sup> de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. O final da rua <sup>dava</sup> <sup>a</sup> <sup>vegetação</sup> dava em duas grades tomadas por um <sup>terminava de susto</sup> <sup>era brusco,</sup> verde mesquinho/ uma parede verde

Figura 21: transcrição diplomática da proposta de tradução da Aluna 3 (Trad1/A3)

A Aluna 4, por seu turno, apresentou a seguinte tradução:

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e <sup>solavancos/protuberâncias,</sup> <sup>revestidas com</sup> <sup>finas calçadas</sup> parcialmente destruídas. Ela <sup>penetrava</sup> como um dedo <sup>quebrado</sup> entre <sup>as</sup> casas <sup>particulares</sup> de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. Ao fundo, ela <sup>seguia seu caminho</sup> contra duas grades invadidas por um <sup>verde mesquinho,</sup>

Figura 22: proposta de tradução da Aluna 4 (Trad1/A4)

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e <sup>? saliência</sup> <sup>ladeada</sup> solavancos/protuberâncias, <sup>revestidas com</sup> <sup>estretas,</sup> <sup>se enfiava</sup> <sup>rachado/gretado</sup> <sup>finas calçadas</sup> parcialmente destruídas. Ela <sup>penetrava</sup> como um dedo <sup>quebrado</sup> entre <sup>as</sup> casas <sup>particulares</sup> <sup>residência</sup> de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. Ao fundo, ela <sup>seguia seu caminho</sup> <sup>em</sup> <sup>A rua terminava de repente</sup> <sup>bruscamente</sup> contra duas grades invadidas por uma <sup>vegetação</sup> <sup>verde mesquinho.</sup>

Figura 23: transcrição diplomática da proposta de tradução da Aluna 4 (Trad1/A4)

Por fim, a Aluna 5 traduziu o segmento como segue<sup>93</sup>:

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e morros, margeada de estreitas calçadas em parte destruídas. Ela se enfiava como um dedo fissurado entre casas de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. Ao final, ela terminava bruscamente contra duas grades invadidas por uma vegetação medíocre.

Figura 24: proposta de tradução da Aluna 5 (Trad1/A5)

<sup>93</sup> O rascunho entregue pela Aluna 5 para o texto em questão não foi o mesmo que ela utilizou em aula quando houve a discussão do segmento traduzido, razão pela qual seu texto não possui rasuras.

Das várias diferenças entre uma proposta e outra, gostaria de atentar para uma em especial. Observemos que, para o segmento *Elle s'enfonçait comme un doigt crevassé entre des maisons particulières à un ou deux étages*, a tradução realizada pela Aluna 3 é a que apresenta maior diferença, se comparada às outras:

<b>Original</b>	<i>Elle s'enfonçait comme un doigt crevassé entre des maisons particulières à un ou deux étages.</i>	
<b>Propostas de tradução</b>	<b>Aluna 1</b>	Ela se fundia como um dedo rachado/gretado entre as casas particulares de um ou dois andares.
	<b>Aluna 3</b>	Ela estava enfiada entre casas particulares de um ou dois andares.
	<b>Aluna 4</b>	Ela penetrava como um dedo quebrado entre as casas particulares de um ou dois andares.
	<b>Aluna 5</b>	Ela se enfiava como um dedo fissurado entre casas de um ou dois andares.

Tabela 7: diferentes propostas de tradução para um mesmo segmento

Ainda que perfeitamente inteligível, chama a atenção que a proposta da Aluna 3 exclui totalmente a ideia de um “*doigt crevassé*”. Poderíamos especular o motivo que leva a tradutora a tal opção, mas ninguém melhor do que ela mesma para explicá-la. Atentemos para a transcrição em que essa passagem é discutida em aula:

## Aula 1

**Interstício:** 25'42" – 32'39"

- |      |  |
|------|--|
| (01) | <b>Professora:</b> Agora assim, essa... essa metáfora aí é uma metáfora muito boa, porque o que que ele faz com a rua? [faz gesto com um dedo sobre a mesa] Que que ela faz, a rua? Ela [repete gesto] |
| (02) | <b>Aluna 2:</b> Ela se enfia na cidade.  |
| (03) | <b>Aluna 6:</b> Se enfia.  |
| (04) | <b>Professora:</b> então ela se enfia, né, se enfia como um dedo <i>crevassé</i> .   |
| (05) | <b>Aluna 6:</b> Fendido.   |
| (06) | <b>Professora:</b> tu diz que o teu dedo tá fendido no inverno?<br>(???)   |
| (07) | <b>Aluna 6:</b> como uma fenda, ela entrando assim na casa.  |
| (08) | <b>Professora:</b> a que que ele tá fazendo referência quando ele diz o <i>crevassé</i> ? A <i>bosses</i> e a (???) a <i>bosses</i> e a <i>trous</i> , porque esse <i>doigt crevassé</i> é a rua.      |
| (09) | <b>Aluna 6:</b> é a rua.   |
| (10) | <b>Professora:</b> certo? Como é que ele diz que a rua tá? A rua tem <i>bosses</i> e tem <i>trous</i> . É isso que é o <i>crevassé</i> .   |
| (11) | <b>Aluna 6:</b> Ah, eu não entendi assim, eu entendi que, a rua, ela se, ela se fendia, ela se atravessava-  |
| (12) | <b>Aluna 3:</b> eu também.<br>(???)  |
| (13) | <b>Professora:</b> Mas é isso. Mas <i>elle s'enfonce comme un doigt crevassé contre</i> . Então a rua, literalmente, tá, se enfia entre as casas, entre casas, não entre as casas-                     |
| (14) | <b>Aluna 4:</b> Uhum.  |
| (15) | <b>Professora:</b> entre casas. Se enfia entre casas. E de que jeito é essa rua que se enfia?<br>(???)   |
| (16) | <b>Professora:</b> é isso? É uma rua que tá toda estourada, né?  |
| (17) | <b>Aluna 6:</b> Sim.   |
| (18) | <b>Aluna 3:</b> Tá, e daí? Qual é a moral, se tava enfiada igual? Eu perco muito dessa imagem?   |

- (19) **Professora:** (???) a rua penetrava-
- (20) **Aluna 2:** eu botei
- (21) **Aluna 6:** enfiava, eu botei enfiava.  
(???)
- (22) **Professora:** ela se enfiava entre casas.
- (23) **Aluna 2:** eu botei que ela entrava-
- (24) **Aluna 6:** enfiava é melhor...
- (25) **Aluna 3:** enfiar... é que eu não gosto do enfiava-
- (26) **Aluna 5:** Mas é que ela vai usar umas imagens-  
(???)
- (27) **Professora:** de doença quase-
- (28) **Aluna 6:** é bem agressivo.
- (29) **Aluna 3:** (???) *s'enfonçait* tão agressivo quanto enfiar.
- (30) **Aluna 5:** Mas é porque, né, em cada língua tem um sentido diferente, mas pensando no texto-
- (31) **Aluna 3:** (???)
- (32) **Aluna 5:** Mas pensando no todo do texto, que é uma coisa que ela vai lidar com agressões...
- (33) **Aluna 2:** Não, a imagem é súper agressiva, do dedo, assim, tipo...
- (34) **Aluna 5:** Sim.
- (35) **Aluna 2:** da rua toda destruída.  
(...)
- (36) **Professora:** Mas tem que ter um verbo que tenha isso, tem que ser forte, Xxxxxx.
- (37) **Aluna 3:** Não, eu deixo enfiado.
- (38) **Professora:** E o *doigt*? Como é que vocês-
- (39) **Aluna 3:** Ah, eu acho que o *doigt* não precisa.
- (40) **Professora:** como não precisa?
- (41) **Aluna 1:** Não é um dedo?
- (42) **Aluna 2:** A imagem de um dedo.  
(???)
- (43) **Aluna 3:** não botei nada, eu matei o dedo.  
(???)
- (44) **Aluna 2:** Como é que tu botou?
- (45) **Aluna 3:** eu botei, eu botei “era enfiada entre casas”
- (46) **Aluna 2:** Ah, tu botou (???) [conversas paralelas]
- (47) **Aluna 3:** matei o dedo.
- (48) **Aluna 2:** Ah, tu mata a imagem da mulher.
- (49) **Aluna 3:** matei, matei a imagem da mulher.
- (50) **Professora:** Por que que tu acha que tem que matar, Xxxxxx, a imagem?
- (51) **Aluna 3:** Porque eu não gostei. Na real- ((risos)) Mas eu não sabia dá conta. Eu ia no dicionário ver o que era esse *crevassé*, não conseguia dá conta, não conseguia dá conta, que que tu faz quando não consegue dá conta?
- (52) **Professora:** (...) Eu te entendo, porque eu também não gosto de descrição-
- (53) **Aluna 3:** Odeio.
- (54) **Professora:** Mas essa descrição inicial, ela é super importante pra nos dar o tom do sofrimento dela.
- (55) **Aluna 6:** Exatamente.
- (56) **Professora:** Olha que descrição. Eu, eu, quando li esse texto, eu não li pensando em traduzir, eu li, eu li pra ler, eu adorei o livro. E mesmo, e eu não gosto de descrição, quando eu começo a analisar aqui, a gente vê claramente que essa descrição tem um objetivo. Tu fica doente com ela.
- (57) **Aluna 6:** Exatamente.
- (58) **Professora:** Até a rua. A rua é doente, como ela tá doente. A rua é um dedo rachado, todo cheio de *crevasses*. Que que é uma *crevasse*, *crevasse* é uma fenda, uma rachadura, então é um dedo todo arreventado que se enfia. Por isso eu acho, Xxxxxx, que essa metáfora que ela cria ali é uma metáfora importante pro começo, se a gente (???) de dá conta.
- (59) **Aluna 6:** E eu acho que isso também é a visão que a doente tem do lugar, né?
- (60) **Professora:** Aham, claro.
- (61) **Aluna 6:** Porque quando tu chega num lugar pra fazer uma terapia, enfim, tu tá doente, tu não tá bem, enfim, tá com algum problema, tu tem que te, ahm, entregar, entre aspas, ao lugar, tu tem um encontro marcado lá, tu tem que ir lá, tu tem que te expor, tu tem que dizer, então aquilo tudo, aquele (???) é pra, faz parte, né, tu tem que aceitar aquilo ali, e observar aqui ali, e tentar, ahm, como dizer assim, ahm, se adaptar ao meio.
- (62) **Professora:** (...) Não sei qual é a solução, Xxxxxx, mas a ideia, tem que ser uma ideia que de coisa

- |      |  |
|------|--|
|      | estragada, né-   |
| (63) | <b>Aluna 3:</b> Uhum.  |
| (64) | <b>Professora:</b> de dedo furado, rachado, gretado, como sugere a Xxxxxx, né? |

Transcrição 5: discussão sobre o erro na tradução de “doigt crevassé”

O primeiro aspecto que merece ser realçado é que a escolha pela supressão do segmento *doigt crevassé* foi feita de forma deliberada pela aluna, como atesta sua fala nos turnos (39), (43), (45), (947), (49) e, principalmente, (51). É na fala transcrita no turno (51), inclusive, que reside a motivação inicial para essa análise. A que a aluna se refere quando manifesta que “não conseguia dar conta”? A julgar pelo seu depoimento, sua dificuldade parece ter residido especificamente no termo *crevassé*, o que atestamos por sua manifestação “Eu ia no dicionário ver o que era esse *crevassé*, não conseguia dá conta, não conseguia dá conta (...)”. Ao que tudo indica, sua estratégia de eliminação do termo problemático (*crevassé*) foi a saída que a aluna encontrou para solucionar um problema de que “não conseguia dar conta”. No entanto, gostaria de chamar a atenção para um aspecto: será mesmo que a incapacidade da aluna de traduzir o elemento em questão se deu apenas por não conseguir encontrar, na leitura documentária<sup>94</sup>, uma opção que pudesse ser utilizada como tradução para *crevassé*? É sobre esse ponto que passo a refletir agora.

Começamos por observar a forma como a aluna manifesta sua interpretação do segmento em análise. Em (12), ela corrobora a interpretação de sua colega de que a rua, mencionada no texto original, “se enfiava entre casas”. No entanto, como deixa entrever a fala em (11), a interpretação proposta pela professora para *doigt crevassé* – em que *crevassé* é resultado de uma rua “*pleine de bosses et des trous*” – não é compartilhada pelas alunas, que afirmam não ter “entendido assim”. Ou seja, percebe-se, pela discussão inicial, que há um aspecto de compreensão global do texto que escapa às alunas. Poderíamos, assim, pensar na hipótese de que, se a Aluna 3 tivesse compreendido, no momento em que realizava sua tradução, a hipótese levantada pela professora para o uso de *crevassé*, a eliminação do termo não teria ocorrido. No entanto, conjecturas à parte, a discussão prossegue e a mesma aluna, aparentemente para justificar sua decisão, questiona se tal imagem é realmente necessária

<sup>94</sup> Freddie Plassard, em seu livro *Lire pour traduire*, define o termo *lecture documentaire* como a leitura que “constitui por essa razão um enriquecimento dos conhecimentos e faz parte da compreensão que se constrói progressivamente com a leitura do texto a traduzir, permitindo ao tradutor forjar uma representação ou uma ideia mais precisas do referente por meio da consulta a outras fontes textuais além do texto a ser traduzido, bem como situar o texto em questão em relação ao conjunto maior do domínio a que pertence” (p. 179). No original: “*Elle constitue à ce titre un enrichissement des connaissances et participe à la compréhension qui se construit progressivement à la lecture du texte à traduire, en permettant au traducteur de se forger une représentation ou une idée plus précises du référent par la consultation de sources textuelles autre que le seul texte à traduire, tout comme de situer le texte en question par rapport à l’ensemble plus vaste du domaine dont il relève*”.



(18). Para ela, pelo que se pode depreender de sua fala em (18), a imagem importante não está relacionada ao *dedo* e à imagem por ele provocada, mas ao fato, puramente descritivo e sem maior relevância para a compreensão do texto, de que a rua se *enfiava* entre casas. Prova disso é que, a partir de (18), a discussão seguirá em torno da palavra *enfiar* como possibilidade de tradução para *s'enfonçait*.

Na discussão realizada de (18) a (37), professora e colegas parecem convencer a Aluna 3 de que a manutenção de *enfiar*, ou um verbo com um sentido aproximado, é imperativa, dado “o todo do texto” (32), fato que a aluna aceita em (37). Mas qual é esse “todo do texto” a que a Aluna F se refere? Ainda em (32), ela o explica como o fato de que a narrativa tem por base as agressões psicológicas sofridas pela personagem. No entanto, creio que a percepção da discente possa encaminhar uma discussão significativa para pensarmos a enunciação escrita.

É recorrente que textos de tradução enfatizem a necessidade de consideração do contexto do texto original. Esse contexto normalmente é referido em termos “extra-textuais”, isto é, com relação, por exemplo, a quem escreveu o texto, para quem e os aspectos culturais implicados nessa conjuntura<sup>95</sup>. Mas há também os aspectos que poderíamos chamar de “intra-textuais”, aqueles, por exemplo, que apregoam que, para a tradução de determinada palavra (ou conjunto de palavras), o tradutor precisa levar em consideração todo o contexto linguístico em que esta está inserida. As considerações dos teóricos, como já visto, residem, portanto, quando diretamente ligadas à materialidade textual, em questões estritamente linguísticas, em que o contexto de uma unidade de tradução é o que a circunda em termos textuais. Conforme exposto no capítulo 1, a questão do contexto linguístico aparece diretamente ligada, dessa forma, aos estudos da equivalência tradutória, marcando, mais uma vez, o alto grau de importância que a Linguística dá à noção.

Considerado sob a perspectiva enunciativa, no entanto, o que chamamos de *contexto* pode sofrer alargamento. É o que passo a considerar pelo viés da enunciação escrita. Ao postular que “*o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem*”, Benveniste abre o estudo da escrita para a consideração de dois

---

<sup>95</sup> É o caso, por exemplo, de autores que têm como objeto de estudo a *estrangeirização* ou a *domesticação* da tradução, para usar os termos de Lawrence Venutti. Quanto a quem escreve e para quem, a Teoria do Escopo, de Vermeer e Reiss é o melhor exemplo que poderíamos citar.

planos distintos: a enunciação do autor, enquanto ser que escreve e que tem sua subjetividade expressa no texto, e a enunciação das personagens, igualmente tomadas de subjetividade que deixam vestígios no texto escrito. Dessa forma, a enunciação escrita configura a instauração de uma dupla cena enunciativa: tem-se o *eu-tu-aqui-agora* do autor, e aquele interno ao texto, o *eu-tu-aqui-agora* da enunciação de cada personagem e do narrador<sup>96</sup>.

Mesmo que desprovidas do embasamento teórico, a professora e algumas alunas conseguem observar esse aspecto no texto em debate. O “todo do texto”, que “é uma coisa que ela vai lidar com agressões”, possibilita às aprendizes considerarem que elementos podem ou não, devem ou não se fazer presentes na enunciação das personagens do texto. A fala (54) atesta a necessidade de consideração daquilo que a Aluna 3 havia previamente excluído e considerado dispensável na tradução. A descrição inicial do livro, portadora do sintagma problemático para a aluna, não pode ser simplesmente ignorada, como era de sua vontade, expressa em (39) e (43). Isso porque, conforme manifesta a professora e corroboram outras discentes, a descrição tem um objetivo, à medida que fornece ao leitor “o tom do sofrimento” (54) da personagem principal, deixando-o “doente com ela” (56). Dessa forma, a figura “que ela cria ali é uma metáfora importante pro começo” (58), pois dá ao leitor e ao tradutor indícios da enunciação particular da personagem. Além disso, como bem observa a Aluna 6, trata-se da “visão que o doente tem do lugar” (59). Trata-se, portanto, de sua enunciação sobre o que a circunda.

Retomemos, portanto, a questão posta anteriormente: será mesmo que a incapacidade da aluna de traduzir o segmento *doigt crevassé*, excluindo-o deliberadamente da tradução, foi resultado apenas da dificuldade de encontrar uma possibilidade de equivalência para o termo? A análise permite imaginar que não. Ao afirmar, em (39), que a imagem pode ser retirada da tradução, a Aluna 3 desconsidera a situação enunciativa que a autora cria para sua personagem, o que é observada pela Aluna D em (61). A descrição do estado em que o ambiente se encontra na narrativa é fundamental para estabelecer o tempo e o espaço da enunciação dos personagens, que, conforme nos ensina Benveniste, são dois aspectos fundamentais da cena enunciativa.

---

<sup>96</sup> Essa visão é, reconheço, simplificada, pois seria necessário ainda observar a dimensão que o narrador ocupa dentro da narrativa em relação à enunciação dos personagens. Não creio, no entanto, que a isso inviabilize a proposta desenvolvida nesta seção.

A que se refere, por fim, o “todo do texto”, aludido pela Aluna F em (32)? Em termos enunciativos e fazendo uso da posição privilegiada de analista, não parece incoerente afirmar que o “todo do texto” é pautado por essa dupla cena enunciativa, característica específica da enunciação escrita, que permite ao narrador criar uma outra instância enunciativa dentro de sua escrita. E é nessa situação de enunciação específica que as personagens se enunciam e estabelecem referência e correferência.

Dessa forma, a Enunciação possibilita-nos rever o que vem a ser o contexto de um texto, à medida que não se restringe mais somente aos aspectos já abordados por outros autores, relativamente à situação em que o texto é produzido e ao contexto linguístico que deve ser considerado pelo tradutor no momento da tradução. Do ponto de vista enunciativo, o contexto de uma enunciação escrita, como se tentou mostrar com esse último recorte analisado, estabelece-se em dois planos: o da produção do texto, em que quem enuncia é o autor, em um tempo e espaço específicos, e o plano das enunciações das personagens que o autor promove à existência e permite se enunciarem. A consideração das particularidades da enunciação escrita lança luz, portanto, sobre aspectos da tradução que têm grande relevância para o tradutor, uma vez que condicionam o que pode ou não, deve ou não ser traduzido. Tais implicações para o campo dos estudos enunciativos são tratadas mais detalhadamente no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 5

### IMPLICAÇÕES PARA A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E PARA A DIDÁTICA DA TRADUÇÃO

*Traduzir é uma forma de ler melhor. E toda a operação intelectual envolve a questão da tradução. Ler é traduzir para dentro. Escrever é traduzir para fora.*  
Octavio Paz

Da mesma forma que o capítulo precedente partiu das palavras de um importante tradutor, as palavras de Octavio Paz não poderiam formar melhor epígrafe para a proposta deste capítulo. Ao mesmo tempo em que, conforme reiterado diversas vezes ao longo do trajeto que nos conduziu até aqui, a tradução encerra, essencialmente, dois movimentos – a leitura de uma escrita e a escrita de uma leitura –, o próprio ato de ler e de escrever é também uma tradução. Se a tradução se define pela leitura e pela escrita, estas também se definem, reciprocamente, pelo traduzir. É por essa implicação, que une tão intimamente leitura, escrita e tradução, que este capítulo coloca as três noções em relação. Antes, porém, é necessário rememorar algumas considerações que servirão de coordenadas para o que se esboça a seguir.

Os capítulos precedentes nos legaram a possibilidade de pensar a tradução como um ato de linguagem, que, como tal, segundo a perspectiva enunciativa, é pleno de subjetividade, pois contém em si marcas linguísticas da presença do sujeito que traduz. A interrogação da tradução por meio dos erros que nela se fazem presentes tem por objetivo justamente analisar os momentos em que tal subjetividade, manifestada nas “marcas” antes aludidas, faz-se mais flagrante, pois, como se espera ter ficado claro, se não há tradução igual a outra, tampouco existem erros iguais aos outros. O exemplo oferecido no capítulo 1 (Figuras 2 a 9) se encarregou de nos mostrar isso.

Tendo sido feita essa lembrança, permito-me estabelecer uma relação lógica: (1) se a tradução é resultado de dois processos – de leitura e de escrita –, que, por serem atos linguísticos, são plenos de subjetividade (tal como definido na seção 2.2.1 e, especialmente, em 2.3.1) e (2) os erros de tradução são as instâncias em que a subjetividade na linguagem do tradutor assumem maior evidência, então (3) esses mesmos erros se configuram como pontos

privilegiados para o entendimento de como os processos subjetivos de leitura e de escrita se dão em tradução. Obviamente, dado o propósito desta tese, trata-se de leituras e de escritas problemáticas, que as fazem ser geradoras de erro, uma vez que o escopo deste trabalho está centrado no ensino do ofício da tradução, ambiente em que o erro é um elemento recorrente e do qual é constitutivo.

Tendo em vista o âmbito da sala de aula, e assumindo (3) como uma hipótese plausível, o entendimento desses dois movimentos e sua possibilidade de serem geradores de erros de tradução se torna uma ferramenta fundamental para que o professor formador de tradutores possa entender melhor que aspectos desses processos estão levando seu aluno à falha, dada a dimensão de “indicador de subjetividade” que os erros de tradução comportam. Da mesma forma, a consciência da especificidade da leitura e da escrita no âmbito da tradução pode ser útil aos próprios tradutores, ao capacitar-lhes a tomar decisões com maior autonomia e segurança.

Em suma, trata-se, pois, de propor, fundamentalmente, respostas às seguintes questões: qual a particularidade da leitura e da escrita empreendidas no processo tradutório? E qual a implicação que essas duas instâncias têm sobre os erros de tradução? São essas duas interrogações que conduzem as reflexões propostas a seguir.

Para respondê-las, este capítulo toma como base todas as considerações desenvolvidas nos capítulos precedentes, articulando-as de forma a tornar possível pensar a especificidade da leitura e da escrita no contexto tradutório. Todas essas elucubrações, em conjunto, contribuem, em última análise, para o desenvolvimento do tema central deste capítulo: as repercussões que este estudo tem para o campo da Enunciação e da Didática da tradução. Isso porque, conforme enfatizado no capítulo de abertura desta tese, um trabalho linguístico sobre tradução, ao mesmo tempo em que evidentemente diz algo a respeito do fenômeno, deve também ser capaz de trazer algo de novo ao próprio campo da Linguística, por ser a tradução um fenômeno languageiro com características bastante específicas e que nem sempre estão no horizonte do linguista.

Dessa forma, este capítulo se encontra dividido em duas partes. Na primeira, são desenvolvidas as implicações do estudo para o campo enunciativo, sendo necessário, para tanto, passar pelas questões de leitura e de escrita que ainda não foram devidamente

desenvolvidas neste trabalho. Como poderá ser constatado, a particularidade desses dois movimentos está diretamente ligada às noções desenvolvidas no capítulo 2, tais como *forma e sentido*, *semiótico e semântico*, *subjetividade e intersubjetividade*. É por aí que se dá início o percurso.

Em um segundo momento, são propostas, por fim, possibilidades de relação deste trabalho com a Didática da tradução. Ainda que, na primeira parte deste capítulo, questões atinentes estritamente à tradução como processo sejam aludidas, essa segunda parte tem por objetivo específico pensar criticamente o *ensino* da tradução, dada a escassez de trabalhos nesse âmbito, conforme constatado ao início deste trabalho. O lugar que o erro de tradução ocupa nesse contexto é (re)discutido, com vistas a problematizar o ensino do ofício tradutório, oferecendo ao professor de tradução subsídios para reflexão sobre sua prática.

### **5.1 Considerações sobre as análises a partir da ótica enunciativa**

Ao longo do terceiro capítulo, foi enfatizada a necessidade de se considerar, com certo cuidado, os elementos que seriam tomados como unidades de análise deste trabalho. Tal imposição foi fruto de algumas constatações, expostas no capítulo 2, em que uma extensa leitura da teoria benvenistiana foi proposta, com vistas a retomar algumas noções normalmente atribuídas à teoria do linguista, mas que não encontram, do meu ponto de vista, respaldo em seus textos. Foi o caso específico, por exemplo, daquilo que pode ser considerado como unidade de análise. Conforme argumentação desenvolvida nesses dois capítulos, ainda que uma abordagem enunciativa de determinado fenômeno linguístico seja feita, em boa parte das vezes, atentando para elementos específicos que classicamente se configuram como indicadores de subjetividade, não parece ser possível restringir a análise da subjetividade na linguagem a um número finito de formas linguísticas. Isso porque a subjetividade permeia toda a língua, ainda que se faça mais evidente por meio de alguns marcadores específicos (pronomes, advérbios etc.).

Tendo isso em mente, este estudo mostra, de forma empírica, como a consideração de uma classe restrita de elementos linguísticos não serve aos propósitos de análise de fenômenos tão complexos como o tradutório. O pilar mesmo sobre o qual se construiu esta tese foi o da consideração de que o erro de tradução, em contexto de ensino, pode ser

encarado como um indicador de subjetividade. Foi o que se tentou evidenciar pelas análises realizadas no capítulo 4, ao evidenciar que os erros são, boa parte das vezes, específicos de cada tradutor, e encerram em si aspectos da relação deste com o original, com sua tradução e com as próprias línguas que estão em jogo no intrincado contexto da tradução. Mais do que considerações acerca da especificidade desse tipo de erro no contexto abordado, esta tese tem como uma de suas contribuições para o campo da Enunciação de base benvenistiana chamar a atenção para o fato de que um estudo enunciativo opera sobre relações de *forma* e *sentido*. Uma vez que tais relações são sempre específicas, resultado da mobilização que o locutor faz da língua, tornando-se sujeito, elas se configuram como o próprio objeto de investigação de um estudo com base nessa orientação teórica. Dessa maneira, é a relação mesmo entre *forma* e *sentido* que está constantemente no horizonte do enunciativista e que pode ser concebida como um elemento indicativo de subjetividade, não sendo previsível de antemão.

Essa relação particular entre *forma* e *sentido* se configura como a primeira razão que nos autoriza a tomar a tradução como objeto de estudo e o erro como objeto de análise. Persigamos esse raciocínio. Primeiramente, partamos das evidências que nos permitem considerar a tradução como uma relação singular entre *forma* e *sentido*. Se todo o processo tradutório tem em sua base um sujeito que traduz e, considerando a tradução um processo linguístico, nada nos impede de realizar as seguintes formulações:

- (1) traduzir é enunciar;
- (2) enunciar é articular *forma* e *sentido* de maneira singular; logo
- (3) a tradução manifesta, em toda a sua extensão, esse empreendimento singular e subjetivo que o tradutor realiza, articulando *forma* e *sentido*.

Assim, como toda manifestação linguística, a tradução não escapa às condições impostas pela cena enunciativa (*eu-tu-aqui-agora*), ainda que esteja diretamente ligada a outra, aquela do original. Essa é a particularidade da tradução, que imprime, evidentemente, particularidades no próprio texto traduzido, uma vez que a relação entre *forma* e *sentido* se dá com vistas à comunicação do sentido que o tradutor *entende* ser aquele do original. Dito de outra maneira, ainda que essa relação esteja presente em toda enunciação, pois faz parte das próprias condições que permitem ao locutor se enunciar e se propor como sujeito, ela se configura, no escopo tradutório, de modo diferente, dado que se trata de uma relação *forma-sentido* que está diretamente ligada à outra. Vemos, portanto, o quão imperativa é a

observação desse tipo de fenômeno, uma vez que estabelece uma configuração enunciativa particular: se toda enunciação visa ao afunilamento do sentido (cf. capítulo 2), a tradução também o faz, mas por meio de uma *forma* necessariamente nova (a da língua para a qual se traduz), ainda que vise, idealmente, à manutenção do *sentido* do original. Temos, então, a explicitação do primeiro motivo que leva à tomada do fenômeno tradutório como objeto de estudo: a particularidade que ele impõe à relação *forma-sentido*. Não é de surpreender, portanto, que a primeira e única oportunidade em que Benveniste se refere à tradução em seus textos seja precisamente em *A forma e o sentido na linguagem*. Retomemos essa passagem: “[p]ode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, ‘salva veritate’; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 233/228).

Uma interpretação da sequência acima já foi oferecida no segundo capítulo deste estudo. No entanto, interessa agora observar um aspecto não mencionado anteriormente. Não há ressalva a ser feita com relação à afirmação benvenistiana. De fato, a transposição do plano *semiótico* de uma língua para o de uma outra é a impossibilidade da tradução e seria até mesmo possível que o resultado dessa operação não fosse considerado tradução, uma vez que, como argumentou-se anteriormente, o elo entre original e tradução é sempre um elo de *sentido*. No entanto, há um aspecto não explorado por Benveniste e que merece ser convocado para a discussão aqui proposta: embora a transposição do plano semiótico da língua seja o impossível da tradução, isso não significa que o tradutor possa ou deva simplesmente ignorá-lo. Antes, a análise que o tradutor empreende do original com vistas a traduzi-lo é uma análise que tem por objeto tanto o *semiótico* quanto o semântico. Dessa forma, observamos que há dois momentos distintos em que *semiótico* e *semântico* se apresentam ao tradutor e cada um deles convoca uma atitude diferente: na leitura do texto original, *forma* e *sentido* se apresentam ao tradutor em seus universos *semiótico* e *semântico*, e ambas devem ser levadas em conta nessa leitura específica que tem por objetivo o traduzir. A atualização da leitura na forma de escrita (tradução), contudo, dá primazia ao universo *semântico*, pelo simples motivo de que se trata de uma outra língua e, portanto, de um outro *semiótico*, intransponível de uma para outra, como nos ensina Benveniste.

Assim, deve-se ter em conta que esses dois momentos – de leitura e de escrita –, ainda que exijam competências idênticas (PLASSARD, 2007, desenvolvido infra), põem em relevo aspectos diferentes da enunciação. É nesse sentido que se torna possível pensar o erro



de tradução como objeto de pesquisa deste estudo, pois, se *forma* e *sentido* – o par de conceitos que funda a concepção de *língua como semiótica* e *língua como semântica* –, devem articular-se por toda a extensão da língua, conforme assegura o próprio Benveniste, é no erro de tradução que tal relação se torna ainda mais flagrante. Isso porque, como defendido anteriormente, o erro é o índice que torna mais aparente as relações de *forma* e *sentido* em dois planos distintos: na leitura que o tradutor empreende do original e na sua manifestação escrita, a tradução. Ou seja, o tradutor precisa realizar, de maneira consciente, uma leitura do texto original que lhe permita observar como se dão as relações de *forma-sentido* e, mais ainda, ser capaz de atualizar essa leitura na forma de uma escrita, que instaura, por seu turno, outra relação de *forma-sentido*. Assim, essas relações precisam ser discutidas levando em conta dois aspectos centrais para a tradução: a leitura de uma escrita e a escrita de uma leitura.

### 5.1.1 A leitura de uma escrita

Freddie Plassard, em um livro dedicado integralmente à questão da leitura específica compreendida no processo de traduzir, sublinha: “foi uma constatação totalmente empírica, a da incapacidade de traduzir por não ter sabido ler, que originou a ideia de que muitas dificuldades de tradução, suas dificuldades, seus tropeços tinham por origem uma leitura errática<sup>97</sup>” (PLASSARD, 2007, p. 13 – grifos meus). Tal como antecipado na introdução ao capítulo 4, as palavras da autora deixam claro que os processos de leitura e escrita se encontram sempre intimamente ligados, de forma que o segundo até mesmo pressupõe o primeiro e, se os abordamos separadamente, é apenas por uma condição didática. Nunca é demais enfatizar: “a leitura é o pivô da tradução” (PLASSARD, op. cit., p. 14) e “toda a fase de escrita é precedida de uma fase de leitura” (ibid., p. 16). Essa é a razão pela qual Plassard acerta ao afirmar que é incapaz de traduzir aquele que não sabe ler.

Obviamente, um processo intrincado como o tradutório implica um processo igualmente complexo de leitura. Tal complexidade se manifesta até mesmo na imposição dos diferentes tipos de leitura que a tradução convoca, tais como a leitura documental, a leitura do texto original, a leitura da própria tradução. Basta essa constatação para antever que há, como

---

<sup>97</sup> No original: “c’est d’un constat tout empirique, celui d’une incapacité à traduire faute d’avoir su lire, qu’est venue l’idée que bien des difficultés de traduction, ses butées, ses achoppements avaient pour origine une lecture erratique”.

ainda destaca a própria autora, “mecanismos de regulação” próprios a esse tipo de leitura e da escrita que se faz a partir dela. Como bem observa, cada uma das leituras – a leitura do texto a ser traduzido, da documentação de suporte e da tradução ela mesma – tem uma finalidade diferente e mobiliza estratégias diferentes. Dessa forma, ao estudar o lugar que a leitura ocupa na tradução, o estudioso deve ter em mente algumas questões fundamentais: o que é ler? O que o tradutor lê? Por que ele lê? Como ele lê? Há uma especificidade na leitura na tradução? (PLASSARD, op. cit.).

São essas questões que normalmente servem de ponto de partida para os estudos do fenômeno de leitura em sua relação com a tradução, e a resposta a elas configura a organização do livro da autora e condiciona tantos outros trabalhos na área. No entanto, é preciso que se enfatize, ainda que as considerações aqui desenvolvidas partam do trabalho da teórica francesa, dele se distanciam em dois aspectos. Primeiramente, porque, conforme perspectiva adotada neste trabalho, aqui o interesse do estudo recai fundamentalmente sobre a última pergunta (a especificidade da leitura em tradução), uma vez que o que se tenta mostrar é justamente a repercussão que a particularidade da leitura de cada tradutor tem na atualização da tradução em sua forma escrita. E, em segundo lugar, porque as respostas comumente dadas às perguntas anteriormente formuladas seguem o percurso teórico cognitivista, sobretudo com os estudos que tomam por base os chamados *Think-aloud protocols* (TAPs)<sup>98</sup>. Ora, a proposta apresentada aqui difere radicalmente desse tipo de estudo, uma vez que observa a leitura do ponto de vista do que ela diz do sujeito que lê, levando em conta não aspectos cognitivos, como atenção, memória etc., mas a *apropriação* que o leitor faz do texto enquanto produção subjetiva de um sujeito. A diferença deverá ficar clara com as explicações que seguem.

Tendo sido feita essa diferenciação e estabelecidos os limites para este trabalho, é preciso, portanto, retomar o que é dito no campo enunciativo a respeito da leitura para,

---

<sup>98</sup> Kussmaul & Tirkkonen-Condit (1995) definem *think-aloud protocols* como aqueles em que “os sujeitos são solicitados a falar tudo o que passa em sua mente enquanto resolvem uma tarefa – no nosso caso, quando traduzem um texto. Esses enunciados são gravados em áudio ou vídeo e transcritos em protocolos de fala em voz alta, que são então analisados sob pontos de vista diversos [no original: “*subjects are asked to utter everything that goes on in their minds while they solve a task - in our case when they translate a text. These utterances are tape-recorded or videotaped and then further transcribed into think-aloud protocols, which are then analysed from a variety of viewpoints*].” (p. 178). Trata-se de um método que tem como objetivo “aumentar o potencial de descrição e explicação do processo de tradução e, conseqüentemente, nosso entendimento teórico”. Para mais informações, ver o artigo dos autores, intitulado *Think-aloud protocol in translation studies*, conforme bibliografia.

posteriormente, realizar um movimento de transposição dessas ideias, pensando-as relativamente à tradução. É o que se propõe a seguir.

Inicialmente, é necessário enfatizar que a problemática da leitura não se apresenta de forma explícita nos textos benvenistianos. Quaisquer considerações, portanto, são somente inspiradas no autor, sem, contudo, poderem ser diretamente computadas a ele. Um dos trabalhos mais recentes – e um dos poucos – que trata especificamente do assunto é o de Naujorks (2011), que vê na obra de Benveniste indícios para se pensar a leitura como um ato subjetivo de constituição de sentidos. Sua questão de pesquisa pode ser resumida nos seguintes termos: de que forma é possível pensar a leitura como um ato enunciativo? Sigamos o raciocínio da autora para responder tal indagação.

Para ela, a leitura pode ser vista como um ato enunciativo se, a partir dos textos de Benveniste, realizarmos quatro deslocamentos. O primeiro deles consiste em pensar a passagem de locutor a sujeito no âmbito da leitura. Um dos motivos que parece tornar necessário esse deslocamento reside no fato de que o termo *locutor* é normalmente vinculado àquele que *fala*. No entanto, como bem pontua Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação*, o aspecto vocal não é senão um dos aspectos pelos quais o grande fenômeno da enunciação pode ser estudado. Desse modo, o próprio Benveniste parece autorizar o uso do termo *locutor* para aquele que enuncia, mesmo que essa enunciação se dê de forma escrita, e não oral. Tendo em vista essa possibilidade, Naujorks propõe, então, primeiramente, uma distinção entre *locutor* e *sujeito*, já observada por Flores (2012b). Dado que os dois termos não podem ser tomados sempre como sinônimos na obra benvenistiana, a autora passa a considerar *locutor*, no âmbito da leitura, como o ser empírico que lê, deixando para *sujeito* a designação daquele que se marca em sua leitura<sup>99</sup>. Por essa razão, propõe então que, no escopo da leitura, passemos a tratar de *locutor-leitor* e de *sujeito-leitor*.

Mais do que meramente uma mudança na nomenclatura, a proposta da autora diz respeito também à forma como *locutor* e *sujeito* estão implicados no ato/processo de leitura. Ao propor que há uma passagem de locutor a sujeito, reconhece que há subjetividade na

---

<sup>99</sup> Ainda que não expressa pela autora, a consideração de *sujeito* como aquele que se marca na leitura permite-nos considerar que, do ponto de vista enunciativo, a leitura realmente não pode ser vista como um processo passivo, de mero *deciframento*. Isso porque, conforme é exposto a seguir, ler pressupõe um ato interpretativo, e esse ato, sempre subjetivo, deixa marcas. Essas marcas são discutidas mais adiante.

leitura, e que essa é produto de uma intersubjetividade, precisamente o segundo deslocamento que irá propor.

É nesse segundo deslocamento que está, a meu ver, a originalidade da proposta de Naujorks. Contrariamente ao que é comumente aludido nos trabalhos que versam sobre leitura, o movimento da autora coloca em relação não o leitor e autor do texto, mas o leitor e o próprio texto. A intersubjetividade de que trata a autora não está na relação que o leitor estabelece com o autor, pois, como bem lembra, o autor tem importância significativa e inegável no texto, mas, no momento específico da leitura, está ausente. A intersubjetividade se dá, dessa forma, entre leitor e enunciado, ou seja, entre leitor e texto. Há, inclusive, reversibilidade nos papéis assumidos pelo locutor, sendo ora *eu*, ora *tu* em relação ao texto, dependendo do ponto por onde observamos a relação. Do ponto de vista da produção, o leitor é inegavelmente um *tu*. É tendo o leitor em mente que o autor escreve. No entanto, do ponto de vista da leitura, que é o que interessa neste momento, o leitor passa a ocupar a posição de *eu*. Deixemos que a própria autora explique:

Diremos aqui que o leitor e o texto são, simultaneamente, um *eu* e um *tu*. O leitor é o *eu*, quando produz interpretação e, é o *tu*, quando é alvo do texto; quando o leitor dialoga com o texto, este é *tu*, quando proporciona sentidos ao leitor, é o *eu*. Aí configuram-se as características da unicidade e da reversibilidade entre as figuras enunciativas presentes no ato/processo de leitura (p. 92).

Por esse ponto de vista, a leitura é marcada por uma “dupla instância de reciprocidade”, pois,

em um primeiro momento, o locutor-leitor se apropria do enunciado e, com ele, coloca-se em uma relação de diálogo (...) com [esse] enunciado, [com] o texto. Não seria absurdo, portanto, considerar que, ao menos em certo sentido, o enunciado é um “tu” da relação “eu-tu”. O enunciado, nesse processo, é um tipo de interlocutor. É com ele que o locutor-leitor estabelece uma troca propondo-se como sujeito, o sujeito-leitor.

Logo, se a leitura, para se realizar, implica, do ponto de vista enunciativo, que um locutor se proponha como sujeito, é possível interpretar disso que ler é também enunciar. Mais especificamente, a leitura pode ser considerada enunciação em duas dimensões, não separáveis empiricamente: (1) “na dimensão em que há a passagem de locutor-leitor a sujeito-leitor: essa passagem se dá na e pela relação do *eu* (o locutor-leitor), que se torna sujeito (sujeito-leitor), com o *tu* (o enunciado lido) produzindo um sistema de referências, o *ele*” (p. 93) e (2) “na dimensão da tentativa de re-constituição de um sentido”, em que devemos levar

em conta que “o locutor-leitor lê um outro enunciado que contém, ele mesmo, uma relação *eu-tu-ele-aqui-agora*. O sentido que deriva desse ato de reconstrução diz respeito a algo que não coincide integralmente com as representações daquele que produziu o texto”.

Como pode ser entendido das passagens acima transcritas, sendo a leitura uma enunciação, há sempre, a cada nova leitura, uma nova cena enunciativa, dada pela instauração de um novo *eu-tu-aqui-agora*, sempre singular e irrepitível. É essa irrepitibilidade que permite que haja diferentes leituras de um mesmo texto, mesmo sendo esse material textual marcado, ele mesmo, pela repetibilidade, afinal, trata-se de um mesmo texto que é ressignificado a cada leitura. Vemos aqui, como o universal e o singular, o geral e o específico, aspectos tão caros à Linguística da Enunciação, têm lugar no ato de leitura. A coexistência de ambos é, inclusive, prevista na própria definição que Naujorks dá à leitura, considerada do ponto de vista enunciativo: a leitura é, ao mesmo tempo, *apropriação* e *atualização* de sentidos. Isso nos leva ao terceiro deslocamento proposto pela autora, que diz respeito às noções de *forma-sentido* nos universos *semiótico* e *semântico* da língua.

Conforme discutido no capítulo 2, há duas maneiras de ser língua, na *forma* e no *sentido*. No universo *semiótico*, o *sentido* é dado por uma relação de sim ou não. Não importa *qual* o sentido, mas sim se *há* sentido. No universo *semântico*, por sua vez, o *sentido* é dado pela sintagmação, pelo agenciamento particular que o locutor imprime às palavras. Tendo em vista essa distinção, Naujorks propõe, então, que ler significa “reconhecer a forma e compreender o sentido” (p. 99), o que pode ser explicado se entendermos que

[L]er é reconhecer todas as palavras (signos) que fazem parte do enunciado como tendo ou não um sentido e, a partir de então, compreender que essas palavras, em um encadeamento no enunciado, uma vez que estão em uso, apresentam um sentido que está atrelado ao agenciamento, às circunstâncias, ao sujeito. No primeiro caso, é o nível semiótico, no segundo, é o nível semântico, porém interdependentes, pois somente ao tomarmos os dois níveis podemos determinar o ato de leitura, ou melhor, o encaminhamento que o sujeito-leitor dará ao texto. A leitura não se reduz ao entendimento das unidades separadamente; é no conjunto que, visto globalmente, surgirá o sentido (p. 101).

De que forma isso se relaciona com o geral e o específico da leitura, aludido anteriormente? Ora, o semiótico, aquilo que deve ser somente *reconhecido* como pertencente ou não a uma língua, por ter ou não sentido naquele idioma, está do lado da repetibilidade. É o *semântico*, por sua vez, isto é, o agenciamento específico das palavras que, por seu uso linguístico, realizado cada vez em condições enunciativas diferentes, garante a

irrepetibilidade. Reconhecer é universal; compreender é específico. Eis o jogo sempre implicado no processo de leitura. E, como nunca é demais lembrar, tal processo é constituído por dois aspectos inseparáveis, “pois somente desse modo podemos tratar da leitura como modalidade da enunciação” (p. 105).

Tratar da leitura como modalidade da enunciação é precisamente o quarto e último deslocamento realizado pela autora. Ainda que esse último deslocamento seja, de certa forma, a conjunção dos três anteriores, o que ele ressalta é a possibilidade de se analisar a leitura pelo viés enunciativo, dado que, conforme expõe ao longo de seu percurso, a leitura pode ser vista como um ato/processo enunciativo. Analisar a leitura a partir dessa visada teórica é observar, portanto, como o leitor articula *semiótico* e *semântico*, ou, nas palavras de Piguet<sup>100</sup>, o analítico e o global. Ou seja, trata-se de analisar as marcas da enunciação deixadas pelo sujeito-leitor. A pergunta que se impõe, a partir daí, é: como analisar um processo a que não temos acesso, uma vez que a relação se dá somente entre leitor e texto? Para a autora, é possível observar a leitura por meio do que o leitor diz sobre o que leu. Dessa forma, tendo como *corpus* específico de seu estudo provas de vestibular, Naujorks busca na escrita sobre a leitura (ou seja, na redação dos alunos) rastros que permitam evidenciar a singularidade da leitura empreendida por diferentes leitores. De forma análoga, podemos pensar que, no que concerne a este trabalho, a leitura do texto original, realizada pelo tradutor, se deixa evidenciar na própria tradução. É por meio da consideração de como o tradutor traduz o texto original que podemos, igualmente, compreender como ele lê esse texto, dado que, retomando Plassard (op. cit.), com base em J. Talens (1993)<sup>101</sup>, a tradução é uma leitura *sobre*, e não *a partir* do original, sendo a realização de uma de suas proposições de sentido.

A seção seguinte discute com mais vagar essa “realização de uma de suas proposições de sentido”. No entanto, é hora de utilizar as considerações apresentadas até aqui

---

<sup>100</sup> No debate transcrito ao final do texto *A forma e o sentido na linguagem*, J.C. Piguet resume as ideias apresentadas por Benveniste da seguinte forma: “Benveniste disse mais ou menos: ‘O sentido da frase é outra coisa que o sentido das palavras que a compõem; o sentido das frases é dado pela idéia, o sentido das palavras pelo seu emprego na frase’. E acrescentou: ‘O sentido da frase equivale à totalidade da idéia, percebida semanticamente, a forma da frase ao contrário é dada pela dissociação desta totalidade em unidades semióticas ou pela composição de unidades semióticas independentes’. Parece então que a semiótica e a semântica formam dois planos que dependem senão de métodos, ao menos de idéias epistemológicas ou metodológicas distintas. A *semântica pressuporia um método global de apreensão do sentido*. Por oposição, *o método ou a direção do espírito requerido pela semiótica seria de composição ou de decomposição, portanto analítico e não global*” (*A forma* [1966], *PLG II*, p. 239/235 – grifos meus).

<sup>101</sup> Obra a que não tive acesso.

sobre leitura do ponto de vista enunciativo para respondermos, enfim, a pergunta que iniciou esta seção: há especificidades na leitura do tradutor?

A proposta de Naujorks para o estudo da leitura pelo viés enunciativo deixa claro que, por se tratar de uma enunciação e, portanto, sempre subjetiva, há sempre especificidades em qualquer leitura. O interesse, porém, é pensar o que difere a leitura realizada por um tradutor daquela realizada em condições diferentes daquelas impostas pela tradução. Há diferença entre ler e ler para traduzir? Preliminarmente, a asserção de J. Talens, recuperada por Plassard (op. cit.), já dá indícios da especificidade da leitura empreendida pelo tradutor: trata-se de uma leitura *sobre* o original. De forma análoga, desenvolvi, em texto intitulado *Do bilíngue ao tradutor, do enunciado à enunciação* (NUNES, 2011a), a ideia de que o que distingue a leitura “comum” da realizada pelo tradutor é que este último empreende uma leitura não do enunciado<sup>102</sup>, mas da enunciação, ou seja, não do produto, mas do processo. “Ler a enunciação” significa

ir além da simples materialidade do texto, suspeitar da transparência do enunciado, passando a interrogá-lo como produto de uma enunciação, resultado, portanto, de uma articulação particular de *forma* e *sentido* (cf. BENVENISTE 1989), produzida pelo autor do original. Isso não quer dizer, no entanto, que o tradutor deve procurar saber *o que* o autor quis dizer (...); antes, o tradutor deve procurar saber *como* o autor disse o que disse, isso é, como o texto se configura em uma organização semântica particular, ou seja, como o texto produz sentido, como o autor, em seu uso particular da linguagem, articulou *forma* e *sentido*, produzindo uma sintaxe própria. (p. 17-8).

A reprodução dessa passagem deve deixar clara a relação com a proposta de Naujorks em pelo menos alguns pontos. Primeiramente, pela relação *forma-sentido* que, segundo a autora, é lida sempre em duas dimensões, *semiótica* e *semântica*. Em segundo lugar, pela primazia dada à leitura da organização semântica particular, isto é, da sintagmação, própria do universo *semântico*. E, em terceiro lugar, pela ausência computada ao autor. Da mesma forma que defende Naujorks, que o processo de leitura não pode contemplar o autor do texto, pois estamos analisando a leitura, e não a produção textual, o tradutor também não pode buscar ler a enunciação do texto como aquilo que o autor quis dizer, precisamente porque o autor é uma variável que não se apresenta nessa equação. O que se tem é o texto a ser traduzido, e é com ele que o tradutor dialoga, ainda que esse texto só exista,

---

<sup>102</sup> Ainda que os termos utilizados pareçam ir de encontro à hipótese levantada por Naujorks, uma vez que afirma que o locutor-leitor dialoga precisamente com o enunciado, a distinção se apresenta mais na nomenclatura do que propriamente na concepção de leitura.

evidentemente, como produto da enunciação de um autor. Isso, aliás, é contemplado pela autora ao afirmar que cada texto tem uma “história de enunciação” (p. 94). Isto é, ao mesmo tempo em que a leitura instaura sempre uma nova cena enunciativa, um novo *eu-tu-aqui- agora*, o próprio texto já foi, em outro momento, outra enunciação, e já fez parte de um outro *eu-tu-aqui- agora*. Por isso a mobilidade nas posições ocupadas pelo leitor, ora se colocando como *tu*, ora como *eu*, dependendo do ponto de vista adotado (produção ou leitura).

No entanto, há uma diferença entre minha proposta e a de Naujorks, que remete, finalmente, à diferença entre a leitura “comum” e a leitura especializada do tradutor. Dado que “ler e traduzir é ler para traduzir”, conforme resgata Plassard (op. cit.) da obra *Lire et traduire*, de Claude e Jean Demanueli<sup>103</sup>, a leitura empreendida com vistas à tradução dá atenção especial à relação *forma-sentido* em seu aspecto *semiótico*. Isso porque, mais do que apenas entender o conteúdo do texto, o tradutor precisa entender o modo *como* esse sentido é vinculado. Nas palavras de Eco (2007), “não é suficiente produzir o efeito. É preciso dar ao leitor da tradução a mesma oportunidade que teve o leitor do original, aquela de ‘desmontar o mecanismo’, de entender (e desfrutar) os modos nos quais o efeito é produzido” (p. 346). Dessa forma, diferentemente da leitura ordinária, em que o conteúdo tem, normalmente, primazia sobre a forma de veiculação – afinal, lemos para saber algo que não sabíamos, para nos divertir etc. –, a leitura do tradutor precisa atentar para aspectos que dizem respeito ao plano *semiótico* da língua, ainda que, como nos alerta Benveniste, o semitocismo de uma língua não possa ser transposto para o de outra. O que está em jogo para o tradutor, portanto, é a consideração de todos os aspectos linguísticos implicados no texto a ser traduzido, pois todos, em conjunto, convergem para uma forma de dizer que é específica do texto original. E é essa forma específica de dizer que deve ser avaliada pelo tradutor quando à sua possibilidade de tradução para outra língua.

Isso porque a tarefa do tradutor reside, essencialmente, em produzir um “mesmo” *semântico*, partindo de semióticos diferentes. “Mesmo”, entre aspas, porque, uma vez que o *semântico* está assentado sobre o *semiótico*, a própria mudança de uma língua para outra imprime, necessariamente, mudanças no sentido a ser veiculado pela tradução. As diferenças entre línguas se tornam, assim, o problema e a condição de existência do fenômeno tradutório. Problema porque o tradutor vive a eterna batalha de dizer com suas palavras e por meio de sua

---

<sup>103</sup> Obra a que não tive acesso.



língua algo que foi dito por outro, em outra língua; e condição de existência porque é somente em virtude da diferença que existe a necessidade de se traduzir.

Essa “batalha” com dois universos semióticos diferentes é o que tentei resumir em trabalho anterior:

Eis o paradoxo: o tradutor visa a traduzir o *sentido*, adaptando-lhe a *forma*, mas a própria mudança na *forma* impõe a mudança no *sentido*, num círculo vicioso que ratifica as palavras de Sobral: “traduzir é conviver com o desejo que jamais se realiza, é viver na companhia constante da impossibilidade de realizar plenamente o sentido – *e no entanto se traduz*” (BENEDETTI e SOBRAL, 2003, p. 214. Grifos dos autores). Eis aí a condição eterna do homem na língua (NUNES, 2011a, p. 26).

Dessa forma, a particularidade da leitura do tradutor, quando comparada à do leitor “comum”, dá-se essencialmente por essa necessidade de contemplação do plano semiótico das línguas envolvidas no processo tradutório, no eterno desejo de fazer o que é *diferente* (semiótico) resultar no “*mesmo*” (semântico), ainda que esse “mesmo” só possa ser aproximativo. Como sugere o título do livro de Eco (op. cit.), trata-se de dizer *quase a mesma coisa*. E, nesse aspecto, já atingimos o segundo movimento realizado pelo tradutor, o da escrita de uma leitura, que passa a ser foco de atenção a partir de agora.

### 5.1.2 A escrita de uma leitura

Defender a visão de escrita como enunciação deve demandar esforço menor do que apresentar a hipótese de leitura com esse mesmo estatuto. Endruweit (op. cit.) ocupou-se de observar, em textos produzidos por alunos, os elementos que configuram aquilo que chama de rastros de singularidade na/da escrita. Tais elementos, observados pela autora nas categorias que nomeou de inserção, substituição e supressão, podem mesmo ser vistos nos rascunhos das alunas, reproduzidos ao longo deste trabalho, em que é possível evidenciar os conflitos enunciativos que fazem parte do processo de tradução. No entanto, esta seção não tem por objetivo retomar as considerações propostas por Endruweit (op. cit.) e aplicá-las aos dados que compõem esta tese. Antes, o objetivo é bastante específico: dado que a leitura condiciona a escrita, e uma vez que a leitura já é, em si mesma, plena de subjetividade, qual a particularidade da escrita tradutora? Em outras palavras, se, como é sabido, a escrita é sempre

uma manifestação subjetiva, há particularidades na escrita do tradutor que a diferenciam da escrita de outro tipo de texto? É o que se pretende investigar a seguir.

Um esboço de resposta a esses interrogantes pode ser visto ao longo do caminho que nos trouxe até aqui. Ao tratar da relação que a tradução estabelece com o original, foi enfatizado que a escrita do tradutor está sempre na dependência de um outro texto, com o qual mantém uma relação de sentido. No entanto, isso não é suficiente. É necessário precisar ainda um elemento que torna a escrita tradutora particular, qual seja, o fato de ser, ela mesma, a atualização de uma análise semiológica empreendida pelo tradutor sobre o texto original.

Na esteira do que afirma Naujorks (op. cit.), podemos conceber a escrita como uma forma de atualização da leitura, material em que se torna possível observar os movimentos interpretativos realizados pelo sujeito-leitor. Assim, no caso do objeto deste estudo, são as próprias traduções das alunas que nos conferem a possibilidade de acessar seu entendimento, sua leitura do texto original. De fato, os excertos analisados no capítulo anterior, sobretudo com o auxílio da reprodução dos textos em sua versão de rascunho, acompanhados de rasuras, deixam claro alguns indícios de um processo de leitura. A manutenção de duas opções de tradução, por exemplo, indica a possibilidade de atualização de duas leituras possíveis, mas ainda não escolhidas em sua forma final pelo tradutor-aprendiz. Da mesma forma, os textos analisados são carregados de questionamentos e incertezas por parte das alunas em relação à sua própria leitura. O exercício analítico proposto pela professora tem por objetivo, ao menos do ponto de vista que nos é facultado como analistas externos, permitir às alunas refletir sobre suas próprias leituras e escolhas feitas para atualizá-las na forma de tradução.

A atividade de sala de aula e os rascunhos das alunas permitem perceber que há sempre possibilidade de variação ou de incerteza na leitura do original, mas que essa incerteza não pode ser transposta ao texto traduzido. O tradutor precisa, portanto, fazer uso de estratégias para que qualquer deficiência na leitura não se deixe transparecer na tradução. É o caso, por exemplo, da aluna que optou por não traduzir a metáfora de “doigt crevassé”, justificando que não conseguia “dar conta” do sentido veiculado pelo original.

Dessa conjuntura, é possível, então, entender a asserção de J. Telens, reproduzida por Plassard (cf. supra), para quem a tradução é a realização de uma das proposições de sentido oriundas da leitura do texto original. Tradução como realização de uma leitura, como

atualização, pois, lembrando as palavras de Naujorks, leitura é apropriação e atualização de sentidos. Atualização que se dá a cada nova leitura, evidentemente, e se manifesta materialmente em cada tradução, motivo pelo qual vemos tão frequentemente propostas de tradução diferentes para um mesmo original.

Mas a diversidade de traduções para um mesmo texto original não pode ser computada apenas à subjetividade que funda o ato mesmo de leitura, pois, lembremos, essa leitura deve ser atualizada na forma de texto. Como bem aponta Meschonnic (1973), “traduzir é uma re-enunciação” (p. 358). Ora, ser uma re-enunciação implica, minimamente, alguns fatores: (1) o de que já existe uma enunciação primeira, sobre a qual o tradutor se enuncia; e (2) o de que, por ser enunciação, a escrita tradutora também é tomada de subjetividade, pois não há uso linguístico que escape a esse princípio. É por isso que, ainda segundo o teórico, “traduzir um texto é uma atividade translinguística como a atividade de escrita mesmo de um texto, e não pode ser teorizada pela linguística do enunciado” (ibid., p. 306).

Ao tratar a tradução como uma atividade translinguística, ainda que o termo tenha sentido um tanto diferente no escopo da obra de Meschonnic, não é difícil remeter tal asserção ao pensamento benvenistiano de uma linguística de segunda geração, que ele chama, precisamente, de translinguística, pois se dá sobre os textos, sobre as obras. Aí parece residir a especificidade da escrita tradutora: ela é uma escrita que se pauta por uma outra escrita. E, sendo a escrita, conforme visto anteriormente, uma forma complexa do discurso, é razoável afirmar que a tradução é uma forma complexa do discurso que se dá sobre outra forma complexa, a escrita do texto original. É justamente por se dar sobre uma outra forma complexa do discurso que sustento que o próprio tradutor, ao empreender uma análise semiológica, isto é, semântica e semiótica, do texto original, realiza, ele mesmo, uma metassemântica. Evidentemente, o resultado dessa análise metassemântica não se dá nos moldes nos quais normalmente esperamos que um analista manifeste suas considerações. Ao contrário, a análise metassemântica do tradutor é materializada em sua própria tradução. A tradução pode, nesse caso, ser vista como o comentário de que fala Normand (2001), ao afirmar que “a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação” (p. 182). Além disso, como não é possível atualizar na tradução todas as interpretações possíveis originadas na leitura, “assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido”.

É nesses termos, portanto, que concebo a análise empreendida pelo tradutor como uma análise semiológica e sua atividade de tradução como uma metassemântica, cujo resultado é a própria tradução. Traduzir, do ponto de vista enunciativo, é atualizar uma análise translinguística do texto a ser traduzido. E tudo isso é fruto, devemos sempre lembrar, da característica complexa que configura essa forma do discurso (a enunciação escrita). O tradutor, para poder traduzir, precisa se *apropriar* do discurso do outro, do original, e essa apropriação institui, como não poderia deixar de ser, uma nova enunciação, que faz com que todo o ato de tradução (e também qualquer ato de tradução) seja uma re-enunciação. Nessa re-enunciação, quem faz os sujeitos se enunciarem dentro de sua própria escrita não é mais o autor do original, mas o próprio tradutor que, ao se apropriar do discurso do outro, torna-o próprio, colocando-se como sujeito de um dizer que é do outro, mas, ao mesmo tempo, seu. Eis aí a complexidade da enunciação escrita.

## **5.2 Implicações para a Teoria da Enunciação benvenistiana**

A execução deste trabalho pôs em evidência algumas possibilidades e necessidades para o campo dos estudos enunciativos. Do lado das possibilidades, a primeira delas evidencia o fato de que um estudo da tradução pode ser conduzido tendo como objeto de análise elementos outros que não apenas aqueles canonicamente observados em uma análise enunciativa. A proposta aqui apresentada aponta na direção de uma abordagem da tradução que a contemple como fenômeno de uso linguístico e, portanto, marcado em sua totalidade pelo locutor que mobiliza a língua por sua conta.

Essa subjetividade, que impregna todo e qualquer uso linguístico e do qual a tradução evidentemente não escapa, institui uma forma de pensar o processo tradutório que tem implicações diretas no ensino. Ainda que esse tema seja desenvolvido mais detidamente a seguir, cabe já a observação de que, dadas as condições que pautam uma abordagem enunciativa do fenômeno tradutório, não é possível mais pensar em tradução certa ou errada. Dado que toda tradução é sempre fruto de um processo subjetivo de leitura e de escrita, avaliar uma tradução como certa ou errada é destituir do processo todo elemento subjetivo. Obviamente, isso não permite que a subjetividade dê lugar a toda e qualquer solução para a tradução. Se afirmo que não há tradução certa ou errada é porque o que há é tradução

adequada ou não, justificável com base no texto original ou não. Eis a razão pela qual a forma de condução do trabalho em sala de aula realizado pela professora cujas aulas foram analisadas se torna tão significativa, à medida que permite às alunas precisamente criar condições para que possam justificar suas escolhas e refletir conscientemente sobre elas.

No entanto, ainda que o objeto observado nesta tese seja a tradução, e as aulas que compõem o *corpus* sejam, evidentemente, relacionadas ao ensino deste objeto, parece razoável pensar que a proposta aqui apresentada, especialmente em sua relação com o ensino, possa ser aplicada ao estudo da produção textual como um todo, independentemente de estar ou não relacionada à tradução. Isso porque todo ato de escrita, conforme defendido neste capítulo, pressupõe também um ato de leitura, e ambos são marcados pela subjetividade.

Tais possibilidades se configuram, igualmente como necessidades: é preciso que mais trabalhos tomem o texto escrito como objeto de estudo, sem desvencilhá-lo de seu aspecto subjetivo e singular. Da mesma forma, este trabalho realiza apenas um movimento inicial em direção à consideração da tradução do ponto de vista enunciativo. Muitos outros trabalhos precisam ser elaborados para que seja possível realmente afirmar que o fenômeno tradutório passou a se constituir um tema de interesse para a Enunciação. Fica o convite para tal empreitada.

### **5.3 Implicações para a Didática da tradução**

Todas as perspectivas desenvolvidas até aqui tiveram como premissa uma distinção básica: o erro, no contexto de ensino, não tem o mesmo estatuto que tem quando cometido por um profissional de tradução. Essa diferença, que marca também a especificidade do erro abordado neste estudo, é de fundamental importância, uma vez que é preciso desvincular do erro cometido por aprendizes de tradução o seu caráter restrito à negatividade. Evidentemente, o erro dá indícios de que algo não vai bem no processo tradutório, mas tudo o que foi argumentado até aqui nos leva a observar que o erro ocupa um lugar muito especial no ensino de tradução: é por meio dele que o professor pode interferir no processo tradutório de seus alunos e desenvolver as habilidades tradutórias que faltam a eles. Dessa forma, o erro de tradução, poderíamos dizer, tem um estatuto positivo no ensino, pois se figura como uma possibilidade de intervenção direta do professor na formação discente. Mais do que isso, essa

intervenção tem algo de muito singular: ela é oriunda das necessidades apresentadas pelos próprios discentes. Isso merece ser pensado com mais detalhamento.

A abordagem do erro de tradução por meio de uma teoria enunciativa permitiu evidenciar que é possível tomá-lo como um *indicador de subjetividade*, uma vez que diz algo daquele que traduz, de sua relação com os textos e com as línguas das quais e para as quais traduz. Isso, por si só, já parece ostentar certo grau de ineditismo no campo dos estudos tradutórios. Prova disso é a contestação de Anthony Pym (op. cit.) acerca da validade dos estudos sobre erro de tradução que têm por objetivo estabelecer inventários sobre as razões que levam os alunos ao erro. A observação do autor nos é útil para entender que, ao contrário do proposto neste trabalho, o erro de tradução é normalmente tomado no que tem de mais generalizante, sendo alvo mesmo de classificações e inventários. Na esteira do que propõe Pym, a primeira contribuição deste estudo para a didática da tradução é a contestação da possibilidade de consideração do erro de tradução como algo geral, como uma manifestação linguística que não tem relação com aquele que erra.

Os recortes analisados no capítulo anterior devem ter sido suficientes para comprovar que (1) há erros específicos para tradutores específicos, ainda que alguns possam ser mais recorrentes e (2) que o erro diz algo daquele que erra, o que pode ser evidenciado pelas extensas discussões entre professora e discentes nos casos analisados. E é sobre esse segundo aspecto que emerge a segunda implicação desta tese para o ensino de tradução: o erro só tem valor para aquele que erra, e esse valor só pode ser avaliado pelo professor se este permitir ao aluno que fale sobre ele.

Obviamente, nem todas as aulas de tradução têm a mesma configuração daquela analisada neste estudo. No entanto, qualquer que seja a metodologia adotada pelo professor, creio que seja possível afirmar que ela deva dar espaço para que os alunos possam refletir criticamente acerca de suas próprias falhas. E esta é a única instância em que me distancio de Anthony Pym: ao contrário de sua proposta, o erro a ser debatido em sala de aula não é necessariamente o não-binário, ainda que este seja, realmente, o de maior incidência. O exemplo das traduções de “tirage de chasse”, por exemplo, claramente um erro binário, foi suficiente para sustentar o ponto de vista de que o que torna um erro produtivo ou não de ser discutido em sala de aula diz respeito muito mais ao *valor* que alunos e professor atribuem a ele do que à sua tipologia. No caso analisado, um erro binário foi capaz de suscitar discussões

em pelo menos três direções diferentes. Isso nos serve para comprovar não só a centralidade que o erro tem no contexto de ensino, como também a hipótese de que um erro só tem valor para aquele que erra. E observamos claramente que alunos diferentes atribuem valores distintos aos seus erros, motivo pelo qual são estabelecidas discussões sobre tantos outros aspectos de tradução partindo de um mesmo erro.

Mais do que isso, os recortes analisados demonstram que a forma de condução das aulas da professora privilegia o *falar sobre* o erro. Essa é a terceira contribuição deste trabalho. Nas abordagens do erro de tradução, poucas vezes vimos ser contemplado o *falar sobre* o erro. Os dados, no entanto, deixam evidente que esse *falar sobre* revela aspectos do processo tradutório dos discentes que não podem ser acessados pelo professor, se não por meio do que o aluno fala. Falar sobre o erro permite aos alunos refletir criticamente sobre os dois movimentos discutidos na seção anterior, de leitura e de escrita. É ao falar sobre suas falhas que o tradutor-aluno toma maior consciência sobre suas estratégias de tradução e pode avaliar sua pertinência ou não ou mesmo aprender novas formas de lidar com dificuldades apresentadas pelo ofício tradutório. É por meio dessa fala que pode avaliar também se sua leitura do original tem validade e pode ser justificável textualmente.

Dada essa centralidade do *falar sobre* o erro, poderíamos conjecturar uma quarta contribuição deste trabalho: a habilidade de falar sobre a tradução deve ser parte da competência tradutória, nos termos em que a entende Hurtado Albir (2008). Se a competência tradutória é o conjunto de habilidades e competências que tornam um bilíngue apto a ser tradutor, parece coerente pensar que a habilidade de falar sobre a tradução seja essencial ao tradutor, aprendiz ou não. Isso porque, conforme bem lembra a professora no primeiro recorte analisado, o tradutor precisa ser capaz de justificar suas escolhas e estar preparado para sustentá-las sempre que se fizer necessário. Logo, se essa é uma imposição da profissão, o ensino deve contemplá-la.

A forma de contemplação dessa habilidade constitui, a meu ver, a quinta implicação deste trabalho para o campo tradutório. Se falar sobre o erro é imperativo, o objeto do ensino do professor deixa de ser o erro *per se* e passa a ser justamente *o que se fala* sobre o erro. Eis aí o verdadeiro instrumento de trabalho do professor de tradução, e até mesmo Anthony Pym comunga desse princípio ao relatar que “os erros de tradução devem se tornar a base de discussão. Eu tenho a tendência de passar a maior parte do meu tempo de aula fazendo os

alunos discutir sobre seus erros. Poderíamos dizer que ele [o erro] é a base do meu ensino”<sup>104</sup> (1993, p. 103).

Tendo isso em mente, é lícito pensar que a produtividade de um ensino pautado no erro é diretamente dependente da postura adotada pelo professor e de sua consciência sobre a importância que o erro tem nesse contexto. O professor precisa permanecer sensível à fala de seus alunos, lembrando que, se o erro só tem valor para aquele que erra, esse valor também diz respeito à instância enunciativa em que instaura referência e correferência, esgotando-se nela. Isso quer dizer que uma mesma instância de erro, pode, por exemplo, suscitar discussões extremamente produtivas para determinado grupo de alunos e não tão produtivas para outros. Novamente, não é o tipo de erro (binário ou não) que está em jogo, mas o que se fala sobre ele. A sensibilidade do professor reside, portanto, na capacidade de avaliar quais erros podem gerar discussões mais produtivas em sala de aula, e oportunizar aos alunos um lugar de enunciação para falar sobre eles, fazendo com que os eles próprios sejam capazes de perceber os erros em suas próprias produções e nas produções dos colegas, tornando o ensino menos centralizado na figura do professor e menos dependente de sua autoridade. É nesse sentido que permaneço, mais uma vez, ao lado de Pym (op. cit.) quando este refere que o ensino de tradução deve ser *indutivo* e sempre partir de um problema.

Por fim, mas não menos importante, as considerações desenvolvidas nesta seção convergem para aquilo que poderíamos chamar de uma “pedagogia do erro”, se entendermos pelo termo *pedagogia* o conjunto de teorias, metodologias e princípios que regem o ensino. Uma vez assumido que o erro e a fala sobre o erro têm papel preponderante no ensino do ofício tradutório, o professor tem condições de organizar suas aulas de forma a permitir que esse erro ocupe um lugar cativo em suas aulas. Os recortes de aulas aqui analisados são exemplos de como tal pedagogia pode ser aplicável em sala de aula, à medida que promovem *eventos de letramento*<sup>105</sup> com base nas propostas de tradução dos alunos. Seja qual for a

<sup>104</sup> No original: “*Translation errors should become the basis for a discussion. I tend to spend most of my class-time getting students to discuss their errors. You could say it’s the basis of my teaching*”.

<sup>105</sup> *Evento de letramento* é um termo utilizado em Linguística Aplicada, sobretudo nos estudos de etnografia, e pode ser entendido como “uma ferramenta conceitual útil para examinar, em determinadas comunidades da sociedade moderna, as verdadeiras formas e funções das tradições orais e escritas e a relações coexistentes entre língua falada e língua escrita. Um evento de letramento é qualquer situação em que um texto escrito é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação” [No original: “*The literacy event is a conceptual tool useful in examining within particular communities of modern society the actual forms and functions of oral and literate traditions and co-existing relationships between spoken and written language. A literacy event is any occasion in which a piece of writing is integral to the nature of participants’ interactions and their interpretative processes.*”] (HEATH, 1988, p. 350, com base em HEATH,



metodologia adotada pelo professor, esta deve propiciar que esse tipo de evento de letramento tenha lugar em seu ensino. Para finalizar, seguindo o tom que norteou este trabalho, a tradução precisa ser vista, por professores e alunos, como uma *forma complexa do discurso*, pois só ela faz jus a todos os elementos envolvidos neste processo sempre intrincado que é o traduzir.

---

1978). Shirley Brice Heath é uma das pioneiras no estudo de letramento e sua definição para *evento de letramento* é amplamente utilizada até hoje.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo trabalho, quando chega a seu fim, ensaia um recomeço. Recomeço porque é preciso retomar o que já foi dito e propor um fechamento. Mas recomeço também porque se configura no momento em que algo a mais se inicia. Retomando as palavras que abriram este trabalho, “nenhuma ‘teoria’ do traduzir seria necessária se algo não devesse mudar na prática da tradução”. É essa mudança na prática da tradução que vejo como um *recomeço*. Por isso, não tenciono recuperar o caminho que nos trouxe até aqui, mas falar um pouco sobre as perspectivas que se abrem com esta pesquisa. Trata-se, portanto, de falar da relevância da escrita deste texto, para mim e para a comunidade acadêmica.

Essa relevância, sem dúvida, passa pelas palavras de Berman, acima citadas. Todo o trabalho desenvolvido até aqui terá sido em vão se não fizer com que algo mude na prática do ensino de tradução. Com isso, não penso em mudanças drásticas, de forma a erradicar tudo o que vem sendo feito no campo da formação de tradutores. Muito pelo contrário. Nenhuma teoria e nenhuma prática se materializam senão pela avaliação do que as precede, de forma a observar o que deve permanecer e o que deve ser repensado. Assim, a mudança que este trabalho propõe é apenas uma: que a tradução passe a ser vista, pelos professores que formam tradutores, como uma atividade que, por ser linguística, não pode estar desvinculada daquele que traduz. Há um sujeito que traduz e que deixa rastros, índices de subjetividade, em sua tradução. E isso deve ser respeitado pelo professor.

Respeitar o sujeito que traduz equivale, a meu ver, a reconhecer que a tradução é sempre múltipla, o lugar em que as possibilidades tomam corpo. Não se pode *ensinar tradução*, nos termos entendidos por alguns, erroneamente, se isso se tratar de ensinar a forma certa de traduzir. O caminho percorrido neste trabalho deve ter deixado claro que, em matéria de tradução, o erro é aquilo que não pode ser textualmente justificado. As escolhas pessoais, as estratégias aplicadas, a leitura tão particular que os tradutores (no caso aqui em questão, os alunos) fazem do texto a ser traduzido devem ter lugar na *formação do tradutor*. E trata-se mesmo de *formação*, e não propriamente de *ensino*, pois há elementos do fazer tradutório que não podem ser *ensinados*. Se entendermos que traduzir é uma habilidade que pressupõe *competências*, é fácil perceber que, justamente por serem *competências*, elas não podem ser ensinadas. O que o professor de tradução pode, sim, fazer por seus alunos, é sofisticar certas

habilidades, por meio da discussão das dificuldades que a prática de tradução impõe. Observemos, portanto, que *formação* e *prática* estão diretamente ligadas e que o professor é, portanto, aquele que tem mais prática, mas que, nem por isso, deve permanecer surdo às demandas de seus alunos. Toda formação de tradutores deve ter o aluno como centro, pois é ele quem vai direcionar o que precisa ser ensinado de acordo com suas necessidades.

Disso, poderia emergir a pergunta: e o currículo? Se tudo deve partir do aluno, que lugar tem o currículo dos cursos de bacharelado? Ora, levar em consideração o aluno de forma alguma exclui o planejamento. O que não se pode, em minha perspectiva, é deixar que o planejamento fale mais alto do que as necessidades discentes. Além do mais, muitas dessas necessidades não são percebidas ou verbalizadas pelos alunos, motivo pelo qual se faz ainda mais importante a figura do professor, que precisa permanecer atento ao que falta para que seus alunos possam desempenhar seu ofício com maior autonomia, confiança e eficiência.

Propus observar como o professor pode estar atento a tais demandas por meio da análise do erro de tradução, por ser ele, como tão enfatizado ao longo deste trabalho, o ponto em que a subjetividade do tradutor pode ser percebida de forma mais flagrante. Ademais, conforme proposto no último capítulo, o erro tem papel fundamental no ensino, e as ideias desenvolvidas aqui permitem mesmo pensar em uma forma de ensino que o coloque no centro da atividade pedagógica. E dar esse destaque ao erro de tradução se iguala a reconhecer a subjetividade que se manifesta em toda e qualquer tradução. É dessa forma que percebo uma forma de recomeçar: é preciso dar à subjetividade na linguagem do tradutor o lugar que lhe cabe, isto é, reconhecê-la como condição mesmo do traduzir (afinal, só há tradução porque um locutor se propõe como sujeito dessa tradução) e como produto da tradução (pois nenhum texto traduzido deixa de mostrar marcas linguísticas daquele que traduz).

A expectativa de que este trabalho possa ter aplicação prática, porém, não pode ser levada à realidade apenas pela mesma pessoa que o idealizou. A proposta ora apresentada não faz mais do que evidenciar uma alternativa no caminho dos professores que formam tradutores, e, mais do que isso, faz um convite para que a tradução seja também vista pelo ponto de vista enunciativo, fazendo com que uma abordagem enunciativa da tradução possa realmente se desenvolver. Isso, certamente, demandará tempo e até mesmo coragem para sair do lugar de conforto que muitos de nós, professores, mesmo sem notar, nos colocamos. Mas o convite está feito e o caminho aberto para novas iniciativas.

Por fim, uma lembrança. Umberto Eco (2007) nos instiga a pensar que

o importante é fazer as coisas com gosto. E se tiverem escolhido o tema que vos interessa, se tiverem decidido dedicar verdadeiramente à tese o período, mesmo curto, que previamente estabeleceram (...), verificarão então que a tese pode ser vivida como um jogo, como uma aposta, como uma caça ao tesouro (p. 233).

Foi assim que esta tese foi vivida em cada linha que ia sendo escrita. Espero que o encantamento que em mim despertou e os desafios que lançou para o futuro possam também envolver aqueles que a ela decidirem dedicar um pouco do seu tempo.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBIR, Amparo Hurtado. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: Paganao, A.; Magalhães, C.; Alves, F. **Competência em tradução**. Cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 15-57.
- \_\_\_\_\_. **Tradución y Traductología**. Introducción a la Traductología. 4ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.
- ALUÍSIO, Sandra Maria; ALMEIDA, Gladis M. de Barcelos. O que é e como se constrói um *corpus*? Lições aprendidas na compilação de vários *corpora* para pesquisa lingüística. **Calidoscópio**. São Leopoldo, RS. v.4, nº3. 2006. p. 155-177.
- ALVES, Fábio. Unidades de tradução: o que são e como operá-las. In: Alves, Fábio; Magalhães, Célia; Pagano, Adriana. **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2009.
- ARROJO, Rosemary (Org.). **O signo desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2003.
- BAKER, Mona (et al). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2ª ed. Londres: Routledge, 2001.
- BATALHA, Maria Cristina; PONTES JR., Geraldo. **Tradução**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BASSNETT, Susan. **Translation Studies** (new accents). Londres: Routledge, 2002.
- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, Andre. Where are we in translation studies? In: \_\_\_\_\_. **Constructing cultures**: essays on literary translation. (Topics in Translation 11). Bristol: Multilingual Matters, 1998.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.
- BENEDETTI, Ivone C.; SOBRAL, Adail. **Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BENVENISTE, Emile. [1946] Estrutura das relações de pessoa no verbo. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. [1954] Tendências recentes em lingüística geral. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. [1956] A natureza dos pronomes. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. [1958] Da subjetividade na linguagem. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. [1959] As relações de tempo no verbo francês. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. [1963] A filosofia analítica e a linguagem. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. [1964] Os níveis da análise lingüística. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. [1965] A linguagem e a experiência humana. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. [1966] A forma e o sentido na linguagem. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. [1968] Estruturalismo e lingüística. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. [1969] Semiologia da língua. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. [1970] O aparelho formal da enunciação. In \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1976.

\_\_\_\_\_. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974.

BERMAN, Antoine. **L'épreuve de l'étranger**: culture et traduction dans l'Allemagne romantique. Paris: Editions Gallimard, 1984.

\_\_\_\_\_. **A tradução e a letra, ou, O albergue do longínquo**. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET, 2007.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. **Corpus linguistics**: investigating language structure and use. (Cambridge approaches to linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BRAIT, Beth. Enunciação e intersubjetividade. **Letras**, n. 33. Universidade Federal de Santa Maria: PPGL editores, jul-dez de 2006.

BRESSAN, Nílvia T. W. **O deserto de uma metassemântica esconde tamareiras em flor**: o legado translingüístico de Benveniste. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Tese de doutorado.

- BRUNET, Emilie. **Le fonds Émile Benveniste**. Jan, 2008. Disponível em: [www.item.ens.fr/fichiers/Theorie.../fondsEB\\_historique\\_enligne.pdf](http://www.item.ens.fr/fichiers/Theorie.../fondsEB_historique_enligne.pdf). Acesso em 22 de junho de 2010.
- DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Paris : Editions In Press, 2006.
- DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Bauru, SP: Edusc, 2007. v. 1: O campo do signo – 1945/1966. 513 p. – v. 2: O canto do cisne – de 1967 a nossos dias. 575 p.
- DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2010. 23ª ed. (Estudos; 85)
- ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Tese de Doutorado)
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Sujeito da enunciação* e o esboço de uma reflexão sobre singularidade enunciativa. In: NORMAND, Claudine. (Org.) **Paralleles floues: vers une théorie du langage**. (no prelo)
- \_\_\_\_\_. Fato, nível da análise lingüística e transcrição: três operadores da análise enunciativa. In: Vilson Leffa; Aracy Ernst. (Org.). **Linguagens**. Metodologias de ensino e pesquisa. Pelotas, RS: 2012a, p. 150-164.
- \_\_\_\_\_. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: Marlene Teixeira; Valdir do Nascimento Flores. (Org.). **O sentido na linguagem: uma homenagem à Professora Leci Barbisan**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012b. p. 153-170.
- \_\_\_\_\_. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise lingüística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela. (Orgs.). **Língua e linguagem: perspectivas de investigação**. 1 ed. , 2010, v. 1, p. 45-57.
- \_\_\_\_\_. Entre o *dizer* e o *mostrar*: a transcrição como modalidade de enunciação. **Organon** (UFRGS), v. 40-41, p. 30-45, 2006.
- FLORES, Valdir et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento; NUNES, Paula Ávila. Lingüística da enunciação: uma herança saussuriana? **Organon** (UFRGS), v. 21, p. 199-209, 2007.
- FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

- FRIEDRICH, Hugo. [1965] On the art of translation. In: SCHULTE, Rainer; BIGUENET, J. (Orgs.) **Theories of translation: an anthology of essays from Dryden to Derrida**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992. p.11-16.
- FROTA, Maria Paula. **A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise**. Campinas, SP: 1999. (Tese de doutorado).
- \_\_\_\_\_. Erros e lapsos de tradução: um tema para o ensino. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis, SC. v.1, nº17. 2006. p.141-156.
- GENTZLER, Edwin. **Teorias contemporâneas da tradução**. 2ª Ed. São Paulo: Madras, 2009.
- GRÉSILLON, Almuth. **Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- GUIDÈRE, Mathieu. **Introduction à la traductologie: penser la traduction hier, aujourd'hui, demain**. 2ª ed. Bruxelas : De Boeck Université, 2010.
- HATIM, Basil; MASON, Ian. **The translator as a communicator**. London and New York: Routledge, 1997.
- HEATH, Shirley Brice. Protean shapes in literacy events: ever-shifting oral and literate traditions. In: KINTGEN, Eugene R.; KROLL, Barry M.; ROSE, Mike. (Eds.) **Perspectives on literacy**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1988.
- HOLMES, James S. [1972] The name and nature of translation studies. In: VENUTI, Lawrence (Org.) **The translation studies reader**. Londres: Routledge, 2000.
- HOUSE, Juliane. **Translation quality assessment: a model revisited**. Tübingen: Narr, 1997. (Tübingen Beiträge zur Linguistik; 410)
- JAKOBSON, Roman. **Lingüística e comunicação**. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003.
- \_\_\_\_\_. Les embrayeurs, les categories verbales et le verbe russe. In: **Essais de linguistique générale** (Arguments 14). Paris : Les éditions de Minuit, 1963.
- KUSSMAUL, Paul; TIRKKONEN-CONDIT, Sonja. Think-Aloud Protocol Analysis in Translation Studies. **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, vol. 8, nº 1, 1995, p. 177-199. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/037201ar> . Acesso em: 07 de abril de 2012.
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LARANJEIRA, Mário. **Poética da tradução: do sentido à significância**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Criação e crítica; v. 12)



- MALMJKJAER, Kirsten. Translation and linguistics: what does the future hold? In: Alessandra (Org.). **Translation studies: perspectives on an emerging discipline**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 11-119.
- McENERY, Anthony; XIAO, Richard; TONO, Yukio. **Corpus-based language studies: an advanced resource book**. (Routledge Applied Linguistics). New York: Routledge, 2006.
- MESCHONNIC, Henri. **Pour la poétique II: épitémologie de l'écriture, poétique de la traduction**. Gallimard, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Poétique du traduire**. Editions Verdier, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Dans le bois de la langue**. Paris: Éditions Laurence Teper, 2008.
- MILTON, John. **Tradução: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção leitura e crítica).
- MOÏNFAR, Mohammad Djafar. Bibliographie des travaux d'Emile Benveniste. In: SOCIÉTÉ DE LINGUISTIQUE DE PARIS. **Mélanges linguistiques offerts à Emile Benveniste**. Paris : Société linguistique de Paris, 1975.
- MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. São Paulo: Cultrix: 1975.
- MUNDAY, Jeremy. **Introducing translation studies: theories and applications**. Londres: Routledge, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **The Routledge companion to Translation Studies**. Londres: Routledge, 2009.
- NORD, Christiane. **Text analysis in translation: theory, methodology, and didactic application of a model of translation-oriented text analysis**. Amsterdam, Atlanta, Rodopi: 1991.
- NORMAND, Claudine. Le sujet dans la langue. **Langages**, ano 19, n° 77. Mar, 1985. Le sujet entre langue et parole(s). p. 7-19. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726x\\_1985\\_num\\_19\\_77\\_1500](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1985_num_19_77_1500). Acesso em 22 de junho de 2010.
- \_\_\_\_\_. Les termes de l'énonciation de Benveniste. **Histoire Épistémologie Langage**. Vol. 8, fascículo 2, 1986. Histoire des conceptions de l'énonciation. pp. 191-206. Disponível em : [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel\\_0750-8069\\_1986\\_num\\_8\\_2\\_2232](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel_0750-8069_1986_num_8_2_2232). Acesso em 22 de junho de 2011.
- \_\_\_\_\_. Constitution de la sémiologie chez Benveniste. **Histoire Épistémologie Langage**. Vol. 11, fascículo 2, 1989. Extension et limites des théories du langage (1880-1980). p. 141-169. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel\\_0750-8069\\_1989\\_num\\_11\\_2\\_2302](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel_0750-8069_1989_num_11_2_2302). Acesso em 22 de junho de 2010.

- \_\_\_\_\_. [1996] Émile Benveniste: qual semântica? In: Flores, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Org.). **Convite à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. [2001] Semiologia, semiótica, semântica: observações sobre o emprego desses termos por Émile Benveniste. In: Flores, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). **Convite à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Saussure: une épistémologie de la linguistique**. Atas de Colóquio, Séoul, 2007.
- NUNES, Paula Ávila. Emile Benveniste, leitor de Saussure. **Cadernos do IL**, v. 42, 2012. p. 51-63.
- \_\_\_\_\_. Do bilíngüe ao tradutor, do enunciado à enunciação: notas sobre uma perspectiva enunciativa do tradutor e da tradução. **Tradterm**, nº18, 2011a. p. 09-27
- \_\_\_\_\_. Ferdinand de Saussure e o *Curso de Lingüística Geral*: que Lingüística? Linguasagem. 2011b. Disponível em: [http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao17/art\\_nunes.php](http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao17/art_nunes.php). Acesso em 19 de fevereiro de 2012.
- \_\_\_\_\_. O tradutor como função enunciativa. **Domínios de lingu@gem**. v. 5, nº 3. Universidade Federal de Uberlândia. 2011c.
- ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Lambert Lucas: Limoges, 2007.
- OTTONI, Paulo. **Tradução manifesta: double-bind & acontecimento**, seguido de **Fidelidade a mais de um: merecer herdar onde a genealogia falta**, de Jacques Derrida. Campinas: Editora da UINICAMP; São Paulo: EDUSP, 2005a.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Tradução: a prática da diferença**. 2ª ed. Rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2005b.
- PINO, Claudia Amigo; ZULAR, Roberto. **Escrever sobre escrever: uma introdução crítica à crítica genética**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. (Texto e linguagem)
- PLASSARD, Freddie. **Lire pour traduire**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.
- PYM, Anthony. **Epistemological problems in translation and its teaching: a seminar for thinking students**. Calaceit: Edicions Caminade, 1993.
- \_\_\_\_\_. Translation Error Analysis and the Interface with Language Teaching. In: Cay Dollerup & Anne Loddegaard (ed.) **The Teaching of Translation**. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 279-288. Disponível em: [http://www.tinet.cat/~apym/online/training/1992\\_error.pdf](http://www.tinet.cat/~apym/online/training/1992_error.pdf) Acesso em: 14 de julho de 2010.
- REISS, Katharina; VERMEER, Hans J. **Fundamentos para una teoria funcional de la traducción**. Madri: Ediciones Akal, 1996.

- RICCARDI, Alessandra. Introduction. In: RICCARDI, Alessandra (Org.). **Translation studies: perspectives on an emerging discipline**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.
- \_\_\_\_\_. Translation and interpretation. In: RICCARDI, Alessandra (Org.). **Translation studies: perspectives on an emerging discipline**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002b.
- SANTOS, Miriam. Controlo de qualidade na tradução. **Cadernos de Tradução**, vol. 2, nº 14, 2004, p. 57-85.
- SARDINHA, Tony Berber. Lingüística de Corpus: histórico e problemática. **D.E.L.T.A**, vol. 16, nº2. 2000. p. 323-367
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 26ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SCHULTE, Rainer; BIGUENET, J. (Org.) **Theories of translation: an anthology of essays from Dryden to Derrida**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- SÉGUINOT, Candace. Understanding why translators make mistakes. **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, vol. 2, nº 2, 1989, p. 73-81
- \_\_\_\_\_. Interpreting errors in translation. **Meta: Translators' Journal**, vol. 35, nº 1, 1990, p. 68-73.
- SOBRAL, Adail. **Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre tradução**. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2008.
- SOUZA, Pedro de. De como se perder na tradução. **Cadernos de Tradução**, vol. 2, nº 24, 2009, p. 213-224.
- STEINER, George. **After Babel: aspects of language and translation**. Londres: Oxford University Press, 1998.
- SURREAUX, Luiza Milano. **Linguagem, sintoma e clínica em *clínica de linguagem***. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese de doutorado.
- VENUTI, Lawrence. **Escândalos da Tradução: por uma ética da diferença**. Bauru: EDUSC, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **The translation studies reader**. 2ª edição. Londres: Routledge, 2004.
- VERMEER, Hans J. [1989]. Skopos and commission in translational action. In: VENUTI, L. (Org.) **The translation studies reader**. 2ª edição. Londres: Routledge, 2004.
- WADDINGTON, Christopher. **Estudio comparativo de diferentes métodos de evaluación de traducción general** (inglês-español). Madri: Unniversidad Pontificia Camillas, 2000.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
LINHA DE PESQUISA: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Considerando os princípios éticos que orientam as pesquisas que envolvem seres humanos, este documento visa a esclarecer o envolvimento dos participantes no processo investigatório. Com isso, prima-se pela autonomia dos sujeitos na decisão sobre a colaboração na pesquisa que constitui parte da elaboração da tese de doutorado provisoriamente intitulada *Enunciação e tradução: princípios para uma análise enunciativa do processo tradutório*.

Essa investigação se justifica por contribuir para a compreensão da complexidade da linguagem em uma de suas manifestações mais frequentes: a tradução. Seu objetivo geral é contribuir para os estudos enunciativos da linguagem através da tomada do processo tradutório como objeto de estudo, contribuindo, por consequência, para os estudos em Tradutologia e Didática da Tradução.

Dentre as etapas a serem desenvolvidas na pesquisa, destacam-se aquelas que envolvem diretamente os sujeitos pesquisados, a saber:

(a) a gravação em áudio dos dados. Essa etapa se configura pela gravação de, no mínimo, 04 (quatro) aulas da disciplina de *Estágio de Tradução IV*, ministrada pela professora Patrícia Reuillard, a partir do dia 07 de junho de 2010. O período de gravação poderá se estender de acordo com as necessidades da pesquisa. O registro das gravações, em arquivo digital, será feito pela pós-graduanda responsável pela pesquisa, que, posteriormente, também transcreverá, para fins de análise, os dados que julgar pertinentes ao estudo. O acesso às gravações está limitado à responsável pela pesquisa, ao seu orientador, professor Dr. Valdir do Nascimento Flores, e aos sujeitos pesquisados. Demais envolvidos no processo de elaboração e avaliação da tese terão acesso somente às transcrições, com vistas a garantir a confidencialidade e privacidade das informações coletadas e o anonimato dos participantes do estudo, quando de sua divulgação. Nenhuma alteração a respeito desse aspecto será feita sem conhecimento prévio e autorização por parte dos sujeitos da pesquisa.

(b) reprodução de textos (traduções) produzidos pelos sujeitos. Essa etapa se configura pela cópia reprográfica das diferentes traduções produzidas pelos sujeitos da pesquisa ao longo do período de gravação das aulas. Os textos poderão ou não ser tomados como dados na pesquisa, sendo passíveis de reprodução total ou parcial, quando de sua divulgação. A identidade do autor permanecerá anônima.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa têm as seguintes garantias: garantia de esclarecimento sobre quaisquer aspectos da pesquisa antes e durante o seu desenvolvimento; garantia de poder abandonar a pesquisa antes e durante o seu curso sem prejuízo para si; garantia de sigilo que assegure a privacidade dos envolvidos no processo investigatório no que se refere à não-identificação nominal e à não-informação de dados confidenciais e/ou identificadores.

\*\*\*

Tendo em vista o exposto nesse documento, declaro estar ciente do funcionamento da pesquisa à qual os dados se vinculam, autorizando a gravação, em áudio, dos mesmos, bem como a reprodução do material escrito, nas condições aqui delimitadas.

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
(sujeito da pesquisa)



---

Paula Ávila Nunes  
(pesquisadora responsável – PPG Letras/UFRGS)



---

Prof Dr. Valdir do Nascimento Flores  
(professor orientador)

Porto Alegre, 07 de junho de 2010.

# **ANEXOS**

ANEXO A – Texto proposto para tradução: excerto de *Les mots pour le dire*  
(Marie Cardinale)

La ruelle en impasse était mal pavée, pleine de trous et de bosses, bordée de minces trottoirs en partie détruits. Elle s'enfonçait comme un doigt crevassé entre des maisons particulières à un ou deux étages, serrées les unes contre les autres. Au fond, elle butait contre deux grilles envahies par une verdure mesquine.

Les fenêtres ne trahissaient aucune intimité, aucune activité. On se serait cru en province et on était pourtant en plein Paris, dans le XIV<sup>e</sup> arrondissement. Ce n'était pas la misère ici, pas la richesse non plus, c'était la vie de la petite bourgeoisie qui cache ses précieux bas de laine derrière des lézardes, des volets édentés, des gouttières rouillées et des murs décrépits qui s'écaillent par plaques. Mais les portes étaient fortes et les fenêtres des rez-de-chaussées gardées par de solides barreaux.

Cette trouée calme dans la ville devait dater d'une cinquantaine d'années car il y avait des relents de modern style dans les architectures disparates de ces demeures. Qui vivait là? A voir certaines verrières, certains heurtoirs de porte, certains vestiges de garniture, on pensait que c'était des retraités des arts qui terminaient leur carrière derrière ces façades, de vieux rapins, de vieilles cantatrices, d'anciens virtuoses de la scène.

Durant sept ans, trois fois par semaine, j'ai longé cette ruelle jusqu'au fond, jusqu'à la grille de gauche. Je sais comment tombe la pluie ici, comment les habitants se protègent du froid. Je sais comment, en été, s'y installe une vie presque rustique, avec des pots de géraniums et des chats endormis au soleil. Je sais comment est l'impasse le jour et la nuit. Je sais qu'elle est toujours vide. Elle est vide même quand un piéton se hâte vers une des portes ou qu'un conducteur sort son auto d'un garage. Je ne peux plus me rappeler quelle heure il était quand j'ai passé la grille pour la première fois. Ai-je vu seulement les plantations abandonnées du jardinet? Ai-je senti les graviers du chemin étrié? Ai-je compté les sept marches étroites du perron? Ai-je regardé le mur de meulière en attendant l'ouverture de la porte d'entrée?

Je ne le crois pas.

Par contre j'ai vu le petit homme brun qui me tendait la main. J'ai vu qu'il était très menu, très correctement vêtu et très distant. J'ai vu ses yeux noirs, lisses comme des têtes de clous.



ANEXO B – Texto proposto para tradução: excerto de *Les tribulations d'une jeune divorcée* (Agnès Abécassis)

1

L'INTRUS

Odeur des pieds : signe de santé.

GUSTAVE FLAUBERT

Il se tenait là, devant moi, me fixant d'un air de défi.

Je l'avais dérangé en me levant au beau milieu de la nuit, pour boire. Il ne m'avait pas entendue venir, car je m'étais déplacée sans faire de bruit, afin de ne pas réveiller mes filles qui dormaient paisiblement dans la chambre d'à côté. J'avais avancé pieds nus, en pilotage automatique dans le noir, priant pour ne pas m'incruster un de leurs micro-jouets Kinder Surprise dans la plante des pieds. Lorsque soudain, je perçus un mouvement dans la pièce. J'allumai brusquement la lumière du salon. Mon sixième sens ne m'avait pas trahie.

L'intrus s'immobilisa.

Je fis un immense effort pour m'empêcher de crier.

J'étais divorcée à présent. Et la seule adulte de la maison à pouvoir gérer une situation pareille : celle de se retrouver face à un inconnu dans son appartement à deux heures du matin. Je ne pouvais compter que sur moi-même. Hurler ne servirait à rien, sinon à affoler mes enfants.

Mais avant de continuer ce récit, permettez-moi d'abord de me présenter.

Je m'appelle Déborah Assouline, ex-Déborah de Montmarchay, car mon divorce d'avec Jean-Louis a été officiellement prononcé il y a quelques mois. J'ai vingt-huit ans, et je suis la maman comblée de deux petits microbes de quatre et deux ans, Héloïse et Margot. Je suis brune, de taille moyenne, pas trop moche (un peu poilue, peut-être), et je compte parmi les quelques femmes à ne pas pouvoir, même sous la torture, regarder Fort Boyard, à cause de l'ignoblissime épreuve de la main dans le bocal des insectes. Je convulse de répulsion à la simple vision d'un extrait de cette séquence dans une bande-annonce.

Une place de choix aurait pu m'être réservée dans *Psychologie Magazine*, à l'intérieur d'un article ayant pour thème : « Ces gens aux névroses bizarres », entre le Breton qui faisait éclore des poussins en gardant les œufs au chaud dans son caleçon boxer, et la Savoyarde qui croquait des cailloux après chaque repas pour se récurer l'estomac. Moi, j'étais la Parisienne qui se figeait net, tétanisée d'horreur à la seule vue d'un moustique tournoyant autour d'une ampoule, incapable de bouger de peur qu'il ne la repère et fonce sur elle, son aiguille démesurée prête à lui percer avidement l'artère carotide. C'était moi également, la femme qui disposait l'équivalent de trois rouleaux de papier toilette dans la cuvette des W.-C., de crainte qu'une mygale n'en sorte après avoir nagé à travers

les canalisations, apparaissant sournoisement entre ses jambes au moment où elle serait en train de faire pipi.

Et cette nuit-là, voilà que je me retrouvais face à mon plus terrible ennemi, le « Cafardéus Répugnantus Mochus », plus connu sous le nom commun de « OH PUTAIN UN CAFAAAARD !! »

C'est dans ces moments que l'on réalisait pleinement à quel point un homme pouvait se révéler utile, parfois. On se mettait alors à penser avec nostalgie au doux temps, pas si lointain, où l'on possédait la meilleure arme anticafards possible à la maison. Celle avec de grandes pattes poilues, une tignasse ébouriffée et une fonction « râlage continu ». Cet outil invincible que l'on pouvait tirer du lit au son de nos piailllements suraigus, le traînant par la main avant de se cacher derrière ses fesses en lui désignant d'un doigt terrifié l'endroit où l'on avait repéré l'abject animal. Attendant de lui qu'il l'assassine d'un coup de talon héroïque ou d'un Kleenex vengeur, qu'il noierait ensuite dans la cuvette des toilettes, scellant ainsi sa victoire d'un glorieux tirage de chasse. Mais là, manque de pot, j'avais beau regarder autour de moi, je n'avais aucun homme sous la main.

J'envisageai, l'espace d'un fugace instant, d'aller supplier à genoux mon voisin de palier de venir m'aider.

Mais un bref éclair de lucidité me retint d'aller tambouriner à sa porte, de réveiller ses deux gosses et sa



Não posso mais me lembrar que/qual hora era quando passei a cancela pela primeira vez. Vi somente as plantas abandonadas do pequeno jardim? Senti os pedregulhos do caminho apertado? Conte os sete degraus estreitos da ~~escadaria~~ de entrada? Olhei o muro de grandes pedras aguardando a abertura da porta de entrada?

Não creio que não.

Por outro lado, vi o pequeno homem de cabelos castanhos que me estendia a mão. Vi que ele era bem miúdo, estava vestido muito corretamente e estava muito distante. Eu vi seus olhos escuros, lisos como cabeças de pregos. Obedeci a ele quando solicitou que eu esperasse em uma peça revelada após ele levantar uma espécie de manta/colcha/colgadura.

Era ~~se tratava de~~ uma sala de jantar Henri II cujo mobiliário completo - mesa, cadeiras, aparador, ~~esta de~~ sobremesa - ocupavam quase todo o espaço, impondo à quem chegasse que eu era suas madeiras trabalhadas, esculpidas de gnomos e de hera, suas pequenas colunas contorsidas, suas bandejas de cobre e suas porcelanas chinesas. Esta feiúra não era importante. ~~o~~ que me importava era o silêncio. Eu esperei, espreitando, tensa, até ~~isto~~ que

me entendendo ser o ruído de uma porta dupla que alguém abria, à direita da manta/colcha/colgadura, em seguida a uma passagem que roçava a manta/colcha/colgadura.

- passagem de duas pessoas - depois a abertura da porta de entrada, uma voz que murmurava "Até logo, doutor.", nenhuma resposta e a porta que se fechava. Ainda uma

passagem surda na direção da primeira porta, alguns segundos suplementares, o parquet que rangia sob o tapete, sinal de que a porta restava permanecia aberta, movimentos incompreensíveis. Enfim a manta/colcha/colgadura foi levantada e o pequeno homem me fez entrar em seu gabinete/consultório. (início p.9)

15/10/2010

Moleur  
12/10/2010

## ANEXO D – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A1)

As palavras para dizê-lo *expressá-lo*

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e de <sup>saliências</sup> elevações/desniveis, ~~erçada~~ <sup>margeada</sup> de calçadas estreitas <sup>em parte</sup> destruídas. Ela se <sup>enfiava</sup> fundia como um dedo ~~rechado/gretado~~ entre ~~as~~ <sup>particulares</sup> casas de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. Ao <sup>final</sup> fundo, a ruela <sup>terminava bruscamente</sup> tropeçava em duas cancelas invadidas por uma vegetação mesquinha.

As janelas não revelavam nenhuma intimidade, nenhuma atividade. <sup>Poderia-se</sup> ~~Alguém poderia~~ acreditar que <sup>se estava nos</sup> estava ~~na~~ <sup>se estivesse nos</sup> província, embora ~~estivesse~~ <sup>estivesse</sup> em plena Paris, no 14º. distrito. Aquilo não era a miséria, e <sup>~ pouco</sup> ~~também não~~ era a riqueza, era a vida da pequena burguesia que ~~esconde suas preciosidades~~ <sup>eus</sup> embaixo do colchão, <sup>os</sup> atrás das fissuras, dos <sup>postigos</sup> ~~postigos~~ <sup>gastos</sup> gastos, das calhas oxidadas e dos muros decrépitos que se descascam em placas. Mas as portas eram

fortes e as janelas térreas guardadas por sólidas barras.

← Segmento ilegível

Essa ~~abertura~~ <sup>brecha</sup> ~~calma~~ <sup>??</sup> na cidade devia datar de uma cinquentena <sup>uns</sup> de anos <sup>pois</sup> porque

havia vestígios/<sup>tufos/saliências</sup> ~~de estilo moderno~~ <sup>modern style</sup> nas arquiteturas disparatadas/<sup>dispar</sup> dessas moradas <sup>ali</sup> ~~seus prédios~~. Quem vivia/<sup>viveu</sup> lá? Olhando certos <sup>vidraças</sup> ~~plafons de vidro~~, certas aldrabas ~~de porta~~, certos vestígios de <sup>podia-se pensar</sup> ~~guarnição/adorno~~, ~~pensaríamos~~ que eram artistas aposentados que terminavam suas ~~carreiras~~ <sup>carreiras</sup> atrás destas fachadas, velhos pintores menores, velhas cantoras

*líricas ex- s palcos*  
~~de ópera, antigos~~ virtuosos ~~de teatro.~~

*segui fim*  
 Durante sete anos, três vezes por semana, ~~ledei~~ esta ruela até o ~~fundo~~, até a *grade*

da esquerda. Sei como cai a chuva aqui, como os habitantes se protegem do frio. Sei como,

no verão, se instala ~~aqui~~ uma vida quase rústica, com potes de gerânios e gatos

*à*  
 adormecidos/~~deitando~~ no sol. Sei como é o beco de dia e ~~de~~ noite. Sei que é sempre vazio.

Ele é vazio mesmo quando um pedestre se apressa <sup>a</sup> até uma das portas ou quando um

~~conduz~~/motorista tira seu carro ~~de uma~~ garagem.

?????

*consigo cruzei grade*  
 Não ~~posse~~ mais <sup>me</sup> lembrar que/~~qual~~ horas eram quando passei a ~~cancela~~ pela primeira

*Será que Será q.*  
 vez. Vi somente as plantas abandonadas do pequeno jardim? Senti os pedregulhos do

*Será q.*  
 caminho apertado? Contei os sete degraus estreitos da ~~escadaria de~~ entrada? Olhei o <sup>?</sup> muro *pared*

*ser aberta*  
 de grandes pedras aguardando a ~~abertura da~~ porta ~~de entrada?~~

~~Não~~ Creio. *que não.*

*nzinho*  
 Por outro lado, vi o ~~pequeno~~ homem ~~m~~ de cabelos castanhos que me estendia a mão. Vi

*parecia*  
 que ele era bem miúdo, estava vestido muito corretamente e estava muito distante. Eu vi

*negros*  
 seus olhos ~~escuras~~, lisos como cabeças de pregos. Obedeci a ele quando solicitou que eu

esperasse em uma peça revelada após ele levantar uma espécie de manta/~~colcha/colgadura~~.

*que*  
 Era/~~Se tratava de~~ uma sala de jantar Henri II cujo mobiliário completo – mesa, cadeiras,  
*à recém-chegada*  
*novata no recinto*  
~~esta de sobremesa~~ – ocupavam quase todo o espaço, impondo à ~~quem chegasse~~

que eu era suas madeiras trabalhadas, esculpidas de gnomes e de hera, suas pequenas

colunas contorsivas, suas bandejas de cobre e suas porcelanas chinesas. <sup>14.06</sup> Esta feiúra não era

importante. <sup>à</sup> ~~que me importava~~ era o silêncio | Eu esperei, espreitando, <sup>escutei</sup> tensa, até ~~isso~~ que

~~me pareceu~~  
entendo ser o ruído de uma porta dupla que alguém abria, à direita da

<sup>logo após, 1 movimento</sup>  
manta/~~colcha/colgadura~~, em seguida ~~à uma passagem~~ que roçava a manta/~~colcha/colgadura~~

<sup>passando</sup>  
– ~~passagem de~~ duas pessoas – depois a abertura da porta de entrada, uma voz que

<sup>resmungava</sup>  
~~murmurava~~ “Até logo, doutor.”, nenhuma resposta e a porta se fechava. <sup>Então ainda alguns</sup> Ainda uma

<sup>passos os</sup> <sup>adicionais</sup> <sup>^</sup>  
passagem surda na direção da primeira porta, alguns segundos ~~suplementares~~, o parque <sup>que</sup> que

<sup>estava</sup> <sup>de</sup>  
~~rangia~~ sob o tapete, sinal que a porta restava permanecia aberta, movimentos

incompreensíveis. Enfim a manta/~~colcha/colgadura~~ foi levantada e o <sup>nzinho introduzir</sup> ~~pequeno~~ homem me fez

entrar em seu ~~gabinete~~/consultório. (início p.9)



# ANEXO E – Proposta de tradução (Trad1/A3)

Marie Cardinal - Palavras certas para dizer

I

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e de saliências, cercada de calçadas em parte destruídas. Ela estava enfiada entre casas particulares de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. O final da rua dava em duas grades tomadas por um verde mesquinho/ uma parede verde mesquinhoha.

As janelas não traíam nenhuma intimidade, nenhuma atividade. Parecia que estávamos no interior e estamos, no entanto, em plena Paris, no bairro XIV. Não era a miséria aqui, a riqueza também não, era a vida da pequena burguesia que esconde seus preciosos pés-de-meia embaixo dos colchões/atrás das frestas/fendas, das venezianas laminadas, das goteiras enferrujadas e das paredes sem rebocos. Mas as portas eram fortes e as janelas dos térreos protegidas com sólidas grades de ferro.

Esse buraco não é calmo no meio da cidade devia ter uns cinquenta anos, pois havia relentes de estilo moderno nas arquiteturas disparatas dessas moradas. Quem vivia ali? Olhando algumas vidraças, alguns batentes de porta, alguns vestígios de adorno, se pensava se podia pensar que eram aposentados das artes que terminavam suas carreiras atrás dessas fachadas, velhos aprendizes, velhas cantoras/divas, antigos virtuosos talentosos da cena.

Durante sete anos, três vezes por semana, eu caminhei ao longo dessa ruela até o final, até a grade esquerda. Sei como a chuva cai aqui, como os moradores se protegem do frio. Sei como, no verão, uma vida quase rústica se instala aqui, com seus vasos de gerânios e gatos adormecidos sob o sol. Sei como é a ruela sem saída dia e noite. Sei (também) que ela está sempre vazia. Ela é vazia mesmo quando um pedestre se precipita para a uma das portas ou que um motorista tira seu carro da garagem.

Eu não consigo mais me lembrar que horas eram quando eu passei pela grade pela primeira vez. Será que eu vi somente plantações abandonadas no jardimzinho? Será que senti os seixos do estreito caminho? Será que eu contei os sete degraus atulhados da escadaria? Será que olhei o muro de pedras de moinho esperando na porta da entrada?

Não creio ou não

Por outro lado, vi um homenzinho moreno que me estendia a mão. Vi que ele estava muito magrinho, vestido muito direitinho e muito distante. Vi nos seus olhos pretos, lisos como cabeças de prego. Obedeci, quando me pedi para esperar em uma peça que ele descobriu levantando uma tapeçaria. Era uma sala de jantar estilo Henri II cujos móveis completos – mesa, cadeiras, aparadores – invadiam quase todo o espaço, impondo já a chegada que eu era suas madeiras trabalhadas, esculturadas/moldadas talhadas com gnomos e heras, seus colunelos contorcidos, suas bandejas de cobre e seus vasos chineses. Essa feiúra não era importante. O que me importava era o silêncio. Eu dava importância mesmo era para o silêncio. Esperei, à espreita, tensa, até escutar o barulho de uma porta dupla que se abria, à direita da tapeçaria, em seguida uma passagem para duas pessoas – depois uma porta da frente que se abria, uma voz que resmungava: "Tchau, Doutor",

sem respostas e a porta se fechava. Mais uma passagem discreta em direção a primeira porta, mais alguns segundos, o parque que estalava embaixo do tapete, mostra que a porta havia ficado aberta, movimentos incompreensíveis. Então a tapeçaria se levantou e o homenzinho me fez entrar no seu consultório.

## ANEXO F – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A3)

Marie Cardinal – Palavras certas pra dizer

I

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e <sup>ladeada</sup> ~~(de)~~ <sup>margeada</sup> ~~saliências~~, <sup>estretas</sup> cercada de calçadas em parte destruídas. Ela <sup>se</sup> ~~estava~~ enfiada entre casas <sup>residenciais</sup> ~~particulares~~ de um ou dois andares, <sup>esprimidas</sup> apertadas umas contra as outras. O final da rua <sup>dava</sup> ~~dava~~ em duas grades tomadas por um <sup>a</sup> ~~verde mesquinho~~ / <sup>vegetação</sup> ~~uma parede verde~~ terminava de susto <sup>era brusco</sup>,  
mesquinha.

*Parecia mas/na verdade*  
As janelas não <sup>(revelavam)</sup> ~~traíam~~ nenhuma identidade, nenhuma atividade. Parecia que ~~estávamos~~ <sup>vamos</sup> no interior e ~~estamos~~, no entanto, em plena Paris, no <sup>14º distrito Aquilo</sup> ~~bairro XIV~~. Não era a miséria aqui, <sup>tão pouco (tampouco)</sup> ~~na~~ riqueza <sup>(também não)</sup> era a

vida da pequena burguesia que esconde seus preciosos pés-de-meia embaixo dos colchões/atrás das frestas/fendas, <sup>(das) persiana desdentadas</sup> ~~(das)~~ venezianas laminadas, <sup>(das) calhas</sup> ~~(das)~~ goteiras enferrujadas e <sup>(das)</sup> ~~(das)~~ paredes sem rebocos. Mas as portas eram fortes e as janelas dos térreos protegidas com sólidas grades de ferro. <sup>barras</sup>

Esse buraco <sup>tranquilo</sup> ~~trouxe~~ calmo no <sup>meio da</sup> ~~meio da~~ cidade devia ter uns <sup>aproximadamente</sup> ~~cinquenta~~ anos, pois havia <sup>resquícios</sup> ~~relentos~~ de <sup>modern style</sup> ~~estilo moderno~~ nas arquiteturas <sup>as</sup> ~~disparatas~~ dessas moradas. Quem vivia ali? Olhando <sup>certas</sup> ~~algumas~~ <sup>OK</sup> ~~vidraças~~,

*certos* ~~alguns~~ <sup>aldrabas</sup> ~~alguns~~ batentes de porta, <sup>certos</sup> ~~alguns~~ vestígios de adorno, <sup>-se</sup> ~~se pensava/se~~ podia pensar que eram <sup>artistas</sup> ~~apostados~~

~~das artes~~ que terminavam suas <sup>virtuosos</sup> ~~carreiras~~ atrás dessas fachadas, velhos <sup>pintores</sup> ~~aprendizes~~, velhas <sup>projetos de</sup> ~~cantoras/divas~~, <sup>cantoras de ópera</sup> ~~de ópera~~ líricas. <sup>ex antigos</sup> ~~virtuosos/ talentosos/ da cena~~. <sup>dos palcos</sup>.

Durante sete anos, três vezes por semana, eu caminhei ao longo dessa ruela até o final, até a grade <sup>da</sup> ~~da~~ esquerda. Sei como a chuva cai <sup>axi</sup> ~~axi~~, como os moradores se protegem do frio. Sei como, no verão, uma

vida quase rústica se instala aqui, com seus vasos de gerânios e gatos adormecidos <sup>ao</sup> ~~sob o~~ sol. Sei como é a <sup>beco</sup> ~~rua sem saída~~ dia e noite. Sei <sup>(também)</sup> ~~que~~ ela está sempre vazia. Ela é vazia mesmo quando um pedestre

se precipita <sup>para</sup> ~~rumo~~ a uma das portas ou que um motorista tira seu carro da garagem.

Eu não consigo mais me lembrar que horas eram quando eu <sup>cruzei a</sup> passei pela grade pela primeira vez.

Será que eu vi somente <sup>plantas/canteiros</sup> plantações abandonadas no jardimzinho? Será que eu senti <sup>os seixos</sup> as britas do ~~estrito~~

<sup>apertado</sup> caminho? Será que eu contei os sete degraus <sup>afunilados</sup> da <sup>da frente</sup> ~~escadaria~~? Será que eu olhei o <sup>justo/estrito</sup> muro de pedras de <sup>entrada</sup> moimho esperando na porta <sup>a parede</sup> ~~da entrada?~~ <sup>da frente</sup>

Não creio. / Creio que não.

Por outro lado, vi um homenzinho moreno que me estendia a mão. Vi que ele <sup>era</sup> estava muito

<sup>miúdo</sup> ~~magrinho~~, <sup>bem vestido/corretamente vestido</sup> vestido muito direitinho e muito distante. Vi <sup>/ preto</sup> ~~nos~~ seus olhos pretos, lisos como cabeças de

<sup>Eu lhe</sup> prego. Obedeci-o quando me pediu para esperar em uma peça que ele descobriu levantando uma

<sup>Espécie de manta</sup> tapeçaria | . Era uma sala de jantar <sup>aa</sup> estilo <sup>que</sup> Henri II <sup>mobiliário</sup> cujos móveis completos – mesa, cadeiras, aparadores- <sup>cristaleira, arm</sup>

<sup>à recém-</sup> invadiam quase todo o espaço, impondo ~~já na~~ chegada que eu era suas madeiras trabalhadas, <sup>TA</sup> esculturadas/moldadas/talhadas com gnomos e heras, <sup>TA</sup> seus ~~colunelos~~ contorcidos, suas bandejas de cobre

<sup>suas porcelanas</sup> e <sup>seus vasos</sup> ~~chineses~~. Essa feiúra não era importante. O que me importava era o silêncio/Eu dava mais

<sup>ouvir</sup> importância mesmo era para o silêncio. Esperei, à espreita, tensa, até escutar o barulho de uma porta

dupla que se abria, à direita da <sup>manta</sup> tapeçaria, <sup>depois</sup> em seguida uma <sup>corredor / passando pela manta</sup> passagem ~~em~~ passagem

<sup>de</sup> para duas pessoas <sup>e</sup> depois <sup>que</sup> uma porta da frente que se abria, uma voz que resmungava: “Tchau, Doutor”, <sup>Até logo</sup>

sem respostas e a porta se fechava. Mais uma passagem discreta em direção a primeira porta, mais alguns

<sup>sinal de</sup> segundos, o parquê que estava embaixo do tapete, <sup>mostra</sup> mostra que a porta havia ficado aberta, movimentos

<sup>Finalmente manta</sup> incompreensíveis. <sup>Enfim a tapeçaria</sup> Enfim a tapeçaria se levantou e o homenzinho me fez entrar no seu consultório.

## ANEXO G – Proposta de tradução (Trad1/A4)

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e **solavancos/protuberâncias**, revestidas com **linhas calçadas** parcialmente destruídas. Ela **penetrava** como um dedo **quebrado** entre **as** casas **particulares** de um ou dois andares, apertadas umas contra as outras. Ao fundo, ela **seguia seu caminho** contra duas grades invadidas por um **verde** mesquinho.

As **janelas** não traziam nenhuma intimidade, nenhuma atividade. Parecia que **estávamos** no interior, mas **estávamos** em plena Paris, no **XIV<sup>o</sup> arrondissement**. Aquilo não era miséria, tampouco **a** riqueza; era a vida da pequena burguesia, que esconde seu precioso pé de meia atrás **rachadura/lagartixa**, **aberturas desdentadas**, calhas enferrujadas e paredes decrépitas que se descascavam **por placas**. Mas as portas eram fortes e as janelas do andar térreo guardadas por barras sólidas.

Esta **abertura** calma na cidade devia datar de cinquenta anos porque **não** havia indícios de estilo moderno nas arquiteturas **diferentes** dessas casas. Quem vivia **aqui**? Para ver alguns vestígios da guarnição, pensava-se que eram **retratos de artes** que terminavam sua carreira atrás dessas fachadas. **de** velhos pintores **coms**, **de** velhas **arizes rúms**, de **antigos** virtuosos da **çena**.

Durante sete anos, três vezes por semana, eu **entra** nessa ruela até o fundo, até a grade da esquerda. Eu sei como cai a chuva aqui, como os habitantes se protegem do fio. Eu sei como, no verão, instala-se **aí/aqui** uma vida quase rústica, com **as** vasos de gerânios e **as** gatos adormecidos ao sol. **Eu** conheço o beco de dia e de noite. **Eu** sei que ele está sempre vazio. Ele fica vazio mesmo quando um pedestre se apressa **até** uma das portas, ou quando um **condutor** sai com seu automóvel de uma garagem.

Eu não **posso** mais me lembrar de que hora era na primeira vez em que **passéi** pela grade. Teria eu visto somente as plantações abandonadas do jardim? Teria eu sentido os pequenos seixos do caminho estreito? Teria eu contado **sete degraus** estreitos da escada? Teria eu olhado **o muro** de mó esperando a **abertura** da porta de **entrada**?

Eu não acredito nisso.

Por outro lado, eu vi o homenzinho **sombrio** que me estendia a mão. Eu vi que ele **estava** **discreto**, vestido muito corretamente e estava muito distante. Eu vi seus olhos escuros, lisos como as cabeças dos pregos. **Eu** o obedeci quando ele me pediu para esperar em um cômodo que ele descobriu levantando uma **cortina**. Era uma sala de jantar Henri II, cujo mobiliário completo – mesa, cadeiras, mesa do **buffet**, sobremesa – **esvaziava** quase todo o espaço, impondo a **nova convidada** que **eu** era sua madeira trabalhada, esculpida de gnomos e de hera, suas coluninhas contorcidas, suas **superfícies planas** de cobre e **seus vasos** chineses. Essa feiúra não importava. O que importava era o silêncio. Eu esperei, **atenta/olenta**, **ansiosa**, até que **escutei** o barulho de uma porta dupla que era aberta, seguida de **uma passagem/passo** tocando levemente a **cortina** – **uma passagem/passo** de duas pessoas – depois, a abertura da porta de entrada, uma voz que **murmurava**: "Tchau, doutor". Sem resposta, a porta fechou-se. Mais **passos** silenciosos em direção à primeira porta, alguns segundos **suplementares/a mais**, o **parquet** que fazia barulho sob o tapete, sinal de que a porta continuava aberta, movimentos incompreensíveis. Enfim, a **cortina** levantou, e o homenzinho me fez entrar para o seu **escritório**.



*motorista*  
*consigo* *s* *m* *cruzei*  
 Eu não ~~posse~~ mais me lembrar de que hora <sup>era</sup> na primeira vez em que ~~passsei~~ pela grade. Teria eu visto

*s* *pequeno (segmento ininteligível)* *apertado*  
 somente as planta~~ções~~ abandonadas do <sup>jardim</sup>? Teria eu sentido os pequenos seixos do caminho estreito?

Teria eu contado **sete degraus** estreitos da escada? Teria eu olhado ~~o muro~~ de mó esperando a abertura da  
*parede ou muro* *que a porta se abrisse*  
~~porta de entrada~~?

Eu não acredito nisso. *Eu acho que não.*

*moreno* *era muito miúdo*  
 Por outro lado, eu vi o homenzinho ~~ombrio~~ que me estendia a mão. Eu vi que ele ~~estava discreto, vestido~~

*bem vestido*  
 muito corretamente e estava muito distante. Eu vi seus olhos escuros, lisos como as cabeças dos pregos. ~~Eu o~~  
*tapeçaria espécie de*  
<sup>-o</sup>  
 obedeci <sup>quando</sup> ele me pediu para esperar em um cômodo que ele descobriu levantando uma ~~cortina~~. *manta*

*que* *armário, aparador*  
 Era uma sala de jantar <sup>(Henri II)</sup>, cujo mobiliário completo – mesa, cadeiras, mesa do *buffet*, sobremesa –

*invadia* *recém-chegada* *eu,*  
~~esvaziava~~ quase todo o espaço, impondo a ~~nova convidada~~, que eu era sua madeira trabalhada, esculpida

*bandeija* *sãs porcelanas*  
 de gnomos e de hera, suas coluninhas contorcidas, suas ~~superfícies planas~~ de cobre e ~~seus vasos~~ chineses.

*p/ mim* *à espreita* *tensa*  
 Essa feiúra não importava. O que importava era o silêncio. Eu esperei, ~~atenta/alerta~~, ansiosa, até que escutei *ouvir*

*à direita da tapeçaria* *de alguém que tocavam*  
 o barulho de uma porta dupla que era aberta, seguida <sup>de uma</sup> ~~passagem/passos tocando~~ levemente a  
 por

*tapeçaria*  
~~cortina~~ – uma ~~passagem/passos~~ de duas pessoas – depois, a aberturada porta de entrada, uma voz que

*resmungava* *a porta que se fechava* *passagem* *a*  
~~murmurava~~: “Tchau, doutor”. Sem resposta, a porta fechou-se. Mais ~~passos~~ silenciosos em direção à primeira porta,

*estava*  
 alguns segundos ~~suplementares/a~~ **mais**, o *parquet* que ~~fazia barulho~~ sob o tapete, sinal de que a

*se*  
 porta continuava aberta, movimentos incompreensíveis. Enfim, a ~~cortina~~ levantou e o homenzinho me fez  
*tapeçaria*

entrar para o seu ~~escritório~~.  
*consultório*

## ANEXO I – Proposta de tradução (Trad1/A5)

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e morros, margeada de estreitas calçadas em parte destruídas. Ela se enfiava como um dedo fissurado entre casas de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. Ao final, ela terminava bruscamente contra duas grades invadidas por uma vegetação medíocre.

As janelas não traía nenhuma intimidade, nenhuma atividade. Parecia que se estava no interior e, no entanto, estava-se em plena Paris, no décimo quarto distrito. Aquilo não era miséria, tampouco a riqueza, era a vida da pequena burguesia que esconde suas preciosas bolas de lã embaixo do colchão, das venezianas desdentadas, das calhas enferrujadas e das paredes desbotadas? Que se descascam por placas. Mas as portas eram fortes e as janelas de baixo? Protegidas por sólidas grades.

Essa <sup>buraco tranquilo cidade</sup> ~~esburacada~~ calma na vila devia datar de <sup>ser aproximadamente</sup> ~~um~~ <sup>uns cinquenta anos</sup> meio-século pois havia traços <sup>resquícios de</sup> ~~modernos~~ nas arquiteturas <sup>disparidade de moradas ali</sup> ~~dispar~~ de suas casas. Quem morava <sup>ali</sup> lá? Ao ver certos <sup>resquícios de</sup> ~~certos~~ vitrais, <sup>vestígios modern style</sup> ~~certos~~ batedores de porta, certos vestígios de adornos, <sup>podia-se encontrar</sup> ~~pensava-se~~ que estava aposentada <sup>mas a aldrava</sup> ~~das artes~~ que terminavam sua carreira <sup>dejar</sup> ~~atrás~~ das fachadas, <sup>de</sup> ~~do~~ velho aprendiz de pintor, <sup>de</sup> ~~das~~ velhas cantoras, <sup>de</sup> ~~das~~ antigas virtudes da cena.

Durante sete anos, três vezes por semana eu segui <sup>nessa</sup> ~~essa~~ ruela até o fim, até a grade da esquerda. Eu <sup>me</sup> ~~sabia~~ como cai a chuva aqui, como os moradores se protegem do frio. Eu sei como, no verão, se instala <sup>ali</sup> ~~em~~ uma vida quase rústica, com potes de gerânio e gatos <sup>adormecidos</sup> ~~dormindo~~ ao sol. <sup>Eu sei</sup> ~~Eu sei~~ como é o <sup>beco durante</sup> ~~impasse~~ entre o dia e a noite. <sup>Eu sei</sup> ~~Eu sei~~ que ela está sempre vazia. Ela é vazia até mesmo quando um pedestre <sup>se apressa em direção</sup> ~~se apressa~~ a uma das portas ou quando um condutor <sup>motociclista</sup> ~~sai com~~ seu carro de uma garagem. <sup>pulcipita para</sup>

Eu não posso mais me lembrar que hora era quando eu passei a grade pela primeira vez. Teria visto somente a plantação abandonada do pequeno jardim? Teria sentido as pedras do caminho estreito? Teria contado cada degrau estreito da escada? Teria observado a parece de pedra à vista esperando a abertura da porta de entrada?

Não acredito nisso.





## ANEXO J – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A5)

A ruela sem saída era mal pavimentada, cheia de buracos e morros, margeada de estreitas calçadas em parte destruídas. Ela se enfiava como um dedo fissurado entre casas de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. Ao final, ela terminava bruscamente contra duas grades invadidas por uma vegetação medíocre.

As janelas não traía nenhuma intimidade, nenhuma atividade. Parecia que se estava no interior, e, no entanto, estava-se em plena Paris, no décimo quarto distrito. Aquilo não era miséria, tampouco a riqueza, era a vida da pequena burguesia que esconde suas preciosas bolas de lã embaixo do colchão, das venezianas desdentadas, das calhas enferrujadas e das paredes desbotadas? Que se descascam por placas. Mas as portas era fortes e as janelas de baixo? Protegidas por sólidas grades.

*buraco tranquilo* *cidade* *ter aproximadamente* *resquícios de*  
*uns cinquenta anos* *vestígios modern style*  
Essa ~~esburacada~~ calma na ~~vila~~ devia datar de um ~~meio século~~ pois havia traços modernos nas ~~arquiteturas~~ *disparatadas dessas moradas* ~~disparatadas de suas casas~~. Quem morava ~~lá?~~ *ali* Ao ver certos ~~vitrais~~ *vidraça* certos ~~batedores~~ *a aldraba aldrava* ~~de porta~~, certos vestígios de adornos, pensava-se que estava aposentada ~~das artes~~ *podia-se pensar eram artistas aposentados* que terminavam sua carreira atrás ~~das~~ *dessas* fachadas, do velho ~~aprendiz~~ *liricas* de pintor, ~~das~~ velhas cantoras, ~~das antigas~~ *ex virtuosas dos palcos* virtudes da cena. *projetos*

Durante sete anos, três vezes por semana eu segui ~~essa~~ *nessa* ruela até o fim, até a grade da

esquada. Eu ~~sabia~~ *sei* como cai a chuva aqui, como os moradores se protegem do frio. Eu sei

como, no verão, se instala ~~ali~~ *adormecidos* uma vida quase rústica, com potes de gerânio e gatos dormindo

ao sol. ~~Eu Sei~~ *beco durante* como é o ~~impasse entre~~ o dia e a noite. ~~Eu Sei~~ que ela está sempre vazia. Ela é

vazia até mesmo quando um pedestre se ~~apressa em direção~~ *precipita para* a uma das portas ou quando um

~~motorista tira condutor sai com~~ seu carro de uma garagem. *para até*

REGISTRO FAMILIAR: SE PERGUNTANDO

Não *consigo*  mais me lembrar *cruzei* da hora exata quando *Será que vi* passei a grade pela primeira vez. ~~Teria visto~~ somente as plantas

abandonadas do pequeno jardim? *Será* ~~Teria sentido~~ as pedras do caminho *seixos* ~~estreito?~~ *apertado* ~~Teria contado cada degrau~~ estreitos da

*Será que observei* ~~escada? Teria observado~~ a parede de pedra à vista esperando ~~a abertura da porta de entrada?~~ *entrada* ~~entrada~~ *a porta ser aberta*

Não acredito nisso. *Acho que não*

*Acho/Creio que não*

*Por outro lado* ~~No entanto~~, eu vi o *homenzinho* pequeno homem moreno que me estendia a mão. Vi que ele era muito *miúdo* pequeno, que estava vestido

*parecia muito* muito corretamente e... ~~bem~~ *lhe* distante. Vi seus olhos negros, lisos como cabeças de prego. Eu o obedeci quando ele me

*cômodo?* pediu para esperar em uma peça que ~~ele~~ *uma espécie de manta* descobriu ao levantar uma *(tb)* tapeçaria. Era uma sala de jantar com estilo

Henrique II, *cuja* ~~na qual~~ *ou mobiliário* a mobília completa – mesa, cadeiras, bufê, *aparador* sobremesa – invadia quase todo o espaço, impondo à

recém chegada que *eu fosse/me tornasse como* suas madeiras trabalhadas, esculpidas de gnomos e de *era* ~~folhagens~~, suas

*colunetas* colunas contorcidas, suas bases de *cobre* ~~ouro~~ e seus potes chineses. | *porcelanas* Esta feiúra não era importante. O que me importava

era o silêncio. Esperei, *à espreita* ~~à escura~~, tensa, até que ouvisse o *ruído* ~~barulho~~ de uma porta dupla que se abria à direita da *manta* ~~tapeçaria~~,

*e em seguida* ~~após~~ uma passagem *roçando* ~~que roçava~~ a *manta* ~~uma~~ *a* passagem para duas pessoas – depois da abertura da porta de *de* ~~um movimento?~~

entrada, uma voz que *logo* ~~resmungava~~ murmurava “Até *Então* ~~mais~~, doutor” sem resposta e a porta que se fechava. *REPETIR* ~~Ainda~~ uma passagem *silenciosa* ~~com~~

~~filtro~~ em direção à primeira porta, alguns segundos *adicionais* ~~suplementares~~, o parquê que produzia um barulho seco sob o

tapete, sinal de que a porta *havia?* ~~tinha~~ ficado aberta, movimentos incompreensíveis. Enfim a *manta* ~~tapeçaria~~ se levantou e o

*homenzinho* ~~pequeno homem~~ me fez entrar *em seu escritório* ~~na sua sala~~.

## ANEXO K – Proposta de tradução (Trad1/A6)

### Palavras para dizer

A ruela sem saída era mal pavimentada, plena de buracos e proeminências, ladeada de passeios estreitos em parte destruídos. Ela se enfiava como um dedo rachado entre casas de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. No fundo, ela terminava bruscamente em duas grades invadidas por uma vegetação mesquinha.

As janelas não revelavam nenhuma intimidade, nenhuma atividade. Parecia uma rua do interior, mas estava-se em plena Paris, no XIV distrito. Aquilo não era a miséria e tampouco a riqueza, era a vida de uma pequena burguesia que esconde seus preciosos pés de meia debaixo dos colchões, atrás das venezianas desdentadas, das calhas enferrujadas e das paredes gastas que descascam-se em camadas. Mas as portas eram fortes e as janelas do térreo protegidas por sólidas barras.

*Essa passagem calma na cidade devia <sup>ter um</sup> datar de 50 anos, pois havia <sup>restos</sup> vestígios de estilo moderno nas arquiteturas <sup>das paredes</sup> contrastantes dessas casas. Quem vivia lá? A ver por alguns vitrais, <sup>alguns</sup> batentes de porta, alguns vestígios de <sup>alguns</sup> guarnição, pensava-se que se tratava de artistas aposentados que terminavam sua carreira atrás dessas fachadas, de velhos pintores, de velhas cantoras, de antigos virtuosos do <sup>teatro</sup>.*

*Vert*  
Durante sete anos, três vezes por semana, eu caminhei ao longo dessa rua até o fundo, até a grade da esquerda. Sei como a chuva cai aqui, como os habitantes se protegem do frio. Sei como, no verão, ali se instala uma vida quase rústica, com vasos de gerânios e gatos adormecidos ao sol. Sei como é o beco sem saída, de dia e de noite. Sei que ele está sempre vazio. É vazio mesmo quando um pedestre se precipita na direção de uma das portas ou quando um condutor tira seu carro da garagem.

*Sei que eu*  
Não posso mais me lembrar que hora <sup>era</sup> <sup>em</sup> quando eu cruzei a grade pela primeira vez. *Sei que eu* Vi somente as <sup>plantas</sup> <sup>abandonadas</sup> do jardimzinho? *Sei que eu* Percebi os cascalhos do <sup>curto</sup> caminho? *Sei que eu* Contei os sete degraus estreitos do <sup>patamar</sup>? *Sei que eu* Olhei o muro de pedra enquanto esperava <sup>a</sup> <sup>abertura</sup> da porta de <sup>entrada</sup>? *Sei que eu* <sup>que a porta se abre e</sup>

*ven cronograma atrás →*

Creio que não.

Não creio nisso.

Em compensação, vi o homenzinho <sup>moreno</sup> castanho que me estendia a mão. Vi que ele era  <sup>muito</sup> miúdo demais,  <sup>muito bem conhecido</sup> corretamente vestido e muito distante. Vi seus olhos  <sup>escuros</sup> escuros, lisos como cabeças de pregos. Obedeci-lhe quando  <sup>ele</sup> me solicitou que esperasse numa peça que ele descobriu ao levantar uma tapeçaria. Era uma sala de jantar Henrique II cujo mobiliário completo - mesa, cadeiras,  <sup>aparador</sup> armário  <sup>e prateleiras</sup> de pratos - invadia quase todo o espaço, impondo a mim,  <sup>a</sup> que recém chegava,  <sup>d' qual eu sou</sup> suas madeiras trabalhadas, esculpidas de gnomos e de hera, suas colunetas contorcidas, suas bandejas de cobre e suas porcelanas chinesas. Essa feiúra não era importante. O que  <sup>me</sup> importava  <sup>para mim</sup> era o silêncio. Esperei, à espreita, tensa, até escutar o barulho de uma porta dupla que abria-se,  <sup>a</sup> à direita da tapeçaria,  <sup>seguida</sup> de uma passagem que roçava a tapeçaria –  <sup>a</sup> um deslocamento de duas pessoas – depois, a abertura da porta de entrada, uma voz que resmungava: “Até logo, doutor”,  <sup>nenhuma</sup> nenhuma resposta e a porta que se fechava.  <sup>Ainda</sup> uma passagem silenciosa na direção da primeira porta, alguns segundos adicionais, o parquê que estalava  <sup>debaixo</sup> do tapete, sinal de que a porta permanecia aberta, movimentos incompreensíveis. Finalmente, a tapeçaria  <sup>foi</sup> levantada e o homenzinho me fez entrar no seu  <sup>gabinete</sup> gabinete.

Agora, eis-me sentada num divã, na frente de uma escrivaninha. Ele está no fundo de uma poltrona preta ao lado da escrivaninha, de tal modo que eu sou obrigada a ficar viesada para olhá-lo. Sobre a parede à minha frente há uma biblioteca cheia de livros na qual se encaixa um divã marrom com um travesseiro e uma almofadinha. O médico espera visivelmente que eu fale.

“Doutor, eu estou doente há muito tempo. Eu fugi de uma clínica para vir vê-lo. Eu não posso mais viver.”

Ele indica com os olhos que me escuta atentivamente e que eu devo continuar.

Prostrada como eu estava, reclusa no meu universo, como encontrar as palavras que iriam de mim para ele? Como lançar a ponte que aproximaria o intenso do calmo, o claro do obscuro, que passaria por cima do esgoto, do rio carregado de matérias em decomposição, da corrente prejudicial do medo, que nos separaria, o doutor e eu, os outros e eu?

Eu tinha histórias e anedotas para contar. Mas a história que me habitava, “a COISA”, essa coluna do meu ser, hermeticamente fechada, em uma órbita plena de sombra, como falar disso? Ela era densa, espessa, percorrida ao mesmo tempo por espasmos, por arquejos e por movimentos lentos como aqueles do fundo do mar. Meus olhos não eram mais janelas. Embora abertos, eu sabia, no entanto que eu os tinha fechados, que eles eram apenas dois pedaços de globos oculares.

## ANEXO L – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad1/A6)

Palavras para dizer

A ruela sem saída era mal pavimentada, plena de buracos e proeminências, ladeada de passeios estreitos em parte destruídos. Ela se enfiava como um dedo rachado entre casas de um ou dois andares, espremidas umas contra as outras. No fundo, ela terminava bruscamente em duas grades invadidas por uma vegetação mesquinha.

As janelas não revelavam nenhuma intimidade, nenhuma atividade.

Parecia uma rua do interior, mas estava-se em plena Paris, no XIV distrito.

Aquilo não era a miséria e tampouco a riqueza, era a vida de uma pequena burguesia que esconde seus preciosos pés de meia debaixo dos colchões, atrás das venezianas desdentadas, das calhas enferrujadas e das paredes gastas que descascam-se em camadas. Mas as portas eram fortes e as janelas do térreo protegidas por sólidas barras.

Essa passagem calma na cidade devia ~~data~~ *ter uns* de 50 anos, pois havia *resquícios* *disparatadas* ~~vestígios~~ *contrastantes* de estilo moderno nas arquiteturas dessas casas.

Quem vivia lá? A ver por *certas aldrabas* *certos* alguns vitrais, ~~alguns batentes~~ *alguns* de porta, ~~alguns~~

*adorno* *guarnição* vestígios de ~~guarnição~~, pensava-se que se tratava de artistas aposentados que terminavam sua carreira atrás dessas fachadas, de velhos pintores, de velhas

*líricas e s palcos*  
cantoras, de antigos virtuosos do teatro.

Durante sete anos, três vezes por semana, eu caminhei ao longo dessa rua até o fundo, até a grade da esquerda. Sei como a chuva cai aqui, como os habitantes se protegem do frio. Sei como a chuva cai aqui, como os habitantes se protegem do frio. Sei como, no verão, ali se instala uma vida quase rústica, com vasos de gerânios e gatos adormecidos ao sol. Sei como é o beco sei saída, de dia e de noite. Sei que ele está sempre vazio. É vazio mesmo quando um pedestre se precipita na direção de uma das portas ou quando um condutor tira seu carro da garagem.

*s m*  
Não posso mais me lembrar que hora era quando cruzei a grade pela primeira vez. *Será que eu s Será que eu* *Vi somente as plantas abandonadas do jardimzinho? Percebi*  
*apertado Será que eu escada entrada*  
os cascalhos do ~~curto~~ caminho? Conteí os sete degraus estreitos do ~~patamar?~~  
*Será que eu a porta se abraisse frente*  
Olhei ~~o muro~~ de pedra enquanto esperava a ~~abertura da porta de entrada?~~  
*parede que a porta se abraisse?*  
*Creio que não.*  
Não creio nisso.

*moreno*  
Em compensação, vi o homenzinho ~~estanho~~ que me estendia a mão. Vi *muito muito bem corretamente*  
que ele era ~~miúdo demais, corretamente~~ muito bem vestido e muito distante. Vi seus olhos *negros*  
~~escuros~~, lisos como cabeças de pregos. | Obedeci-lhe quando ~~ele~~ me solicitou  
que esperasse numa peça que ele descobriu ao levantar uma tapeteira. Era

uma sala de jantar Henrique II cujo mobiliário completo – mesa, cadeiras,

*aparador*  
~~aparador~~, armário ~~de pratos~~ – invadia quase todo o espaço, impondo a mim,

*a* *d que eu era*  
~~que~~ recém chegava, suas madeiras trabalhadas, esculpidas de gnomos e de

hera, suas colunetas contorcidas, suas bandejas de cobre e suas porcelanas

chinesas. Essa feiúra não era importante. O que ~~me~~ importava *para mim* era o silêncio.

*ouvir?* *alguém*  
 Esperei, à espreita, tensa, até escutar o barulho de uma porta dupla que abria-

~~se~~ à direita da tapeçaria, seguida de uma passagem que roçava a tapeçaria –

*a passagem*  
~~um deslocamento~~ de duas pessoas – depois, a abertura da porta de entrada,

uma voz que resmungava: “Até logo, doutor”<sup>n</sup>, ~~Nenhuma~~ resposta e a porta que

*Mais*  
 se fechava. ~~Ainda~~ uma passagem silenciosa na direção da primeira porta,

alguns segundos adicionais, o parque que estalava *sob* ~~debaixo~~ do tapete, sinal de

que a porta permanecia aberta, movimentos incompreensíveis. Finalmente, a

*se* *ou* *consultório*  
 tapeçaria ~~foi~~ levantada e o homenzinho me fez entrar em seu ~~gabinete~~.

ANEXO M – Proposta de tradução (Trad2/A3)

2º f) 05 julho -> Martão distribuido (em aula) (até pag. 14) // 05 julho 9h30 -> hora d Patricia // última aula dia 30/06

chulé  
Cheiro dos pés: sinal de saúde.  
Gustave Flaubert

Ele estava ali na minha frente, me olhando com ar desafiador.

Eu o havia incomodado quando me levantei bem no meio da noite para beber. Ele não tinha me ouvido chegar, pois eu tinha me deslocado/mexido sem fazer barulho, para não acordar minhas filhas que dormiam tranquilamente no quarto ao lado. Eu tinha andado de pés descalços, no piloto automático, no escuro, rezando para não ~~me~~ enfiar nos meus pés um dos seus <sup>brinquedinhos</sup> micro-brinquedos do Kinder Surprise. Quando de repente, eu percebi um movimento na peça. Acendi rapidamente a luz (da sala). Meu sexto sentido não havia me traído.

O intruso se imobilizou.

Eu fiz um grande esforço para não gritar. Eu agora era divorciada. E é a única adulta da casa a poder gerenciar uma situação dessas: a de se encontrar frente a um desconhecido no seu apartamento às duas horas da manhã. Eu só podia contar comigo mesma. ~~Berrar~~ gritar não adiantaria de nada, a não ser transformar meus filhos.

Mas antes de começar essa história, deixe-me primeiro me apresentar.

Me chamo Déborah Assouline, ex-Déborah Montmarchay, pois meu divórcio com Jean-Louis foi oficializado há alguns meses. Tenho 28 anos, e sou a mãe realizada de dois pequenos micróbios de quatro e dois anos, Heloïse e Margot. Sou morena, de estatura mediana, não muito feia (um pouco peluda, talvez), e estou entre aquelas mulheres que não conseguem ver, nem sob de tortura, o programa Fort Boyard por causa da ignóbil prova da mão em um bocal de insetos. Eu convulsiono de repulsão a simples visão de um trecho dessa sequência em uma chamada comercial.

Um lugar especial poderia ter sido reservado para mim na Revista Psicologia, na qual um artigo tendo como assunto "essas pessoas com neuroses estranhas", entre o ~~breve~~ que fazia eclodir pintinhos guardando os ovos no quentinho do ~~set~~ short de box, e a mulher da região de Savóia que mordida cascalhos após cada refeição para limpar seu estômago. Eu, eu era a parisiense que ficava dura imóvel, paralisada de horror a vista de um mosquito girando em torno da lâmpada, incapaz de mexer devido ao medo que ele a ~~encontra~~ e ~~corre~~ em sua direção, sua agulha desmedida pronta para penetrar avidamente na sua artéria carótida. Era eu também, a mulher que colocava a disposição o equivalente a três rolos de papel higiênico ao lado do vaso sanitário, de medo que uma caranguejeira saísse dali após ter nadado pelas canalizações, aparecendo sorrateiramente entre as pernas onde ela estaria fazendo xixi.

E essa noite, eis que me encontrava frente ao meu mais terrível inimigo, o "Barateus Repugnatus Feius", mais conhecido como "um puta de um baratão!!".

É em n Ai Merda,  
Em um desses momentos em que nos damos conta a que ponto um homem podia ser útil, às vezes. Começávamos a pensar com nostalgia/nostalgicamente nos tempos doces, não muito distantes, nos quais a gente começava

me a aula  
foi  
Eu, no  
momento,  
estava  
divorciada

nostalgia ~ saudade

● intruso ●

tomar  
o tempo

me segurava e  
gritar

lidar c/

me

me em  
seleção q eu  
me quer

mãe (conça)

estatura mediana

o de x jogar fora

olhar

o TV

quadro

meo repugnada

morro de nojo no de ver

de destaque

numa

para

para da orlanha

calor

caixa

enca

uma

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de

de





## ANEXO N – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad2/A3)

1  
O intruso

*Chulé*  
Cheiro dos pés: sinal de saúde.  
Gustave Flaubert

*ali*  
Ele estava lá na minha frente, me olhando com ar desafiador.

Eu o havia incomodado quando levantei bem no meio da noite para <sup>tomar algo</sup> beber. Ele não tinha me

*andado*  
ouvido chegar, pois eu tinha ~~me deslocado/mexido~~ sem fazer barulho, para não acordar minhas filhas que

dormiam tranquilamente no quarto ao lado. Eu tinha andado de pés descalços, no piloto automático, no

escuro, rezando para não ~~me~~ enfiar nos ~~meus~~ pés um dos seus <sup>brinquedinhos</sup> ~~micro-brinquedos~~ do Kinder Surprise. <sup>ovo</sup>

Quando, de repente, ~~eu~~ percebi um movimento na ~~peça~~. | Acendi rapidamente a luz da sala. Meu sexto <sup>cômodo/sala</sup>

sentido não havia me traído.

naquela época

*então*

O intruso se imobilizou.

Eu, no momento, estava divorciada

*imenso*  
~~Eu~~ fiz um grande esforço para não gritar. | *me segurar e ã gritar*

*Estou* *era* *lidar c/* *me*  
Eu agora ~~era~~ divorciada. E <sup>era</sup> a única adulta na casa a poder ~~gerenciar~~ lidar com uma situação dessas: ~~a de se~~

<sup>≠</sup>  
encontrar frente a um desconhecido no ~~seu~~ apartamento às duas horas da manhã | *madrugada*. Eu só podia contar

comigo mesma. <sup>assustar/alarmar</sup> ~~Berrar~~ Gritar não adiantaria de nada, a não ser transtornar meus filhos.

*continuar*  
Mas antes de começar essa história, deixe-me primeiro me apresentar. *permita-me em 1º lugar q eu me apres*

| Me chamo Déborah Assouline, ex-Déborah Montmarchay, pois meu divórcio com Jean-Louis foi

oficializado há alguns meses. | Tenho 28 anos e sou a mãe realizada de dois pequenos micróbios de quatro

e dois anos, Heloïse e Margot. Sou morena, de <sup>estatura mediana</sup> ~~tamanho médio~~, <sup>ñ de se jogar fora</sup> não muito feia (um pouco peluda <sup>talvez</sup>).

*poucas* *olhar* *de tv*  
e estou entre aquelas <sup>poucas</sup> mulheres que não conseguem ~~ver~~ <sup>olhar</sup> nem sob ~~de~~ tortura, ~~olhar~~ <sup>de tv</sup> o programa Fort Boyard

nostalgie ≈ saudade

*issima*

*pote*

por causa da ignóbil√ prova da mão em um | bocal de insetos. Eu convulsiono de repulsão a simples visão  
*fico repugnada*  
*morro de nojo só de ver*

*e quadro*  
 de um trecho dessa ~~seqüência~~ em uma chamada comercial.  
*numa*

*de destaque* Um lugar de especial poderia ter sido reservado ~~a mim~~ *para* na *Revista Psicologia*, na qual um artigo

tendo como título “essas pessoas com neuroses estranhas”, entre o ~~bretão~~ *cara da bretanha* que fazia eclodir pintinhos

guardando os ovos no ~~quentinho~~ *calor* do ~~seu short~~ *calção* de boxer *cueca* e a mulher da região de Savóia que ~~mordia~~ *mast*

cascalhos após cada refeição para limpar seu estômago. Eu, eu era a parisiense que ficava dura ~~imóvel~~,

paralisada de horror ~~a vista de~~ *só de ver* um mosquito girando em torno da√ lâmpada, incapaz de mexer ~~devido ao~~ *uma se com*

medo que ele a ~~encontre e corra~~ *veja visse 2 voasse* em sua direção, sua agulha desmedida pronta para penetrar avidamente

na sua artéria carótida. | Eu era também a mulher que ~~colocava a disposição~~ *dispunha* o equivalente a três rolos de

papel higiênico ~~ao lado de~~ *no* vaso sanitário, de medo que uma caranguejeira saísse dali após ter nadado

pelas canalizações, aparecendo sorrateiramente entre as pernas onde ela ~~estaria~~ *estivesse* fazendo xixi.

*n* E essa noite, eis que me encontrava frente ao meu mais terrível inimigo, o “Barateus Repugnantus

Feius”, mais conhecido como “um puta de um baratão!!”.

*Ai, merda,*  
 É ~~em~~ *n* ~~era um~~ desses momentos que nos damos√ *realmente* conta a que ponto um homem poderia ser útil, às vezes.

~~Começávamos~~ *tão* a pensar com nostalgia/nostalgicamente nos tempos doces, não muito distantes, nos quais

*A gente começava*  
*se tinha*  
~~tínhamos~~ a melhor arma anti-baratas possível na casa. Aquela ~~(arma)~~ *velhos (bons tempos)* com grandes patas peludas, uma

*melena*  
 /madeixa desgrenhada e uma função “reclamação constante”. | Esse utensílio imbatível que ~~podíamos~~ *se podia* tirar

*esganiçados puxando* da cama com gritinhos super agudos, conduzindo-o pela mão antes de se esconder atrás ~~de suas costas~~ *dele*,

apontando-lhe com o dedo aterrorizado o lugar onde ~~havíamos~~ *se havia* encontrado o nojento animal. Esperando que ele o assassinasse com uma chinelada heróica ou com um lençinho de papel vingador, que ele

afogaria em seguida no vaso sanitário, encerrando assim ~~a vitória de um~~ *selando c/ uma descarga* glorioso dia de caça. Mas aí, falta

*mesmo que eu olhasse*

de sorte, ~~eu bem que tinha olhado a~~ ao meu redor, eu não tinha nenhum homem ~~à disposição/~~ na manga.  
(azar)

*cogitei* → *ir....*  
Eu cheguei a pensar, por um momento fugaz, em ir suplicar de joelhos ao meu vizinho ~~de porta/~~  
~~para~~  
andar que ~~me ajudasse/~~ viesse me ajudar.

No entanto um breve momento de lucidez me impediu de ir bater em sua porta, de acordar seus

dois meninos e sua esposa para lhe implorar ~~de viver aqui em casa~~ <sup>que esse</sup> trucidar meu intruso, tremendo feito uma

histérica contida no meu baby-doll ~~camisola~~. O ridículo não mata, é ~~talvez~~ <sup>talvez</sup> com exceção das relações de

boa vizinhança (principalmente com ~~sua~~ vizinha). *verdade*

Então eu precisava agir sozinha.

## ANEXO O – Proposta de tradução (Trad2/A5)

O intruso

Cheiro dos pés  
Odor de pé, sinal de saúde (Gustave Flaubert)

fixar e conectivos ã tem vígula

Bican de  
bico

bouder  
faire la tronche

Ele permanecia ali, diante de mim, me olhando fixamente com um ar de desafio.

Eu o tinha incomodado ao me levantar, no meio da noite para beber água. Ele não tinha me <sup>percebido</sup> escutado chegar, pois eu <sup>andado</sup> tinha me dirigido até ali sem fazer barulho, <sup>para</sup> a fim de não acordar minhas filhas que dormiam em paz no quarto ao lado.

Eu tinha <sup>caminhado</sup> avançado com os pés descalços, no piloto automático, <sup>no silêncio</sup> da noite, rezando para não <sup>empurrar</sup> grudar a planta do pé em um dos brinquedinhos do kinder ovo das crianças. Quando de repente, eu percebi um movimento <sup>na sala</sup> no cômodo. Acendi a luz ~~da sala~~ bruscamente. Meu sexto sentido não tinha me traído.

O intruso se imobilizou.

Fiz um imenso esforço para me <sup>apreciar</sup> segurar e não gritar.

Eu estava divorciada naquele <sup>época</sup> momento. E a única adulta da casa para poder gerenciar uma situação parecida: a de se encontrar <sup>face a face</sup> desconhecido em seu próprio apartamento as duas horas da manhã. Eu podia contar apenas comigo mesmo. Berrar não adiantaria nada, a não ser para <sup>alarmar</sup> enlouquecer minhas filhas.

Mas antes de continuar essa história, permita-me inicialmente me apresentar.

Eu me chamo Déborah Assouline, ex-Déborah de Montmarchay, pois meu <sup>mãe</sup> divórcio com Jean-Louis foi oficializado (foi oficialmente averbado) há alguns meses. Tenho 28 anos e sou a feliz <sup>comprada</sup> mãe de 2 microbinhos de quatro e dois anos: Heloïse e Margot. Sou morena, de estatura <sup>mediante</sup> média, não muito feia (um pouco peluda, talvez) e sou <sup>uma</sup> entre <sup>algumas</sup> mulheres, a não poder assistir Fort Boyard por causa da <sup>ignobilíssima</sup> quadro da <sup>prova</sup> dos insetos. Eu <sup>convulsivo</sup> de repulsa a <sup>simples</sup> visão de um trecho desta sequência no comercial.

Um lugar de destaque poderia ser reservado para mim na Revista de Psicologia, em um artigo que tratasse <sup>como</sup> tema "essas pessoas <sup>com</sup> estranhamente <sup>neurose</sup> nervosas" entre Breton, que provocava o nascimento do pinto guardando os ovos no calor de sua <sup>coxa</sup> cueca, e Savoyarde que <sup>quebrava</sup> mastigava pedras após cada refeição para <sup>limpar</sup> o estômago. Eu era a

parisiense que se <sup>paralisava</sup> fixava asséptica, paralisada de horror somente pela visão de um mosquito voando em torno de uma lâmpada, incapaz de <sup>me</sup> mexer de medo que ele <sup>visse</sup> não a repare e avance sobre ela, sua <sup>cauda</sup> Desmedida, pronta a <sup>furar</sup> furar <sup>o</sup> avidamente na artéria carótida. Era eu <sup>igualmente</sup>, a mulher que dispunha <sup>o</sup> equivalente a três rolos de papel

higiênico no armário do banheiro <sup>de</sup> medo que uma <sup>tarântula</sup> saia... após ter nadado através da <sup>canalização</sup>, aparecendo <sup>inadvertidamente</sup> entre suas pernas no momento em que <sup>estiver</sup> estaria fazendo xixi.

E naquela noite, eis que eu me encontraria <sup>face a face</sup> junto ao meu mais terrível inimigo, a <sup>barata</sup> "barateus repugnantis desprezíveis" mais conhecida pelo nome comum de "Meeeeeeerda uma barata!!!"

Ai

*se dá conta realmente*  
 Nesses momentos é que se percebia plenamente a que ponto um homem podia se revelar útil, às vezes.

A gente se punha, então, a pensar com nostalgia nos bons tempos, não tão distantes, quando se possuía a melhor arma antibarata possível na casa. Aquela com grandes patas peludas, uma vassoura enfiada e uma função "falagem" contínua. Esta ferramenta invencível que podia ser tirada da cama ao som de piados estridentes, arrastando-o pela mão antes de se esconder atrás de suas pernas criando-lhe disso um dedo terrificado no lugar onde tinha descoberto o animal abjeto. Esperando que ele o assassine com uma sapatada heróica ou com um lenço úmido vingador, que ele escurecia em seguida no armário dos banheiros, selando dessa forma sua vitória por um glorioso prêmio de casa. Mas ali, faltava opção, eu tinha olhado bem em torno de mim, não tinha nenhum homem na mão no pedaço por perto.

Cogitei, no espaço de um fugaz instante, de ir suplicar de joelhos para meu vizinho de andar *que me ajudasse*, Mas um breve clarão de lucidez me reteve de ir bater na sua porta, de acordar seus dois meninos e sua mulher, para lhe implorar para vir na minha casa trucidar meu intruso, *esperneando de histeria contínua* na minha mini blusa. O ridículo não atinge, certo, salvo talvez as relações de boa vizinhança (sobretudo com sua vizinha). *É bem verdade que*

Era preciso, assim, agir sozinha.

*Eu precisava*  
 Somente esta idéia, minhas tripas se torciam de desgosto e fui surpreendida/pega por uma brusca náusea. De toda forma, não tinha escolha: ou fazia alguma coisa, ou fazia como se não tivesse visto nada, eu apagava a luz e ia me recolher.

Não, impossível.

Eu teria vivido os dias seguintes na agonia sufocante de ver reaparecer meu invasor no caminho de uma

## ANEXO P – Transcrição diplomática da proposta de tradução (Trad2/A5)

*se dar conta realmente*

Nesses momentos é que se percebia plenamente a que ponto um homem poderia se revelar útil, às vezes.

A gente se punha, então, a pensar com nostalgia nos bons tempos, não tão distante<sup>s</sup>, quando se possuía

a melhor arma antibarata possível na casa. Aquela com grandes patar peludas, uma vassoura eriçada *melena desgrenhada*

*resmungação reclamação/ranzinzagem*

e uma função “~~ralagem~~ contínua”. Essa ferramenta invencível que podia ser tirada da cama ao som de

*esganiçada* piados estridentes, arrastando-o pela mão antes de se esconder atrás *dele* *apontando com* ~~de suas fezes ericando-lhe disse~~ um

dedo *aterrorizado* ~~terrificado~~ no lugar onde tinha descoberto o animal abjeto. Esperando *dele* *sse* que ele o assassin~~ar~~ com

uma sapatada heróica ou com um lenço *chinelada* *lenço de papel* *jogaria* *vaso* ~~Kleenex~~ vingador, que ele escurecia em seguida no armário no ~~armário~~ dos

banheiros, selando dessa forma sua vitória *com* *descarga* *ai* *azar* por um glorioso ~~prêmio de caça~~. Mas ~~ali~~, ~~faltava opção~~, ~~eu tinha~~ *ainda que*

*olhasse* ~~olhado bem~~ em torno de mim, não tinha nenhum homem *na manga* ~~na mão/no pedaço/~~ por perto. *a mão*

Cogitei, ~~no espaço de~~ um fugaz instante, ~~de~~ ir suplicar de joelhos para o meu vizinho de andar de ~~ir~~ *que viesse* me ajudar.

Mas um breve clarão de lucidez me reteve de ir bater na sua porta, de acordar seus dois meninos e sua

mulher, para lhe implorar para vir na minha casa trucidar meu intruso, esperando ? de histeria contínua na *que viesse* *tremendo*

minha *baby doll* ~~mini-blusa~~. O ridículo não *mata* ~~atinge, certo~~, salvo talvez as relações de boa vizinhança (sobretudo com

*É bem verdade que*  
*a*  
~~sua~~ vizinha).

Era preciso, assim, agir sozinha.

*Eu precisava*